Renda fixa
Incorporadoras de menor porte buscam renegociar CRIs para terminar obras, diz Magalhães, da Virgo C6



Oriente Médio
Noruega, Espanha e Irlanda anunciam o reconhecimento da Palestina como Estado independente A15



Agronegócios
Belagrícola aposta no modelo de franquias para expandir a rede de distribuição de insumos, diz Araújo B7

Quinta-feira, 23 de maio de 2024
Ano 25 | Número 6007 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

INÊS 249

O mercado busca profissionais prontos para liderar suas transformações. Seja um deles.

CURSO LIVE / 3ª EDIÇÃO MASTER CLASS

Formação **Executivos** de **Valor**

CURSO 100% ONLINE NO FORMATO LIVE

Aulas ao vivo, que serão gravadas e disponibilizadas para o aluno.

Encontros virtuais com executivos premiados, incluindo sessões de perguntas, interação e networking.

WORKSHOP DE ABERTURA + 4 MÓDULOS

- TENDÊNCIAS DA NOVA ECONOMIA
- AGENDA ESG
- ESTRATÉGIA E EXECUÇÃO
- GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA

Informação, conhecimento, vivência profissional, *cases* e temas essenciais em discussão.

Período do curso: 12 set a 24 out

Carga horária total de 64h: 7 semanas, duas aulas semanais.

Inscrições: até 8 set

Investimento: 10x R$ 590,70 - *Para matrículas até 29/7*

Consulte condições especiais:

- Ex-aluno FGV
- Colaborador de empresa parceira da FGV
- Grupos de colaboradores de uma mesma empresa

NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE.





Saiba mais e inscreva-se:
executivosdevalor.valor.com.br

Para inscrições corporativas:
cursos@valor.com.br



Renda fixa
Incorporadoras de menor porte buscam renegociar CRIs para terminar obras, diz Magalhães, da Virgo C6



INÊS 249

Oriente Médio
Noruega, Espanha e Irlanda anunciam o reconhecimento da Palestina como Estado independente A15



Agronegócios
Belagrícola aposta no modelo de franquias para expandir a rede de distribuição de insumos, diz Araújo B7

Quinta-feira, 23 de maio de 2024
Ano 25 | Número 6007 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Cade desobriga Petrobras de vender cinco refinarias e reduz espaço para competição no setor

Petróleo Tribunal do órgão antitruste atendeu a pedido da empresa para não ter que se desfazer de unidades de refino

Beatriz Olivon, Fábio Couto, Kariny Leal e Rafael Rosas
De Brasília e do Rio

A Petrobras não terá mais que vender cinco refinarias e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aceitou ontem o pedido da empresa para interromper o plano de se desfazer dos ativos, que havia sido determinado em acordo firmado em 2019 com o órgão antitruste. Para especialistas, a decisão vai reduzir a concorrência no setor e reforçar a posição quase monopolista da estatal.

Há cinco anos, a Petrobras fez um acordo com o Cade para vender oito refinarias, como contrapartida para a suspensão de inquéritos administrativos que apuravam abuso de poder dominante pela petroleira no mercado de refino. Das oito, só três foram vendidas, entre elas a de Mataripe, na Bahia, comprada em 2021 pela Acelen, por US$ 1,65 bilhão. As diretrizes mudaram com a vitória eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2023, a Petrobras começou conversas com o Cade para alterar o acordo que determinava a venda dos ativos. Com a decisão final do órgão, saem da carteira de desinvestimentos as refinarias Refap (RS), Repar (PR), Regap (MG), Rnest (PE) e Lubnor (CE).

Marcus D'Elia, sócio da Leggio Consultoria, avalia que o recuo do Cade gera um desequilíbrio concorrencial que afeta investidores atuais e futuros. Para ele, pode ficar difícil convencer um investidor a comprar ativos no Brasil, já que os acordos podem ser desfeitos. O advogado Giovani Loss, sócio do escritório Mattos Filho, avalia que a decisão do Cade não é boa para o mercado, uma vez que vai reduzir a entrada de novas empresas no setor no país. D'Elia mostra preocupação com os preços — a política interna da Petrobras vai defini-los, e não a concorrência. O acordo ocorre no momento de troca no comando da estatal. Magda Chambriard, que deve assumir a presidência amanhã, tem como uma das missões elevar a presença da Petrobras no refino.

A decisão do Cade impõe novas obrigações à companhia. A principal é a possibilidade de o órgão monitorar o parâmetro de cálculo dos preços do petróleo para as refinarias por três anos, renováveis por mais três. **Página B1**

Meta de inflação de 3% é 'inimaginável', diz Haddad

Estevão Taiar, Gabriela Pereira, Matheus Prado, Arthur Cagliari e Gabriel Roca
De Brasília e São Paulo

A meta atual de inflação, de 3%, é "exigentíssima" e "inimaginável", disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em audiência na Câmara, ele afirmou que surgiram ruídos "patrocinados" no último mês e defendeu a continuação de um "diálogo profícuo" entre a pasta e o Banco Central. "Não estou entendendo esse ruído todo que está acontecendo. Nós estamos gerando emprego com baixa inflação." Segundo Haddad, os ruídos vão desaparecer por serem patrocinados, e não reais. "Tem interesse por trás disso, e nós ficamos fingindo que não existe." As declarações de Haddad contribuíram para a alta do dólar e dos juros futuros e para a queda da bolsa, num dia em que a ata da reunião do Fed, o BC americano, também afetou os ativos emergentes, ao indicar uma política monetária mais dura. **Páginas A5 e C2**

Previsão de déficit primário cresce para R$ 14,5 bi em 2024

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Lu Aiko Otta
De Brasília

O governo federal revisou a projeção para o resultado primário deste ano, de um déficit de R$ 9,3 bilhões para R$ 14,5 bilhões. O dado faz parte do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas relativo ao segundo bimestre. Os R$ 2,9 bilhões que haviam sido bloqueados no relatório anterior, em março, foram liberados. Isso foi possível por causa da incorporação de crédito suplementar de R$ 15,8 bilhões, que elevou o limite de despesas do Executivo. O crescimento das despesas obrigatórias é o principal fator de risco para as contas públicas. No relatório, cresceram R$ 20,1 bilhões, explicados em parte pelas medidas de socorro ao Rio Grande do Sul. **Página A6**

Empresas do RS amparam funcionários



Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Empresas com presença no Rio Grande do Sul se mobilizam para apoiar seus funcionários, muitos atingidos diretamente pelas enchentes, inclusive com amparo emocional. A Zamp, masterfranqueada de Burger King e Popeyes no país, com 36 lojas no Estado, criou um fundo de emergência e mantém contato diário com os mais de 300 funcionários afetados, diz a diretora de pessoas, Mafoane Odara. **Página B2**

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR



Mafoane Odara, diretora de pessoas da Zamp: "Todo o desconforto pode se transformar em transtornos de saúde"

Emendas de comissão ganham R$ 4,2 bi

Caetano Tonet, Julia Lindner, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A derrubada do veto presidencial às emendas de comissão devolveu R$ 4,2 bilhões aos parlamentares no comando de colegiados no Congresso. Representantes do Centrão e quadros ligados aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foram privilegiados na recomposição. Na Câmara, a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) teve a maior recomposição, com acréscimo de mais de R$ 1 bilhão. Apesar da alocação das verbas nas comissões, o dinheiro está dividido em cotas entre os partidos. **Página A11**

Destaques

Economia argentina recua
A atividade econômica da Argentina recuou em março pelo quinto mês consecutivo, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina (Indec). A queda foi de 8,4% ante março de 2023 e de 1,4% em relação a fevereiro deste ano. **A15**

STF suspende PPPs da Sanepar
A Aegea obteve liminar no STF para suspender os leilões de três parcerias público-privadas (PPPs) da Sanepar. A principal crítica da empresa é à regra que impede um mesmo grupo de assumir os três contratos. **B4**

Indicadores

Ibovespa	22/mai/24	-1,38 %	R$ 26,0 bi
Selic (meta)	22/mai/24	10,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	22/mai/24	10,46% ao ano	
Dólar comercial (BC)	22/mai/24	5,1496/5,1502	
Dólar comercial (mercado)	22/mai/24	5,1557/5,1563	
Dólar turismo (mercado)	22/mai/24	5,1687/5,3487	
Euro comercial (BC)	22/mai/24	5,5791/5,5818	
Euro comercial (mercado)	22/mai/24	5,5789/5,5796	
Euro turismo (mercado)	22/mai/24	5,6255/5,8055	



Reino Unido antecipa eleições para 4 de julho

De São Paulo

O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, anunciou ontem a convocação de eleições gerais para 4 de julho, num momento em que o Partido Conservador enfrenta forte desgaste perante a opinião pública, após 14 anos no poder, período marcado pelo Brexit — a saída do país da União Europeia —, pela recessão econômica e pela sucessão de cinco primeiros-ministros em oito anos. As pesquisas indicam que o Partido Trabalhista deverá vencer por uma margem confortável. Neste caso, o líder da oposição, Keir Starmer, deverá ser o novo primeiro-ministro. Sob pressão para antecipar as eleições, previstas inicialmente para janeiro de 2025, Sunak tenta aproveitar boas notícias recentes na área econômica, como a queda da inflação, para buscar anular a perda de popularidade. *(Com agências internacionais)*. **Página A15**

INÊS 249

O Brasil e a pressão sobre minerais críticos



Assis Moreira

A intensificação da rivalidade geopolítica entre os Estados Unidos e a China transborda para o campo dos minerais essenciais, sem surpresa, e elevará as pressões sobre produtores como o Brasil.

Minerais críticos como terras raras, lítio, cobalto e nióbio são essenciais para muitas tecnologias modernas e para a segurança nacional e econômica. E diferentes países fazem uma corrida para garantir suprimento que assegure suas ambições econômicas e ambientais.

A China domina atualmente o processamento global de minerais essenciais muito procurados para a fabricação de baterias para veículos elétricos e armazenamento de energia renovável. De seu lado, os EUA negociam acordos com mais países para expandir seu acesso a esses minerais importantes.

Com produção nacional limitada, tanto os Estados Unidos quanto a Europa dependem muito das importações, incluindo da China, fornecedora de commodities como grafite, elementos de terras raras e outros minerais para baterias, e da Rússia, que fornece alumínio, níquel e titânio.

Washington e Bruxelas procuram assim atrair países em desenvolvimento para parcerias visando "alinhar" medidas sobre fornecimento de matérias-primas críticas. Pelo recentemente lançado Fórum de Parceria para Segurança de Minerais, dizem ter nova e potencialmente melhor oferta que criaria mais valor agregado nesses países.

O Brasil é o maior produtor mundial de nióbio, com 92% do total, conforme estudo da UE. O produto serve para aplicações de alta tecnologia (condensadores, supercomputadores etc.). Também produz 13% da bauxita no mundo, para produção de alumínio; 8% do grafite natural, usado para baterias e material para produção de aço; e 9% do tântalo mundial, que serve para superligas e compensadores para dispositivos eletrônicos.

Os EUA têm insistido em obter do Brasil um compromisso de o país não restringir exportações dos minerais críticos. Os americanos negociaram também com a UE, anunciaram acordo com a Índia que ninguém viu o conteúdo e têm um acordo com a Austrália que não inclui não restringir a venda.

Nesse contexto, uma recente declaração da embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Elizabeth Bagley, de que os EUA pretendem comprar minerais críticos do país, deflagrou sinal de alerta em círculos do governo em Brasília. A fala foi vista como nada trivial do tipo "queremos minerais críticos", ou seja, ter simplesmente o acesso. Já o objetivo destacado em Brasília vai na outra direção, de estimular o processamento e agregação de valor dessas commodities no país.

Ou seja, não é só resistência a compromisso de não restringir exportações. Sobretudo, existe a noção de que o tema deve ser tratado de maneira estratégica e preservar espaço de política pública para uma questão ainda está sendo definida.

A União Europeia também busca explorar com o Brasil uma parceria estratégica em matérias-primas críticas para a transição verde e digital. E, conforme relatos, esse foi um dos temas que levaram o governo de Lula 3.0 a rediscutir o acordo Mercosul-UE, com avaliação de que o pacote negociado no governo anterior não era palatável porque proibia qualquer restrição de acesso a esses minerais críticos.

Em termos de investimentos para produção local, até agora as cifras são irrisórias. No fim de 2022, Joe Biden anunciou que uma agência americana faria novo investimento de... US$ 30 milhões (R$ 158 milhões) na empresa de mineração TechMet para transformação de minerais estratégicos níquel e cobalto no Brasil.

Estudo da Unctad, agora rebatizada de ONU Comércio e Desenvolvimento, sugere aos países em desenvolvimento focar efetivamente no valor agregado em componentes de energia renovável, para reforçar seus setores industriais, diversificar suas economias e redefinir seu papel na economia global.

Exemplifica com o caso da República Democrática do Congo, no qual a China tem acesso a várias commodities importantes. Com o refino local do cobalto, o país reforçou os ganhos, de US$ 5,6 por quilo na extração para US$ 16,2 após processamento.

Com alta da emergência climática, demanda aumentando para tecnologias renováveis como carros elétricos, placas solares e turbinas eólicas, a agência da ONU projeta que a demanda de lítio aumentará em até 1.500% até 2050, com idêntica alta para níquel, cobalto e cobre.

A oferta não acompanha a demanda e em algum momento haverá uma crise. A Unctad identificou 110 novos projetos de mineração globalmente, no valor de US$ 39 bilhões, com US$ 22 bilhões investidos em 22 projetos em países em desenvolvimento.

No entanto, para alcançar a meta de emissões líquidas zero em 2030, a indústria pode precisar de 80 novas minas de cobre, 70 novas minas de lítio e níquel e outras 30 de cobalto. O investimento necessário entre 2022-2030 varia de US$ 360 bilhões a US$ 450 bilhões, potencialmente resultando um "gap" de até US$ 270 bilhões.

De seu lado, a Organização Mundial do Comércio (OMC) constata que a forte demanda de minerais críticos ligados à energia exerce uma pressão sobre as cadeias de fornecimento. Nos últimos 20 anos, o montante do comércio anual desses minerais ligados à energia pulou de US$ 53 bilhões para US$ 378 bilhões.

Ao mesmo tempo, as restrições à exportação aumentaram, passando de 396 medidas em 2009 para 489 em 2012 e 502 em 2021, com pressões à alta sobre os preços mundiais e inquietações sobre a segurança do fornecimento.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente
E-mail assis.moreira@valor.com.br

Clima Ana Toni, do MMA, defende incentivos para cidades investirem em prevenção

Falta de projetos é gargalo para adaptação de municípios à crise climática



Paula Martini e Kariny Leal
Do Rio

Os municípios precisam de mais recursos para investir na prevenção e adaptação das cidades ante os efeitos das mudanças climáticas, mas só o dinheiro não basta: é preciso que gestores locais estruturem e apresentem projetos aptos a receberem financiamento. O argumento foi defendido nesta quarta-feira (22) por representantes do ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O MMA defende a criação de mecanismos que possibilitem investimentos pelos municípios. Para a secretária nacional de Mudança do Clima do MMA, Ana Toni, o governo federal está estruturado para disponibilizar recursos aos municípios quando estes decretam calamidade pública, como no caso do Rio Grande do Sul. Falta, porém, criar políticas que incentivem projetos de adaptação urbana antes dos desastres.

"Estamos trabalhando em arranjo econômico para prevenção, preparação e adaptação. Pensamos como se criam incentivos para que os municípios não só priorizem as ações de adaptação e prevenção, mas também tenham condições de trazer recursos e investimentos para esse tipo de ação", disse Toni ontem após participar do evento "Brasil 2050: rotas de descarbonização da economia", promovido por Cebri, BNDES, BID e EPE.

A desburocratização do acesso a verbas federais e ao financiamento de organismos multilaterais e bancos de desenvolvimento para enfrentar as mudanças climáticas é um pleito dos municípios no âmbito do G20, grupo de grandes economias globais, presidido pelo Brasil até o fim do ano.

A secretária destacou que a infraestrutura urbana é um dos pilares do Fundo Clima — que financia projetos voltados à redução de emissão de gases poluentes a taxas de 1% a 8% —, mas enfrenta um gargalo na apresentação de projetos.

"E quem precisa apresentar esses projetos são as cidades. A gente percebeu que uma das áreas que temos que trabalhar é na estruturação de projetos junto com os prefeitos porque não adianta você ter o dinheiro se não tem os projetos chegando", afirmou.

À frente da atualização do Plano Clima, composto por 15 planos setoriais que atravessam várias áreas do governo, Toni também disse esperar que o arcabouço nacional do programa seja concluído até o fim deste ano. Alguns planos estão mais avançados, como o da agricultura, e outros estão começando agora, caso dos povos indígenas. "A gente espera ter até o fim do ano, se não todos os 15, pelos menos uns dez planos setoriais e o arcabouço nacional [do plano]", afirmou.

A necessidade de financiamento também foi externada pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. No evento, ele afirmou que serão necessários recursos para fazer frente às mudanças climáticas em diferentes frentes e propôs a criação de um fundo entre bancos multilaterais na área de reconstrução.

Mercadante também defendeu taxas de juros menores para a reconstruir a infraestrutura do Rio Grande do Sul. O governo federal prepara novas iniciativas nesse sentido, segundo ele. "Nós precisamos de taxas menores para o Rio Grande do Sul. Vamos ter também novas linhas para reconstruir. Mas quem vai falar [sobre isso] é o presidente Lula."

O diretor de Planejamento do banco, Nelson Barbosa, já havia dito, no início da semana, que a Fazenda estuda criar uma linha de crédito para reconstruir o território gaúcho. As condições, no entanto, não foram detalhadas.

Também no evento, o representante do BID no Brasil, Morgan Doyle, disse que a falta de projetos bem estruturados é um gargalo generalizado em países onde o banco atua. A instituição pretende contribuir com o Rio Grande do Sul por meio da expertise acumulada em eventos climáticos e práticas internacionais, para fazer uma avaliação rigorosa dos danos gerados pela tragédia.

Ainda segundo Doyle, a prefeitura de Porto Alegre deve receber, nos próximos meses, cerca de US$ 150 milhões obtidos com o BID. "Porto Alegre já tem operações aprovadas com foco em temas sociais que estão prontas para serem redirecionadas", explicou.

> "Não adianta você ter o dinheiro se não tem os projetos chegando"
> *Ana Toni*

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Aloizio Mercadante: proposta de criação de um fundo entre bancos multilaterais na área de reconstrução

No RS, INSS muda regra de prazo para aposentar

Folhapress, de São Paulo

O Ministério da Previdência Social e o INSS alteraram os prazos para cumprimento de exigência da aposentadoria e pedidos de recurso no CRPS (Conselho de Recursos da Previdência Social) para moradores do Rio Grande do Sul por causa do estado de calamidade pública causado pelas chuvas.

Segundo portaria publicada no "Diário Oficial da União" desta quarta-feira (22) ficam suspensos por 60 dias, a contar do dia 24 de abril, os prazos administrativos de diversas ações relacionados a benefícios como aposentadoria, pensão, BPC (Benefício de Prestação Continuada) e perícia médica.

A ação é inédita e atendeu a solicitação feita pela sociedade civil organizada. O ministério, no entanto, realizou estudos próprios antes de publicar a portaria, para entender a situação das agências, dos servidores e do atendimento a ser prestado ao público.

Segundo a portaria, ficam suspensos, sem prejuízo e quando possível, a análise de requerimentos administrativos para cumprimento de exigências, requerimento de revisão, apresentação de documentos, interposição de defesa e cobrança administrativa dos benefícios e serviços do INSS.

A perícia médica também será afetada. Os prazos para entrega de documentação complementar solicitada pelo perito serão suspensos por até 60 dias, dando mais tempo ao segurado para conseguir as provas de seu adoecimento ou da evolução da doença.

No caso dos recursos, a regra vale tanto na instância inicial quanto no CRPS. Neste caso, o cidadão ganha mais tempo para contestar o benefício ou revisão negados. A regra vale para os beneficiários do INSS, seus advogados e empresas que precisam enviar documentos e cumprir normas da legislação previdenciária.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	0,1	-1,1	1,2	0,7	0,1	0,2	0,5	-0,4
Indústria de transformação	-	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,2	-0,4
Indústrias extrativas	-	0,2	-0,8	-6,8	3,7	3,4	-0,5	6,2	-4,8	-1,3
Bens de capital	-	-2,8	3,4	10,9	-2,5	-0,8	-0,7	-2,7	4,9	-5,4
Bens intermediários	-	1,2	-0,7	-2,7	1,8	1,7	0,8	0,7	-0,3	-0,5
Bens de consumo	-	0,5	1,5	-0,9	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**4,39**	**2,73**	**2,27**	**1,22**	**0,24**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**11,99**	**6,85**	**5,44**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mai/24	abr/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mai/24	Número índice abr/24	Número índice dez/23	Número índice mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	-	0,21	1,67	4,72	3,77	-	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	-	0,31	-0,60	-3,18	-3,04	-	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	-	0,29	-1,46	-5,60	-5,41	-	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	-	0,32	1,73	3,40	3,00	-	728,84	716,46	711,01
INCC-M	-	0,41	1,09	3,32	3,48	-	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	-	0,33	1,51	3,15	2,77	-	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana mai/24 0,12%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
No prazo legal				
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024			+
4ª	30/08/2024			Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	mar/23 Valor	mar/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.741,7**	**61,14**	**6.693,6**	**60,90**	**5.788,9**	**55,97**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-29,1	-0,26	-28,1	-0,26	12,7	0,12
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-757,2	-6,87	-743,3	-6,76	-753,1	-7,28
Dívida fiscal líquida	**7.528,0**	**68,27**	**7.465,0**	**67,92**	**6.529,3**	**63,13**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.382,3	66,95	7.340,8	66,79	6.513,2	62,97
Dívida externa líquida	-640,7	-5,81	-647,2	-5,89	-724,4	-7,00
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.792,6	52,53	5.749,5	52,31	4.878,0	47,16
Governos Estaduais	843,0	7,64	841,2	7,65	812,5	7,86
Governos Municipais	55,9	0,51	53,5	0,49	38,4	0,37
Empresas Estatais	50,1	0,45	49,4	0,45	60,0	0,58

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	mar/23 Valor	mar/23 % do PIB
Total nominal	**998,6**	**9,06**	**1.015,1**	**9,24**	**618,9**	**5,98**
Governo Federal**	828,5	7,51	846,6	7,70	461,1	4,46
Banco Central	86,7	0,79	77,9	0,71	106,7	1,03
Governo regional	75,4	0,68	83,0	0,76	44,0	0,43
Total primário	**252,9**	**2,29**	**268,2**	**2,44**	**-74,8**	**-0,72**
Governo Federal	-37,6	-0,34	-28,6	-0,26	-299,9	-2,90
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-23,3	-0,21	-15,2	-0,14	-41,9	-0,40

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março 2024	Janeiro-março 2023	Var. %	março 2024	março 2023	Var. %
Receita total	**670,3**	**615,6**	**8,88**	**198,8**	**183,3**	**8,48**
Receita Adm. Pela RFB**	443,2	400,0	10,78	121,9	110,9	9,94
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,2	142,2	6,35	50,9	47,2	7,84
Receitas Não Adm. Pela RFB	75,9	73,5	3,40	25,9	25,1	3,26
Transferências a Estados e Municípios	**133,5**	**123,8**	**7,85**	**35,0**	**32,0**	**9,19**
Receita líquida total	**536,8**	**491,9**	**9,14**	**163,9**	**151,3**	**8,33**
Despesa Total	**516,7**	**458,4**	**12,70**	**165,4**	**158,6**	**4,27**
Benefícios Precidenciários	213,4	202,7	5,27	72,5	68,4	5,97
Pessoal e Encargos Sociais	87,9	85,1	3,23	28,2	27,5	2,39
Outras Despesas Obrigatórias	102,3	66,9	52,84	23,3	23,0	1,26
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,1	103,6	9,09	41,4	39,7	4,39
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,1**	**33,4**	**-39,77**	**-1,5**	**-7,4**	**-79,26**

Discriminação	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	fev/24 Valor	fev/24 Var. %	mar/23 Valor	mar/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	1,55	-0,2	-	-0,1	-31,26
Discrepância estatística	-0,2	-	0,7	-37,44	-2,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-1,9**	**-96,72**	**-57,9**	**-**	**-10,1**	**-75,42**
Juros Noniminais	**-55,2**	**-3,14**	**-57,0**	**-21,18**	**-59,0**	**1,92**
Result. Nominal do Gov. Central	**-57,1**	**-50,29**	**-114,9**	**-**	**-69,1**	**-30,18**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Brasil

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO



Fernando Haddad: ministro diz ter dormido menos desde tragédia no RS pensando no que vai acontecer com receitas

Conjuntura Sem dar detalhes, ministro diz ter a impressão de que há 'fantasminha fazendo a cabeça das pessoas' e prejudicando o desenvolvimento

Haddad fala em 'ruídos' e chama de 'inimaginável' meta de inflação de 3%

Estevão Taiar e Gabriela Pereira
De Brasília

A meta atual de inflação, de 3%, é "exigentíssima" e "inimaginável", disse na quarta-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A afirmação foi feita em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara. O ministro também disse que surgiram ruídos "patrocinados" na economia brasileira ao longo do último mês. Ele não detalhou quem estaria por trás desses ruídos, mas defendeu a continuação de um "diálogo profícuo" entre técnicos da pasta e do Banco Central (BC).

"Os núcleos estão rodando abaixo da meta, que é exigentíssima", disse, referindo-se às medidas de inflação que excluem itens com preços mais voláteis. "Uma meta, para um país com as condições do Brasil, de 3% de inflação é um negócio inimaginável. Desde que o regime de metas foi instituído, quantas vezes o Brasil teve 3% de inflação? Quantos anos isso aconteceu nos 25 anos do regime de metas?"

A meta de 3% foi estabelecida pela primeira vez para este ano, ainda em 2021, já que o Conselho Monetário Nacional (CMN) precisa decidir sobre o tema com três anos de antecedência. No ano passado, o CMN, do qual Haddad faz parte, também optou por unanimidade pela manutenção da meta de 3% em 2026. De 1980 para cá, a inflação só terminou abaixo de 3% duas vezes: 1998 (1,65%) e 2017 (2,95%).

Na sequência, ele afirmou que tem "a impressão" de que existe "um fantasminha fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento".

"Não estou entendendo esse ruído todo que está acontecendo", disse minutos depois. "Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira e não tem amparo nos dados. Nós estamos gerando emprego com baixa inflação. O rendimento do trabalho aumentou no ano passado, mas não gerou inflação. Eu acredito piamente que, se continuar existindo um diálogo profícuo e respeitoso entre os técnicos do Tesouro e do Banco Central em proveito de uma agenda sustentável, todos vamos ganhar com isso."

Segundo Haddad, esses ruídos surgiram "de um mês para cá".

"Eles vão desaparecer porque são patrocinados, não são reais. Tem interesse por trás disso, e nós ficamos fingindo que não existe", disse. Segundo Haddad, justamente o que o Ministério da Fazenda previa "está acontecendo do ponto de vista de crescimento, inflação, emprego, fiscal".

Na área fiscal, o ministro afirmou que "temos um desafio em relação ao arcabouço, que são as vinculações" de despesas, como os pisos de gastos com educação e saúde e as despesas atreladas ao salário mínimo. Ele defendeu a adoção de "uma regra melhor" do que a atual "para que ela seja mais respeitada por todos os governos".

> "Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira"
> *Fernando Haddad*

"[Seria] um pacto em torno de educação, saúde e salário mínimo que seja sustentável no longo prazo e não que dure em um governo progressista para ser desfeito em um governo conservador", disse.

Haddad ainda afirmou que tem dormido "menos" desde as enchentes no Rio Grande do Sul, relatando que "o terceiro bimestre está me preocupando um pouco" por causa dos impactos econômicos e fiscais das enchentes. Mas disse que acredita que a recuperação econômica do Estado começará "neste ano e rapidamente".

Ele disse ainda que as vinculações são um desafio para o arcabouço. "Nós sabemos que tem uma questão de médio prazo de como compatibilizar esses vários interesses legítimos", disse. Segundo o ministro, a equipe econômica está estudando a melhor forma de estruturar isso. "Está no nosso radar."

A audiência foi marcada ainda por alguns momentos de embates entre o ministro e os poucos congressistas da oposição presentes. O deputado Filipe Barros (PL-PR) apresentou, por exemplo, um gráfico com a trajetória do déficit primário acumulado em 12 meses do governo para afirmar que "as contas públicas estão completamente descontroladas". Haddad rebateu, dizendo que os números apresentados levavam em conta a quitação, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT, do "calote" de R$ 90 bilhões dado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) no pagamento de precatórios.

Ver também págs. A6 e C2

Governo federal exige acordo até dia 27 com professores em greve

Folhapress, de São Paulo

Em e-mail encaminhado a sindicatos, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos rechaçou dar continuidade às negociações por reajuste salarial dos professores federais, atualmente em greve, e exigiu a assinatura de um acordo até segunda-feira (27).

"O governo apresentou a sua proposta final, [...] não restando, portanto, margem para a recepção de novas contrapropostas", escreveu a pasta na mensagem distribuída na terça-feira (21). Foi uma resposta ao Andes (Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior), que na segunda (20) decidiu manter a paralisação.

A proposta citada pelo ministério, enviada no dia 15, prevê reajuste de 4,5% ao ano para 2025 e 2026. Os servidores, porém, pedem aumento já a partir deste ano. A categoria pede readequação de 7,06% em 2024, de 9% em janeiro de 2025, e de 5,16% para 2026.

Em nota, o MEC (Ministério da Educação) afirmou estar sempre aberto ao diálogo, franco e respeitoso, pela valorização dos servidores.

Para Gustavo Seferian, presidente do Andes, o governo federal demonstra "imensa intransigência" nas negociações. "Nós queremos negociar e, caso a base da categoria entenda por apresentar uma nova contraproposta, será essa nossa ação no dia 27 de maio", continuou, relativizando o ultimato dado pelo ministério de Esther Dweck.

Os membros do sindicato avaliam que a postura de Brasília fortalece o movimento grevista e enfraquece o discurso pró-educação da administração petista.

Professores de universidades, centros de educação tecnológica e institutos federais das cinco regiões do país iniciaram a greve no dia 15 de abril. Além da recomposição salarial, eles exigem investimentos nas instituições.

INÊS 249

Contas públicas Rombo projetado passa de R$ 9,3 bi para R$ 14,5 bi, mas administração está muito satisfeita com números até abril, segundo Fazenda

Com alta das despesas, governo prevê déficit maior neste ano

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) piorou sua projeção de déficit primário para 2024, segundo os números apresentados ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. O rombo passou de R$ 9,3 bilhões para R$ 14,5 bilhões, decorrente de uma alta de despesas primárias (que excluem gastos com juros), de acordo com o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas.

A meta de resultado primário deste ano é zero, mas a nova regra fiscal permite que o Executivo tenha um déficit de até cerca de R$ 28,8 bilhões, o equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), o que ainda dá uma folga orçamentária ao governo até o fim do ano para cumprir a meta.

Como as receitas federais vieram em alta no primeiro quadrimestre deste ano, o governo foi autorizado a abrir crédito adicional de R$ 15,8 bilhões, que amplia o limite de despesas do Executivo e será utilizado tanto para desbloquear R$ 2,9 bilhões que foram restritos em março bem como para amortecer novas despesas obrigatórias — o detalhamento ainda será divulgado. Nos cálculos do governo, ainda há uma folga orçamentária de R$ 2,5 bilhões com o novo crédito.

Essa folga, contudo, não significa que o governo tem recursos "sobrando", alertou o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos. "Precisamos continuar vigilantes [em relação às despesas]", afirmou. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, pontou que o crédito adicional não prejudica a persecução da meta de déficit zero para este ano, que continuará a ser perseguida. "O acionamento do gatilho do arcabouço está inócuo em relação às projeções", defendeu Durigan.

Apesar da piora na projeção de déficit primário, o número 2 da Fazenda afirmou que o governo está "muito satisfeito" com os números dos primeiros meses. "A base fiscal do Estado está sendo recomposta", afirmou. "Estamos vendo nos quatro primeiros meses o que projetávamos e o que defendemos em 2023", complementou. A projeção de receitas primárias subiu R$ 16 bilhões.

A revisão das estimativas para a receita contou, contudo, com uma projeção maior para o recebimento de dividendos, fruto da decisão do governo de contar com a distribuição de 50% da parcela do lucro referente a 2023 ainda retida pela Petrobras.

No fim de abril, a assembleia de acionistas da empresa aprovou a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários, repassando R$ 21,9 bilhões aos acionistas, dos quais R$ 6,4 bilhões foram destinados à União. A outra metade continua retida em conta de reserva de remuneração da estatal.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o comunicado feito em abril pela petroleira é suficiente para a equipe econômica considerar que essa distribuição da segunda parcela vai ocorrer neste ano. Ele negou que seja uma pressão do governo para receber o dinheiro, fundamental na estratégia de busca pelo déficit zero.

"Não se trata de nenhum tipo de pressão, temos sido cuidadosos", frisou o secretário. Ceron pontou que, caso haja mudança de cenário, isso será refletido nos próximos relatórios bimestrais de avaliação do orçamento.

A projeção do governo para dividendos e participações neste ano passou de R$ 43,7 bilhões para R$ 57,9 bilhões. Da diferença, quase R$ 13 bilhões são relativos aos dividendos extraordinários da Petrobras, R$ 400 milhões do BNDES e o restante de outras estatais.

Pelo lado das despesas primárias, houve um aumento de R$ 24,4 bilhões na projeção, passando para R$ 2,209 trilhões. São R$ 20,1 bilhões de aumento de despesas obrigatórias e R$ 4,3 bilhões de discricionárias, que incluem investimento e custeio da máquina pública. O aumento dos gastos, contudo, foi acomodado pelo crédito adicional de R$ 15,8 bilhões, que expandiu o limite de despesas sujeitas ao teto do novo arcabouço neste ano. Com isso, não foi necessário bloquear recursos do Orçamento.

O relatório bimestral também trouxe um consolidado do impacto primário das medidas tomadas até então pelo governo em relação à calamidade pública do Rio Grande do Sul. Até o momento, as medidas somam R$ 12,9 bilhões de impacto primário, mas esse resultado está fora tanto do cômputo da meta de resultado primário quanto dos limites do novo arcabouço fiscal.

Esse cálculo desconsidera um impacto de R$ 1,1 bilhão resultante do Auxílio Reconstrução - voucher de R$ 5,1 mil que será concedido às famílias atingidas. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, afirmou que a ajuda federal ao Rio Grande do Sul "não vai ser comedida", mas será feita com "zelo às finanças públicas", que "são importantes para o crescimento da economia brasileira e do Rio Grande do Sul".

Ele destacou que, apesar de a ajuda federal não entrar no cálculo do primário e do limite do arcabouço, o ministério dará publicidade a todas as despesas, para que possa ser feito o acompanhamento público.

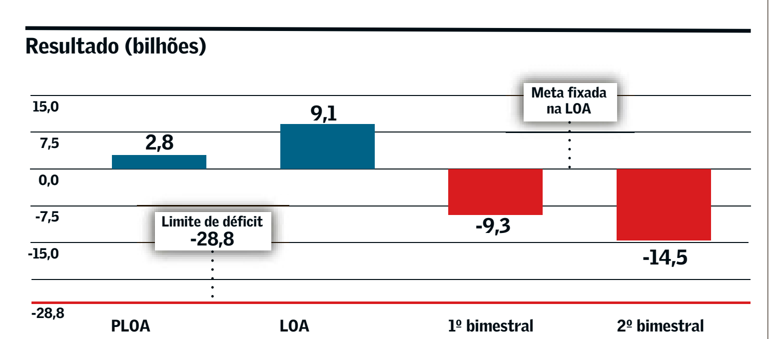
"Acionamento do gatilho do arcabouço está inócuo em relação às projeções"
Dario Durigan

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



Rogério Ceron: secretário nega pressão para que Petrobras eleve dividendos

Projeções de resultado primário em 2024
Arcabouço fiscal permite déficit de até 0,25% do PIB



Fonte: Governo federal

Dúvidas sobre este ano e os seguintes ainda persistem

Análise

Lu Aiko Otta
De Brasília

Como esperado pelos especialistas, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do segundo bimestre trouxe projeções apontando para o cumprimento das regras fiscais. O resultado do primário (exclui gastos com juros) ficou negativo em R$ 14,5 bilhões, dentro da margem de tolerância da meta de déficit zero, que é de R$ 28,8 bilhões.

Além disso, os R$ 2,9 bilhões que haviam sido bloqueados na edição anterior do relatório, em março, foram liberados. Isso foi possível por causa da incorporação de um crédito suplementar de R$ 15,8 bilhões, que elevou o limite de despesas do arcabouço fiscal. No relatório anterior, esse limite estava extrapolado, daí o bloqueio.

Esse crédito, que ocorrerá apenas desta vez, decorre de uma regra de transição do arcabouço fiscal, ligeiramente modificada por um "jabuti" incluído, por articulação atribuída nos bastidores à Casa Civil, na lei que recriou o DPVAT.

Conforme havia antecipado mais cedo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, mesmo com a incorporação da margem extra no limite de despesas, o resultado primário projetado segue dentro da margem de tolerância da meta.

No entanto, o quadro positivo não poderia ser mais provisório.

O primeiro quadrimestre do ano foi "excepcional", qualificou Haddad. Não só para as contas públicas, como para a inflação, o crescimento econômico e o mercado de trabalho.

Mas, acrescentou, "não temos a dimensão do desafio econômico que o Rio Grande do Sul vai representar". Ele contou que tem dormido menos desde o início das chuvas no Estado, pensando nos próximos passos. Assim, o terceiro bimestre do ano preocupa, admitiu.

Ao mesmo tempo, disse esperar que as medidas de recuperação do Estado surtam efeito ainda neste ano.

Antes mesmo das incertezas geradas pelas chuvas no Rio Grande do Sul, porém, já havia dúvidas sobre as contas deste ano e, principalmente, nos anos seguintes.

O economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, deu como exemplo a incerteza quanto ao desempenho de medidas anunciadas pelo governo, como os julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Não há informações sobre quanto foi obtido.

Nessa frente, o governo projetou receitas de R$ 54,7 bilhões no orçamento, dos quais espera conseguir R$ 49,6 bilhões de maio a dezembro, informa o relatório. Questionado, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, informou que os julgamentos estão a todo vapor e que, a partir de maio, um código específico identificará os recolhimentos.

Nesse relatório bimestral, as receitas primárias apresentaram alta de R$ 16 bilhões. Segundo Barreirinhas, houve rearranjos na classificação que explicam a queda de R$ 16,4 bilhões nas administradas e aumento de R$ 9,7 bilhões nas previdenciárias.

Além disso, as receitas não administradas apresentaram alta de R$ 22,7 bilhões. A principal explicação foi a previsão de entrada de R$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras, embora o conselho da estatal tenha aprovado apenas metade desse valor.

O detalhe é que as receitas foram projetadas sobre uma expectativa de crescimento econômico de 2,5% este ano. Esse número havia sido estimado antes das chuvas no Rio Grande do Sul e não pôde ainda ser recalculado.

O crescimento das despesas obrigatórias, por sua vez, é apontado por técnicos como principal fator de risco para as contas públicas. No relatório, cresceram R$ 20,1 bilhões, explicados em parte pelas medidas de socorro ao Rio Grande do Sul.

Os gastos com Previdência foram reestimados em R$ 3,5 bilhões, após acréscimo de R$ 5,6 bilhões no relatório anterior. O secretário do Orçamento Federal, Paulo Bijos, comentou que a despesa segue acompanhada de perto, pois representa metade o limite de despesas.

É bastante provável que o próximo relatório traga um retrato negativo dos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul. Na expectativa do governo, o cenário melhorará nos bimestres seguintes.

Ainda que os dados melhorem e que a meta do ano seja cumprida, as preocupações com a sustentabilidade das contas públicas seguem presentes. Isso porque o avanço dos gastos obrigatórios ameaça inviabilizar o arcabouço fiscal em alguns anos.

Distribuidoras podem ter restrição em dividendos

Rafael Bitencourt
De Brasília

O decreto que vai estabelecer os critérios de renovação das concessões de distribuição de energia deve permitir que seja limitada a distribuição dos dividendos aos acionistas em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, afirmou ontem (22) o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Ele ressaltou, porém, que nesses casos será garantido o repasse mínimo previsto na legislação.

A declaração do ministro remete à recente crise sobre a distribuição de dividendos extraordinários da Petrobras. As divergências do comando da petroleira com auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluindo o próprio Silveira, contribuíram para o desgaste, seguido de demissão, do então presidente Jean Paul Prates.

"Vamos ter mecanismos que inclusive a gente faça com que as distribuidoras, em caso de não ter equilíbrio econômico financeiro, possam ter, dentro do limite mínimo legal, a sua distribuição de dividendos limitada, caso ela não tenha musculatura financeira para fazer o investimento financeiro", disse Silveira a jornalistas.

A publicação do decreto, aguardada desde o ano passado, deverá sair "em breve", de acordo com previsão reiterada pelo ministro. Ele reforçou que uma das principais preocupações do governo é com o monitoramento da saúde financeira das concessionárias, questão que exigirá "comprovação anual" das condições de cumprimento do contrato. "Quando o Estado brasileiro se assusta com a condição das distribuidoras, essa já está completamente deteriorada do ponto de vista financeiro", destacou.

Outro cuidado que o governo pretende tomar, ao definir as regras de renovação dos contratos, é com o processo de caducidade (cancelamento) do contrato, em caso de falha nos serviços.

O ministro reforçou que os novos contratos devem tomar como referência a apuração de índices de duração e frequência de falhas por áreas menores, como bairros, e também a substituição do IGP-M pelo IPCA como índice aplicado ao reajuste das tarifas.

O governo quer ainda, segundo Silveira, considerar a dificuldade de distribuidoras em áreas de "severa restrição operativa", como são os casos de Light e Enel RJ. As duas concessionárias registram perdas financeiras diante da dificuldade de medir o consumo e cobrar a fatura ou mesmo efetuar o corte, em caso de inadimplência, nas regiões dominadas pelo crime organizado.

Rede elétrica do RS sofreu danos de R$ 1 bi, diz ministro

De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou nesta quarta-feira que a rede elétrica do Estado do Rio Grande do Sul sofreu danos estimados em mais de R$ 1 bilhão em consequência das inundações que atingiram as redes e as subestações de energia elétrica que operam no Estado.

"Com certeza, tivemos mais de R$ 1 bilhão de danos, num primeiro momento, já avaliados na rede elétrica", disse o ministro. Segundo ele, os prejuízos atingiram, em grande parte, as redes de baixa e média tensão, mas as transmissoras também sofreram prejuízos, em cerca de 40 equipamentos de alta tensão.

O ministro concedeu entrevista a jornalistas pela manhã na Base Aérea de Brasília, onde acompanhou o embarque de mais 50 especialistas em redes subterrâneas de energia. Os profissionais pertencem ao grupo Equatorial Energia, atuando em diferentes Estados. Cerca de 4 mil técnicos estão envolvidos nos trabalhos de recuperação das redes no Estado.

O secretário de energia elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Gentil Nogueira, explicou que os técnicos vão inspecionar cerca de 500 quilômetros de linhas subterrâneas de média e baixa tensão. Pelo menos duas subestações importantes para atendimento da região metropolitana de Porto Alegre ficaram submersas e vão demandar troca de equipamento, como transformadores de grande porte.

Silveira disse que o governo prepara uma medida provisória (MP) para permitir o "socorro econômico" da população do Rio Grande do Sul atingida pelas enchentes. Ele disse que os recursos virão do "excedente" da arrecadação da usina Itaipu Binacional.

"A medida provisória vai permitir a utilização desses recursos de forma mais direta para finalidade de socorrer economicamente a população atingida", afirmou Silveira, ao ser questionado sobre a ajuda à população gaúcha no pagamento da conta de luz.

O ministro afirmou que o apoio financeiro será dado a partir do restabelecimento do fornecimento de energia. "Os estudos técnicos estão sendo concluídos para que a gente anuncie de forma segura como vamos proteger as famílias atingidas", disse.

O Ministério de Minas e Energia informou que mais de 300 mil unidades consumidoras foram religadas, de um total de 560 mil clientes que chegaram a ficar sem fornecimento de luz. *(RB)*

INÊS 249

Tributação Proposta tem apoio de Lira e está sendo discutida na nova política automotiva do país

Lula vetará fim da isenção em compras de até US$ 50, afirma líder


BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Presidente Lula: petistas avaliam que o fim da isenção para compras até US$ 50 pode gerar reações na base eleitoral do partido e desgastar o governo

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Gabriela Pereira, Estevão Taiar e Adriana Mattos
De Brasília e São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quarta-feira (22) que vetará o fim da isenção do imposto de importação em compras internacionais de até US$ 50 se for aprovado dentro do projeto da Mobilidade Verde e Inovação (Mover), disse ao **Valor** o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), insiste na aprovação e adiou a votação. Uma nova tentativa deve ocorrer nesta quinta-feira.

Nas últimas semanas, a inclusão do tema no PL do Mover dividiu as bancadas e impôs o adiamento da votação em outras oportunidades. Os petistas avaliam que o fim da isenção pode gerar reações na base eleitoral do partido e desgastar o governo Lula se aprovada. O PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, também está contra e propôs a aprovação de emenda que isentaria de imposto todas as vendas nacionais de até US$ 50 — cerca de R$ 250. A proposta é considerada uma "bomba-fiscal" pelos governistas e até por oposicionistas.

Em mensagem encaminhada ao grupo de vice-líderes do governo na Câmara no WhatsApp, Guimarães (PT-CE) afirmou que Lula queria a aprovação do PL do Mover, a nova política automotiva do país, e que está contra o fim da isenção das compras internacionais até US$ 50. Ao **Valor**, o deputado confirmou: "Vai vetar [se for aprovado]".

Lira insiste na taxação e recebeu o apoio de empresários de peso nas últimas semanas. CEO da Renner, Fábio Faccio esteve em Brasília para se reunir pessoalmente com o presidente da Câmara e com os deputados e apresentar argumentos a favor da taxação. "Não queremos barreira comercial, queremos igualdade de concorrência. Se também tivermos isenção, os nossos produtos seriam vendidos pela metade do preço e com melhor qualidade", disse.

Nas semanas anteriores, executivos da Petz, Leroy Merlin, Riachuelo e Mercado Livre também participaram deste "corpo a corpo" para sensibilizar os parlamentares e o governo. "Esses e-commerces dizem que estão ajudando as pessoas com menor poder aquisitivo, mas na verdade estão tirando os empregos dessas pessoas e também o dinheiro para as políticas sociais ao não pagarem impostos", disse Faccio.

O **Valor** apurou que varejistas ligadas ao IDV, principal instituto do varejo no país, ainda têm expectativa de que, mesmo com um eventual veto de Lula à volta da alíquota de importação, seja possível reverter a questão por meio do debate com o presidente.

"Temos que ir passo a passo, primeiramente tratar da aprovação do projeto na Câmara, e se depois houver resistência do Executivo, provarmos que a isenção é nociva às empresas e aos empregos", disse uma fonte a par da discussão . "Uma batalha por vez".

A rejeição de Lula à ideia de volta da alíquota já era de conhecimento dos interlocutores do varejo e indústria e não causou surpresa a hipótese de veto entre aqueles que estavam em Brasília ontem, acompanhando o tema. As companhias já vinham, inclusive, aumentando a pressão no Congresso, na busca de apoio do governo.

Nesta semana, presidentes de empresas como Renner, Petz, Marisa e Caedu encaminharam vídeos e mensagens a deputados pedindo apoio pata o fim da isenção, apurou o **Valor**.

Já os marketplaces internacionais alegam que o programa de isenção de até US$ 50 é uma prática mundial, permitiu à população de baixa renda receber o mesmo benefício dos mais ricos que fazem compras em viagens internacionais e gerou milhares de empregos no setor de logística no Brasil.

Além disso, defendem que o impacto no varejo e indústria nacionais não é tão grande quanto alardeado pelos empresários brasileiros. "A parcela do e-commerce de plataformas internacionais não alcançaria mais do que 0,5% do varejo nacional", disse carta assinada por Proteste, Instituto Livre Mercado e Associação Brasileira das Empresas de Transporte.

> Varejistas têm expectativa de que possível veto ainda possa ser revertido com negociações

A taxação, caso revogada a isenção, seria de 60% do imposto de importação sobre os produtos, além dos 17% já cobrados de ICMS por causa do "Remessa Conforme", da Receita Federal. Isso, argumentam os empresários estrangeiros, causaria um imposto global de 90% e inviabilizaria o mercado "crossborder".

Como alternativa, o relator do projeto do Mover, deputado Átila Lira (PP-PI), sugeriu alterar o texto para que o imposto de importação seja de 25% ou tenha um escalonamento, mas, mesmo assim, não houve apoio do governo Lula. "Vou torcer para votar amanhã [quinta-feira] porque não quero prejudicar o projeto", disse o relator. Ele destacou que o próprio governo pediu o adiamento diante do temor de que a emenda da deputada Adriana Ventura (Novo-SP) que sugere a extensão da isenção para a indústria nacional fosse aprovada pelo plenário da casa.

A deputados o ministro Fernando Haddad (PT) defendeu uma "solução conjunta" entre os três Poderes para decidir como será realizada a taxação de importações abaixo de US$ 50.

"A preocupação do comércio é legítima, da indústria é legítima, mas precisa haver um entendimento dos três Poderes em torno dessa questão", disse em audiência pública em comissão da Câmara.

Ele também elogiou nominalmente os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), por causa do acordo realizado pelos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que estabeleceu a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em cima dessas importações.

No fim da audiência, o chefe da equipe econômica afirmou a jornalistas que não acredita "isso será decidido no Mover", referindo-se ao projeto de lei.

INÊS 249

Clima Para especialistas, desenvolvimento urbano caótico, desigualdade social e tamanho da população estão entre as principais causas

Brasil é sétimo país com mais mortes no século por inundações



Rafael Vazquez e Álvaro Fagundes
De São Paulo

O Brasil é o sétimo colocado em um ranking internacional de mortes causadas por inundações, segundo a base de dados (EM-DAT) do Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres (CRED, na sigla em inglês). De 2001 até maio deste ano, 3.522 brasileiros perderam a vida em 111 enchentes.

Ao considerar apenas os cinco meses de 2024 e contabilizando 162 óbitos confirmados na tragédia do Rio Grande do Sul, já são 224 mortos, o que coloca o país em terceiro lugar no ano em andamento, enquanto em 2023 ocupou a 11ª colocação com 123 vítimas fatais.

Segundo especialistas em desastres climáticos ouvidos pelo **Valor**, a dimensão territorial e o tamanho da população brasileira contribuem para que o Brasil, assim como outros países populosos como Índia, China e Paquistão, figure entre os primeiros da lista. No entanto, há outras razões que explicam melhor a posição do país neste ranking negativo. O desenvolvimento urbano caótico nas grandes cidades e a desigualdade social estão entre as principais causas, agravadas pela falta de prevenção e adaptação para lidar com eventos climáticos extremos.

"O processo de urbanização do país, em grande parte, é marcado pela transformação profunda do ambiente natural, com a supressão de vegetação, impermeabilização do solo e canalização de rios. Também é caracterizado pela segregação residencial, levando a população mais pobre a habitar áreas menos bem servidas de equipamentos e infraestrutura pública, e mais expostas a riscos de desastres como inundações e deslizamentos de terra", explica a urbanista e especialista em ciência política Marcela Alonso Ferreira.

Segundo Ferreira, que é pesquisadora do Instituto Urbem e doutoranda no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po), o modelo de cidade predominante no Brasil não está apto para lidar com os volumes de chuvas cada vez mais fortes em meio às mudanças climáticas. "Esse modelo torna a população mais vulnerável em termos socioeconômicos e também tende a ser mais vulnerável em relação às consequências de desastres. Isso é ainda mais preocupante considerando o aumento na incidência de eventos climáticos extremos que temos observado".

Para o pesquisador e tecnologista da sala de situação do Centro Nacional de Previsão de Monitoramento de Desastres (Cemaden), Pedro Ivo Camarinha, embora o tamanho do Brasil contribua para a posição incômoda num ranking que considera valores absolutos, a colocação poderia ser ainda pior se a lista fosse elaborada com valores relativos.

"No Brasil, há grandes desastres como o do Rio grande do Sul, mas também tem muitos eventos de menor proporção que nem estão no banco de dados do EM-DAT. Se fizermos uma avaliação um pouco mais criteriosa, talvez o Brasil estivesse ainda mais para cima", diz Camarinha. "Em termos de prevenção, o Brasil deixa muito a desejar".

O especialista do Cemaden explica que o desenvolvimento econômico no país foi exageradamente pautado pela exploração dos recursos naturais "a qualquer custo", o que deixou as cidades vulneráveis. Além disso, ele aponta que o fato de a maioria das grandes cidades brasileiras terem crescido na costa leste, próximas ao oceano, é outro fator de vulnerabilidade contra as chuvas cada vez mais fortes.

> "Em termos de prevenção, o Brasil deixa muito a desejar"
> *Pedro Camarinha*

"É mais provável que essas cidades [no litoral ou próximas à costa do Atlântico] sejam afetadas por eventos mais volumosos de chuva, principalmente porque o padrão aqui é de passagem das frentes frias, que são os sistemas meteorológicos que mais trazem chuvas no geral", observa.

"Normalmente são as frentes frias que vão estar presentes em 95% ou até mais nos grandes desastres do Brasil. Elas se desenvolvem lá no Sul, passam quase que inteiras pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, até irem se afastando da costa, mas os efeitos são vistos nessas proporções. Fora que a gente tem a serra do Mar muito próxima em grande parte dessa região [litorânea], que corta desde Santa Catarina até a Bahia e facilita as enxurradas e os deslizamentos de terra", acrescenta Camarinha, ressaltando que não é apenas o Rio Grande do Sul que está sujeito a tragédias como a deste mês.

Camarinha ainda lamenta que, ao invés do fortalecimento da discussão sobre como adaptar as cidades para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, o Congresso Nacional continua debatendo medidas predatórias ao meio ambiente, sendo que uma delas via permitir a redução das reservas legais na Amazônia — desmatamento e redução de vegetações estão entre as principais causas do aquecimento global e, consequentemente, de chuvas mais fortes.

"Em plena discussão sobre mudanças climáticas e necessidade de reduzir a emissão de gases do efeito estufa, uma mudança dessa chega a ser bizarra. É praticamente inaceitável pensar nesse tipo de coisa."

Em termos econômicos, um dos pontos que os especialistas destacam como fundamental, é que o Estado brasileiro — em todas as esferas governamentais — tem a cultura de agir depois do desastre, e não nas medidas de prevenção, o que torna as ações de resposta mais caras do que as de adaptações preventivas nas cidades.

"Precisamos de um trabalho cíclico que começa com a redução de riscos, passa pela preparação para estes eventos climáticos e envolve também ter capacidade de resposta e de recuperação posterior à ocorrência", diz a urbanista Marcela Ferreira. "Em termos concretos, vemos que o Estado brasileiro nos últimos anos gastou mais dinheiro com a recuperação após desastres do que com as etapas anteriores".

Para ela, uma gestão eficaz contra desastres climáticos envolve uma série de ações que vão desde priorizar as populações mais vulneráveis por meio de programas habitacionais a aumentar as áreas vegetadas e alagáveis nas cidades, além de fortalecer a fiscalização e o licenciamento ambiental.

Neste sentido, Camarinha afirma que o melhor exemplo que pode servir ao Brasil é a China. Ele destaca que o país asiático também sofre com enchentes — é o segundo com mais mortes no século —, mas tem se dedicado a esforços de prevenção e adaptações urbanas para suportar volumes maiores de chuva.

"O Estado chinês colocou uma meta ambiciosa até 2030 para desenvolver um tipo de infraestrutura verde nas grandes cidades capaz de absorver melhor as chuvas. É um baita desafio que no Brasil, no ritmo de debate e ações que vemos, talvez demore um século para se aproximar."

O especialista em desastres do Cemaden cita o conceito de cidades-esponja, metodologia criada pelo arquiteto paisagista Kongjian Yu que já vem sendo aplicada na China há dez anos e consiste em desenvolver florestas urbanas que aumentam as áreas permeáveis das cidades com vegetação própria para absorver grandes volumes de água. "A meta dos chineses é morte zero todos os anos. Mesmo que leve tempo e seja uma meta difícil, é o que eles buscam e investem em soluções preventivas para alcançar."

"Para o caso do Brasil, tanto Camarinha quanto Ferreira indicam que é preciso agir coletivamente para mudar o rumo e futuramente ter a chance de ver o Brasil na parte de baixo do ranking em mortes por inundações. "É evidente que os governos municipais, estaduais e federais devem ter um papel central de realizar investimentos e coordenar ações entre os diferentes níveis de governo e junto à sociedade. Dito isso, a população é quem tem a responsabilidade de eleger governantes e legisladores comprometidos com a adaptação climática", conclui a urbanista.



Marcela Alonso Ferreira: modelo de cidade do país não está apto para lidar com volumes de chuvas cada vez mais fortes

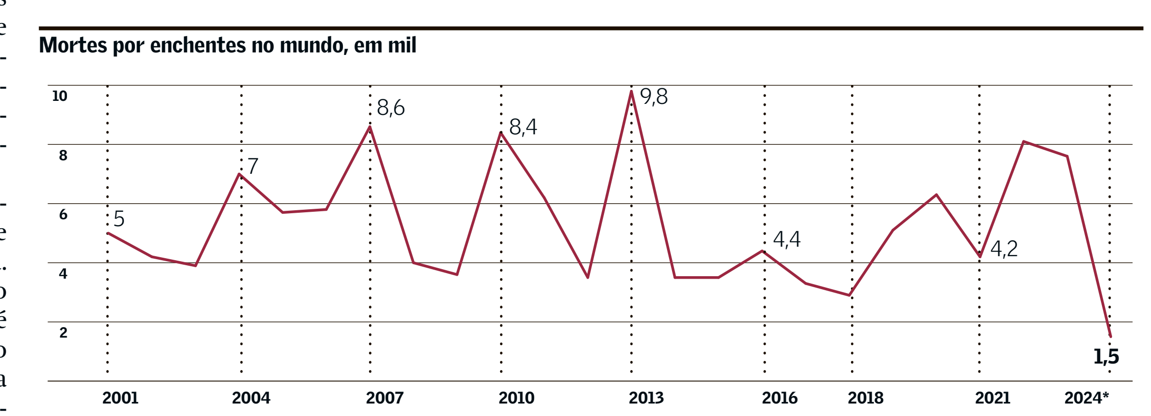
Cenário frequente

Brasil está entre países com mais mortes devido a enchentes neste século

Mortes por enchentes de 2001 até maio de 202

Posição	País	Mortes	Registros de enchentes
1º	Índia	32.899	187
2º	China	12.652	210
3º	Paquistão	9.951	87
4º	Indonésia	4.161	197
5º	Afeganistão	3.985	89
6º	Rep. Democ. do Congo	3.912	38
7º	Brasil	3.522	111
8º	Bangladesh	3.437	38
9º	Haiti	3.232	44
10º	Nepal	3.126	34
11º	Nigéria	2.629	44
12º	Vietnã	2.454	81
13º	Tailândia	2.336	65
14º	Quênia	2.217	54
15º	Rep. Democ. do Congo	2.187	21
	Total Geral	**126.079**	**3.914**

Mortes por enchentes no mundo, em mil



Mortes por enchentes em 2024*

1º	Afeganistão	466
2º	Quênia	295
3º	Brasil	223
4º	Tanzânia	155
5º	Indonésia	87
6º	África do Sul	41
7º	Paquistão	40
8º	Omã	27
9º	Burundi	25
10º	China	14
11º	Ruanda	14
12º	Irã	10
13º	Turquia	10
14º	Somália	7
15º	Equador	6
	Total	**1.450**

Mortes por enchentes em 2023

1º	Rep. Democ. do Congo	3.014
2º	Índia	1.624
3º	Paquistão	335
4º	Nigéria	275
5º	Iêmen	248
6º	Quênia	219
7º	Somália	165
8º	Etiópia	151
9º	China	138
10º	Ruanda	131
11º	Brasil	124
12º	Peru	96
13º	Angola	84
14º	Haiti	80
15º	Guatemala	78
	Total	**7.569**

Fonte: Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Desastres. *Dado mais recente.

Enchente afetou 2,5 milhões no RS, estima Fiocruz

Folhapress, de São Paulo

As enchentes provocadas pelas chuvas no Rio Grande do Sul já atingem mais de 2,5 milhões de pessoas, segundo nota técnica do Observatório do Clima e Saúde da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz).

O relatório aponta que, em todo o Estado, o desastre climático atingiu também mais de 3.000 instalações de saúde como clínicas, farmácias e hospitais e deixou 1,3 milhão de moradias em zona de risco.

Dentre os mais vulneráveis em contato direto com as inundações, de acordo com o documento, estão 240 favelas, 40 comunidades quilombolas e cinco aldeias indígenas.

Para a realização do estudo, os pesquisadores da Fiocruz fizeram um panorama a partir de dados disponibilizados por órgãos como CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), Funai, Fundação Palmares, INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e IBGE.

Foram analisados, ao todo, consultórios, clínicas, farmácias, centros de saúde especializados e unidades móveis de nível pré-hospitalar das regiões afetadas.

Na nota, Diego Xavier, pesquisador do Observatório de Clima e Saúde, explica que o levantamento é uma tentativa de diagnóstico dos primeiros impactos na saúde no Estado. "Precisamos entender qual é o nível de desassistência da população e como ficou a estrutura de atendimentos de saúde", afirma o pesquisador, alertando também para o cuidado com portadores de doenças crônicas.

A Fiocruz diz que a instituição está buscando formas de apoiar as ações do Centro de Operações de Emergência, do Ministério da Saúde, no Rio Grande do Sul.

A Defesa Civil do Rio Grande do Sul confirmou no boletim das 19h desta quarta-feira (22) mais uma morte pelas fortes chuvas no Estado, totalizando 162 óbitos. O número pode aumentar nos próximos dias, já que ainda há 75 desaparecidos. São 806 feridos.

No total, 467 municípios foram afetados, sendo que 68.345 pessoas continuam desabrigadas e 581.633 foram desalojadas. Conforme o governo gaúcho, 82.666 pessoas foram resgatadas.

Depois de quase três semanas de interrupção devido à inundação causada pelo lago Guaíba, a rede de ensino municipal de Porto Alegre retomou as atividades a partir de segunda-feira (20). O retorno será escalonado, e mais 16 escolas reabriram na terça (21).

Na rede estadual de ensino, 1.060 escolas foram afetadas em 248 municípios. Foram 378.989 estudantes impactados. No total, 567 escoladas foram danificadas e 67 estão servindo de abrigo para os moradores que perderam suas casas em meio a uma catástrofe climática sem precedentes no estado.

Segundo a Defesa Civil, 1.847 escolas já retornaram às aulas. Outras 493 ainda não voltaram e 325 delas ainda não têm data prevista.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lira: parlamentares próximos ao presidente da Câmara estão entre os beneficiados na recomposição de valores

Congresso Mais de R$ 4,2 bi voltaram aos cofres dos parlamentares; aliados de Lira, Rodrigo Pacheco e Alcolumbre recebem benesses

Recomposição de emendas de comissão beneficia o Centrão

Caetano Tonet, Julia Lindner, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) às emendas de comissão (RP8) na última sessão do Congresso devolveu R$ 4,2 bilhões aos cofres de parlamentares no comando de colegiados. A recomposição privilegiou parlamentares do Centrão e quadros ligados aos presidentes das Casas, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O acordo inicial entre Executivo e Legislativo é para a recomposição de R$ 3,6 bilhões, mas por questões técnicas o valor ficou em R$, 4,2 bilhões. Apesar do aumento, parlamentares afirmam que será respeitado o acordo. "O que funciona no Parlamento é a palavra. Combinou, tem que cumprir", afirmou o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Ligadas a ministérios chefiados por indicados de Lira, as comissões do Esporte e do Turismo estão na lista dos colegiados que tiveram maiores recomposições. Tanto o ministro do Esporte, André Fufuca (PP), quanto o do Turismo, Celso Sabino (União Brasil), são aliados do presidente da Câmara.

A influência e articulação política junto aos ministros é ainda mais importante no caso das emendas de comissão, pois os recursos não são impositivos — como as emendas individuais. Ou seja, o governo não tem obrigação de executar os recursos. Nesses casos, cabe aos parlamentares garantirem a liberação da verba junto ao Executivo.

No caso da Comissão do Esporte, o aumento na verba foi de R$ 250 milhões. O colegiado, comandada pelo deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-MG), contará com um orçamento de R$ 900 milhões, um dos maiores da Câmara. Apesar de ser do PL, partido que abriga boa parte dos parlamentares bolsonaristas, Rodrigues é da ala próxima ao presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, e foi ministro dos Transportes no segundo mandato da então presidente, Dilma Rousseff.

Já a Comissão do Turismo, presidida pelo deputado Paulo Litro (PSD-PR), estava sem verba após o veto presidencial. Agora, terá o quinto maior orçamento da Casa: R$ 950 milhões, superando áreas como segurança e educação.

Outro aliado de Lira contemplado foi o presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Mário Negromonte Jr (PP-BA), com um aporte de R$ 100 mil. Antes, o colegiado estava sem nada.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Castro: "O que vale no Parlamento é a palavra. Combinou, tem que cumprir

Apesar da alocação das verbas nas comissões, o dinheiro está dividido em "cotas" entre os partidos. Mas há "castas" entre os deputados — líderes de bancadas e o presidente da Casa recebem mais. Não há divulgação sobre quais são as regras para repartição dos recursos e também nenhuma publicidade sobre quem indicou verbas, a exemplo do que ocorria no extinto "orçamento secreto".

Além da semelhança em relação à falta de transparência, os R$ 15,4 bilhões para as emendas de comissões se aproximam dos R$ 16 bilhões aprovados para o orçamento secreto em 2022.

Em outro exemplo do impacto da divisão de recursos sobre partidos de centro, a maior recomposição na Câmara ficou com a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), comandado por Eunício Oliveira (MDB-CE). A CDU teve um acréscimo de mais de R$ 1 bilhão com a derrubada do veto presidencial. O colegiado é ligado ao ministério das Cidades, do também emedebista Jader Filho (MDB).

Já na Comissão de Segurança Pública, que tem na presidência o bolsonarista Alberto Fraga (PL-DF), não houve recomposição, e o veto de R$ 4 milhões foi mantido. Com isso, o colegiado não terá recursos para indicar. Na CCJ, comandada pela deputada Carolina de Toni (PL-SC), ficou mantido o corte de mais de 86% dos R$ 15 milhões previstos na lei orçamentária.

> CCJ do Senado, comandada por Alcolumbre, ganhou mais R$ 60 milhões

Se na Câmara boa parte dos recursos está sob o controle de Lira, no Senado os colegiados contemplados estão sob influência direta do senador Davi Alcolumbre (União-AP), aliado de primeira hora do presidente Rodrigo Pacheco. A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) teve uma recomposição de mais de R$ 1,9 bilhões, totalizando mais de R$ 4,3 bilhões — seguindo na liderança com o maior orçamento da Casa. O colegiado é comandado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), mas o ministério de Desenvolvimento Regional, responsável pela liberação de grande parte dos recursos, tem na cadeira Waldez Góes, indicado por Alcolumbre.

Já a CCJ, comandada pelo próprio Alcolumbre, recebeu mais R$ 60 milhões, totalizando uma verba de mais de R$ 786 milhões, o segundo maior orçamento da Casa. Os valores fazem os colegiados somarem mais de 95% do total de R$ 5,4 bilhões destinadas as comissões do Senado.

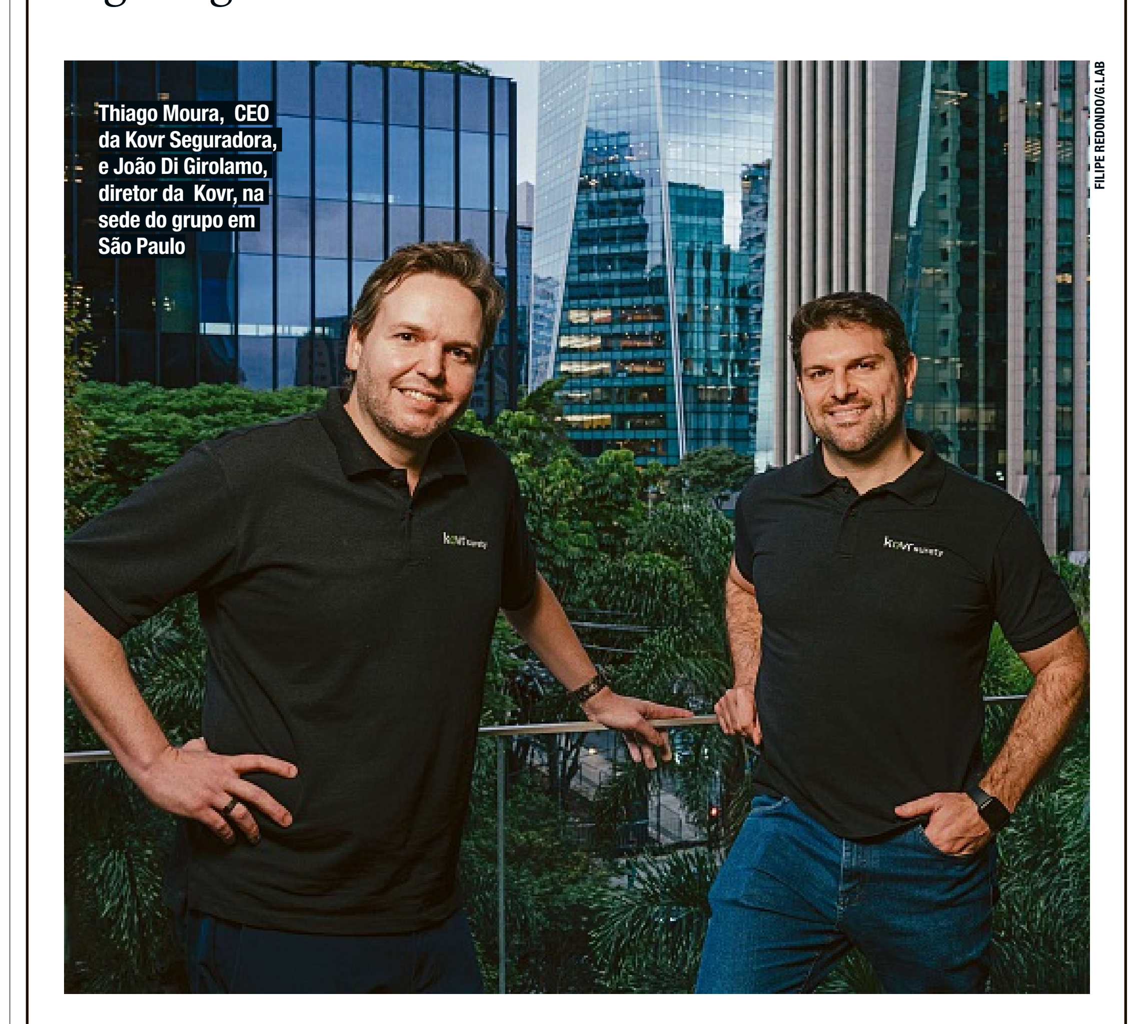
O fato de o pagamento das emendas não ser obrigatório aumenta ainda mais o poder de Alcolumbre sobre os recursos. O senador é conhecido pelos colegas por atuar como ponte, principalmente de parlamentares de oposição, com o governo para a liberação de recursos.

ARTIGO

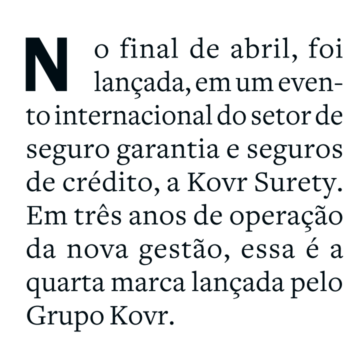
Kovr Surety chega ao mercado baseada em inovação e parcerias

Kovr lança quarta marca do grupo focada em seguro garantia em evento internacional

FILIPE REDONDO/G.LAB



Thiago Moura, CEO da Kovr Seguradora, e João Di Girolamo, diretor da Kovr, na sede do grupo em São Paulo



No final de abril, foi lançada, em um evento internacional do setor de seguro garantia e seguros de crédito, a Kovr Surety. Em três anos de operação da nova gestão, essa é a quarta marca lançada pelo Grupo Kovr.

O Grupo Kovr — agora formado pela Kovr Seguradora , de ramos gerais, Kovr Previdência, Kovr Capitalização e a Kovr Surety, a mais recente, especializada em seguro garantia e fiança locatícia — passou por uma reformulação a partir de 2020, com o reposicionamento da estratégia do negócio baseado em tecnologia, inovação e parcerias.

EXPERIÊNCIA

A estratégia, segundo João Di Girolamo, diretor da Kovr Surety, vai ser a mesma à frente da nova marca. "É um caminho natural buscar parceiros entre as relações já estabelecidas no grupo, e se acoplar o seguro garantia aos serviços já oferecidos pelas outras marcas do grupo", detalha.

Formado em Direito, o executivo tem 16 anos de experiência no setor de seguros. Di Girolamo chegou ao Grupo Kovr para assumir a nova marca em abril e mostra entusiasmo com o desafio de desenvolver a vertical. "Chego para colocar de pé a nova estratégia para a Kovr Surety, aproveitando a experiência nesse tipo de produto e toda a estrutura já amadurecida no grupo nos últimos anos", explica.

A decisão de ter uma marca de seguro garantia dentro da Kovr, como explica o executivo, veio a partir da avaliação de que essa seria uma forma de expandir o negócio com uma equipe dedicada, sem prescindir das sinergias possíveis com as outras marcas do grupo e da força de vendas tradicional, especializada, oferecida pelos corretores. Ao mesmo tempo, ao ganhar uma estrutura própria, a nova marca contará com agilidade na tomada de decisões do dia a dia.

CRESCIMENTO

As expectativas de Di Girolamo são promissoras. O executivo projeta um crescimento de 20% na receita nos próximos dois anos. O mercado de seguro garantia tem apresentado boas taxas de crescimento, como mostram os dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia responsável pela autorização, controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.

Em 2023, foram arrecadados R$ 4,3 bilhões. Depois de momentos delicados nos anos de recessão econômica no Brasil e dos efeitos da pandemia, nos anos de 2022 e 2023 o crescimento tem sido na casa dos dois dígitos.

POTENCIAIS FONTES DE RECEITA

O seguro garantia é uma forma de caução de uma série de obrigações, sejam elas contratuais ou legais. Pode ser usado, por exemplo, para garantir contratos públicos e privados, na obrigação de pagamento em um processo judicial, na importação de produtos junto à Receita Federal ou para a participação em processos de licitação.

"A depender do tipo e do tamanho do contrato, de acordo com cada seguradora, o seguro garantia atende não só as grandes empresas, mas também os pequenos empresários em suas necessidades, desde pequenas construções às mais variadas prestações de serviço e contratos de fornecimento, que exigem este tipo de garantia", detalha o diretor da Kovr Surety.

Parte do crescimento projetado pela Kovr Surety para os próximos anos deve vir das obras do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado em agosto do ano passado e que deve destinar R$ 371 bilhões em investimentos públicos até 2026, indica Di Girolamo.



O tamanho da Kovr*

Faturamento do grupo
R$ 1,9 bilhão

Apólices emitidas pela seguradora: cerca de
3 milhões

Crescimento do prêmio da seguradora:
132%

Fonte: *Empresas/2023

As marcas do Grupo Kovr

- Kovr Seguradora
- Kovr Surety
- Kovr Previdência
- Kovr Capitalização

INÊS 249

Dobradinha fortuita no revisionismo da Lava-jato



Maria Cristina Fernandes

Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu a data da demissão de Jean Paul Prates da Petrobras para que a repercussão negativa fosse engolida pela inundação gaúcha, acabou por fazê-la coincidir com o revisionismo da Lava-jato no Supremo Tribunal Federal.

A decisão do ministro Dias Toffoli de anular todos os atos da Lava-jato contra Marcelo Odebrecht em decorrência da operação "Spoofing", que escancarou o conluio entre o Ministério Público Federal e o ex-juiz Sergio Moro, formou uma dobradinha infeliz com a decisão de Lula na Petrobras.

Sugere limpeza do terreno para que se possa começar tudo outra vez. Colaboram para isso não apenas a disposição do acionista majoritário de retomar investimentos que alimentaram a corrupção na companhia como as mudanças em curso para enfraquecer mecanismos de governança adotados depois do escândalo.

A relação entre Toffoli e o presidente permanece obstruída. Lula já confidenciou a mais de um interlocutor o interesse em chamar o ministro que indicou e sugerir que abdique do mandato para cuidar da saúde. Corre que a atuação de Toffoli hoje também incomoda seus colegas no STF, mas se isso é verdade, algum dos muitos interlocutores de Lula na Corte poderia tê-lo advertido da pauta em curso. Se não o fizeram é porque uma mão lava a outra também sob as togas. Um ministro que se cala sobre uma decisão monocrática também será beneficiado pelo silêncio do colega quando chegar sua vez.

As decisões monocráticas, ao contrário do que o distinto público imaginava, não acabaram. A PEC votada pelo Senado dormita em berço esplêndido na Câmara. A decisão da ex-ministra Rosa Weber de levar as monocráticas, automaticamente, para o plenário se restringe a liminares. A esmagadora maioria das decisões do Supremo não apenas se dá em turmas mas também pelo voto de um único ministro.

Toffoli tem acumulado decisões do gênero. Já havia suspendido multa de R$ 8,5 bilhões da Novonor, antiga Odebrecht, e outra de R$ 10 bilhões da J&F, além de ter mandado investigar acordo do MPF com a Transparência Internacional envolvendo o acordo de leniência entre a PGR e o grupo dos Batista.

A fortuita dobradinha entre Executivo e STF colabora para manter longe o investidor estrangeiro de que o país tanto precisa. O presidente de uma das maiores empresas brasileiras voltou de Nova York menos otimista do que lá chegou. Ouviu de seus pares estrangeiros que, se o confortável juro americano já os mantinha longe do Brasil, a troca na presidência da Petrobras em nada os estimula a voltar os olhos para o país.

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que rejeitou a cassação do ex-juiz e senador Sergio Moro (União-PR), outra coincidência, não serviu para equilibrar a decisão de Toffoli. Primeiro porque o voto do relator, ministro Floriano Azevedo Marques, era consistente. Deixou claro que não havia como somar os gastos de pré-campanha presidencial com a do Senado para apontar limites excedidos.

Ainda pesou na unanimidade da decisão o recuo iniciado há meses por Moraes e destinado, em nome de sua sobrevivência, a aposentar a excepcionalidade como rotina: o arquivamento do inquérito da estadia do ex-presidente Jair Bolsonaro no Embaixada da Hungria, e livramentos em série, o mais notório o do coronel Mauro Cid.

Basta, porém, assistir ao diálogo entre Moraes e a ministra Carmen Lúcia sobre a deputada Carla Zambelli (PL-SP) para concluir que o presidente seguiu o voto do relator e não o contrário. Depois de a ministra dar uma cambalhota para definir como "desinteligência artificial" a inserção de um suposto mandado de prisão de Moraes contra si próprio no sistema do CNJ, Moraes atalhou-a: "Foi burrice mesmo".

O voto do relator mostra ainda como a pretensão eleitoral dos proponentes da cassação, PL e PT, não se sustentariam perante seus próprios argumentos. Michelle Bolsonaro, presidente do PL Mulher, e a deputada Gleisi Hoffman (PT-PR), presidente do PT, eram postulantes à vaga. Como dirigentes partidárias valem-se do fundo partidário para viajar pelo país e, por isso, incorreriam na mesma falta imputada a Moro.

A dúvida que se abre agora é como o andamento dessas coincidências impacta os rumos do país. Além da segurança jurídica, o que está em jogo é o risco de que as dobradinhas fortuitas entre Executivo e Judiciário sejam percebidas como leniência com a corrupção. É água no moinho da direita.

O terceiro personagem do noticiário judicial da semana, José Dirceu, já deu dica preciosa sobre o tema. O ex-ministro livrou-se de uma de suas condenações da Lava-jato, de 2016, que se refere a recebimento de 30% de propina da empresa Apolo Tubulars em contrato firmado com a Petrobras em 2009.

Em recurso, a defesa argumentou que a acusação estava prescrita à época de sua condenação porque a idade superior a 70 anos do ex-ministro reduzia pela metade os prazos. Ficou mais clara a prescrição do que as razões pelas quais os ministros a permitiram.

O andamento dos processos não impede Dirceu de transitar e pontificar em exclusivos circuitos. Num deles, impressionou um grande empresário ao dar a melhor definição da batalha em curso.

Disse que a direita sequestrou a agenda do país e que, em 2022, não ganhou porque seu candidato era um "desqualificado". Em 2026, disse, não o será. Se tinha em mente a troca de Bolsonaro pelo governador Tarcísio de Freitas, a dobradinha infeliz entre Executivo e Judiciário mostra que discurso não lhe faltará.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Congresso Políticos reclamam de ausência em projeto que discutirá questões federativas

Grupo da reforma tributária exclui Norte e Centro-Oeste



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coordenador da bancada do Mato Grosso do Sul, Vander Loubet (PT) diz que situação preocupa: "Não dá para vir um trator passando por cima da gente"

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Após quase um mês, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), divulgou a composição dos dois grupos de trabalho que discutirão a regulamentação da reforma tributária, mas a falta de deputados do Centro-Oeste e do Norte no colegiado que decidirá sobre a distribuição dos recursos para os Estados levou a críticas de parlamentares destas regiões e pressões para que já ocorram mudanças.

"É preocupante", disse o coordenador da bancada do Mato Grosso do Sul, deputado Vander Loubet (PT-MS). "Não sei qual foi o critério, mas não dá para o Centro-Oeste ficar de fora da discussão e ser prejudicado. Não dá para vir um trator passando por cima da gente", afirmou o petista.

Loubet disse que o Mato Grosso do Sul trabalhou para ajudar a construir uma posição de consenso sobre a reforma e que não pode ser excluído. "Independentemente da questão partidária, não dá para um Estado como o nosso, que fez todo o dever de casa, ser penalizado", declarou.

Coordenador da bancada do Distrito Federal, o deputado Rafael Prudente (MDB) procurou outros coordenadores estaduais e o presidente do seu partido, o deputado Baleia Rossi (SP) — que foi autor da proposta de emenda constitucional (PEC) que originou a reforma — para fazer uma mobilização que amplie o grupo. "Tenho certeza de que teremos a sensibilidade do presidente Arthur Lira para que possa rever essa decisão", disse. "Claro que não podemos ter representante de todos os 27 Estados, mas o trabalho terá mais legitimidade e credibilidade, e isonomia também, se tiver a composição de pelo menos todas as regiões do país."

O desbalanceamento ocorreu devido ao método escolhido por Lira para compor os grupos de trabalho e por causa das indicações das siglas: os sete maiores partidos vão participar do primeiro grupo, que cuidará das regras de funcionamento do novo sistema, e o segundo grupo, com os demais partidos/federações, tratará dos critérios para divisão dos recursos entre os Estados e municípios, do funcionamento do comitê-gestor do IBS e das normas para atuação dos Fiscos.

> "Tenho certeza que teremos a sensibilidade de Lira para reverter"
> *Rafael Prudente*

Os partidos não indicaram nenhum deputado do Centro-Oeste e do Norte para este segundo grupo. Serão quatro representantes do Sudeste, dois do Nordeste e um do Sul. No primeiro grupo, há um deputado do Norte — Joaquim Passarinho (PL), do Pará —, mas ele não discutirá as questões relativas à Federação. Este segundo projeto ainda não chegou à Câmara — justamente por divergências entre a União e os entes subnacionais — e a promessa do governo é que isso ocorra na próxima semana.

Lira oficializou nesta quarta-feira em reunião com o primeiro grupo de trabalho que os colegiados não terão nenhum relator ou coordenador e que a intenção é que os sete membros cheguem num acordo sobre os temas para elaborar um parecer sobre o texto, que possui 499 artigos.

A situação, inédita, levará a um inusitado rodízio: por ordem alfabética, cada integrante comandará uma audiência pública. Nos bastidores, essa divisão foi vista por parlamentares como uma forma de o presidente da Câmara ter maior influência sobre o texto, para decidir sobre os assuntos em que houver divergência.

Segundo o deputado Claudio Cajado (PP-BA), os sete integrantes do grupo sentarão em reunião fechada após essas audiências públicas para tentar chegar a um consenso sobre cada tema. O GT apresentará os parâmetros para elaboração de um parecer no plenário, mas não votará um texto nem haverá apresentação de emendas pelos parlamentares. Essa fase ocorrerá no plenário — quando, de fato, for escolhido um relator para negociar.

As primeiras audiências públicas ocorrerão na terça-feira com o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, às 9h, e com as confederações patronais, como CNI e CNC, às 14h.

O roteiro de trabalho será divulgado também na terça-feira, mas a promessa dos parlamentares é realizar quatro audiências públicas por semana, com o objetivo de aprovar o projeto na primeira quinzena de julho, antes do recesso parlamentar.

PSDB/Cidadania troca Bruno Araújo por Perillo

De Brasília

A federação PSDB/Cidadania se reunirá nesta quinta-feira e deve substituir o atual presidente, Bruno Araújo (PSDB), pelo ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) na presidência. A mudança é motivo de críticas entre integrantes do Cidadania, que veem um aumento da influência do deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) sobre o órgão. A federação é a instância que decide sobre as alianças e candidaturas nas eleições municipais.

O PSDB possui 70% dos votos na federação e o mandato de Araújo, antigo presidente do partido, terminará no dia 26. O Cidadania vai reconduzir seus integrantes, mas o PSDB promoverá mudanças para adequar seus representantes à nova composição de forças dentro do partido — e a principal delas será a troca do presidente da federação.

Araújo assumiu a presidência do PSDB em 2019 e teve o mandato prorrogado por duas vezes, mas deixou o cargo antes do fim para que o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), comandasse o partido a partir de janeiro de 2023. Leite, contudo, perdeu espaço internamente e foi substituído por Marconi Perillo, aliado de Aécio.

Mas Araújo seguiu à frente da federação com o Cidadania e é visto como mais "independente" em relação a Aécio, além de próximo do grupo de Leite, a quem ele apoiava na disputa presidencial. Foi Bruno Araújo, ao lado do governador do Rio Grande do Sul, que costurou a federação com o Cidadania e o compromisso de os dois partidos caminharem juntos até 2026. Por isso, a troca é malvista dentro da bancada federal do Cidadania, segundo apurou o **Valor**.

Já do lado do PSDB, a troca é vista como natural já que Bruno Araújo se afastou das atividades partidárias para se dedicar mais a sua atividades profissionais privadas. O próprio Araújo teria pedido para não continuar no cargo com o fim do seu mandato. O **Valor** não conseguiu contato com ele para comentar.

A posse de Marconi Perillo na presidência da federação deve reforçar o grupo dele e do deputado mineiro. A federação é responsável por decidir sobre os impasses nas candidaturas a vereador e prefeito entre o Cidadania e o PSDB e sobre as alianças. Como os tucanos têm maioria dos votos, acabam com maior poder sobre a definição dos candidatos e apoios nas cidades. Para 2026, uma nova federação precisa ser feita — entre os dois partidos ou com outras agremiações.

Em nota, o PSDB nacional disse que a transição na presidência está ocorrendo "de maneira totalmente tranquila e sem disputas". "O mandato do ex-ministro Bruno Araújo se encerra oficialmente no dia 26 de maio. Ele assumiu a tarefa quando ainda presidia o PSDB. Por motivos pessoais, Bruno Araújo optou por não continuar no cargo e indicou, de comum acordo com todas as outras lideranças do PSDB, o nome de Marconi Perillo, atual presidente nacional do PSDB, para sucedê-lo. Bruno Araújo, inclusive, presidirá a reunião na próxima quinta-feira (23)."



ANA PAULA PAIVA

Marconi Perillo: aliado de Aécio Neves volta a ocupar a presidência nacional

Executivo Governador gaúcho quer perdão da dívida, mas tenta se contrapor ao PT no pós-tragédia

Leite faz acenos e tenta evitar isolamento

Lucas Ferraz e Joice Bacelo
De São Paulo

Fragilizado, o governador Eduardo Leite (PSDB) tenta sair do isolamento político e faz acenos ao governo federal, que terá um papel financeiro preponderante na reconstrução do Estado.

Um dos temas é um possível perdão da dívida do Rio Grande do Sul com a União, que acabou suspensa por três anos após as enchentes históricas. A proposta foi endossada por outras forças políticas gaúcha, e Leite pediu na última segunda, em entrevista ao “Roda Viva”, o apoio do ministro Paulo Pimenta – indicado pelo Palácio do Planalto como secretário extraordinário da reconstrução – na iniciativa.

Ao mesmo tempo em que reconhece o apoio do governo Lula, chegando a citar na mesma entrevista a boa vontade do presidente e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, autoridade federal com quem Leite mais tem falado desde o início da crise, o governador tem tentado se diferenciar dentro de seu reconhecido viés liberal.

Em contraponto a Lula, que indicou um ministro que tem pretensões eleitorais no Estado para ser o rosto do governo federal na reconstrução do Rio Grande do Sul, o governador escolheu para a Secretaria de Reconstrução Gaúcha num nome pró-mercado: o economista Pedro Capeluppi, um ex-assessor de Paulo Guedes no governo Bolsonaro.

A nova secretaria de Capeluppi seria uma maneira de Leite colocar um subordinado para se relacionar diretamente com Pimenta, deixando sua atuação de governador “acima” de um preposto do presidente Lula.

Outra diferença evidente é a contratação de três consultorias internacionais, Alvarez Marsal, Mckynsey e Ernest Young, para fazer um diagnóstico da destruição no Estado.

Na tragédia em curso, Leite escalou o vice-governador para assumir a coordenação do gabinete de crise. “Eu e o governador temos uma relação de amizade, de sincronia, nos falamos periodicamente. Eu estou no nível tático e ele [Leite] está no nível mais estratégico do ponto de vista de monitorar todo o governo, se relacionar com o governo federal, renegociação da dívida do Estado, relação com o presidente da República”, disse ao **Valor** o vice Gabriel Souza (MDB). Eduardo Leite não quis se manifestar.


MAURÍCIO TONETTO/SECOM
Leite tem dialogado com frequência com Haddad desde o início da crise

A anistia da dívida, ao menos os três anos suspensos (que somam cerca de R$ 23 bilhões), encontra forte resistência em Brasília, e não somente dentro do governo federal. Ontem, o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, encaminhou uma representação ao presidente da corte, Bruno Dantas, pedindo que ele impeça o perdão da dívida, classificado de “descabido” pelos danos que serão provocados ao erário.

“A questão da dívida é o tema mais importante que Brasília tem em mãos hoje no que tange ao Rio Grande do Sul, e não adianta apenas suspender a rolagem. Os parâmetros econômicos nos quais a dívida foi estruturada já não existem mais”, disse o ex-governador e ex-senador gaúcho Pedro Simon (MDB).

Para Tarso Genro (PT), ex-governador e ex-ministro da Justiça no segundo governo Lula, falar agora em perdão da dívida é “irresponsabilidade”. “Procurar salvar o seu caixa faz parte da política, mas essa questão de negar a dívida me lembra a antiga Convergência Socialista [uma organização trotskista] não querer pagar a dívida brasileira”, afirmou.

Observadores gaúchos do governo dizem que o isolamento do governador reflete, de certa forma, o isolamento do PSDB, partido que vem perdendo musculatura de forma acentuada desde a eleição de 2018. O próprio Leite perdeu espaço dentro de sua legenda, abrindo mão da presidência no ano passado após uma série de embates internos.

O momento de pressão do governo gaúcho, o que agrava o seu desgaste, ficou exposto em diversas declarações polêmicas que, depois, exigiram retratação ou pedido de desculpas, como ao falar que as doações prejudicam o comércio local e a admissão de que recebeu alertas sobre a ameaça das águas, mas que seu governo estava focado em outras pautas.

“Nenhum governador enfrentou, nem de longe, o que ele está enfrentando agora. Mas é melhor ser sincero e humilde do que hipócrita”, disse o presidente do PSDB, Marconi Perillo, sobre esses episódios. Perillo, em apoio a Leite, garante que ele ainda é o nome da sigla para a sucessão de Lula na Presidência nas eleições de 2026.

TRE-RJ retoma hoje o julgamento de Cláudio Castro

Camila Zarur
Do Rio

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) retoma nesta-quinta (23) o julgamento que analisa a possível cassação da cúpula do Estado, incluindo o governador Cláudio Castro (PL). O vice, Thiago Pampolha (MDB), o presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), Rodrigo Bacellar, e dez aliados também são alvos da ação. Eles são acusados de abuso de poder político e econômico pelo uso de estruturas da Universidade Estadual do Rio (Uerj) e do Centro Estadual de Pesquisa e Estatística do Rio (Ceperj) para pagar cabos eleitorais na eleição de 2022.

Apenas o relator, Peterson Barroso Simão, votou e pediu a cassação de Castro, Pampolha e Bacellar. Com a retomada do julgamento, os outros seis desembargadores da corte vão se manifestar. Para condenação, é preciso maioria simples, ou quatro votos. Caberá recurso da decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Se isso acontecer, a cassação dos mandatos só deve ocorrer se o TSE validar a decisão regional. No caso de a linha sucessória do governo ser eventualmente cassada, quem tomaria posse no lugar de Castro seria o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Ricardo Rodrigues Cardozo, e nova eleição seria convocada.

No centro da denúncia estão contratações temporárias de funcionários que atuaram, diz o Ministério Público Eleitoral, como cabos eleitorais. A “folha de pagamento secreta”, como tem sido chamada pela falta de transparência, teve 27 mil cargos temporários no Ceperj e 18 mil nomes na Uerj. Segundo o MP, foram gastos no suposto esquema R$ 640 milhões, oriundos da Uerj, e R$ 226 milhões do Ceperj, sacados no caixa. O perfil institucional do Ceperj teve de ser alterado por decreto, em 2022, editado pelo governador e então pré-candidato à reeleição. A medida ampliou o escopo do centro de pesquisa, permitindo a execução de projetos usados para cometer os desvios, segundo a denúncia.

Os réus negam as acusações. O advogado do governador, Eduardo Damian Duarte, negou que Castro tenha envolvimento no caso, pois “Ceperj e Uerj têm autonomia administrativa e financeira prevista em lei”. “Não é o governador que firma, promove nem fiscaliza os projetos.” Duarte afirmou que, no período eleitoral, os programas alvo da investigação não estavam mais em vigor. Em nota, Castro também afirmou que determinou a extinção dos projetos ligados ao Ceperj, que passa por reestruturação. O governador disse que prestou os esclarecimentos sobre o caso aos órgãos de controle.

Judiciário Absolvido por unanimidade no TSE, ex-juiz da Lava-Jato agradece por julgamento ‘técnico e independente’; PT ainda estuda se vai recorrer de decisão

Moro exalta a Justiça e agradece apoio do Senado e de Bolsonaro

Caetano Tonet, Julia Lindner e Isadora Peron
De Brasília

Um dia depois de ter sido absolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador Sergio Moro (União-PR) disse sentir orgulho do Judiciário brasileiro pelo julgamento “técnico e independente" e também agradeceu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Muita gente, sem conhecimento, afirmava que era impossível a preservação do meu mandato. Que eram favas contadas, até com certo desrespeito ao Judiciário, e o meu mandato seria cassado. Aí nós temos que nos orgulhar do nosso Judiciário, que mostrou essa independência”, afirmou o senador.

Moro foi absolvido por unanimidade no TSE. A ações que pediam a cassação do senador e ex-juiz da Lava-Jato foram movidas pelo PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo PL, de Jair Bolsonaro. Moro era acusado de abuso de poder econômico e uso de caixa dois durante a pré-campanha eleitoral de 2022.

Após o resultado no TSE, o PL não deve recorrer da decisão. Já a equipe jurídica do PT ainda avalia o que fazer e vai discutir a questão com os dirigentes da sigla. Caso o PT decida recorrer, o mais provável é que apresente um recurso extraordinário, para que o caso seja avaliado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Como o placar foi unânime, existe pouco espaço para questionamentos na própria corte.

Em maio, quando o Tribunal Regional Federal do Paraná (TRF-PR) negou o seguimento das ações, Moro chegou a procurar Bolsonaro, a quem serviu como ministro da Justiça e apoiou nas eleições de 2022, para que o PL desistisse de recorrer ao TSE. Mesmo assim, a direção do partido, comandado por Valdemar Costa Neto, decidiu seguir na empreitada contra o ex-juiz.


CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA GLOBO
Moro: orgulho do Poder Judiciário

Nessa quarta, Moro fez questão de agradecer o ex-presidente por ele ter tentado impedir o diretório do PL no Paraná de apresentar recurso ao TSE.

“O presidente Bolsonaro e a bancada aqui no Senado pediram, após o julgamento no Paraná, que não fosse interposto nenhum recurso. Infelizmente as lideranças locais do PL do Paraná, notadamente Paulo Martins e Fernando Jacobo, não acolheram esse pedido de Bolsonaro e da bancada do PL”, afirmou o senador.

Moro também agradeceu o apoio de colegas senadores e do presidente da Casa durante o processo na Justiça.

“Sempre tive apoio dos meus pares senadores e da liderança do Senado, que tem feito um grande trabalho. O senador Rodrigo Pacheco, por exemplo, tem conseguido pautar coisas importantes no Senado. Não fosse ele, não teria sido pautado o PL do fim da saída dos presos temporários, não fosse ele não teria sido pautada essa importante PEC antidrogas”, declarou Moro.

Nos bastidores, Pacheco conversou com o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, sobre os julgamentos de Moro e do senador Jorge Seif (PL-SC), que também é alvo de um processo de cassação na corte. Ele pediu para que os dois tivessem um julgamento “justo”. O caso de Seif começou a ser analisado, mas ainda não foi concluído.

‘Cabo, soldado e coronel estão todos presos’

Mariana Assis
De Brasília

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, ironizou na quarta-feira uma fala do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que disse em 2018 que bastariam “um cabo e um soldado” para “fechar” o Supremo Tribunal Federal (STF). Sem citar nomes, Moraes afirmou que hoje, “cabo, soldado e o coronel estão todos presos”.

“Todos se recordam que bastava um cabo e um soldado para fechar o Supremo Tribunal Federal. O cabo, o soldado e o coronel estão todos presos. E o Supremo Tribunal Federal aberto e funcionando”, afirmou o ministro, durante o encerramento do Seminário Internacional-Inteligência Artificial, Democracia e Eleições, que foi sediado no TSE.

A declaração de Moraes ocorre meses após militares serem alvo de investigações que apuram a tentativa de executar um golpe de Estado após as eleições de 2022. Em alguns casos, os acusados chegaram a ser presos.

O vídeo de Eduardo Bolsonaro foi gravado em uma palestra antes da eleição do primeiro turno de 2018 e motivada após uma pergunta que questionava a possibilidade de o STF intervir em uma possível vitória de Jair Bolsonaro já no dia 7 de outubro.

“O pessoal até brinca lá. Se você quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo. Não é desmerecendo o soldado e o cabo, não. O que é o STF, cara? Tipo, tira o poder da caneta de um ministro do STF, o que ele é na rua? Se você prender um ministro do STF, você acha que vai ter uma manifestação popular a favor dos ministros?”, argumentou Eduardo Bolsonaro, na ocasião.

Ainda ao se referir à frase de 2018, Moraes afirmou que, em vez de “um cabo e um soldado”, foram “milhares de pessoas” que destruíram o prédio do STF, ao relembrar os ataques de 8 de janeiro de 2023 contra as sedes dos três Poderes.

“Se foi para o confronto ao Judiciário para tentar, exatamente, garantir esse novo populismo”, pontuou o magistrado.

Fachin arquiva inquérito sobre Jucá e Renan

Isadora Peron
De Brasília

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu arquivar um inquérito envolvendo o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e o ex-senador Romero Jucá (MDB-RR). A investigação tramitava há mais de sete anos na Corte e tratava do suposto recebimento de propina de R$ 5 milhões da Odebrecht.

A decisão atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Segundo o órgão, os elementos colhidos ao longo da investigação não foram suficientes para o oferecimento de denúncia contra Renan e Jucá.

De acordo com a PGR, os delações premiadas fechadas por executivos da Odebrecht foram “suficientes” para dar início à investigação criminal, mas não para a deflagração da persecução penal. O órgão também apontou que, como o último pedido de prorrogação do inquérito foi negado, não havia mais como avançar com as investigações.

Na decisão, Fachin afirmou que, diante do “esgotamento das linhas de investigação sem corroboração dos fatos investigados”, o único caminho possível era “deferir o pedido formulado pela Procuradoria-Geral da República para determinar o arquivamento deste inquérito”.

Jucá comemorou a decisão do STF. “Sempre estive tranquilo e sempre acreditei na Justiça. Pena que demorou tanto, causando a mim e a minha família um imenso desgaste.” Procurado, Renan não se manifestou.

Cenário Medidas de ajuste freiam a economia, que contrai 5,3% no primeiro trimestre, mas também levam à desaceleração dos preços

Combate à inflação derruba a atividade econômica argentina

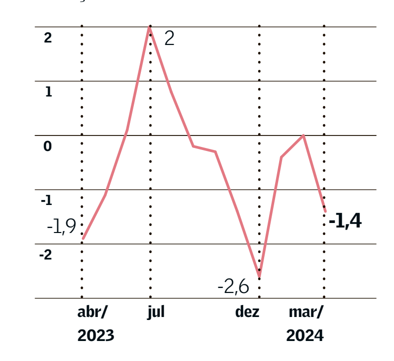
Luiza Palermo, Pedro Borg e Roberto Lameirinhas
De São Paulo

A atividade econômica argentina se contraiu 8,4% em março na comparação anual, refletindo o esforço de austeridade do governo Javier Milei para acabar com a inflação. Na base mensal, a atividade caiu 1,4%, depois de ficar estável em fevereiro, segundo dados oficiais divulgados ontem. Desde o início do ano, a atividade econômica acumula uma queda de 5,3% em comparação com janeiro-março do ano passado e uma contração de 2,1% em relação ao quarto trimestre.

"O resultado de março foi pior do que o esperado principalmente porque o índice de atividade de fevereiro foi zero — o que sugeria uma espécie de 'piso', a partir do qual se esperava uma recuperação", afirmou o analista da consultoria Orlando J. Ferrerés & Asociados, Nicolás Alonzo. "De todo modo, com base nos dez primeiros dias de abril, estamos projetando para o mês uma recuperação, com aumento de 0,6% na atividade."

Já Gabriel Caamaño, da consultoria Ledesma, diz que a contração

Atividade na Argentina
Variação mensal em %*



Fonte: Indec. *Com ajuste sazonal

da atividade de 5,3% do primeiro trimestre de 2024, deixa "um forte peso negativo para o trimestre seguinte que a equipe econômica terá de reverter". "Os números de março só não foram piores porque o setor agrícola — assim como o de mineração — teve um aumento de produção", afirma Caamaño.

Em seu esforço para domar os altos índices de inflação, o governo do presidente de extrema direita Javier Milei adotou uma série de medidas que frearam a economia, como a retirada dos subsídios à energia e aos transportes, congelamento de obras públicas e a desvalorização acentuada da moeda em relação ao dólar.

Os cortes nas despesas permitiram ao governo alcançar excedentes fiscais mensais de janeiro a abril, e o Ministro da Economia, Luis Caputo, espera outro resultado positivo em maio. O aperto nas medidas reflete-se nos preços, com a inflação mensal caindo para 8,8% em abril, depois do índice mensal recorde de três décadas, de 25,5%, de dezembro. Com isso, mesmo com os resultados ruins na atividade econômica, a popularidade de Milei segue em alta.

A produção industrial argentina caiu 21,2% em março em relação ao ano anterior, enquanto a atividade de construção se reduziu 42% no mesmo mês, o pior nível desde a pandemia de covid-19. Nesse cenário, os analistas projetam uma contração de 3% a 3,4% do PIB para o ano de 2024.

"Nós projetamos uma queda de 3% para este ano, com uma baixa inicial no primeiro semestre e recuperação na última parte do ano à medida que o salário real se recupera, já que o consumo interno representa mais de 70% da demanda do mercado", disse o economista do Banco CMF, Roberto Geretto.

O sócio da consultoria MAP, Juan Pablo Ronderos, espera um número melhor da atividade econômica no segundo trimestre — devido ao efeito do setor agrícola, que no ano passado teve um grande impacto negativo no resultado do PIB. "Este ano, com uma colheita melhor, teremos um número bem melhor. Estamos prevendo uma queda de cerca de 1,6% a 1,7% para o segundo trimestre em comparação com o ano anterior, mas essa queda menor está relacionada ao campo. Se o excluirmos, a queda seria muito maior", explica.

"É preciso levar em conta a leitura dos setores que mais arrastaram a atividade para baixo, que são os de construção e a indústria", disse Dante Moreno, da EPyCA Consultores. "São os que mais empregam, que hoje pagam salários que perderam a capacidade de compra e os que mais dependem de ações macroeconômicas para que voltem a crescer. Sem uma revisão das medidas restritivas do governo, as perspectivas de retomada são pequenas", afirmou.

Comparados a março de 2023, o setor de construção caiu 29,9% e a indústria de transformação, 19,6%. *(Com agências internacionais)*

Sunak antecipa eleições no Reino Unido para 4 de julho



STEFAN ROUSSEAU/PA VIA AP

O premiê britânico, Rishi Sunak, anunciou ontem a dissolução do Parlamento e convocou eleições gerais para 4 de julho — previstas inicialmente para janeiro. Com a antecipação, Sunak tenta conter o desgaste de seu Partido Conservador, no poder há 14 anos, e que há pelo menos dois anos tem lutado para superar uma série de crises, incluindo uma recessão econômica e escândalos éticos que levaram o país a dar posse a quatro premiês desde 2022. Pesquisas de intenção de votos têm indicado o aumento do favoritismo do opositor Partido Trabalhista, de centro-esquerda, para retomar a maioria na Câmara dos Comuns, de 650 cadeiras. "Agora é o momento de os britânicos escolherem seu futuro", disse Sunak, que ontem mesmo iniciou a sua campanha (foto).

Última aposta para um premiê que ficou sem opções

Análise

Robert Shrimsley
Financial Times

Uma eleição surpresa – ou pelo menos uma meia surpresa – era a última cartada de Rishi Sunak e ele a usou. E, no entanto, assim como tantas outras manobras do primeiro-ministro do Reino Unido, essa medida é um produto de sua fraqueza política. É o jogo de um homem que ficou sem ideias, sem opções e não vê nenhuma razão para que suas perspectivas possam melhorar.

Normalmente, um primeiro-ministro que está tão mal nas pesquisas de opinião não sai correndo para fazer campanha. Algumas pessoas próximas de Sunak defendem há muito tempo marcar a eleição para o mais cedo possível, mas o momento lógico seria fazê-la junto com as eleições locais deste mês. E nem os resultados delas podem tê-lo encorajado: eles foram desastrosos de ponta a ponta para seu partido.

Os argumentos para a escolha de julho são todos negativos. Eles têm sua origem no receio de que o país possa punir um líder por se aferrar ao cargo; de que a disciplina interna do partido entre em colapso; e do reconhecimento de que nada do que Sunak tentou levou a alguma mudança perceptível a seu favor. Embora as perspectivas econômicas tenham melhorado, elas ainda não tiveram um impacto na sensação de bem-estar das pessoas. Os trabalhistas desfrutam de uma liderança constante e dominante nas pesquisas sobre quem administraria melhor a economia. Ministros admitem que o país parou de ouvir o governo. Uma eleição repentina vai recobrar sua atenção.

Não há nenhum motivo para achar que essa aposta dará certo. A chuva que encharcou Sunak quando ele anunciou a data da eleição, com dificuldades para se fazer ouvir por causa de um manifestante que tocava uma antiga canção eleitoral trabalhista, parecia um presságio de mau agouro sobre o que está por vir. As coisas só podem ficar mais molhadas. O primeiro-ministro parece estar apressando seus parlamentares na direção das armas. Mas o cálculo é simples. As coisas não vão ficar melhores do que estão. Não há muito o que esperar.

O maior argumento a favor de deixar para depois — para além de um eterno otimismo inato de esperar que algo bom aconteça —, era o de que a melhoria das notícias econômicas mudaria a percepção dos eleitores e permitiria que Sunak lhes dissesse que o Reino Unido virou a página. Ontem, ele teve um daqueles momentos, com os números da inflação que indicavam que o aumento dos preços voltara a estar sob controle. Hoje, ele espera ver melhoria nos números da imigração.

Mas não existem mais momentos como esse no futuro próximo. Parece provável que os esperados cortes nas taxas de juro sejam adiados. A margem para outra rodada de reduções de impostos parece cada vez mais limitada. Também no que diz respeito à migração clandestina, o cenário parecia destinado a piorar antes de melhorar. Um primeiro voo para enviar pessoas em busca de asilo para Ruanda pode partir em julho, mas ele não será mais do que simbólico. Na contramão disso, o verão sempre registra aumentos significativos do número de travessias de pequenas embarcações.

> Melhora da economia ainda não teve impacto no bem-estar das pessoas

Os eleitores também não percebem nenhuma prova de melhorias expressivas no Serviço Nacional de Saúde (NHS) – em especial nas filas de espera. Mais uma vez, não há nenhuma razão para esperar que essa situação melhore logo. Como um bônus para os conservadores, o Partido Trabalhista perdeu recentemente algum apoio por causa do conflito em Gaza.

A posição do próprio Sunak nas pesquisas continua a cair. Portanto, ele concluiu que é melhor aproveitar as boas notícias sobre a inflação e proclamá-las como prova da sua gestão econômica sensata, ao mesmo tempo em que exorta os eleitores a "permanecerem fiéis ao plano".

Infelizmente para Sunak, o breve e desastroso mandato de Liz Truss destruiu a reputação de competência econômica dos conservadores. O partido já estava caindo nas pesquisas com Boris Johnson, mas Truss permitiu que seus oponentes culpassem o governo pela crise do custo de vida. O Brexit, o marco político da última década, já não é visto pela maioria como um êxito. E ter três primeiros-ministros em um ano consolidou a impressão de um governo caótico e exausto.

A noção de que Sunak poderia oferecer um período de discreta competência se desfez pela fraqueza de sua posição e por suas deficiências políticas. Seu fracasso em romper de maneira mais direta com seus antecessores significa que os eleitores o veem como uma continuidade e não como uma mudança em relação ao que consideram um governo autocomplacente, ineficaz e fracassado.

A esperança a que os conservadores se agarram é a que foi articulada pelo chefe da campanha de Sunak, Isaac Levido. Ele sempre argumentou que a opinião pública não mudará até que o Reino Unido se depare com uma escolha real, a despeito de uma eleição. O sistema eleitoral britânico incentiva a compressão dos partidos menores e os eleitores continuam inseguros em relação a Keir Starmer.

Levido argumenta que mesmo uma pequena recuperação conservadora pode provocar o pânico entre os estrategistas de Starmer, embora os analistas avaliem que hoje o voto trabalhista está distribuído de forma mais eficiente, de modo que uma liderança menos expressiva nas pesquisas ainda assim ganhará mais vagas no Parlamento e garantirá a maioria.

Levido pode estar certo sobre o estreitamento das pesquisas. Mas os conservadores estarão apreensivos. Eles só conseguem ver um pouso forçado, mas é provável que a aterrissagem fosse a mesma não importa quando ocorresse.

Noruega, Irlanda e Espanha reconhecem o Estado Palestino

James Mackenzie
Reuters, de Jerusalém

Já sob pressão global em razão do número crescente de vítimas da guerra em Gaza, Israel mergulhou ainda mais no isolamento internacional ontem depois que três países europeus romperam com seus principais parceiros na União Europeia (UE) e decidiram reconhecer um Estado palestino.

A decisão, descrita por um porta-voz do governo israelense como "obscena", terá pouco impacto prático, quer nas ruínas de Gaza ou na Cisjordânia ocupada. Espremida por Israel, a Autoridade Palestina sem recursos financeiros enfrenta dificuldades para pagar seus próprios servidores públicos.

Mas ela se segue a um acúmulo constante de problemas, dos alertas de Washington de que vai suspender o envio de armamentos se a guerra em Gaza continuar, às sanções contra colonos violentos e acusações de genocídio perante o Tribunal Internacional de Justiça e um possível mandado de prisão para o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu expedido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI).

Netanyahu há muito resiste à chamada solução de dois Estados e sua resistência aumentou desde que ele assumiu o governo com um grupo de partidos nacionalistas religiosos de extrema direita no fim de 2022.

Seu governo continua profundamente desconfiado da Autoridade Palestina, estabelecido há três décadas sob os acordos de paz provisórios de Oslo, acusando-a de ações hostis que vão desde conceder pagamentos às famílias de militantes armados mortos pelas forças israelenses, a encorajar o antissemitismo em livros escolares.

O próprio Benjamin Netanyahu descreveu a decisão dos três países de "uma recompensa ao terrorismo", e afirmou que um Estado palestino "tentaria repetir o massacre de 7 de outubro indefinidamente".

Esse comentário mostra o quão amargo se tornou o clima em torno da guerra em Gaza e quão distantes parecem ser agora as possibilidades de um acordo político baseado em um Estado palestino independente coexistindo com Israel, com as discussões de paz aparentemente bloqueadas.

Além de chamar de volta seus embaixadores em Oslo, Madri e Dublin, o Ministério das Relações Exteriores convocou os embaixadores noruegueses, irlandês e espanhol em Israel para verem imagens do ataque a Israel por homens armados liderados pelo Hamas em 7 de outubro.

Laura Blumenfeld, analista de Oriente Médio da Escola Johns Hopkins de Estudos Internacionais Avançados em Washington, disse que a decisão dos três países foi "diplomaticamente ousada, mas emocionalmente sem força e improdutiva".

"Para os israelenses, ela aumentará a paranoia, reforçando o argumento de Netanyahu de que Israel está sozinha", diz ela, "Para os palestinos, ela aumenta falsamente as expectativas, sem definir um caminho para a realização de sonhos nacionais legítimos."

Para Netanyahu, que luta para manter unida uma coalizão incontrolável em tempo de guerra e que é amplamente responsabilizado em Israel pelo desastre de 7 de outubro, o anúncio de ontem poderá proporcionar um alívio temporário, ao reforçar uma imagem de desafio face a um mundo hostil.

"Isso realmente reforça a narrativa que ouvimos desde o primeiro dia desta guerra, de que no final das contas só podemos contar com nós mesmos", diz Yonatan Freeman, um especialista em relações internacionais da Universidade Hebraica de Jerusalém. "E eu acho que isso pode até ajudar na explicação e descrição do governo israelense do que ele está fazendo nessa guerra."

No entanto, o preço a longo prazo para Israel de impedir os movimentos em direção à criação de um Estado palestino poderá ser mais pesado, começando pelo desejo de normalizar as relações com a Arábia Saudita, o principal objetivo de política externa de Netanyahu antes do ataque.

Perante uma comissão do Senado dos EUA na terça-feira, o secretário de Estado Antony Blinken disse que para se chegar a um acordo com a Arábia Saudita será necessário haver calma em Gaza e um "caminho aceitável" para um Estado palestino. "E pode muito bem acontecer que, neste momento, Israel não seja capaz, ou não esteja disposto, a prosseguir por esse caminho", acrescentou ele.

Para os israelenses, as imagens de 7 de outubro, quando homens armados liderados pelo Hamas invadiram comunidades em torno da Faixa de Gaza, matando cerca de 1.200 pessoas e sequestrando 250, continuam sendo profundamente traumáticas.

> "Decisão dos 3 países é uma recompensa ao terrorismo" *Netanyahu*

Mas fora de Israel, as imagens do sofrimento em Gaza, onde a implacável campanha israelense lançada em resposta ao ataque já matou mais de 35.000 palestinos e destruiu a maior parte do enclave densamente povoado, ajudaram a alimentar um movimento de protesto crescente nos campi universitários dos EUA e nas ruas de cidades europeias.

Tanto para o governo dos EUA como para outros como o da Alemanha, tradicionalmente amigáveis com Israel, os protestos muitas vezes furiosos impuseram um custo político cada vez maior.

Os dois países afirmam que reconhecer um Estado palestino precisa ser o resultado de negociações, e não de declarações unilaterais, e outros grandes países europeus como a França e o Reino Unido também se recusaram a se unir ao trio no reconhecimento do Estado palestino.

Mas para Alon Liel, um ex-diretor-geral do Ministério das Relações Exteriores de Israel e crítico do governo de Netanyahu, o reconhecimento da Palestina por países individuais é menos importante que o contexto mais amplo, que inclui os casos contra Israel e seus líderes nos tribunais internacionais em Haia. "Se isso for parte de uma movimentação mais ampla que estiver ganhando força e parte das iniciativas do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal Penal Internacional, sanções aos colonos e assim por diante, há uma chance de Israel perceber que o mundo existe", disse ele.

Curtas

Pesquisa nos EUA

Quase três em cada quatro americanos acreditam equivocadamente que os EUA estão em uma recessão econômica, com a maioria da população culpando o governo do presidente Joe Biden, segundo uma pesquisa da Harris Poll para o jornal britânico "The Guardian". Além disso, 49% acreditam que o desemprego está no nível mais alto em 50 anos, mesmo com a taxa estando abaixo de 4%, quase a menor em 50 anos.

Dengue chega a Flórida

O papel de Miami como portal da América Latina nos EUA também fez da cidade o epicentro da dengue no país. Os casos da doença transmitida por mosquitos na Flórida mais do que duplicaram este ano na comparação anual, com viajantes trazendo o vírus do Caribe e América do Sul. O Departamento de Saúde da Flórida relatou 164 casos de dengue este ano — todos, exceto seis, associados a viagens internacionais.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Déficit cresce e governo dispensa contenção de gastos

O governo federal iniciou o ano sob a perspectiva de fazer um contingenciamento de despesas de até R$ 55 bilhões. Segurou apenas R$ 2,9 bilhões na primeira revisão bimestral de receitas e despesas e, na segunda revisão, apresentada ontem, eliminou o pífio contingenciamento feito. O resultado primário, negativo em R$ 9,34 bilhões, subiu para R$ 14,5 bilhões, dentro da margem permitida de R$ 28,8 bilhões (0,25% do PIB).

O argumento para eliminar a contenção de despesas foi a antecipação de crédito suplementar para aumento de gastos de R$ 15,8 bilhões aprovado rapidamente pelo Congresso e ainda não utilizado. Contando com seu uso, o governo concluiu que não precisava mais de economias para garantir um resultado equilibrado entre receitas e despesas até o fim do ano. Analistas privados não acreditam que a meta será atingida, nem com a margem de ajuste permitida pela regra do novo regime fiscal.

O Planalto segue a determinação de ampliar gastos. Os números da segunda avaliação mostraram que, em relação à primeira, as receitas líquidas, que excluem as transferências, aumentaram R$ 6,3 bilhões, atingindo R$ 2,181 trilhões. No entanto, continuam abaixo da receita líquida prevista na lei orçamentária, de R$ R$ 2,191 trilhões. Isso acontece apesar do aumento de receitas, no qual o governo colhe seus melhores frutos até agora. O novo regime fiscal depende da elevação das receitas para conseguir realizar gastos reais, acima da inflação, entre 0,6% e 2,5%. A arrecadação federal bateu recorde da série histórica nos quatro primeiros meses do ano (8,33% reais), a maior para o período desde 1995.

O contingenciamento sumiu apesar de as despesas primárias estarem crescendo mais do que as receitas líquidas. Na comparação entre as duas revisões bimestrais, aumentaram R$ 24,4 bilhões, para R$ 2,209 trilhões. Neste caso, ao contrário do que ocorreu com as receitas, os gastos já estão R$ 27 bilhões acima do previsto na lei orçamentária. Isto é, o déficit primário já encosta no limite da margem permitida.

O acréscimo de R$ 15,8 bilhões permitido pelo novo regime fiscal certamente ajuda as contas, que, ainda assim, são apertadas. Segundo estimativa do Tesouro, as despesas sujeitas ao limite o superaram em R$ 13,3 bilhões. Há no máximo R$ 2,5 bilhões de folga. As receitas com concessões e permissões, segundo as estimativas do segundo bimestre, deverão ter queda de R$ 6,4 bilhões e se situarem em R$ 25,2 bilhões. As avaliações para o comportamento da arrecadação administrada pela Receita encolheram R$ 16,4 bilhões em relação à primeira revisão e R$ 34 bilhões em relação ao previsto na lei orçamentária. As receitas não administradas, por outro lado, cresceram R$ 22 bilhões e se encontram no nível estimado pela LOA 24.

Enquanto o aumento da arrecadação, obtido por medidas aprovadas pelo Congresso no ano passado — como a taxação de fundos exclusivos e dos offshore e a volta do voto de minerva para governo no Carf —, pode ter chegado ao pico no quadrimestre, a contabilidade das despesas não está completa. As despesas previdenciárias, segundo analistas, estão subavaliadas. Entre a primeira revisão e a segunda, a estimativa aumentou R$ 7,9 bilhões. O Congresso derrubou parcialmente o veto de R$ 5,2 bilhões em emendas parlamentares feito pelo presidente Lula e conseguiu arrematar R$ 3,6 bilhões. O governo precisaria obter R$ 168,5 bilhões em receitas extras para zerar o déficit fiscal, mas há previsões que não devem se confirmar, como quase R$ 98 bilhões de pagamentos das empresas à Receita para encerrar disputas no Carf.

No ano passado, o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) teve um enorme déficit primário de R$ 230,5 bilhões, ou 2,12%, o maior desde que as contas públicas começaram a mergulhar no vermelho, no segundo mandato de Dilma Rousseff. Ao revogar o teto de gastos e criar o novo regime fiscal, houve a expectativa de que haveria algum controle no endividamento. As regras fiscais, porém, estão desequilibradas. A começar pelo princípio de que não são os gastos que têm de se adequar às receitas, mas estas que têm de permitir aumentar os gastos, que está implícito nos princípios das novas regras.

O governo mudou a meta na estreia do novo regime e reduziu a de 2025 para zero, em vez de 0,5%, e estipulou para o último ano do governo de Lula, 2026, superávit de 0,25% do PIB, que, com a margem admitida para baixo, poderá se transformar em déficit zero. As previsões do boletim Focus mostram que analistas e consultorias não acreditaram em nenhum momento nas metas e preveem déficits em todo o mandato de Lula, com possibilidade de alguma piora no horizonte neste e no próximo ano.

Ainda há tempo para a correção de rota, com um freio de gastos e contenção de recursos orçamentários que de fato se adequem ao cumprimento da meta proposta pelo próprio governo. Se a inflação voltar a subir e os juros pararem de cair, o governo terá de fazer um ajuste sério, sob pena de perder popularidade perto do calendário da sucessão.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

É oportuno criar uma estruturadora e financiadora de investimentos sustentáveis no Brasil. Por **Rogério Studart**

Financiando a reconstrução do Rio Grande do Sul

Desde sua criação em 1988, os 195 cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) da ONU vêm alertando sobre as mudanças climáticas e seu crescente impacto. A tragédia no Rio Grande do Sul (RS) evidenciou a necessidade urgente de financiar investimentos em infraestrutura, logística e negócios resilientes aos eventos climáticos extremos, que só tendem a aumentar.

Apesar da urgência do tema, a escassez de financiamento para infraestrutura resiliente no Sul Global é alarmante. Segundo a Climate Policy Initiative, menos de 19% dos US$ 9 trilhões necessários para enfrentar a emergência climática são realmente investidos, dos quais apenas 4% destinam-se à adaptação. Além disso, 84% dos recursos são alocados nos países mais ricos, enquanto os dez países mais afetados recebem somente 3%.

A situação brasileira é peculiar: somos uma das dez maiores economias do mundo, não enfrentamos uma crise de dívida externa ou interna, mas os recursos públicos são limitados pelo arcabouço macroeconômico existente.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, um Estado rico, não tem espaço fiscal para financiar ou obter financiamento para investimentos críticos frente à falta de resiliência da sua infraestrutura para enfrentar as chuvas extremas. E reconstruir a infraestrutura gaúcha com resiliência climática é um imperativo moral — mas também econômico. Para o setor público, trata-se de uma "responsabilidade fiscal intertemporal": investir menos agora significa correr o risco de frequentes déficits fiscais e dívidas explosivas.

O grande empresariado, por sua vez, enfrentará perdas milionárias cada vez maiores com catástrofes climáticas como estas. No setor financeiro, somente as seguradoras e resseguradoras terão prejuízos entre R$ 25 bilhões e R$ 40 bilhões com a destruição no Rio Grande do Sul.

Estima-se que serão necessários imediatamente pelo menos R$ 19 bilhões para a reconstrução. No momento, a sociedade civil e organizações filantrópicas demonstram um poder extraordinário de empatia, com milhões em doações em dinheiro e espécie. Mesmo pressionado a manter um frágil equilíbrio fiscal, o governo federal libera R$ 59 bilhões para enfrentar a crise, destinando recursos para o socorro e compensações emergenciais para empresas e indivíduos afetados. No entanto, pouquíssimo é ainda dedicado à restauração da infraestrutura destruída.

Instituições financeiras como o BNDES, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco dos Brics (NDB) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) anunciaram mais de R$ 15 bilhões em recursos para a reconstrução. Entretanto, é importante entender que apenas uma fração desse montante será desembolsada rapidamente, pois parte dos recursos provém da realocação de empréstimos já aprovados, o chamado "front loading". O restante dependerá da aprovação de projetos de acordo com os padrões de cada instituição, e alguns necessitarão de negociações e garantias, inclusive soberanas. Esses processos são geralmente longos e envolvem "custos de transação e originação" muitas vezes elevados.


ALEX ROCHA/PMPA

Nesse sentido, talvez seja oportuno que se crie uma estruturadora e financiadora de investimentos sustentáveis no Brasil, com duas funções. Primeiramente, ela se encarregaria de acelerar o desenvolvimento de projetos potencialmente atrativos para diversas fontes de financiamento no Brasil e no mundo, e adequá-los de forma expedita aos requerimentos destas fontes.

Para tal, sugiro, por exemplo, usar tecnologias digitais, inclusive inteligência artificial, para definir quais investimentos, potenciais e existentes — inclusive os do programa nacional de investimentos em infraestrutura, o PAC —, teriam mais impacto, quais tipos de instrumentos seriam necessários para torná-los mais atrativos e para monitorar sua execução de acordo com os objetivos definidos.

É importante mencionar que não é novo esse tipo de estrutura no Brasil: já tivemos uma Estruturadora Brasileira de Projetos até 2015, e o BNDES possui uma "fábrica de projetos" (voltada para suas próprias operações), e há algumas iniciativas semelhantes em outras partes do mundo.

Esta plataforma, em segundo lugar, deveria conter um pool de recursos financeiros de atores privados, filantropias e fundos climáticos internacionais. Esses recursos poderiam ser integralizados, quando necessário, para cobrir os custos de busca ativa e originação de projetos e, eventualmente, realizar o financiamento conjunto (blended finance) com parceiros financeiros e investidores no Brasil e no mundo. Para obter maior adesão desses e outros potenciais parceiros, seria crucial uma governança que encare preocupações com possível captura por parte de qualquer um dos participantes (privados e públicos) e, simultaneamente, permita uma atuação técnica, profissional e ágil dos seus quadros.

Essa solução não substitui as instituições públicas existentes, nem reduz a necessidade urgente de ampliar o investimento público. No entanto, se implementada a tempo, poderia ajudar a reconstruir o Rio Grande do Sul com base em "missões" determinadas pela sociedade gaúcha, especialmente na construção de infraestruturas e logística climaticamente mais resilientes. Sua criação agora seria politicamente tempestiva, podendo atrair parcerias de instituições multilaterais e nacionais dos países do G20, grupo atualmente liderado pelo Brasil.

Se bem-sucedido, o conceito poderia contribuir para solucionar o problema mencionado acima de mobilização global de financiamento climático. Por fim, esta seria uma solução muito apropriada advinda do Brasil, um país do Sul Global que será o anfitrião da 30ª Conferência das Partes (COP30), a ser realizada em 2025 no Pará, outro Estado com enormes vulnerabilidades à mudança climática.

Nossos corações e pensamentos estão com nossos irmãos do Sul. Que esta tragédia, que tanto nos entristece, possa ao menos ser uma oportunidade para criarmos soluções que pavimentem o caminho para um futuro melhor, mais resiliente e mais justo para todos.

Rogério Studart é sênior fellow do Cebri e membro do "Independent High-Level Expert Group on Vertical Climate and Environmental Funds" do G20

Perspectivas para o segundo semestre

Joaquim Levy



Está claro desde abril que o Fed não tem pressa em baixar os juros. Eles pouco impactam a dívida das famílias, cuja sensibilidade à inflação aumentou com a alta de preços pós-covid. Quase metade da inflação recente se deve ao reajuste de alguns poucos preços como os da moradia, que deve persistir, até pela forma como são calculados. O baixo desemprego também pode preocupar o Fed e outros bancos centrais, mas talvez o fator que mais tenha estimulado o consumo recentemente seja a valorização da bolsa americana em perto de US$ 8 trilhões em nove meses. Um aumento de mais de perto de 30% do PIB americano (ou duas vezes o alemão) reflete na riqueza das famílias e na sua propensão a consumir.

A surpresa com a resiliência da economia e do mercado de trabalho, que desautorizou as expectativas de recessão nos EUA, também encontra eco no Brasil. Mais do que a leniência com a demanda, os EUA se beneficiam hoje de três choques de oferta favoráveis. Esperava-se que a imigração voltasse aos níveis pré-pandemia e ela está três vezes maior, somando 3 milhões de pessoas à força de trabalho. A produção de petróleo, que poderia declinar com a consolidação do setor de "shale", alcança volumes recorde, com o gás natural que andou a US$ 9/MMBTU em 2022, lutando para ficar acima de US$ 2, após ir abaixo de US$ 1,5 há pouco. Os investimentos em software somam quase um PIB brasileiro, enquanto a inteligência artificial dá saltos com os recentes VEO, Image 3 e outras inovações. Tudo isso torna mais difícil uma recessão nos EUA ou preços globais de petróleo disparando.

Os choques de oferta favoráveis no Brasil não são tão óbvios, com a força de trabalho estacionada e as empresas ainda investindo pouco na modernização. Mas é evidente que os salários nominais ajustados à qualificação da mão de obra crescem moderadamente, assim como o custo unitário do trabalho. Também tem sido uma surpresa positiva o aumento da produção de petróleo e as dezenas de GW de geração elétrica instalada nos últimos anos, que se traduzem nos 30% de aumento das exportações de petróleo e no preço de energia (PLD) persistentemente no mínimo regulatório de R$ 61,07/MWh.

Se não chega a um choque, o aumento de produtividade com a tecnologia embarcada na agricultura e nas plataformas digitais de serviços, inclusive financeiros e na saúde, não é desprezível. A logística também tem melhorado, com redução de 48% para 32% das rodovias federais em estado inadequado em 2023 e novas concessões. A produção de soja deve beirar 170 Mt em 2025, com a recorrência de saldos comerciais de US$ 80 bilhões, quase o dobro da década passada, ajudando a estabilizar o câmbio. É difícil medir, mas o crescimento potencial PIB pode estar subindo, com reflexos no hiato do produto.

Melhor do que nos EUA, a inflação cheia ao consumidor brasileiro manteve trajetória de desinflação, com melhora dos núcleos e queda no índice de difusão, ainda que certas métricas em serviços acendam um sinal âmbar para alguns. Nesse sentido, o aumento da remuneração dos empregados com carteira de trabalho vem caindo para níveis próximos aos observados em 2017-19, com variação trimestral anualizada próxima a 4%.

Apesar da provável queda dos dissídios, é difícil essa taxa cair muito mais, não só pelo aumento do salário mínimo no primeiro trimestre, mas pela mudança na composição da força empregada, com mais trabalhadores com ensino superior e menos com apenas ensino fundamental. Esse fenômeno é ainda mais forte entre empregados sem carteira, tradicionalmente associados à informalidade, mas cada vez mais representantes daqueles contratados para a prestação de serviços técnicos, o que significa que não é tanto o pedreiro ganhando muito mais, mas novos participantes do mundo digital sendo contratados "na física" com RPAs.

Provavelmente apenas uma forte alta do dólar ou do petróleo, e as sequelas das inundações no Sul, podem fazer a inflação divergir fortemente da meta em 2024. Para os próximos anos, uma eventual divergência pode se ligar à dificuldade de implementação do arcabouço fiscal em um quadro de crescimento do PIB abaixo de 2% anuais e à dificuldade de se antever a manutenção dos juros acima do seu nível neutro indefinidamente. E nunca é demais reforçar a visão de que o estímulo à concorrência e facilitação da entrada de novas firmas tem grande potencial de aumentar a oferta agregada e atenuar as altas de preço.

Só forte alta do dólar, do petróleo ou sequelas da crise no Sul podem fazer a inflação se afastar muito da meta em 2024

Em um mundo com muitas incertezas, especialmente fora do Brasil, é encorajador ver o índice FGV de confiança da indústria subir 6 pontos desde outubro. O time de macroeconomia do Banco Safra tem apontado a correlação positiva desse indicador com a formação bruta de capital físico (investimento), a qual parece começar a se recuperar, com, por exemplo, maior produção de bens de capital. Os modelos do Banco Safra sugerem que o investimento cresça 3% em 2024, sem contar as despesas para enfrentar o desastre no Rio Grande.

A aceleração do investimento será crucial para o PIB também crescer 2,5% em 2025, com a inflação perto da meta. Ela representa mais oferta agregada no futuro, ajudará a demanda a depender menos do consumo quando a queda dos juros arrefecer, e é o passaporte para maior produtividade do trabalho, acompanhando a melhora da qualificação da mão de obra.

A boa notícia aqui é que as empresas brasileiras estão bem, com um primeiro trimestre sólido e perspectivas de crescimento positivas, inclusive pela queda da inflação e estabilidade do câmbio com o robusto superávit comercial e pouca dívida externa. Há disposição para investir, não só entre as grandes empresas.

As decisões de investir, especialmente entre empresas médias, ainda estão, no entanto, inibidas por dúvidas mais ou menos enraizadas em relação aos rumos da política econômica, a despeito da consistência da ação da Fazenda. Portanto, gestos como uma sinalização segura e serena quanto às prioridades e limites do governo, reforçando o compromisso com a previsibilidade, estabilidade e credibilidade, se feitos logo, concorrem para destravar o investimento privado e promover o crescimento econômico no ano que vem.

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor-gerente do Banco Mundial.

Frase do dia

"Uma meta para um país com as condições do Brasil, de 3% de inflação, é um negócio inimaginável"

Do ministro Fernando Haddad, para quem a política monetária é muito restritiva e a meta de inflação, "exigentíssima"

Cartas de Leitores

Inteligência inexistente

Sabemos que existem vários tipos de inteligência, mas falsificar a assinatura de um ministro da Suprema Corte num pedido de prisão para esse mesmo defensor da Constituição Federal é a expressão máxima da imbecilidade. Já soubemos de outras tolices semelhantes, como levar pen drive para o Catar, contendo vídeos, em inglês, sobre a situação do Brasil. Comprar uma casa de milhões de reais em dinheiro vivo também é espetacular. A deputada Carla Zambelli e o hacker Walter Delgatti serão julgados por suposta invasão de sistemas, incluindo o do Conselho Nacional de Justiça. Os contribuintes esperam que a lei seja aplicada com todo o rigor, punindo todos os responsáveis pelos crimes de invasão dos sistemas do Poder Judiciário.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Ações anuladas no STF

Como nós brasileiros, cumpridores dos nossos deveres e direitos cívicos, podemos apoiar o projeto de lei do "Quinquênio" que está no Senado, que premia juízes a cada 5 anos, quando temos uma Justiça que dá chance a juízes julgarem de acordo com suas convicções? Ver Marcelo Odebrecht, réu confesso tendo tudo anulado, e José Dirceu, tendo seus direitos políticos recuperados por ação anulada da Lava Jato. Motivo? Prescrição. Se tivéssemos uma Justiça célere, coerente e justa, acharíamos até que juízes mereceriam muito mais do que um "Quinquênio".

Beatriz Campos
beatriz.campos@uol.com.br

Sistema elétrico

Conforme artigo "Eólicas e solares alegam perdas com restrição imposta pelo ONS", publicado anteontem, ele está de acordo com simulações realizadas no sistema elétrico da New England que apontam para uma geração estável com limitação da geração eólica em 34% e a fotovoltaica em 43%. O problema está em que estas simulações, usando modelos matemáticos, partem do princípio de os reguladores dos geradores das usinas, hidroelétricas, térmicas e nucleares, i.e. máquinas que dão inércia ao sistema, estejam operando conforme projetados.

Entretanto estes reguladores não são mais testados dinamicamente, por proibição da ONS. Conforme apagão de 15/08/2023, o modelo do sistema elétrico idealizado da ONS, com modelos de reguladores novos, não levou em conta reguladores danificados ou desajustados do SIN — Sistema Interligado Nacional.

José Luiz Guarino
galloguarino@gmail.com

Correção

No artigo "Porto Alegre e o imperativo da renovação", publicado na edição de 22/05 na página A15, um dos autores foi identificado equivocadamente como Philip Young. O correto é Philip Yang.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Dentro de 18 meses, Fed desejará ter iniciado cortes em janeiro de 2024. Por **Bradford DeLong**

Ameaça de 'Trumpflação' e guerra ao Fed

A inflação nos Estados Unidos está mais baixa do que há um ano, e a fraqueza econômica substancial noutros locais está levando outros bancos centrais a cortes em suas taxas de juros. Com pouca base empírica para acreditar que a política monetária americana não é restritiva, continuo a acreditar que, dentro de 18 meses, o Federal Reserve americano vai desejar ter começado a cortar as taxas em janeiro de 2024.

Se eu estiver certo, os EUA não caminham rumo a uma aterrissagem suave; já estão na pista, embora com o leme da política monetária apontando fortemente para a contração, em vez de ser mantido numa posição neutra e direta. Contudo, muitos comentaristas e autoridades do Fed continuam a acreditar que as taxas de juro deverão permanecer em seus níveis relativamente elevados, porque têm fixação com o período 1977-79, quando uma taxa de inflação quase estabilizada saiu de controle.



Naquela época, a previsão do PIB nominal do governo Carter tinha sido certeira, o crescimento real atingiu um mínimo de dois pontos percentuais e a inflação atingiu um máximo de dois pontos percentuais. Então veio a Revolução Iraniana e a segunda grande alta no preço do petróleo da década, levando, em última análise, à "virada neoliberal", à desinflação de Volcker (quando o Fed aumentou as taxas para 20%) e à "década perdida" da América Latina. Para os que se preocupam com a possibilidade de a história fazer rima, manter as taxas de juro muito altas durante muito tempo é um risco que vale a pena correr.

Mas mesmo que você seja um falcão da inflação, por que é que se preocuparia mais com uma redução prematura das taxas? Será que a recorrência de 1977-82 é realmente o cenário que deveria tirar seu sono? Com Donald Trump tentando voltar à Casa Branca, com certeza há um risco muito maior no horizonte. Entre outras coisas, Trump prometeu impor tarifas significativamente mais elevadas do que Biden tem feito. E embora Biden pelo menos tenha razões de segurança nacional e de política industrial para as políticas comerciais dele, Trump iria buscar intervenções aleatórias, caóticas e dominadas pela corrupção que são quase com certeza significativamente inflacionárias.

As maiores ameaças à estabilidade monetária e econômica não têm nada a ver com o que o Fed decidir em sua próxima reunião. Se os falcões da inflação levam a sério a estabilidade de preços e as perspectivas a longo prazo, deveriam estar mais preocupados com o retorno do trumpismo

Além disso, Trump está interessado em destituir o presidente do Fed, Jerome Powell, por meio de meios legais não testados, para que possa colocar um amigo leal no posto ou pelo menos desencadear uma luta com o Congresso na qual possa parecer que está desafiando o "sistema". Ele também está ansioso por mobilizar multidões nas redes sociais, e mesmo terroristas insurrecionais do mundo real, contra presidentes do Fed e gestores de bancos que se recusarem a baixar as taxas de juro sob o seu comando.

Longe de ser uma hipérbole, esta ameaça de violência política é uma questão familiar hoje em Washington. Como escreve o jornalista McKay Coppins em seu livro recente sobre Mitt Romney: "Um congressista republicano confidenciou a Romney que queria votar pelo impeachment, mas recusou por temer pela segurança de sua família. O congressista argumentou que Trump sofreria impeachment pelos democratas da Câmara, com ou sem ele — por que colocar sua esposa e filhos em risco se isso não mudaria o resultado?"

Esta seria uma reprise MAGA (Make America Great Again, sigla em inglês de "Faça a América Grande de Novo") da Guerra Bancária de Andrew Jackson na década de 1830, quando o presidente finalmente conseguiu acabar com o Second Bank dos Estados Unidos, argumentando que ele beneficiava uma elite rica às custas do povo americano. Na verdade, a Guerra Bancária acabou por trazer perturbações financeiras, falências comerciais e deflação, destruindo assim uma parte da riqueza nacional e transferindo o resto de devedores empresariais para credores já ricos.

É verdade que historiadores posteriores argumentaram que a batalha de Jackson contra a oligarquia dos banqueiros de Filadélfia liderada pelo presidente do Second Bank, Nicholas Biddle, prefigurava a batalha de Franklin D. Roosevelt contra "monarquistas econômicos" um século depois, durante o New Deal. No entanto, nada é melhor para os herdeiros e herdeiras já ricos do que a deflação geral. Se Trump retornar à Casa Branca e declarar guerra ao Fed, o efeito seria tão prejudicial do ponto de vista econômico como a guerra bancária de Jackson. Mas, tal como a Guerra Bancária, o esforço provavelmente seria popular entre a sua base.

Isso tudo é exagerado? Bill Dudley, ex-presidente do Federal Reserve Bank de Nova York, recentemente minimizou o risco que Trump representaria para as operações do Fed, argumentando que o próximo presidente nomeará apenas dois dos 12 membros votantes do Comitê Federal de Mercado Aberto. Estou menos otimista. Os gestores do Fed e os presidentes de bancos que não tenham vontade de gastar US$ 5 mil por dia em segurança poderão ser induzidos a pedir demissão. E embora o presidente do Fed só possa ser demitido "por justa causa" (ineficiência, negligência do dever ou prevaricação), a maioria conservadora no Supremo Tribunal demonstrou que seu compromisso com o precedente, a intenção original ou o significado literal dos estatutos não pode ser levado a sério.

Além disso, o próprio Dudley reconhece que outra presidência de Trump seria prejudicial o bastante, independentemente do que ele conseguisse fazer: "O dólar se tornou a moeda de reserva mundial e uma reserva de valor estável graças a uma gestão econômica prudente, a um Estado de direito forte, a mercados de capitais profundos e líquidos e à livre circulação de capitais. Se os esforços para controlar o Fed ameaçassem estes atributos-chave, o dólar provavelmente enfraqueceria, os mercados bolsistas cairiam e os prêmios de risco sobre os ativos de rendimento fixo dos EUA aumentariam, prejudicando a saúde econômica do país".

Por enquanto, Powell e o Comitê estão fazendo o que podem para fazer ajustamentos marginais às taxas de juros e às condições financeiras para manter a economia em seu ritmo de aterrissagem suave e de desaceleração na pista. As maiores ameaças à estabilidade monetária e econômica neste momento não têm nada a ver com o que decidirem em sua próxima reunião. Se os falcões da inflação levam a sério a estabilidade de preços e as perspectivas econômicas a longo prazo, deveriam estar muito mais preocupados com o retorno do trumpismo. *(Tradução de Fabrício Calado Moreira)*

J. Bradford DeLong, ex-vice-secretário adjunto do Tesouro dos EUA, é professor de economia da Universidade da Califórnia (Berkeley) e autor de "Slouching Towards Utopia: An Economic History of the Twentieth Century".

INÊS 249

INÊS 249

Chuvas no RS
Estado quer usar PPPs na reconstrução de escolas e hospitais, diz o secretário Pedro Capeluppi B4



Tecnologia
Busca por chips para IA garante lucro líquido de US$ 14,9 bilhões da Nvidia B5

Saúde
Oncoclínicas prepara aumento de capital de R$ 1,5 bilhão B5

Frigoríficos
Revés no Uruguai puxa forte baixa das ações de Minerva e Marfrig B8

Empresas

Petróleo Órgão antitruste libera empresa de negociar gasoduto e impõe novas condições à estatal

Petrobras tem aval do Cade para não vender cinco refinarias

Beatriz Olivon e Fábio Couto
De Brasília e Do Rio

A Petrobras conseguiu renegociar com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) os termos de acordos firmados em 2019 para suspender investigações sobre os mercados de refino e gás. Com o novo acordo, que recebeu ontem o aval do Tribunal do órgão antitruste, a empresa fica desobrigada de vender cinco refinarias e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

No entanto, novas obrigações foram impostas e terão de ser cumpridas. As principais são a possibilidade de o Cade monitorar o parâmetro de cálculo dos preços de óleo para as refinarias por três anos, renováveis por mais três. No mercado de gás, sem a venda da TBG, a Petrobras poderá seguir como investidora, mas sem o controle político — a transportadora terá membros independentes no conselho de administração.

Se houver descumprimento dessas obrigações, o Cade pode retomar as investigações e, se concluir que há alguma conduta problemática, a Petrobras pode ser multada e ter de alterar essa prática. Os inquéritos abertos sobre discriminação de preços ficam suspensos durante o período de monitoramento.

O acordo, que vinha sendo negociado com o Cade há meses, vem no momento de troca da presidência na estatal. Magda Chambriard — que recebeu o aval do comitê de elegibilidade da estatal para ocupar a presidência e colegiado — chega com o mandato para aumentar a presença da Petrobras em refino.

A empresa vinha tentando renegociar os acordos desde a mudança no comando, em 2023, já na gestão de Jean Paul Prates. A companhia informou que os desinvestimentos estavam em desacordo com seu plano estratégico. O trato para as vendas havia sido firmado no governo de Jair Bolsonaro.

Em decorrência desse acordo, a estatal vendeu as refinarias Six (PA), Reman (MA) e Rlam (BA). Com a decisão do Cade, poderá manter outras que teria de desinvestir: Repar (PR), Refap (RS), Rnest (PE), Regap (MG) e Lubnor (CE).

Os compromissos negociados com o Cade ainda incluem a divulgação, pela Petrobras, de suas diretrizes gerais comerciais para entregas de petróleo de forma não discriminatória; a oferta de um tipo específico de contrato (Frame) a qualquer refinaria independente em território brasileiro relacionada ao fornecimento de petróleo e pronto acesso a dados confidenciais para viabilizar o monitoramento pelo órgão antitruste.

O Termo de Cessação de Conduta (TCC) do refino proposto fortalece a transparência das operações da Petrobras e melhora o acesso do Cade a informações complexas facilitando a supervisão, segundo o presidente do órgão, Alexandre Cordeiro, afirmou na sessão.

O presidente destacou que a proposta incluiu um mecanismo de monitoramento que permitirá ao Cade verificar a aderência da Petrobras a normas de concorrência e reagir de forma mais célere em casos de conduta discriminatória. Outros conselheiros também destacaram essa estrutura. A decisão está em linha com parecer técnico do órgão (da Superintendência Geral).

De acordo com a conselheira Camila Cabral Pires Alves, o monitoramento dos compromissos assumidos é essencial para garantir o sucesso dos 'remédios' (condições negociadas para o acordo). O conselheiro Gustavo Augusto pontuou que o TCC tinha como objetivo incentivar a entrada de novos agentes econômicos no mercado de refino e não a privatização das refinarias. "Estamos falando de manter os objetivos e uma correção técnica na forma como eles serão cumpridos", destancando que a recompra de ativos desinvestidos não seria adequada.

O TCC do gás foi praticamente cumprido, segundo o conselheiro Diogo Thomson e o ajuste feito (não ter o controle político da TBG) foi possibilitado por uma legislação posterior. Com essa premissa, a estatal pode retomar investimentos na infraestrutura necessária e permitir consolidar a abertura do mercado.

Em comunicado ao mercado, a Petrobras informou que o aditivo ao TCC do refino é fruto de "amplo debate" com o Cade. A empresa afirmou que não estava conseguindo vender as refinarias restantes e, depois, teve a mudança no plano estratégico.

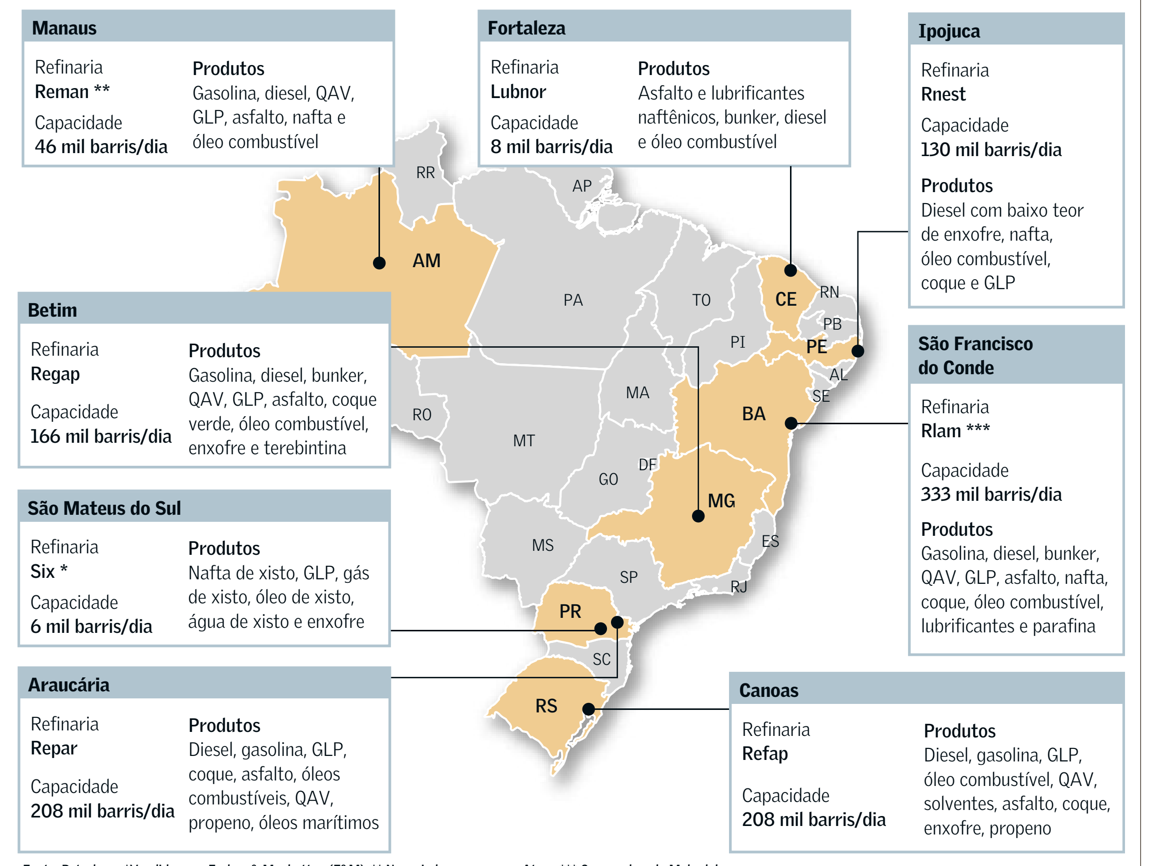
A empresa detalhou que o modelo de contratos frame estabelece as condições básicas para a negociação, carga a carga, de um volume de petróleo, sendo certo que a obrigação de compra e venda só será assumida na hipótese de ambas as partes chegarem a um acordo de preço, garantindo o seu alinhamento às condições de mercado vigentes à época da conclusão de cada negócio.

> "Estamos falando de manter os objetivos e de correção técnica"
> *Gustavo Augusto*

No caso do gás, a empresa informou que a Nova Lei do Gás, que entrou em vigor após a celebração do acordo de 2019, excepciona da obrigação de desverticalização as empresas que já eram verticalizadas antes desde que se sujeitem a obrigações de independência e autonomia a serem reguladas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Por isso foram negociadas obrigações para garantir a independência operacional da TBG.

Mas, para o advogado Thiago Silva, sócio do escritório Vieira Rezende Advogados, enquanto a Nova Lei do Gás estiver em vigor, a desverticalização é uma exigência legal que, mais cedo ou mais tarde, precisará ser atendida. Há um prazo de dois anos para publicação da Resolução da ANP sobre o assunto. "A exceção não é que poderá se manter verticalizada, mas sim que terá um prazo a se adaptar, que ainda não começou a correr", afirmou. Ainda segundo o advogado, hoje existem distribuidoras sendo questionadas por conta de planos que "se assemelham" a projetos de transporte e sendo pressionadas para regularizar a situação.

Fim do desinvestimento
Acordo previa venda das oito refinarias fora do eixo RJ-SP; três foram negociadas



Fonte: Petrobras. *Vendida para Forbes & Manhattan (F&M), ** Negociada com o grupo Atem, *** Comprada pelo Mubadala

Troca na estatal não interfere em acordo de Mataripe

Kariny Leal e Paula Martini
Do Rio

Ainda não existe um formato para o possível retorno da Petrobras à refinaria de Mataripe, na Bahia, segundo o presidente da subsidiária de energia renovável da Acelen, Luiz de Mendonça. As conversas entre as empresas, de acordo com o executivo, continuam e a mudança na gestão da Petrobras não interfere na negociação. "Magda Chambriard deve focar no crescimento do refino, na competitividade, acelerar investimentos. Isso não conflita com discussão que já se iniciou da parceria", disse Mendonça, após participar de evento do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Questionado sobre qual vai ser o formato da parceria em uma possível volta da Petrobras para a antiga Refinaria Landulpho Alves (Rlam), Mendonça afirmou que essa parte da discussão é tratada pelo acionista da companhia, Mubadala Capital, fundo dos Emirados Árabes: "Nossas equipes participam da entrega dos dados e documentos, mas não vou especular prazos. Não houve qualquer alteração nos trabalhos."

Na semana passada, o então diretor financeiro da Petrobras, Sergio Caetano Leite, que deixou a companhia após a demissão de Jean Paul Prates, disse em teleconferência de resultados que a companhia tem analisado duas propostas sobre Mataripe: uma é o retorno da estatal à refinaria e a outra é a entrada em um projeto de biorrefino do Mubadala, perto das instalações da própria Rlam. O fundo assumiu em 2022 o controle acionário da refinaria, que pertencia à estatal.

Leite disse na ocasião que a proposta da biorrefinaria do Mubadala é "interessante" para produção de combustível de aviação renovável (SAF, na sigla em inglês), a partir da macaúba, um tipo de palmeira: "Existe demanda e o mercado está aquecido para a compra desse combustível. A qualidade do projeto está em análise, conta com integração com a refinaria, mas um não é excludente de outro."

Segundo o presidente da Acelen Renováveis, a empresa tem equipes voltadas para negociar os dois caminhos. Mendonça afirma que a empresa solicitou nesta semana financiamento de US$ 384 milhões do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investir na área agrícola, de plantação da macaúba, e para construir um centro de inovação de tecnologia agrícola. Procurado pelo **Valor**, o BNDES disse que não comenta projetos que ainda não foram aprovados.

O investimento (capex) inteiro do projeto da biorrefinaria em 10 anos é de US$ 2,7 bilhões, sendo US$ 800 milhões para construção da unidade industrial. Atualmente, a empresa está montando pacote financeiro e finalizando a parte de engenharia. Até o fim do ano, a empresa irá iniciar a primeira fazenda piloto do vegetal.

Mendonça disse que há alguns investidores interessados na biorrefinaria, como a Petrobras, outras empresas de energia e companhias aéreas internacionais. O plano é iniciar a operação entre 2026 e 2027. A biorrefinaria poderá produzir um bilhão de litros de SAF ou de diesel renovável.

Especialistas veem menos competição no setor

Fábio Couto, Kariny Leal e Rafael Rosas
Do Rio

A decisão do tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de desobrigar a Petrobras a vender parte do seu parque de refino foi criticada por especialistas ouvidos pelo **Valor**. O motivo principal é a redução da concorrência no setor e o reforço da posição quase monopolista da estatal.

Em 2019, a Petrobras fez um acordo com o Cade para vender oito refinarias, das quais só conseguiu se desfazer de três. A decisão do órgão antitruste atende a um pedido da própria companhia, que vem trabalhando para voltar à refinaria de Mataripe, na Bahia, vendida em 2021 para a Acelen por US$ 1,65 bilhão.

Marcus D'Elia, sócio da Leggio Consultoria, avalia que o recuo do Cade gera um desequilíbrio concorrencial que afeta investidores atuais e futuros. Para ele, fica difícil convencer um investidor de comprar ativos no Brasil pois os acordos podem ser desfeitos posteriormente: "No caso do investidor que comprou a Refinaria de Mataripe, por exemplo, ele acreditava que haveria concorrência quando fechou o acordo. Agora ele terá de concorrer com um outro 'player' que tem 80% do mercado", disse.

Mataripe processa mais de 300 mil barris de petróleo por dia. Uma fonte do mercado de óleo e gás avalia que a decisão do órgão diminui qualquer tentativa de estabelecer competição no segmento de refino. Para a fonte, a decisão traduz uma visão de mundo diferente, na direção da concentração, em oposição à competitividade.

O Cade e a Petrobras firmaram um termo de compromisso no governo de Jair Bolsonaro como contrapartida para a suspensão de inquéritos administrativos que apuravam abuso de poder dominante pela petroleira no mercado de refino. Do total de oito refinarias previstas, foram vendidas: Mataripe, a refinaria do Amazonas (ex-Reman) e a Six, especializada em xisto.

A Remam foi vendida em novembro de 2022 para o grupo Atem por US$ 257,2 milhões (cerca de US$ 1,3 bilhão). A Six (Paraná Xisto) teve a compra pela Forbes Resources Brazil (F&M Brazil) anunciada em novembro de 2021, pelo total de US$ 41,6 milhões (R$ 214 milhões).

Com a vitória eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as diretrizes mudaram: em 2023, a Petrobras começou conversas com o órgão antitruste para mudar o acordo que determinava a venda dos ativos. Naquele momento três das oito unidades haviam sido vendidas. Faltava vender Repar (PR), Rnest (PE), Regap (MG), Refap (RS) e Lubnor (CE). Com a decisão de ontem, as unidades saem de vez do plano de venda. A Rnest, apontada como a obra mais cara do mundo, acumulou estouro de orçamento de US$ 18 bilhões (cerca de R$ 90 bilhões). Em fato relevante ontem, a estatal afirmou que vinha cumprindo o acordo com o Cade e enfrentou obstáculos na venda dos demais ativos previstos.

> **80%**
> **é a participação da Petrobras no refinaria**

Pedro Rodrigues, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), diz que a decisão do órgão representa um retrocesso que extrapola o setor de petróleo e gás: "A decisão gera um problema de insegurança jurídica para o país. Qualquer investidor que quiser fazer negócio no Brasil e precisar de um parecer do Cade vai pensar duas vezes, uma vez que há o risco de a decisão ser desfeita a qualquer momento." O especialista afirma que o recuo enfraquece a autoridade do órgão antitruste: "O acordo da Petrobras com o Cade havia sido feito para estimular a concorrência. Agora, não só o acordo foi desfeito, como a Petrobras tem trabalhado para voltar para a refinaria de Mataripe."

O advogado Giovani Loss, sócio do escritório Mattos Filho na área de energia e transição energética, avalia que a decisão do Cade não é boa para o mercado, uma vez que vai reduzir a entrada de novos "players" no país: "Tínhamos investimentos previstos de empresas que pretendiam comprar essas refinarias. Seriam novos grupos atuando no Brasil. E esses investimentos não vão mais ocorrer", afirma. Ele acrescenta que os votos dos conselheiros mostram ainda que o Cade "vai ficar de olho" nos compromissos assumidos e nos próximos passos da Petrobras.

Loss cita o voto do conselheiro Gustavo Lima, segundo o qual "não parece adequado" que a Petrobras recompre as refinarias e volte com o monopólio no refino. "Fica claro que não foi uma votação fácil, dá pra ver que existem questões polêmicas", diz o advogado. Loss vê mecanismos para que o próprio conselho reveja a decisão, caso a Petrobras não cumpra os compromissos assumidos.

D'Elia, da Leggio Consultoria, acrescenta: "Buscávamos mais agentes de mercado para evitar intervenções do governo em relação aos preços. Agora teremos que confiar que a Petrobras manterá os preços equilibrados. O preço não será mais definido pela competição, mas pela política da empresa."

INÊS 249

Enchentes Organizações oferecem suporte financeiro, abrigo, alimentos, remédios e atendimento psicológico às suas equipes

Apoio a funcionários atingidos inclui olhar para saúde mental



Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Diante das enchentes no Rio Grande do Sul, empresas que atuam na região perceberam que apoiar seus funcionários na reconstrução da saúde emocional é tão importante quanto oferecer abrigo, alimentação, medicação e dinheiro. "Não se sentir isolada, não se sentir só, saber que o empregador está apoiando, que entendeu a dimensão do problema, é um respiro em uma situação que é extremamente sufocante", diz a psicóloga Mariana Clark, especialista em saúde mental, perdas e luto no contexto organizacional. "Quando a gente se expressa, é um caminho para lá na frente pensar em elaborar essa dor, pensar quem eu sou a partir dessa experiência. A qualidade do cuidado oferecido [neste momento] vai fazer a diferença na travessia do trauma."

Com essa compreensão, empresas que já ofereciam apoio de saúde mental aos seus empregados ampliaram o cuidado quando as inundações aconteceram. Com 200 empresas em seu portfólio, sendo 12 com atuação forte no Sul do país, a Vittude, uma plataforma de atendimento psicológico on-line, viu uma procura ativa de seus clientes demandando apoio. "As empresas queriam garantir que todos estivessem em segurança, e começamos a receber os primeiros pedidos de ajuda", conta Tatiana Pimenta, CEO e fundadora da Vittude.

A plataforma convocou psicólogos de sua base especializados em atendimentos de emergência e catástrofe — que passaram por episódios como o rompimento da barragem em Brumadinho (MG) e o incêndio da boate Kiss (RS) — e montou uma central telefônica. "Situações como esta requerem um manejo diferente do profissional", explica Pimenta. "Não pode ser qualquer psicólogo para fazer essa ligação, para não desmontar junto. Tem que saber acolher."

Normalmente, o atendimento dos psicólogos credenciados na Vittude é receptivo, ou seja, o funcionário da empresa-cliente liga para agendar uma consulta. Neste momento de emergência no Rio Grande do Sul, a central foi ativa, ligando para cerca de 1.500 pessoas das empresas-clientes que atuam na região. "As organizações mapearam pessoas que estavam em situação mais crítica e pediram que ligássemos."

As chamadas tinham como objetivo saber se as pessoas estavam bem e oferecer acolhimento. Clark explica que intervenções iniciais em casos de tragédia têm alguns objetivos, entre eles abrir um espaço para manifestação da dor, em uma tentativa de resgatar a pessoa e trazer algum senso de controle e previsibilidade nesse momento. "O trauma sequestra e rouba a nossa capacidade de autorregulação", explica.

Para a especialista, o apoio imediato de um terapeuta pode minimizar consequências futuras do trauma. "É uma situação que rompe o que chamamos de mundo presumido, rompe com sonhos, rotina, planejamentos de vida, a casa, o que é absolutamente violento. Traz sobreposição de perdas, camadas de dor e a pessoa não tem condição cognitiva de organizar isso", detalha Clark. As consequências de um trauma não cuidado, agora e mais adiante, podem envolver depressão, estresse pós-traumático e ansiedade, chegando até a impedir que as pessoas sejam funcionais. "O atendimento agora pode minimizar efeitos futuros e suavizar, porque a pessoa vai ventilando [sua dor] desde já", diz Clark. "Para aguentar o dia seguinte. É como recarregar um 'pauzinho' da bateria."

Uma das empresas que ofereceram apoio à saúde mental de seus funcionários foi a Zamp, master franqueada do Burger King e Popeyes no Brasil. Com 36 lojas no Rio Grande do Sul e mais de 600 funcionários no estado, a empresa teve 211 empregados afetados indiretamente e 111, diretamente. Este último grupo teve que sair de casa, perdendo todos os bens ou parcialmente, explica Mafoane Odara, diretora de pessoas, cultura e transformação da Zamp.

A companhia cuidou para que esses funcionários ficassem em segurança e instalados e criou um fundo emergencial para suporte financeiro a eles, dando dinheiro para apoio imediato das necessidades básicas. Além disso, a empresa passou a fazer uma comunicação diária com as pessoas envolvidas para que elas tivessem suporte emocional para lidar com a situação. "As pessoas precisam ter recursos para passar pelas situações catastróficas", comenta a executiva.

O mesmo fez o Grupo Boticário, que contactou 100% dos empregados no Rio Grande do Sul para um monitoramento diário, "medida ainda vigente e essencial para a coleta de informações sobre necessidades específicas dos colaboradores e suas famílias", informa a empresa.

Odara explica que a Zamp já tinha esse olhar para a saúde mental de sua equipe. "A gente, erroneamente como sociedade, despriorizou a pauta da saúde mental, e esse tema é estruturante quando a gente pensa na longevidade e na competitividade das empresas", comenta a executiva. "Se as pessoas não estiverem bem emocionalmente elas não conseguem produzir. As mudanças no mundo do trabalho mostram que é preciso ter os recursos necessários para lidar com os desafios do dia a dia. Todo desconforto pode virar adoecimento que, se não cuidado, pode virar transtorno de saúde". Aprendizado que veio, principalmente, com a pandemia, e hoje permite que o tema da saúde mental já esteja mais normalizado em muitas organizações.

Agora, comenta Odara, depois do apoio imediato, é preciso pensar também nas ações de médio e longo prazo. "Toda situação difícil exige aprendizado, a gente não pode errar nas mesmas coisas", diz.

Uma das medidas em andamento na Zamp é estabelecer um fundo de emergência para situações críticas e de violência — algo que a empresa não tinha e teve que criar com rapidez para amparar os funcionários atingidos pelas enchentes. Outra ação é capacitar as lideranças para saberem lidar com situações de crise e emergência. "Há uma necessidade de olhar para essa dimensão climática e precisamos cuidar também de quem cuida, ter lideranças com habilidade para isso."

A BRF, com 10 mil funcionários no Rio Grande do Sul, não divulga o número de pessoas afetadas, mas informa que 5 mil estão em regiões atingidas pelas águas. A primeira preocupação foi com a integridade dos empregados e, por isso, a companhia entrou em contato com essas 5 mil pessoas por meio da área de gente da empresa ou pelo supervisor direto. A partir disso, começou um trabalho de suporte emergencial, para os empregados e a comunidade, incluindo a doação de 60 toneladas de alimentos, 18 toneladas de ração e 6 carretas carregadas com kits de higiene. Um grupo de 160 voluntários da companhia trabalha com diversas ações, incluindo a produção de mil marmitas diárias e a limpeza de casas atingidas.

Para os funcionários, a companhia adiantou o décimo terceiro salário para quem precisasse, ofertou um auxílio emergencial de R$ 6 mil para 50 famílias e planeja uma campanha de vacinação para os atingidos pelas enchentes. Além disso, fez contato de forma proativa com 250 empregados em situação mais crítica para saber se precisavam de algum suporte de saúde mental.

A empresa já oferecia apoio de saúde emocional às equipes, mas dessa maneira proativa foi a primeira vez, diz Alessandro Bonorino, vice-presidente da área de RH, tecnologia e sustentabilidade da companhia e presidente do Instituto BRF. "É uma situação que seguramente as pessoas terão desafios que vão perdurar por algum tempo", diz o executivo.

Um fundo de emergência também foi criado, com recursos da BRF e Marfrig, além de doações externas, e já totaliza R$ 5 milhões que serão alocados para os afetados. "Vai ser importante a coordenação de todos os esforços", pontua Bonorino. "Esforços descoordenados podem gerar desperdício. É preciso trabalhar as demandas de forma coordenada com diferentes agentes para trazer mais impacto."

Com cerca de 2.000 funcionários no Rio Grande do Sul atuando nas 131 farmácias Raia no estado e no centro de distribuição de Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre, a RD Saúde teve 126 funcionários afetados pelas chuvas. A empresa criou um guia de cuidado e protocolo de emergência, com liberação gratuita de medicamentos recomendados para profilaxia e tratamento complementar em saúde mental, mediante prescrição médica, adiantamento do 13º salário, suporte de alimentação e água, além de doação de R$ 500 para cada funcionário atingido — com possível liberação de valores complementares analisada individualmente.

No caso do apoio à saúde mental para funcionários e dependentes, o atendimento que antes era somente on-line passou a contar com uma linha 0800 para quem está com dificuldade de acesso à internet. A empresa ainda fez contato proativo com os 126 empregados atingidos, para oferecer acolhimento psicológico. "O apoio em saúde mental é primordial em uma situação extrema como essa", diz Giuliana Ortega, diretora de sustentabilidade da RD Saúde. "As perdas não são apenas materiais, mas também emocionais."

A executiva frisa, ainda, que a companhia colocou em prática medidas emergenciais, mas tem o compromisso de manter ações continuadas enquanto as equipes precisarem. "As marcas dessa tragédia são profundas e todos precisarão de tempo para se reerguer."

Rogerio Barreira, presidente da divisão Brasil da Arcos Dorados, dona da marca McDonald's na América Latina, conta que a companhia ampliou o atendimento psicológico a funcionários e dependentes. "Neste momento, o programa está atuando de forma proativa, contactando diretamente nossas pessoas afetadas para oferecer e dar suporte psicológico, incluindo aquelas que estão na linha de frente prestando suporte aos demais funcionários", diz.

Em todo o estado, a companhia tem 2.703 funcionários, e diz estar monitorando cerca de 150 pessoas de sua operação, das franquias e suas famílias.

Na multinacional de tecnologia SAP, 10% dos 2.000 funcionários do SAP Labs Latin America, que fica em São Leopoldo, dentro da Unisinos, foram atingidos diretamente. Adriana Kersting, diretora de RH do SAP Labs Latin America, explica que, em um primeiro momento, a empresa "organizou acomodações físicas apropriadas para que seus colaboradores, juntamente com seus familiares e animais de estimação, pudessem se abrigar em lugar seguro nesse momento de calamidade".

As iniciativas de cuidado com a saúde mental que já existiam foram ampliadas. Até então, funcionários e dependentes já contavam com atendimento psicológico custeado pela companhia. Agora, para os empregados que estão abrigados na empresa, a SAP procurou oferecer um "ambiente acolhedor". "Oferecemos, por exemplo, atendimento médico, psicológico, massagem rápida, entretenimento para as crianças e acolhimento de animais de estimação", detalha a executiva. "No domingo de Dia das Mães, oferecemos um almoço especial aos colaboradores e seus familiares abrigados no SAP Labs, como forma de proporcionar uma celebração e um momento feliz."

Para Kersting, essas atitudes podem minimizar situações pontuais delicadas e quadros de depressão, ansiedade e sobrecarga. "Sabemos que estamos atravessando uma situação muito complexa e as questões de saúde mental estão sendo tratadas de forma acolhedora no intuito de confortar nossos colaboradores, que foram impactados por esse desastre climático."

Rui Brandão, vice-presidente de saúde mental da Conexa e sócio-fundador de Zenklub, comenta que tragédias dessa proporção geram estresse em todas as esferas para quem é afetado. "Os problemas surgem o tempo todo nos aspectos pessoal, financeiro e familiar, por exemplo. É nessa hora que um profissional especializado em saúde mental precisa cuidar das pessoas", diz. Para ele, esse apoio ajuda o paciente a reduzir o trauma, a promover resiliência, a reconstruir a identidade, a facilitar o engajamento social e uma visão necessária de comunidade. "É comum haver perdas com uma enchente desse porte. Dessa forma, muitos também precisam ter apoio no processo do luto", conclui.

> "A qualidade do cuidado oferecido [neste momento] vai fazer a diferença na travessia do trauma"
> *Mariana Clark*

> "Situações como esta requerem um manejo diferente do profissional. Não pode ser qualquer psicólogo"
> *Tatiana Pimenta*

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Mafoane Odara, da Zamp, diz que é preciso capacitar as lideranças para lidarem com situações catastróficas

---

No caos, é preciso aplicar novas práticas de gestão

Rumo certo



Claudio Garcia

A trágica situação do Rio Grande do Sul é também uma lembrança da nossa incapacidade técnica, de liderança e moral de atuarmos coletivamente em prol do que deveria ser do nosso interesse. E isso não é um exemplo exclusivo do Brasil.

É também um exemplo da ingenuidade sobre como pensamos aquecimento global. Uma grande parte do estrago já foi feita, e mitigação — ou "cada um fazendo sua parte" — apesar de necessária, não eliminará a necessidade de nos adaptarmos a um novo ambiente climático que deve afetar o planeta por muitas décadas à frente.

Infelizmente, tragédias como essas também são fontes de aprendizado para lidarmos melhor com esse frequente contexto de extremos. Depois de eventos como esse, é comum se falar do que poderia ser feito. Mas pouco se fala de como poderíamos gerir diferente.

A gestão evoluiu significativamente, mas como fala Felix Oberholzer-Gee, professor da escola de negócios de Harvard, é surpreendente como se utilizam práticas antigas para contextos incertos. Algumas práticas mais atualizadas de gestão poderiam ser muito úteis para melhor responder a um novo contexto climático.

Uma primeira, que parece óbvia, é se utilizar dados. Por exemplo: modelos climáticos sugerem que vamos lidar com amplitudes maiores de temperatura, vento, marés, etc. Isso tem centenas de implicações para métodos construtivos, necessidades energéticas, modelos de seguro, logística, serviços de saúde, etc. Amplitudes maiores requerem soluções diferentes, não tão óbvias, às quais poucos têm reagido.

Segundo é parar de confundir estratégias com planos. Planos são apenas instrumentos. A imprevisibilidade do aquecimento global, que impactará de cadeias de alimentação à disponibilidade de talentos, requer capacidades de realizar estratégias à medida que elas emergem. Estratégia é dinâmica. Significa fazer escolhas, destinar recursos escassos para áreas com maior alavancagem, e ser obsessivo em aprender e se ajustar. "Todos têm um plano até receber um soco", já dizia Mike Tyson.

Outra prática é a de ecossistemas de negócios. Muitas necessidades de clientes só podem ser atendidas por várias empresas com ofertas complementares — por isso o termo ecossistema. Hoje, nove das dez maiores empresas em valor de mercado são parte de ecossistemas. Curiosamente, os grandes desafios que enfrentamos como acesso a saúde, educação e, por sinal, aquecimento global, não podem ser resolvidos por entidades isoladas. Mas gerir ecossistemas requer formas distintas de se pensar organizações, liderança e cultura do que os tradicionais modelos de governança.

E, um último exemplo, são objetos próximos e convergentes. Em ambientes incertos, grandes visões, distantes da realidade, geram rigidez ideológica que impedem diálogos e eliminam encontrar zonas de convergência com benefícios rápidos. Em regiões com forte presença de indivíduos com questionamentos sobre a origem do aquecimento global, iniciativas "verdes" avançaram por meio de pontos de convergência, como menor impacto da poluição na saúde ou autossuficiência energética.

Essas são apenas algumas das práticas que já beneficiam companhias que admiramos e que estão sendo absorvidas inclusive por instituições governamentais. Para empresas, sua adoção significa, adaptabilidade, competitividade e bilhões de dólares de lucros. Para o desafio da adaptação a um clima incerto, poderá significar muito menos sofrimento e perdas de vidas.

Claudio Garcia é presidente da Outthinker Networks e ensina gestão global na Universidade de Nova York

---

Vaivém

Stela Campos

Egon Zhender

Francesco Buquicchio será o novo CEO global da Egon Zhender a partir de 31 de outubro. Ele vai suceder Edilson Camara, que chegou ao limite do segundo mandato no comando da empresa de seleção de executivos, com sede na Suíça.

Neon

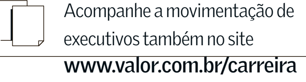
Ranveer Kunal é o novo vice-presidente de engenharia da Neon. Baseado em São Francisco, EUA, ele já atuou no Google, Coinbase e Snapchat. É cofundador da Meemo.

Loggi

Viviane Sales é a nova vice-presidente de vendas da Loggi. Ela já passou por Creditas, Twitter e BCG.

E-mail: vaivém@valor.com.br

valor.com.br



Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira


THIS IS — AFRI —CA
Creative
Como foi que a Africa conseguiu fazer esta campanha pra Brahma? Não sei, só sei que foi assim.
Brahma e Africa em uma campanha histórica de São João com o Auto da Compadecida 2.
BRAHMA
BRAHMA
Africa Creative/TM
Nosso negócio é criatividade.
BR
SP
© 2024 Africa Creative/™ All Rights Reserved

INÊS 249

Chuvas no Sul Diagnóstico de danos do desastre deve ficar pronto em 30 dias; fonte vê prazo de 24 meses para reparar danos físicos

Reconstrução do RS prevê concessão de escola e rodovia



Taís Hirata
De São Paulo

O governo do Rio Grande do Sul planeja usar concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) como parte da reconstrução de escolas, hospitais e rodovias, segundo Pedro Capeluppi, que assumiu a secretaria de Reconstrução Gaúcha.

A equipe ainda está em fase de diagnóstico do estrago provocado pelas enchentes, e não tem previsão nem do valor nem do prazo necessários à reconstrução — esse balanço deverá ficar pronto em cerca de um mês.

Para especialistas, as estimativas variam. Uma fonte que acompanha o processo de perto avalia que em 24 meses será possível recuperar os danos físicos provocados pelas enchentes, cuja projeção inicial fica entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões. Já outros analistas veem perspectiva de décadas, com base na experiência do furacão Katrina, em Nova Orleans, nos EUA.

Na avaliação da fonte, as prioridades de reconstrução, dos primeiros seis meses, terão de ser escolas, hospitais, unidades de habitação e edifícios públicos necessários para o funcionamento urbano. A partir daí, deverá começar a recomposição de outros edifícios, ruas danificadas, e depois rodovias, pontes e obras mais amplas de infraestrutura.

Capeluppi destaca que a priorização deverá ficar mais clara apenas com o diagnóstico da crise, e diz que os projetos de concessões de escolas, hospitais e de rodovias, que vinham sendo estudados, ganharam ainda mais importância diante do desastre .

"Os projetos continuam. É claro que vamos ter que avaliar o impacto. Por exemplo, entre os blocos de rodovias, temos um que passa pelo Vale do Taquari [região impactada pelas enchentes]. Na PPP de escolas, estamos terminando o mapeamento dos danos para ver se alguma teve danos graves. Estávamos com a PPP pronta para lançar consulta pública. Vamos avaliar."

MAURÍCIO TONETTO/PALÁCIO PIRATINI



Pedro Capeluppi, secretário de Reconstrução Gaúcha, diz que equipe vai buscar diferentes fontes de recursos

A equipe não cancelou nem o leilão de dois aeroportos regionais, de Passo Fundo e Santo Ângelo, marcado para 20 de junho, com recebimento de propostas no dia 13 do próximo mês. "Espero não ter que rever [o projeto]. Hoje ficou até mais clara a importância desses aeroportos regionais. A malha aérea emergencial hoje conta com a capacidade desses outros aeroportos para receber voos."

Ao ser questionado se haveria interesse do setor privado nas concessões, dada a crise que vive o Estado, o secretário reconheceu que o cenário traz um desafio. "É claro que existe uma percepção de risco maior, mas temos que trabalhar os projetos para que estejam adequados ao risco."

Na avaliação de Eric Brasil, diretor da LCA Consultoria, é viável fazer novas concessões no Estado, mas a dificuldade é grande, principalmente no caso de PPPs, que demandam desembolsos do Estado, e de projetos em setores menos tradicionais. "Projetos de infraestrutura social, como escolas, hospitais, parques, devem ter dificuldade. É algo que estamos amadurecendo no Brasil. E há o desafio fiscal, dado que PPPs dependem de participação do setor público", disse. Em relação aos aeroportos, ele também avalia que os interessados terão que rever seus modelos, considerando a crise econômica que o Estado deve enfrentar.

O investimento privado, porém, será apenas uma parcela do esforço de reconstrução, que demandará recursos do Estado, da União, de emendas parlamentares, de bancos multilaterais, e eventualmente de fundos internacionais, entre outros, afirma Capeluppi. "Nós vamos fazer um mapeamento de todas as fontes de recurso disponíveis."

> "Os projetos já eram importantes, agora se tornaram ainda mais"
> *Pedro Capeluppi*

O plano anunciado pelo Estado divide a reconstrução em três fases: ações imediatas, já em curso; atividades de médio prazo, para recomposição das atividades econômicas, da infraestrutura e da habitação; e plano de longo prazo, que terá grandes projetos — o que pode incluir, por exemplo, a construção de novos bairros, deslocamento de cidades, obras de contenção de cheias, diz ele. O plano é elaborado em parceria com a consultoria A&M (Alvarez & Marsal), que ofereceu o serviço de forma gratuita neste momento.

Leilão da Sanepar dependerá de decisão do STF

Saneamento
De São Paulo

O plano da Sanepar de licitar três Parcerias Público-Privadas (PPPs) de esgoto dependerá de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), prevista para os próximos dias. Na terça-feira (21), uma liminar do ministro Flávio Dino suspendeu o leilão que estava marcado para quarta (22), atendendo um pedido da Aegea. Agora, a empresa paranaense tentará reverter a situação.

Uma fonte diz que a companhia ainda tentará apresentar argumentos técnicos ao ministro para que ele reveja o posicionamento. A decisão monocrática também poderá ser derrubada pelo colegiado. A ação será discutida pela primeira turma do tribunal, em votação virtual marcada para acontecer entre esta sexta (24) e o dia 4 de junho.

Na visão de advogados ouvidos pela reportagem, se apresentam dois caminhos. Se a liminar cair, o processo poderia ser retomado rapidamente. Porém, caso a medida cautelar seja mantida, a Sanepar terá que tomar uma decisão: ou muda o edital para excluir os trechos sob questionamento ou aguarda a discussão sobre o mérito, sem ter clareza sobre o prazo da decisão.

"A Sanepar pode modificar o edital para acelerar o leilão. Se fizer isso, o processo perde objeto, a empresa vai ter que republicar o edital, e o leilão ocorre normalmente. Ou pode decidir recorrer e neste caso o leilão pode ficar suspenso por um período razoável", afirma Gustavo Magalhães, sócio do Madrona Fialho Advogados.

Questionada a respeito dos próximos passos, a empresa afirmou, por nota, que "aguarda desdobramentos da Justiça".

A Aegea e a Sanepar já vinham travando uma disputa a respeito do projeto. A empresa privada chegou a conseguir uma liminar do Tribunal de Contas do Estado, mas que foi derrubada. A companhia critica uma cláusula do edital que impede que um mesmo grupo leve os três lotes oferecidos. Pela regra, uma empresa só poderia levar duas ou três PPPs caso não houvesse outros interessados, o que não foi o caso da licitação. A empresa privada diz que, dessa forma, pode ser selecionada uma proposta que não seja a mais vantajosa, caso uma empresa que proponha o menor preço seja impedida de levar o contrato, por já ter saído vencedora de outro lote do leilão.

A Sanepar rebate os argumentos da Aegea e afirma que a ideia de trazer diferentes operadores favorece a eficácia dos contratos, ao possibilitar a comparação de desempenho entre eles, além de minimizar o risco de interrupção dos serviços, caso algum concessionário apresente problemas.

A Aegea já opera uma PPP da Sanepar, conquistada em leilão realizado em julho de 2023.

O novo leilão atraiu forte interesse do setor privado. Antes da liminar cancelar o certame, cinco grandes operadores apresentaram propostas. Além da própria Aegea, participaram da disputa a Iguá, a Acciona, a Sacyr e a GS Inima. Os envelopes foram entregues na última sexta (17), mas as propostas comerciais só seriam abertas no dia 22.

Um advogado ouvido pela reportagem, que pediu anonimato, afirma que se a liminar cair as ofertas entregues continuam valendo, mas caso haja mudança no edital, o interesse dos demais grupos tende a mudar. *(TH)*

R$ 3 bi
é o investimento previsto nas 3 PPPs

Curtas

Amazon na Espanha

A Amazon.com planeja investir €15,7 bilhões (US$ 17,04 bilhões) na próxima década para expandir seus serviços de nuvem na Espanha, a mais recente promessa da gigante tecnológica dos EUA para reforçar sua presença na Europa em um momento de crescente demanda por nuvem e serviços de dados.

BHP ganha mais prazo

A Anglo American estendeu até 29 de maio as negociações com a BHP a respeito de sua oferta de aquisição, o que mantém de pé a perspectiva da maior transação de todos os tempos no setor de mineração, mesmo depois de o grupo ter rejeitado uma terceira proposta de 38,6 bilhões de libras.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Associação Nacional Dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de São Paulo Anclivepa Sp -** CNPJ: 05.698.736/0001-07 - Endereço: Rua Atilano Crisóstomo, 97, Apto. 202, Bairro Dom Bosco, Campos Dos Goytacazes/rj - Requerente: Local Vet Locações Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Odonto Service Ipameri Ltda. -** CNPJ: 38.184.116/0001-09 - Endereço: Av. Dr. Gomes da Frota, 09, Quadra 36, Lote 735 A, Centro - Requerente: Odontocompany Franchising S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Ipameri/GO

Requerido: **Prometal Estruturas Metálicas Ltda. -** CNPJ: 42.999.116/0001-26 - Endereço: Rua Barbosa de Freitas, 1741, Sala 04, Bairro Aldeota - Requerente: Gomes Pinheiro Advogados Associados S/s - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Falências Decretadas

Empresa: **Fabio Kaic Lopes de Abreu ME -** CNPJ: 18.972.701/0001-58 - Endereço: Rua Viriato Correia, 265, Bairro Jardim Das Cerejeiras, Atibaia/sp - Administrador Judicial: Omar Corrêa Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **G2a Soluções Inteligentes Eireli -** CNPJ: 01.134.710/0001-77 - Endereço: Rua Place Des Vosges, 88, Bloco 02, Salas 16 e 18, Ville Sainte Helene - Requerente: Maria Arianna Aita - Vara/Comarca: 6a Vara de Campinas/SP - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Requerido: **Ludpack Indústria e Comércio de Embalagens Plásticas Eireli -** CNPJ: 28.788.296/0001-76 - Endereço: Rua Aristides Riccciluca, 405, Bairro Parque Santa Bárbara - Requerente: Cr Factoring Sociedade de Fomento Mercantil Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Itapira/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Ricam Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 06.063.958/0001-08 - Endereço: Av. Imperatriz Leopoldina, 957, Cjto. 1803, Bairro Vila Leopoldina - Requerente: João Francisco de Freitas Pinturas ME - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **San Antonio Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 10.843.766/0001-91 - Requerente: Alessandra Gertrudes, Alexandre Moura Gertrudes e Cristian Klock Deudegant - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Sencinet Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda -** CNPJ: 33.179.565/0001-37 - Requerente: Snd Distribuição de Produtos de Informática S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **2f Serviços Administrativos Ltda. -** CNPJ: 29.649.030/0001-05 - Endereço: Rua Acyr Guimarães, 436, 1º Andar, Sala 101, Condomínio Portland Offices, Bairro Água Verde - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Personalite Securitizadora S/A -** CNPJ: 11.460.444/0001-26 - Endereço: Rua Acyr Guimarães, 436, 1º Andar, Sala 101, Condomínio Portland Offices, Bairro Água Verde - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Valoren Administradora de Bens Ltda. -** CNPJ: 23.474.742/0001-54 - Endereço: Rua Acyr Guimarães, 436, 1º Andar, Sala 101, Condomínio Portland Offices, Bairro Água Verde - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Recuperação Extrajudicial Requerida

Empresa: **Ts Infraestrutura e Engenharia S/A -** CNPJ: 37.514.042/0001-50 - Endereço: Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153, 4º Andar, Sala 01, Bairro Vila Nova Conceição - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Alexandre Luiz Ferronato, Produtor Rural -** CNPJ: 54.467.504/0001-45 - Endereço: Rodovia Br 319, Km 10, Zona Rural - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: 2a Vara de Humaitá/AM

Empresa: **Hepta Tass Serviços de Segurança Ltda., Nome Fantasia Heptass -** CNPJ: 41.491.104/0001-23 - Endereço: Setor Shcgn Cr Quadras 704/705, Bloco E, Entrada 30, Loja 29, Parte B, Asa Norte - Administrador Judicial: Dr. Fernando Parente Viegas - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Tele Alarme Segurança Eletrônica Ltda. Epp, Nome Fantasia Tass -** CNPJ: 02.596.120/0001-29 - Endereço: Setor Shcgn Cr Quadras 704/705, Bloco E, Entrada 30, Loja 29, Asa Norte - Administrador Judicial: Dr. Fernando Parente Viegas - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Auto Posto Santa Lúcia de Limeira Ltda. -** CNPJ: 04.732.146/0001-82 - Endereço: Av. Major Levy Sobrinho, 2272, Bairro Boa Vista, Limeira/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **Largi Confecções Eireli -** CNPJ: 30.158.707/0001-91 - Endereço: Rua Sassafras, 7, Pavimento Superior, Núcleo Habitacional Afonso Alves de Camargo - Vara/Comarca: 2a Vara de Apucarana/PR

Empresa: **Master Crn Indústria e Comércio Eireli -** CNPJ: 04.653.769/0001-60 - Endereço: Rua Sassafras, 7, Núcleo Habitacional Afonso Alves de Camargo - Vara/Comarca: 2a Vara de Apucarana/PR

Empresa: **R. Mendonça Rodrigues Confecções -** CNPJ: 31.205.171/0001-80 - Endereço: Rua Sassafras, 7 B, Núcleo Habitacional Afonso Alves de Camargo - Vara/Comarca: 2a Vara de Apucarana/PR

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A -** CNPJ: 02.673.754/0002-19 - Endereço: Rua José S. Nogueira, Quadra 14, 0, Lote 10 - Vara/Comarca: 2a Vara de Santa Helena de Goiás/GO - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Agenda Tributária

Mês de Maio de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Abril/2024
23	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	11 a 20/maio/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Tributação Exclusiva - Art. 2º da Lei nº 12.431/2011	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei nº 13.043/2014)	5035*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286*	11 a 20/maio/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490*	"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	11 a 20/maio/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
23	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	11 a 20/maio/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*



PODER JUDICIÁRIO
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
CNPJ: 33.000.167/0001-01

EDITAL DE CITAÇÃO - Com o prazo de vinte dias

Este Juízo FAZ SABER a BRATECNICAS COMERCIAL E SERVICOS EIRELI, CNPJ 29279112000105, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação de Procedimento Comum por Petrobras - Petroleo Brasileiro S/A, alegando em síntese: as partes celebraram contrato para a prestação de serviços técnicos de suporte à operação e manutenção para instalações industriais, conforme instrumento contratual nº 5900.0111851.19.2. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

INÊS 249

Saúde Com a entrada de novos recursos, alavancagem da companhia cai de 3,9 para 2,6 vezes o Ebitda

Oncoclínicas terá aumento de capital de R$ 1,5 bi

Beth Koike
De São Paulo

A rede de saúde Oncoclínicas anunciou um aumento de capital de R$ 1,5 bilhão para reduzir o endividamento da empresa. O banco Master vai injetar R$ 1 bilhão para emissão de novas ações, por meio de dois fundos ligados à instituição, e vai financiar outro restante para o fundador, o médico Bruno Ferrari, acompanhar a operação.

Com a transação, a rede vai reduzir a alavancagem dos atuais 3,9 vezes para 2,6 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). O Master passa a deter quase 20% da companhia, sendo que 12% virão desse aumento de capital e o restante de ações já detidas. Ferrari aumenta sua participação dos atuais 3% para 10% e o private equity do Goldman Sachs, que hoje é dono de 45,5% da Oncoclínicas, reduz sua fatia em cerca de 20%.

"Há algum tempo estamos acompanhando e conversando com a Oncoclínicas para uma oferta. Já tínhamos 6% da empresa, agora surgiu essa oportunidade após conversas com o Goldman que está cedendo seus direitos de preferência", disse Daniel Vorcaro, presidente do banco Master.

O aumento de capital será feito por meio da uma emissão de 115,4 mil novas ações ao preço de R$ 13. Ontem, o papel fechou a R$ 7,38, queda de 10,22%.

A entrada de recursos reduz o endividamento que, no terceiro trimestre, atingiu R$ 4,3 bilhões, o equivalente a 3,9 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). Os covenants (acordo com os credores estabelecendo limites da dívida) são de 4 vezes e vencem no fim do ano.

Além disso, o novo capital vai ajudar a companhia em seu plano de crescimento orgânico que prevê a construção de vários câncer centers (hospitais construídos exclusivamente para pacientes em tratamento de câncer) em parceria com operadoras de planos de saúde e hospitais. A empresa também colocou no radar uma retomada de aquisições que estavam paralisadas desde 2022.

"O aumento de capital reforça a crença no nosso modelo de negócio. Vamos continuar expandindo e agora com uma estrutura de capital mais adequada", disse Bruno Ferrrari, fundador e presidente da Oncoclínicas.

A Oncoclínicas é dona de uma rede com 145 clínicas em várias regiões do país. Seus últimos investimentos têm sido focados na construção dos câncer centers que possibilitam a companhia a participar do tratamento completo, desde as terapias nas clínicas até as cirurgias nos hospitais.

Como as demais empresas de saúde, a Oncoclínicas fez uma série de aquisições após sua abertura de capital, em 2021. O aumento na taxa de juros associado à crise no setor de saúde — que sofreu um desequilíbrio de demandas de procedimentos médicos e alta expressiva dos custos — levou às empresas a uma alta alavancagem. Todos os elos da cadeia vêm sofrendo pressão para alongamento de prazos de recebimento e questionamentos de pagamento. Na Oncoclínicas, as operadoras estão pagando suas faturas 118 dias após a realização do procedimento médico. No primeiro trimestre do ano passado, o prazo era de 105 dias.

Com essa pressão, a companhia trouxe um balanço fraco nos três primeiros meses, com uma queima de caixa de mais de R$ 400 milhões, receita abaixo das expectativas do mercado e aumento da provisão para devedores duvidosos. Esses dois indicadores negativos foram causados por uma postergação de pagamento do mês de março para o segundo trimestre por parte da Unimed-Rio, cuja operação foi recentemente transferida para a Unimed Ferj-Federação das Unimeds do Rio de Janeiro.

A expectativa é que, no quarto trimestre, a companhia já tenha uma melhora na linha de eficiência operacional com as renegociações com os fornecedores e um arrefecimento na crise das operadoras dos convênios médicos.

Outros grupos de saúde, como Hapvida e Dasa, fizeram recentemente o mesmo caminho, com aumento de capital, para tentar reduzir a alavancagem de seus negócios.

> "Já estávamos olhando a empresa há algum tempo [para investir]"
> *Daniel Vorcaro*

CLAUDIO GATTI



Ferrari, da Oncoclínicas: "Com uma estrutura de capital mais adequada vamos continuar expandindo"

Carlyle vende R$ 2,2 bi em ações da Rede D'Or

Fernanda Guimarães
De São Paulo

O fundo de private equity (que compra participação em empresas) Carlyle vendeu R$ 2,2 bilhões de suas ações na Rede D'Or e zerou sua posição na companhia, que estava em um pouco mais de 3% do capital, segundo apurou o **Valor**.

Na ponta compradora, a família Moll, fundadora da companhia, entrou com uma ordem de R$ 400 milhões, segundo fontes que pediram anonimato, ficando com parte relevante das ações. A operação foi estruturada pelo Bank of America.

As ações, ainda segundo interlocutores, foram vendidas a R$ 29,44. Inicialmente, o Carlyle iria vender apenas metade de sua posição, o que correspondia a 37 milhões de ações, mas, com a demanda, aproveitou para zerar o investimento que começou em 2015, antes da oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da empresa.

Com alta de 628% nos ganhos, Nvidia busca diversificar

Chips para IA

Daniela Braun
De São Paulo

A demanda por chips da Nvidia para centros de dados, que sustentam o avanço da inteligência artificial (IA) generativa, foi a principal responsável pelo avanço de três dígitos, em base anual, no lucro líquido e na receita da empresa, no primeiro trimestre do ano fiscal de 2025.

No balanço divulgado na noite desta quarta-feira (22), a empresa americana apresentou lucro líquido de US$ 14,9 bilhões e ganho de US$ 5,98 por ação nos três meses encerrados em 28 de abril, alta 628% ante o resultado obtido um ano antes.

A receita de US$ 26 bilhões gerada no trimestre cresceu 262% em base anual.

"A próxima revolução industrial começou [...]", disse Jensen Huang, fundador e executivo-chefe da Nvidia.

O crédito para os números, que superaram as projeções de analistas financeiros, vai para a divisão de Data Centers da companhia. A receita da unidade de negócios alcançou US$ 22,6 bilhões no trimestre, um avanço de 427% em base anual.

A estratégia da Nvidia é diversificar suas fontes de receita na unidade apostando em projetos para grandes empresas, além dos provedores de serviços de computação em nuvem de gigantes de tecnologia como Amazon, Microsoft e Google.

"Além dos provedores de serviços em nuvem, a IA generativa se expandiu para empresas de consumo de internet e clientes corporativos, automotivos e de saúde, criando vários mercados verticais multibilionários", notou Huang.

A estratégia de diversificação ao mercado corporativo tem sido adotada há sete anos pela empresa, ressalta Marcio Aguiar, diretor-executivo de vendas corporativas da Nvidia na América Latina. "O que fizemos foi democratizar a oferta de software e hardware por meio dos grandes provedores de serviços de nuvem (CSPs, na sigla em inglês)", diz Aguiar, ao **Valor**. "Eles são os responsáveis pela IA estar nas grandes corporações".

A aposta da Nvidia está em projetos de personalização de IA generativa por empresas de setores como os de finanças, telecomunicações, óleo e gás, e saúde. "As empresas que estão mais maduras [na adoção da IA] querem ter a liberdade de customizar essas plataformas para seus negócios. Elas nos procuram para desenvolver seus próprios ChatGPTs", diz Aguiar.

O Brasil, segundo o executivo, ainda está em um estágio inicial de desenvolvimento de aplicações de IA generativa personalizadas. "O Brasil tem um papel vital para essa adoção, mas ainda estamos um pouco mais lentos", diz o executivo. "A questão é encarar que não é mais uma onda e que não tem mais volta."

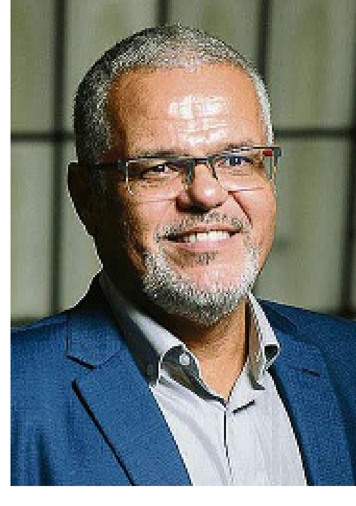
No segundo semestre, a Nvidia começa a entregar os novos chips da linha Blackwell, anunciados em março. A Amazon Web Services (AWS) decidiu suspender os pedidos da geração anterior, a Hooper, e esperar pelos novos, informou o "Financial Times" esta semana.

A atualização do pedido, segundo Aguiar, é natural entre grandes provedores de nuvem. "A Amazon vai esperar [pela linha Blackwell] porque todos os CSPs fizeram pedidos na nova geração [de chips]", observa. "Isso não vai impactar a Nvidia. Senão, não daríamos a projeção de crescimento que demos."

Para o segundo trimestre fiscal de 2025, a Nvidia projeta uma receita de US$ 28 bilhões e US$ 4 bilhões em despesas operacionais.

As ações da Nvidia caíram 0,46%, para US$ 949,50, no pregão regular da bolsa americana Nasdaq, nesta quarta-feira. Mas, no pós-fechamento, com a divulgação do balanço, a valorização estava na faixa de 6%. A empresa também anunciou um desdobramento de dez por um de suas ações ordinárias. A negociação está prevista para começar no dia 10 de junho.

LEO PINHEIRO/VALOR



> O Brasil está um pouco lento para adotar apps de IA
> *Marcio Aguiar*

Alloha tem primeiro lucro e retoma agenda de aquisições



Fibra Óptica

André Ítalo Rocha
De São Paulo

Controlada pela EB Capital, gestora de Pedro Parente, a Alloha Fibra divulgou o primeiro resultado com lucro, após concluir a maior parte das integrações das aquisições que fez nos últimos anos. Com o prejuízo ficando para trás, a operadora de telecomunicações se abre para novos M&As — mas sem perder de vista a lucratividade.

Com Lorival Luz de CEO desde julho do ano passado, a empresa anotou lucro líquido de R$ 8,4 milhões no primeiro trimestre deste ano, revertendo resultado negativo de R$ 8,7 milhões de igual período de 2023. A receita líquida, por sua vez, cresceu 3%, para R$ 411 milhões, enquanto o Ebitda subiu 17%, para R$ 197 milhões.

"Toda a parte de integração societária, de CNPJs, foi concluída em dezembro. Saímos de mais de 20 para três CNPJs. Na integração de sistemas, a maior parte foi feita até abril. Saímos de 89 sistemas diferentes para 17, simplificando a operação", conta o executivo ao **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. "Só está faltando acomodar a integração da Mob, com conclusão prevista para o começo de junho", disse.

A Alloha é uma holding que reúne operadoras regionais de internet, focadas em fibra óptica. O pontapé inicial do negócio se deu quando a EB Capital comprou a Sumicity em 2018. De lá para cá, outras oito marcas foram adquiridas e a empresa se tornou a maior provedora independente de fibra óptica do país. A Alloha vinha operando no vermelho até então. No ano passado, teve prejuízo de R$ 38 milhões. Em 2022, de R$ 54 milhões.

O CEO ressaltou que o lucro atingido no primeiro trimestre já reflete em boa parte as integrações realizadas, mas disse que ainda há ganhos a serem capturados, à medida que a companhia amadurece o que foi integrado. "Nossa margem Ebitda saiu de 42,5% no ano passado para 48% neste primeiro trimestre, mas dá para chegar a algo um pouco acima de 50%", prevê.

Superada essa fase de integrações, Luz afirma que a empresa agora se volta novamente para uma agenda de M&As, pausada desde 2021. "Já liberei a turma para olhar potenciais aquisições que façam sentido", diz o executivo. Segundo ele, é provável que uma primeira transação já ocorra em 2024. E ressaltou que a retomada de uma estratégia de crescimento orgânico não vai comprometer a lucratividade alcançada agora.

"Vamos gerenciar a alavancagem da companhia para que fique abaixo do que fechou no ano passado, mesmo com M&As, porque vamos ter uma expansão relevante do Ebitda", disse. "Ao sair de uma margem de 42% para 48%, são seis pontos em cima de um faturamento anual de R$ 2,2 bilhões. É um aumento expressivo que eleva a capacidade de fazer investimentos, como aquisições."

Não há uma meta para a expansão inorgânica, porque a empresa não quer "crescer por crescer". "No momento estamos com cerca de 1,6 milhão de clientes no B2C. Isso pode chegar a 2 milhões e depois a 2,5 milhões, mas não vamos colocar prazo para isso. Eu posso crescer 200 mil clientes nos próximos três meses ou nos próximos seis meses."

Questionado sobre a possibilidade de um IPO, Luz disse que tem trabalhado para dar essa opção aos acionistas, deixando a empresa preparada caso o mercado esteja ativo. Ele lembrou, inclusive, que a Alloha protocolou pedido de registro na CVM para o nível A, para ser uma companhia aberta.

"Isso amplia nossas oportunidades de acesso a funding, de dívida. Passo a ter acesso a bolsos que eu não tinha até então", ele disse. "Tendo boa estratégia, com crescimento e boa governança, quando o mercado estiver ativo, estaremos preparados para um IPO. Se não tiver mercado, vida que segue. E o IPO tem que ser relevante, que te permita ter liquidez diária, que te faça participar de índices, porque te abre mais oportunidades."

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

> **3%**
> **foi o crescimento da receita no trimestre**

Curtas

Copastur investigada

A agência de viagens corporativas Copastur é alvo de uma investigação pela Polícia Civil de São Paulo por suposto estelionato. A denúncia foi feita pela BRF diante de suspeitas de um golpe praticado por meio do uso indevido dos códigos de desconto da companhia nas compras de passagens aéreas — esse preço mais competitivo é dado pelas aéreas às grandes corporações diante de um grande volume de compras. A Copastur nega qualquer tipo de irregularidade nas suas práticas comerciais.

Cartel das próteses

O Tribunal do Cade condenou a Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde (Abimed), a Boston Scientific do Brasil, a Medtronic Comercial e um conjunto de pessoas físicas pelo cartel de próteses e órteses. A decisão foi por maioria de votos, em julgamento realizado ontem.

Estratégia Empresa de distribuição de insumos já acertou primeiro contrato e prevê atrair 20 parceiros para novo modelo de negócios

Com franquias, Belagrícola quer R$ 1 bi de receita extra

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Depois de três anos de estudo, a Belagrícola, de distribuição de insumos, resolveu adotar no agronegócio o modelo de franquias. O plano da empresa é conquistar 20 franqueados e agregar entre R$ 900 milhões e R$ 1 bilhão à sua receita até 2025.

O primeiro franqueado da companhia é o empresário Nivaldo Gutierres Hernandes Junior, que abriu sua loja no último dia 15 em Herculândia (SP). Ele já é dono da Nutrigutti, empresa de soluções para nutrição que integra o Grupo Amendogutti, cerealista e exportador de amendoim. Agora, o empresário também venderá insumos no município de 9 mil habitantes e nas cidades próximas.

Para a Belagrícola, acordos com empresários do segmento que aceitem um contrato de exclusividade são o modelo ideal. "O sistema de franquia nos fará entrar em cidades em que, além dos grãos, outras culturas também são importantes, como é o caso de Herculândia com o amendoim. Isso nos fará ampliar a área de atendimento e também o portfólio de produtos e serviços", disse Alberto Araújo, CEO da Belagrícola.

Mais dois franqueados estão negociando a entrada na operação — eles deverão abrir suas lojas em São Jorge do Ivaí (PR) e Barretos (SP). A Belagrícola tem hoje 52 lojas próprias em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além de 40 silos para grãos. Araújo afirma que a companhia tem interesse de ampliar suas operações nos Estados em que ela já atua, além de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

52
é o número de lojas próprias da empresa

"Nosso cerne é atender pequenos e médios produtores com uma atenção especial. Por isso, a escolha dos franqueados passa por selecionar empresários e figuras influentes em cada cidade ou região", acrescentou Walter Luis Rossi, gerente executivo de Novos Canais da Belagrícola. O projeto de franquias da empresa também contempla pessoas físicas que queiram ser representantes exclusivos da marca.

Para acertar a abertura de uma loja, o franqueado deverá pagar uma taxa de R$ 150 mil, além de arcar com os custos de reforma e padronização, que variam conforme o tamanho e mercado imobiliário de cada cidade. Em Herculândia, Hernandes Junior gastou R$ 3 milhões em uma loja de 960 metros quadrados.

Assim como no modelo de franquias tradicional do varejo, o dono da loja também paga 4% de royalties sobre o preço de compra dos produtos da Belagrícola. Segundo Araújo, as franquias não impedem que a empresa também cresça com novas unidades próprias ou aquisições.

Como ocorreu com outras distribuidoras, a Belagrícola teve perdas no último ano com a queda dos preços dos insumos, o que a fez revender produtos por preços mais baixos do que os que ela havia desembolsado pelos itens. Além de atuar no varejo, a Belagrícola também tem operações nas áreas de sementes, trading, consultoria e eventos.

Em 2023, o faturamento da empresa caiu 7,3%, para R$ 7,6 bilhões. A companhia, que havia tido lucro líquido de R$ 140 milhões em 2022, encerrou o ano passado com prejuízo de R$ 5 milhões.

"Em 2023/24, escoamos os últimos produtos comprados a preços altos por conta da guerra na Ucrânia. Agora, estamos adquirindo insumos para 2024/25 e estamos com atraso no volume", disse Araújo, que afirma ter entre 12% e 15% do necessário para atender a próxima safra. "Vejo margens mais saudáveis para nós em 2025", indicou o executivo.

DIVULGAÇÃO



Alberto Araújo, da Belagrícola: franqueados exclusivos são 'modelo ideal'

Em dois anos, Brasil pode ter mais oferta de café conilon que o Vietnã

Cenários

Isadora Camargo
De Santos (SP)

O Brasil caminha para ultrapassar o Vietnã em volume de produção de café conilon entre 2025 e 2026. Segundo analistas e traders, os problemas climáticos no país asiático, maior produtor e exportador da variedade, devem reduzir a oferta vietnamita, enquanto a perspectiva para a produção brasileira é de aumento.

A seca que atingiu o Vietnã fez com que estimativas de colheita fossem reduzidas de 26 milhões de toneladas para 24 milhões de toneladas, segundo Fernando Maximiliano, consultor de café da StoneX. Para indústrias, tradings e exportadoras, este deve ser o novo "teto" da produção no Vietnã.

Já no Brasil, se não houver eventos climáticos extremos, a produção de conilon pode saltar de 22,7 milhões de toneladas na safra 2024/25 para mais de 24 milhões de toneladas até a safra 2026/27, estima o consultor.

Segundo ele, o Brasil é o único país que pode aumentar a área com conversões de pastagens, em especial no Espírito Santo, principal produtor de conilon. Porém, o cultivo da variedade também pode avançar no sul da Bahia, leste de Minas Gerais e Rondônia.

Brasil e Vietnã respondem por 55% da produção de café no mundo. Com as adversidades no país asiático, o Brasil ganha força como origem da matéria-prima da indústria global, segundo Trishul Mandana, diretor geral de café na Volcafé. Teddy Esteve, diretor-geral na Ecom, concorda. "O mercado está nas mãos do Brasil", diz.

"Na próxima década, o Brasil passará a oferecer de 75% a 80% do café que o mundo precisa, porque é um país extremamente eficiente na produção e no custo, tendo capacidade para reagir à demanda mundial", avalia Mandana.

Por outro lado, ele avalia que isso provoca um receio devido à dependência do mundo de poucos produtores, principalmente se houver no Brasil um evento climático extremo que afete a produção.

O diretor global da área de café na Louis Dreyfus Company, Ben Clarkson, admite que a indústria está se beneficiando da oferta brasileira diante da quebra da oferta do Vietnã. Para ele, o Brasil possui eficiência e, se comparado aos produtores asiáticos, é mais atrativo para as empresas da cadeia de processamento de café.

De acordo com Clarkson, o mercado global pode ter um pequeno déficit de café nesta safra por causa das quebras do conilon, ofuscando o cenário de excedente de oferta de café arábica.

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Financiamentos Instituições financeiras que desembolsaram menos que o programado na atual safra terão teto de expansão em 2024/25

Governo define 'punição' por ineficiências no crédito rural

Rafael Walendorff
De Brasília

As instituições financeiras que apresentaram ineficiência de aplicação dos recursos equalizados do Plano Safra 2023/24 terão algumas travas na divisão dos valores da próxima temporada.

Além de considerar quais instituições financeiras têm o menor spread nas linhas de financiamento aos produtores rurais, o Ministério da Fazenda vai analisar o desempenho que elas tiveram neste ciclo e limitar a expansão do repasse de recursos na próxima temporada àquelas que não aplicaram conforme o programado.

As instituições que aplicaram 70% ou mais dos recursos com subsídio programados na safra 2023/24 não terão limitação para tentar aumentar seus volumes na temporada 2024/25. Nesses casos, será aplicada a regra geral, válida atualmente, de que um banco pode ter até 30% dos limites equalizáveis de cada linha do Plano Safra.

Já as que aplicaram entre 40% e 70% da programação inicial para 2023/24 poderão receber, no próximo ciclo, até 40% a mais do que o valor que efetivamente aplicaram na safra atual. No caso das que aplicaram menos de 40% dos recursos que receberam do Tesouro, o aumento ficará limitado a 25%.

A equipe econômica avaliará as aplicações dos três primeiros trimestres da safra e cruzar com informações do Banco Central, além de considerar as estimativas de cada instituição financeira para o trimestre que terminará em junho.

Pelos cálculos atuais, 12 instituições ultrapassaram a marca de 70% de aplicações e poderão aumentar seus montantes equalizáveis sem limitação. Outras cinco poderão receber até 40% a mais, e para quatro instituições a expansão de recursos só poderá chegar a 25%. No ciclo atual, 21 instituições receberam limites equalizáveis.

"Estamos olhando para o custo e para a performance. O resultado que queremos é que o dinheiro chegue ao produtor lá na ponta. Quanto mais próximo o valor demandado e distribuído for daquilo que a instituição efetivamente consegue alocar, melhor", afirmou o subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

A equipe econômica também colocou travas nas regras para a distribuição dos valores equalizáveis para tentar direcionar melhor os recursos, evitar concentrações em determinadas regiões ou instituições e estimular maior eficiência na liberação do crédito com subsídio governamental na ponta.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá percentual inicial de 30% do valor total destinado para as linhas de investimentos, fatia que poderá aumentar de acordo com as propostas que serão apresentadas. As demais instituições financeiras que têm atuação nacional terão teto de 30% dos limites equalizáveis de cada linha.

Bancos regionais terão limite de 5% para cada Estado em que atuam. Se a atuação for em três unidades da federação, por exemplo, terão até 15% — de acordo com a disputa por preço e com o limite de 30% aplicado de forma geral.

Instituições que atuam com bens do próprio grupo econômico, como os bancos de montadoras, também terão limite de 5% do valor global de cada linha, para evitar concentração de recursos em um único produto. Bancos e cooperativas estreantes poderão disputar até 3% dos valores.

"Verificamos que não necessariamente o menor custo gera a maior eficiência", disse Bittencourt. A devolução dos recursos programados gerou menor eficiência. O volume de crédito com subsídio do Plano Safra 2023/24 caiu de R$ 138,5 bilhões para R$ 108 bilhões.

Para a safra 2024/25, a Fazenda vai retirar a restrição usada até então de que o CAT, ou spread bancário, precisa ser igual ou inferior ao praticado no ciclo anterior. A avaliação é que o risco do crédito cresceu com o clima neste ano.

O acompanhamento trimestral das aplicações será mantido. Os agentes financeiros poderão antecipar recursos desde que apliquem 50% do volume por semestre e 70% por trimestre, disse Bittencourt.

As regras serão apresentadas hoje. As instituições poderão apresentar propostas até 30 de maio. Os Custos Administrativos e Tributários (CATs) informados serão divulgados e uma nova rodada ficará aberta até 5 de junho. Com os dados, o Ministério da Fazenda discutirá com as pastas da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário para definir a alocação de recursos.



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Gilson Alceu Bittencourt, subsecretário da Fazenda: 'Nós queremos é que o dinheiro chegue ao produtor lá na ponta'

"Verificamos que não necessariamente o menor custo gera a maior eficiência"
Gilson Bittencourt

Plano Safra pode ser recorde, diz Fávaro

De Brasília

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou ontem que o Plano Safra 2024/25 está sendo estruturado para ter um "novo recorde" de volume de recursos para financiamentos.

As negociações para a definição do Plano Safra costumam ocorrer no primeiro semestre, mas ficaram em segundo plano nas últimas semanas diante dos desdobramentos da crise provocada pelas enchentes no Rio Grande do Sul. O assunto foi mencionado pelo ministro em audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O ministro não adiantou a estimativa dos valores que serão anunciados, mas disse que espera uma redução nos juros cobrados dos produtores a partir de julho proporcional à queda da taxa Selic desde o ano passado, que passou de 13,75% para 10,5%. Ele reforçou que as reduções de taxa serão atreladas "a boas práticas dos produtores".

Fávaro afirmou que tem cobrado do Tesouro a destinação de mais recursos para a equalização de juros do crédito rural, para ações de apoio à comercialização da safra e para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Ele defendeu um orçamento de no mínimo "R$ 2 bilhões a R$ 3 bilhões" tanto para a comercialização quanto para o seguro rural.

O ministro também afirmou que a Pasta deve acatar sugestão do deputado federal Tião Medeiros (PP-PR) para que os recursos do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD) possam ser usados para a reconstrução de propriedades rurais no Rio Grande do Sul destruídas pelas chuvas.

"O Rio Grande do Sul vai ter muitas áreas degradadas, onde a enchente levou toda fertilidade do solo", justificou. "São taxas de juros bastante atrativas e serão muito necessárias para a reconstrução do Rio Grande do Sul", defendeu.

Ele disse que segue de pé a ideia de um fundo garantidor para a contratação de crédito pelos produtores gaúchos para a reconstrução das propriedades. *(RW)*

R$ 3 bi
é o valor defendido para o seguro rural

Revés no Uruguai pressiona as ações de Minerva e Marfrig, que têm forte queda

Frigoríficos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A Minerva e a Marfrig perderam, cada uma, mais de R$ 350 milhões em valor de mercado ontem, um dia depois da decisão da autoridade antitruste do Uruguai de rejeitar a venda de três unidades de abate da empresa de Marcos Molina para a controlada pelos Galletti de Queiroz.

Maior exportadora de carne bovina da América do Sul, a Minerva foi quem saiu mais afetada. Seus papéis ON fecharam em queda de 8,65% na B3 ontem, a R$ 6,34 por ação, liderando as perdas do Ibovespa. Seu valor de mercado caiu R$ 365 milhões, conforme levantamento do **Valor Data**.

As ações ON da Marfrig recuaram 3,14%, para R$ 11,71 por papel. Mesmo com a baixa percentualmente menor que a da Minerva, o prejuízo em valor de mercado não ficou muito atrás, chegando a R$ 354 milhões.

A acordo firmado entre as duas empresas em agosto do ano passado incluía a venda de 16 plantas da Marfrig na América do Sul para a Minerva por R$ 7,5 bilhões. Do total, R$ 1,5 bilhão já foram pagos. Os ativos no Uruguai estão avaliados em R$ 675 milhões.

Minerva ON
Cotação dia a dia - em R$/ação



Variações

-8,65%	-15,13%	-37,22%
No dia	No ano	Em 12 meses

Valor de mercado R$ 3,9 bilhões

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Leonardo Alencar, head de agro, alimentos e bebidas da XP, disse ao **Valor** que desde o anúncio da negociação já havia expectativa de que o aval do Uruguai não sairia facilmente, seja por causa do nível de concentração de mercado em favor da Minerva naquele país ou do posicionamento dos pecuaristas locais, que foram contrários.

"O mercado sabia da possibilidade [de rejeição uruguaia]. A negativa reforça a leitura de que o processo de aprovação é mais lento e que só viria com remédios, possivelmente após outubro, devido ao processo eleitoral no país", afirmou Alencar.

Os "remédios" para a aprovação seriam eventuais exigências que a Comisión de Promoción Y Defensa de la Competencia (Coprodec), a autoridade concorrencial do Uruguai, pode colocar para conceder seu aval, uma vez que a Minerva já declarou que pretende recorrer da decisão de terça-feira (21/5).

Uma fonte próxima à Marfrig disse ao **Valor** que acredita que ainda ser possível que a autoridade uruguaia aprove o negócio, mas que não há como especular quais seriam as condições para isso.

Na hipótese de que o recurso no Uruguai não prospere e que a transação seja aprovada pelas demais autoridades da América do Sul, a Minerva ainda precisaria pagar R$ 5,375 bilhões à Marfrig pela compra das plantas no Brasil, Argentina e Chile. Mesmo no Brasil, porém, a análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) está demorando mais que o esperado pelas companhias.

Para Rafael Passos, sócio da Ajax Asset, a Marfrig também saiu prejudicada na bolsa ontem porque a empresa conta com os recursos da venda de ativos para reduzir sua alavancagem, após realizar aportes na controlada BRF. "O foco principal da Marfrig é a integração com a BRF", observou.

CTC vai lançar cinco variedades de cana na temporada 2024/25

Estratégia

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) tem o plano de lançar cinco novas variedades de cana nesta safra 2024/25. A quantidade é recorde e marca o início de sua nova fase de entrega de resultados de suas pesquisas ao setor.

As variedades já estão em fase pré-comercial e passam por testes nas lavouras de clientes, afirmou César Barros, presidente da companhia. Até então, o ritmo de lançamentos vinha bem mais lento. Nas últimas três safras, o número de novas variedades do CTC entregues ao mercado somou sete.

Os novos lançamentos tendem a oferecer ganhos de produtividade aos produtores, além de mais retorno financeiro à companhia. Na última safra 2023/24, encerrada em março, os resultados do CTC foram turbinados pelo plantio de variedades mais recentes.

O faturamento da companhia na temporada cresceu 4,1%, para R$ 382,1 milhões, enquanto seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) aumentou 28,6%, para R$ 185,8 milhões. Apesar do número de variedades novas ter sido relativamente baixo nos últimos anos, 60% das variedades do CTC plantadas no Brasil na última safra foram desenvolvidas após 2020.

A área de plantio de cana que gerou faturamento para o CTC na última safra cresceu 2,4% ante a safra 2022/23, para 1,172 milhão de hectares. Já o valor médio pago pelos royalties cresceu 6,4%, para R$ 335 o hectare.

Segundo Barros, os novos lançamentos também devem oferecer mais retorno aos produtores. "Para cada variedade ser lançada, ela precisa bater [a produtividade em] 10% das variedades mais plantadas no mercado", afirmou. Outro critério é que a variedade em desenvolvimento apresente, nos testes, ganho de produtividade de 3% a 4% ao ano. "É bastante para quem mexe com melhoramento genético."

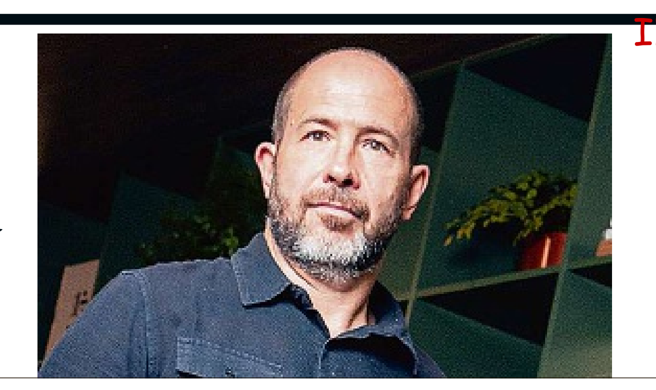
Para alcançar essas metas, a empresa vem investindo em inteligência artificial, que reúne imagens captadas por drones e satélites e informações do genoma da cana. "Com isso, consigo prever que cana vou lançar no futuro."

O CTC também tem 11 variedades transgênicas em diferentes fases no pipeline de lançamentos. Barros diz estar particularmente otimista com a segunda geração das variedades modificadas geneticamente, que incorporam a resistência ao herbicida glifosato, além de já contarem com a tecnologia da primeira geração, de resistência à broca-da-cana.

Estratégia
Belagrícola aposta em modelo de franquias para ampliar venda de insumos
B7

INÊS 249

Estratégia
Brainvest, de Gelman, adquire com clientes 20% da gestora europeia Stoneweg C6



Dívida
Incorporadoras menores buscam renegociar CRI com seus investidores C6

Juros
Ata do Fed traz preocupação com aceleração da inflação nos EUA no 1º tri C2

Mercados Fluxo de notícias negativo pune bolsa, real e juros na comparação com emergentes

Risco local piora humor e ativos do Brasil ficam para trás

Victor Rezende, Matheus Prado, Gabriel Roca e Arthur Cagliari
De São Paulo

O interesse nos ativos brasileiros perdeu força e os fatores domésticos voltaram a ter peso na dinâmica dos mercados, que, desde o ano passado, se mostravam mais alinhados ao exterior.

A mudança nas metas de resultado primário a partir de 2025 foi o primeiro passo de uma piora na percepção de risco local, que contempla, ainda, discussões mais amplas sobre a sustentabilidade da dívida pública; a mudança na presidência da Petrobras; e a divisão do Banco Central na decisão mais recente do Comitê de Política Monetária (Copom). O reflexo nos mercados tem sido forte e os ativos locais anotam um desempenho muito pior que os pares desde o início de abril.

O desempenho do real exemplifica bem a piora dos ativos locais. Desde o início de abril, o dólar acumula alta de 2,82% contra a moeda brasileira. Outras divisas de mercados emergentes, porém, tiveram um comportamento bem melhor: no mesmo período, o dólar caiu 8,44% ante o peso chileno; 0,89% em relação ao peso colombiano; 2,96% ante o rand sul-africano; e subiu 0,66% frente ao peso mexicano. A bolsa brasileira também tem ficado para trás na comparação com as outras e, no mercado de juros, a disparada das taxas de longo prazo não encontra paralelo.

"A narrativa do mercado mudou bastante em relação ao fim do ano passado. O cenário de economia americana resiliente e inflação cedendo parecia difícil, mas o mercado acreditou. E, nesse contexto, a América Latina estava bem posicionada, até porque começou a cortar os juros antes. O cenário que se materializou em 2024 é completamente diferente", avalia o diretor de investimentos (CIO) da WHG, Andrew Reider, ao citar uma melhora do ciclo industrial global, o enfraquecimento da tese de desinflação e a economia americana mais forte que o esperado.

Nesse sentido, Reider avalia que a aceleração da atividade econômica por fatores exógenos — inteligência artificial, construção de data centers, "nearshoring" (produção mais próxima dos centros consumidores), imigração para os EUA e mudanças comportamentais da população — levou o mercado a eleger geografias que devem se beneficiar desse novo contexto, como Europa, Índia e México. "E quem não tem ligação clara com essas teses, como é o caso do Brasil, tem seguido de perto e, nesse caso, sofrido com o movimento de alta dos juros dos Treasuries [títulos do Tesouro americano]."

Os ativos domésticos têm sofrido ainda mais diante dos fatores locais. Reider, por exemplo, nota que houve algum alívio externo nas últimas semanas, mas os ruídos em torno da troca na presidência da Petrobras e da divisão no Copom impediram que os mercados domésticos surfassem totalmente a onda positiva do exterior.

"Pode ter ocorrido um otimismo exagerado no fim do ano passado, o que também dá para ver em parte no mercado mexicano, que está zerado no ano. Mas, no caso do Brasil, não é só isso. O idiossincrático está começando a pesar. Países como Japão, Coreia do Sul, Arábia Saudita e Argentina não se beneficiam diretamente dos grandes temas preferidos pelo mercado no momento, mas existe um esforço de governança, abertura ou posicionamento mais 'market friendly' [amigável ao mercado]", diz Reider.

Na WHG, a exposição no momento é maior aos EUA e à Europa. "Em alguns momentos também montamos posições menores em histórias descorrelacionadas, como Coreia e Argentina. A posição em Brasil é neutra", afirma Reider.

Desde o início de abril, o EWZ, principal fundo de índice (ETF) de ações brasileiras negociado em Nova York, acumula queda de 4,78%, enquanto o EEM, que abarca ações dos mercados emergentes no geral, sobe 5,21% no período.

DIVULGAÇÃO



Para Andrew Reider, da WHG, "o idiossincrático está começando a pesar"

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Para Ricardo Cará Monteiro, da EQI Asset, prioridade é olhar dados dos EUA

O sócio e gestor da Exploritas Daniel Delabio lembra que, já em março, antes do estresse global, houve o início de uma divergência entre os ativos brasileiros e os pares. "O investidor, vendo um governo sem muita prudência na parte fiscal, com medidas que trouxeram impostos pontuais no começo do ano, passou a ficar mais cauteloso, com medo do futuro, de que a amarração fiscal não pare em pé. Quando você olha para os ETFs da América Latina, nós temos o pior mercado para se estar."

Nos mercados de juros, o desempenho também tem sido bastante negativo e foi agravado nas últimas semanas pela percepção sobre a composição futura da diretoria do Banco Central. A divisão de votos no último Copom agravou a sensação de que o colegiado pode se tornar mais leniente com inflação a partir do próximo ano, o que tem se refletido em expectativas inflacionárias mais altas a cada semana no Boletim Focus e até mesmo na inflação "implícita" extraída das NTN-Bs.

> "Claro que tem uma discussão sobre o que é ruído ou não, mas foi muita coisa em pouco tempo"
> *Denis Ferrari*

Piora do risco doméstico
Ativos brasileiros têm desempenho pior que o dos pares desde abril

Dólar x moedas emergentes

Peso chileno	-8,24
Rand sul-africano	-3,02
Peso colombiano	-0,76
Peso mexicano	0,76
Real brasileiro	2,81

CDS de 5 anos

África do Sul	-16,32
Turquia	-13,8
México	-3,71
Colômbia	2,07
Brasil	4,08

Fonte: Valor PRO e S&P Global

O gestor de renda fixa Denis Ferrari, da Kinea Investimentos, nota que tanto no mês quanto no ano o desempenho dos juros brasileiros é pior que o dos pares. Ao observar o comportamento dos juros de cinco anos neste mês, o da África do Sul cai 0,4 ponto percentual, assim como o da Colômbia; o do México recua 0,42 ponto; o da Chile cede 0,32 ponto; e o do Brasil sobe 0,04 ponto. A comparação anual traz movimento semelhante e o Brasil lidera com alguma folga o ranking de alta dos juros de médio prazo nos mercados comparáveis. Enquanto a taxa brasileira sobe 1,5 ponto; a do México, segunda pior, avança 0,76 ponto. "A performance é muito pior e isso é um fato."

Na avaliação de Ferrari, houve um fluxo negativo de notícias forte e concentrado em um curto período. "Claro que tem uma discussão sobre o que é ruído ou não, mas foi muita coisa em pouco tempo", diz o gestor, ao citar as mudanças no arcabouço aprovadas junto com a retomada do DPVAT; a troca no comando da Petrobras sem a anuência do ministro da Fazenda; e a revisão das metas fiscais.

"E isso tudo acontece enquanto o Brasil é um destaque positivo quando se pensa em inflação corrente com seus pares no mundo. Estamos em um dos melhores momentos do ciclo de inflação aqui no Brasil", enfatiza o gestor da Kinea.

Ao avaliar os pontos de incerteza citados pelo próprio Copom na ata da reunião deste mês, como o exterior, o risco fiscal e a mudança no comando do BC, Ricardo Cará Monteiro, gestor dos fundos líquidos da EQI Asset, afirma que as três vertentes exigem prêmios de risco, o que pesou sobre os ativos locais. "Hoje, o mercado está razoavelmente bem 'premiado', mas não existe muita clareza sobre o que temos que ver para que esses prêmios dos ativos diminuam."

O gestor nota que a curva de juros embute prêmios que levam o mercado a precificar elevações na Selic já no próximo ano e diz que o dólar poderia estar talvez próximo de R$ 4,90, caso a incerteza doméstica fosse menor.

"Quando se olha no horizonte, dessas três incertezas que foram pontuadas pelo próprio BC, nenhuma deve trazer um 'trigger' [gatilho] positivo no curto prazo. Por isso, nossa prioridade é continuar olhando os dados da economia americana para ver a velocidade de desaceleração do mercado de trabalho e da inflação", diz Monteiro. A EQI Asset, no momento, tem posições compradas no real via estrutura de opções e posições aplicadas em juros de curto prazo.

Delabio, da Exploritas, diz que nem mesmo uma melhora do cenário externo pode garantir uma retomada mais consistente do mercado local. "Já vimos isso acontecer recentemente, de o mercado de fora melhorar e não acompanharmos", diz. Para ele, se o Brasil continuar com ruídos internos e o ambiente externo se deteriorar, a piora aqui será maior que nos pares, da mesma forma que, se houver um ambiente externo mais construtivo, mas com questões a serem resolvidas internamente, a melhora no Brasil tende a ser marginal.

Destaques

Catástrofe no RS e seguros
A catástrofe no Rio Grande do Sul pode ser um dos maiores eventos no setor de seguros, disse o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Dyogo Oliveira, ao **Valor**. "Do ponto de vista de seguro, o evento é certamente o maior ou um dos maiores em muitos e muitos anos", disse. Ele lembra que o país já assistiu a vários eventos trágicos, como em Brumadinho e Mariana, em Minas. "Mas no Rio Grande do Sul o número de residências, de pessoas, de empresas, de veículos atingidos é muito maior." A CNseg está preparando um levantamento preliminar dos impactos para o setor. Oliveira avalia ser cedo para ter um dado mais realista. "O número [de abertura de sinistros] vai crescer ao longo das próximas semanas. As demandas de indenização ainda são poucas porque as pessoas estão cuidando de outros problemas muito mais importantes neste momento, cuidando da própria vida e dos seus familiares." *(Sérgio Tauhata)*

Madeira no Morgan Stanley
O Morgan Stanley contratou Ana Madeira, ex-economista-chefe para Brasil do HSBC, para um cargo semelhante, disseram pessoas familiarizadas com o assunto. Ela começará em meados de junho e se reportará a Seth Carpenter, economista-chefe global do banco, disse uma das pessoas. Antes do HSBC, Madeira trabalhou no Bank of America em São Paulo por oito anos e foi estagiária no Goldman Sachs em Londres. *(Bloomberg)*

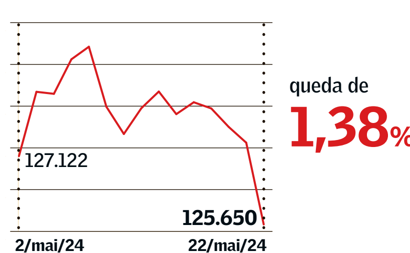
Mudanças na Cielo
A Cielo informou ontem que seu conselho de administração aprovou a segregação da vice-presidência executiva de varejo e operações em duas frentes. A partir de agora, haverá uma vice-presidência executiva de operações, que será responsável por operações e atendimento, e uma vice-presidência executiva de varejo e empreendedores, que se concentrará no aprimoramento dos canais de distribuição da companhia para esses segmentos. *(Mariana Ribeiro)*

Ex-BTG e Credit no BBI
O Bradesco contratou dois analistas seniores de ações para reorganizar sua equipe de pesquisa. Para liderar a cobertura do agronegócio, alimentos e bebidas, o Bradesco BBI, braço de banco de investimentos, contratou Henrique Brustolin, que vem do BTG. Ele substituirá Leandro Fontanesi. O ex-Credit Suisse Daniel Federle foi contratado como novo analista sênior para tecnologia, mídia e telecomunicações, em substituição a Otavio Tanganelli. *(Bloomberg)*

'Maquininha' do Nubank
João Banzato, gerente geral de pagamentos do Nubank, não descarta que um dia o banco lance uma maquininha de cartão. "Vai depender de quais tipos de dores do cliente/comerciante queremos resolver", comentou ontem ao participar de evento da fintech Zoop. Em março, a CEO do Nubank, Lívia Chanes, havia comentado que atualmente o banco tem uma parceria com a Zoop, que processa seus pagamentos. *(Álvaro Campos)*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

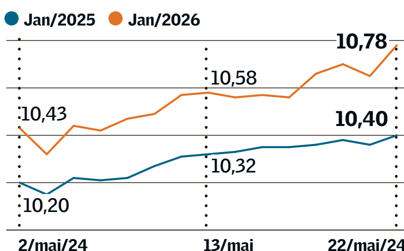


queda de **1,38%**

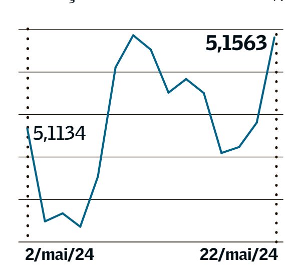
Bolsas internacionais
Variações no dia 22/mai/24 - em %

Dow Jones	-0,51
S&P 500	-0,27
Euronext 100	-0,29
DAX	-0,25
CAC-40	-0,61
Nikkei-225	-0,85
SSE Composite	0,02

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

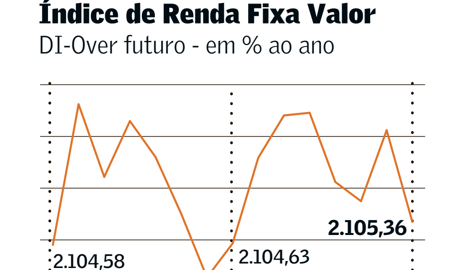


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



alta de **0,78%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Ata da última reunião de política monetária do banco central americano acentua pessimismo entre investidores; Ibovespa termina dia com baixa de 1,38%

Juros e dólar sobem com Haddad e Fed

Matheus Prado, Arthur Cagliari e Gabriel Roca
De São Paulo

Ruídos em torno de declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre juros e meta fiscal, e a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano), lida pelo mercado como conservadora, exerceram forte pressão sobre os ativos locais na sessão de ontem, resultando em performance amplamente negativa.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 saltou de 11,005% para 11,145% e a do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,495% para 11,62%. O Ibovespa recuou 1,38%, aos 125.650 pontos, e o dólar avançou 0,78% ante o real, cotado a R$ 5,1563.

Os juros globais já vinham pressionados desde a abertura dos negócios, reduzindo o apetite por risco nos demais mercados, diante de uma leitura de inflação pior do que a estimada por economistas no Reino Unido. No entanto, houve piora considerável durante a tarde, em movimento que coincidiu com a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve, considerada "hawkish" (dura) pelo mercado.

Para o estrategista-chefe da EPS Investimentos, Luciano Rostagno, o sentimento de cautela penalizou os preços das commodities, que têm peso importante no cenário doméstico. "Não vimos nenhum indicador econômico que justificasse essa desvalorização. Então, me parece estar mais atrelada à percepção de que o Fed pode sinalizar que o ciclo de corte de juros tende a demorar mais, portanto, vai ser necessário desacelerar mais a economia americana", afirma.

O executivo avalia ainda que as incertezas em torno dos próximos passos do Comitê de Política Monetária (Copom) e os debates fiscais também têm condicionado a performance dos ativos locais.

"O que percebemos é que, nos momentos em que o cenário externo não está tranquilo e aqui não tem outro catalisador, o real performa melhor do que a média dos emergentes porque temos um prêmio na curva de juros que é bastante atraente para o estrangeiro", diz. "Por outro lado, quando há aversão a risco, vemos o real perder mais que os pares, justamente porque os ruídos locais acabam afastando o investidor estrangeiro."

Nessa linha, agentes avaliaram também as declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dadas à comissão de Finanças e Tributação na Câmara dos Deputados. O ministro classificou a meta de inflação de 3% no país como "inimaginável" e "exigentíssima". Vale ressaltar que os comentários foram feitos enquanto Haddad elogiava a trajetória da inflação corrente no Brasil e dizia que, mesmo a meta sendo de difícil cumprimento, o objetivo vinha sendo bem sucedido.

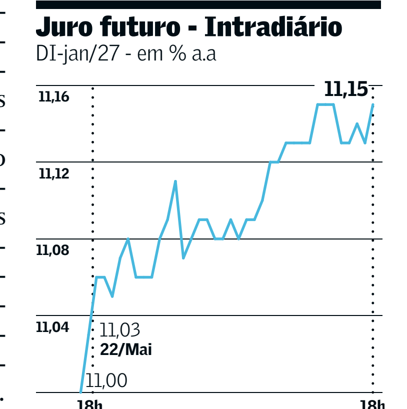
0,78%
foi a alta do dólar, que encerrou a R$ 5,1563

As declarações de Haddad circularam nas mesas de operação e também acabaram influenciando os preços. Em grupos privados de economistas, uma enquete informal registrou que o "ponto focal" a ser perseguido pelo próximo Banco Central seria uma inflação de 4% e, portanto, ainda mais distante do centro da meta (3%) e do nível atual das expectativas de inflação do Focus para 2025 (3,74%).

"O ministro minimizou a deterioração da trajetória fiscal, falou sobre a dificuldade de atingir o centro da meta de inflação e negou que os diretores nomeados do Banco Central tenham uma postura 'dovish'. Embora esses pontos fossem justos, o mercado entendeu que não era o momento nem a audiência para discutir um assunto tão delicado", aponta o trader de um banco local.

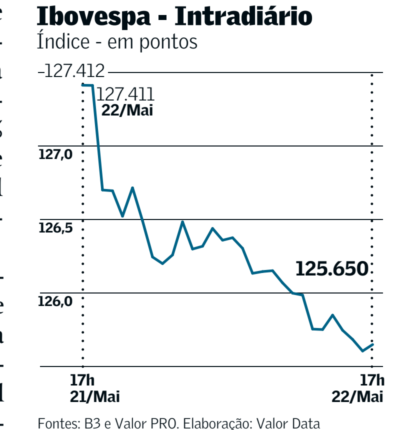
Segundo o mercado de opções digitais de Copom, há 72% de probabilidade de o BC interromper os cortes de juros na reunião de junho, contra 25,5% de chance de um corte de 0,25 ponto.

Juro futuro - Intradiário
DI-jan/27 - em % a.a



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Ibovespa - Intradiário
Índice - em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

"É um cenário ingrato. O gatilho de alta da bolsa por queda adicional dos juros no Brasil foi no mínimo postergado, o que nos deixa ainda mais dependentes do exterior, para cima ou para baixo", opina Fernando Fontoura, gestor da Persevera Asset Management. "A temporada de balanços não foi ruim, mas não foi boa o suficiente para voltar a trazer fluxo."

O executivo nota que as ações da Petrobras, que ajudaram a sustentar o índice nas últimas semanas, pioraram após a troca de CEO e com a queda do petróleo; Vale, por sua vez, parece ter perspectivas um pouco melhores, em linha com o sentimento do mercado em relação à China, mas não consegue segurar o mercado por si só; e as domésticas seguem dependentes do cenário de juros. "Estamos mais conservadores."

Em nota a clientes, estrategistas e economistas do Deutsche Bank apontaram que olhando para os fundamentos, o real se mostra mais atrativo do que os juros brasileiros. "O principal obstáculo — tal como em ciclos viciosos anteriores — tem sido a saída de capital. Na realidade, tais saídas atingiram máximas históricas nos últimos meses, enquanto exportadores mantiveram um nível de dólares recorde em reservas no exterior".

Dados do Banco Central sobre o fluxo cambial mostraram que por mais uma semana houve saída de capital do país. No período entre os dias 13 a 17 de maio, houve fluxo negativo de US$ 745 milhões, resultado da saída de US$ 650 milhões via conta financeira e de US$ 95 milhões via comercial.

Leia mais na página A5

Ministro assusta mercado no monetário, mas acerta no fiscal

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, assustou os mercado financeiro com a afirmação de que "tem um fantasminha" e um "coro velado" dizendo que a inflação está muito alta, contribuindo para a pressão nos juros negociados em mercado e para a alta na cotação do dólar.

Mas, ao longo de horas de depoimento na Câmara dos Deputados, ele fez um dos seus melhores diagnósticos sobre como — na sua linguagem — "harmonizar" a política monetária e fiscal. São necessárias reformas nas instituições fiscais, como a vinculação constitucional de receitas, para aumentar a potência da política monetária e levar a inflação para a meta, definida em 3%.

As declarações de Haddad assustaram porque, ultimamente, o mercado está arisco com a possibilidade de interferência política no Banco Central, depois que os quatro membros indicados pelo governo Lula deram votos dissidentes para uma baixa mais forte de juros em reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) ocorrida há duas semanas.

Ministros da Fazenda sempre causam estragos quando falam sobre assuntos do BC. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando Paulo Guedes defendeu a venda de reservas cambiais. Haddad está mais no foco porque, provavelmente, será consultado para a escolha de três novos membros do BC, incluindo o presidente.

Haddad tem razão quando diz que o esforço desinflacionário em 2023 foi maior do que aparenta, porque o governo Bolsonaro provocou uma queda artificial e temporária de tarifas de energia com o corte de impostos. Mas daí a concluir que a inflação está baixa e totalmente sob controle vai uma grande distância.

No ano passado, os índices de inflação caíram além do esperado graças à queda de preços internacionais, como bens industriais e petróleo. A baixa do IPCA cheio levou a uma inércia positiva, que desacelerou os reajustes de preços de serviços. Tudo isso levou a inflação para 3,69% nos 12 meses até abril.

Esse efeito já passou. O mercado acha que, neste ano e no próximo, a inflação ficará praticamente estável, sem ir para a meta de 3%. O BC se vê às voltas com uma economia e um mercado de trabalho mais aquecidos que o esperado, com juros internacionais mais altos, aumento de incertezas fiscais e desancoragem das expectativas de inflação.

Haddad fez o que, talvez, foi o seu melhor diagnóstico sobre como o fiscal pode ajudar a baixar a inflação. Em outras vezes, ele deu ênfase na importância de cortar o juro para sustentar a economia e a arrecadação. O discurso dava a impressão de que o fiscal dominaria o monetário. Ontem, ele disse que o plano, desde o início do governo, é reduzir a expansão fiscal para substituí-la pela expansão monetária.

O mais importante , porém, foi o seu diagnóstico mais estrutural. "Se o Brasil está com dificuldade de cumprir uma meta mais baixa, e se a inflação fica insensível à taxa de juro, nós temos que pensar nas condições institucionais do país", disse. " É o nosso quadro fiscal no sentido amplo, as vinculações, uma série de problemas da nossa Constituição, aos quais não foram dados os tratamentos adequados."

Maior plano da Previi tem resultado negativo

Juliana Schincariol
Do Rio

A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, teve um resultado negativo de R$ 8,37 bilhões no primeiro trimestre, após queda de 1,02% no período. Os dados referem-se ao Plano 1, maior e mais maduro, e que concentra os principais investimentos da entidade.

"Mesmo com a conjuntura desafiadora, o plano encerra o trimestre com superávit acumulado de R$ 6,12 bilhões, e um total de investimentos de R$ 232,04 bilhões", informou a Previ em nota.

Uma das razões para as perdas foi o recuo das ações da Vale, que respondem por boa parte da carteira do Plano 1, e encerraram o trimestre com desvalorização de 8,04%.

No período, o Plano 1 seguiu a estratégia de imunização de sua carteira, que busca concentrar a maior parte dos ativos em renda fixa. Com as condições favoráveis de mercado, em março, foram adquiridos R$ 1,36 bilhão em títulos públicos federais com vencimentos entre 2032 e 2045, com taxa média superior à meta atuarial.

O plano Previ Futuro teve queda de 0,03% e encerrou o trimestre com patrimônio de R$ 32,63 bilhões. Os investimentos do Previ Futuro enfrentaram "significativa volatilidade" ao longo do primeiro trimestre, segundo a fundação.

A renda fixa é o maior segmento de investimento da carteira do plano, com R$ 22,24 bilhões. Em março, a rentabilidade foi de 0,13%; no primeiro trimestre, de 0,53%. O desempenho menor foi resultado da marcação a mercado das NTN-Bs, que representam 61% da alocação dessa classe de ativos.

Ata do banco central dos EUA não afasta aperto e derruba NY

Gabriel Caldeira
De São Paulo

A ata da reunião dos dias 30 de abril e 1º de maio do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), divulgada ontem, enfatizou a preocupação dos dirigentes com a aceleração da inflação dos Estados Unidos ao longo do primeiro trimestre. Sem os dados de abril, que mostraram arrefecimento da atividade e dos preços, os membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) questionaram o grau efetivo do aperto monetário no momento e cogitaram voltar a subir os juros, caso os riscos inflacionários discutidos no encontro se materializassem.

"Os participantes discutiram a manutenção da atual postura restritiva da política monetária por mais tempo, caso a inflação não mostre sinais de se mover de forma sustentável em direção a 2%, ou a redução da restrição no caso de um enfraquecimento inesperado das condições do mercado de trabalho", diz a ata. "Vários participantes mencionaram a disposição de tornar a política mais restritiva caso os riscos para a inflação se materializem de forma que tal ação se torne apropriada", conclui o documento.

Ainda que os dados de abril tenham trazido algum alívio desde o último encontro do Fomc, comentários recentes de integrantes do banco central reforçam a atual postura conservadora da ata. Assim, os mercados em Nova York se deterioraram depois da divulgação do documento.

Nas bolsas de Nova York, o índice Dow Jones encerrou o pregão em queda de 0,51%, a 39.671,04 pontos; o S&P 500 recuou 0,27%, a 5.307,01 pontos; e o Nasdaq cedeu 0,18%, a 16.801,54 pontos.

O tom duro da ata também repercutiu no mercado de renda fixa. Entre os Treasuries, a taxa da T-note de dois anos subiu de 4,837%, no ajuste da véspera, a 4,880%, enquanto a da T-note de cinco anos avançou de 4,433% a 4,469%. Na ponta longa, o ritmo foi mais contido, e o rendimento da T-note de dez anos teve leve alta de 4,421%, a 4,428%.

O forte movimento dos títulos de curto prazo indica que o mercado passou a precificar um cenário de juros mais altos do Fed nos próximos anos, ainda que as perspectivas de curto prazo não tenham mudado tanto. "O consenso ainda é de juros altos por mais tempo até quebrar a espinha dorsal da inflação. Esse é o 'plano A' segundo o que está escrito e falado", destaca Tatiana Pinheiro, economista-chefe da Galapagos Capital.

Para Danilo Igliori, economista-chefe da Nomad, a sinalização de que os dirigentes devem manter os juros altos por um longo período, com parte do Fomc disposto até a aumentá-los, serve para reforçar o caráter dependente de dados do colegiado. "Em outras palavras, esticaram o argumento da política baseada em dados, deixando aberto ajustes para os dois lados novamente", diz.

Já Paul Ashworth, economista-chefe para América do Norte da Capital Economics, pondera que os dados de abril devem ter suavizado a preocupação dos banqueiros centrais com as surpresas do primeiro trimestre. Ainda assim, diz, "serão necessários pelo menos mais alguns meses de dados melhores para que as autoridades tenham confiança para cortar os juros, o que não acreditamos que aconteça antes de setembro".

CLAUDIO BELLI/VALOR



"Consenso é de juros altos por mais tempo até quebrar espinha dorsal da inflação"
Tatiana Pinheiro

Depois da ata, o mercado passou a precificar uma chance praticamente igual de que o Fed corte os juros apenas uma vez neste ano, ao invés do cenário de dois cortes de 0,25 ponto percentual que segue como consenso, ainda que por pouca diferença.

Pinheiro, da Galapagos, projeta dois cortes do banco central americano, um no fim do terceiro trimestre e outro no quarto trimestre, mas pondera que isso dependerá da evolução dos indicadores econômicos no decorrer do ano. "Se no meio do caminho tiver algum dado de inflação surpreendendo para cima, pode ser reduzido para um [corte]. Mas parece claro que os cortes devem começar esse ano", diz.

Outra discussão enfatizada pela ata foi a incerteza dos dirigentes do Fed quanto ao grau de restritividade da política monetária no momento. Entre as razões para isso, foi citada a "possibilidade de que os juros altos possam estar tendo efeitos menores do que no passado; que a taxa de equilíbrio de longo prazo (também conhecida como taxa neutra) possa ser mais alta do que se pensava anteriormente; ou que o nível de produtividade potencial possa ser menor do que o estimado".

A economista-chefe da Galapagos considera que a política fiscal expansionista dos Estados Unidos explica ao menos parte da menor eficiência dos juros americanos atualmente, já que ela sugere um juro de equilíbrio mais alto. Ainda que a economia americana tenha maior espaço de endividamento público, a relação da dívida fiscal com a política monetária é similar à de outros países, diz.

"A política fiscal expansionista deve continuar nos próximos anos, e a taxa de juros vai ser maior do que vimos nas últimas décadas", prevê Pinheiro.

Tokenização Piloto do real digital terá nova fase para endereçar melhor questões de sigilo bancário e incluir novas funcionalidades na rede

Dificuldade em teste de privacidade adia Drex para 2025

Ricardo Bomfim, Gabriel Shinohara e Álvaro Campos
De São Paulo e Brasília

O projeto piloto de "tokenização" (digitalização) do real promovido pelo Banco Central (BC) teve sua conclusão atrasada e seguirá realizando os testes de privacidade previstos para acabar agora. Além disso, o piloto terá uma segunda fase com foco na implementação de outras funcionalidades na rede. A nova fase começa em julho e durará até o fim do primeiro semestre de 2025, postergando o calendário anunciado no começo do programa. Antes, o final dos testes estava previsto para este ano, com o Drex disponível para lançamento escalonado para o público entre o final de 2024 e o começo do ano que vem.

A próxima fase buscará incorporar novas funcionalidades, como a implementação de contratos inteligentes dentro da plataformas, de modo que as próprias instituições privadas participantes do projeto poderão criar serviços e modelos de negócios na rede, sem se limitarem àqueles desenhados pelo próprio BC. Deste modo, a autoridade monetária poderá avaliar casos de uso para o Drex propostos pelos participantes do mercado. Além disso, o BC receberá ao longo do terceiro trimestre novas propostas de candidatura de entidades interessadas em participar do projeto. Fabio Araujo, coordenador do Drex, disse que uma vez definido o padrão de governança e a plataforma do real digital, haverá abertura para participação de novos proponentes.

Em nota, o BC reconheceu que o atraso no cronograma do Drex ocorreu porque as soluções tecnológicas para garantir a privacidade das transações na infraestrutura de pagamentos na rede do real digital "não apresentaram a maturidade necessária para que se possa garantir o atendimento de todos os requisitos jurídicos relacionados à preservação da privacidade dos cidadãos".

O Drex será uma moeda de atacado, transacionada exclusivamente entre bancos e fornecida pela autoridade monetária, operada dentro da rede de registro distribuído (DLT) Hyperledger Besu, uma espécie de blockchain. No entanto, a tecnologia blockchain foi criada justamente com o conceito de ser inteiramente transparente, com cada usuário podendo ver aquilo que foi transacionado em cada carteira. Isso torna desafiador o cumprimento de regras de privacidade obrigatórias do sistema financeiro brasileiro, como a manutenção do sigilo fiscal e bancário.

> "O Drex empacou na questão do sigilo. Quer dizer que é inviável? Não, é possível pensar em soluções com sigilo"
> *Rafael Bianchini*

Foram testadas as soluções de privacidade da Zether, Starlight e Rayls (antiga Parchain), esta última fornecida pela startup brasileira Parfin, para resolver o problema da privacidade. Os fluxos que o BC queria verificar para as soluções foram em operações como transferência do real digital de atacado, movimentação de real digital tokenizado (moeda digital que os bancos irão ofertar a seus clientes atrelada ao Drex que possuem em reserva), compra e venda de títulos públicos com real digital e compra e venda de real digital com real digital tokenizado.

No caso da Zether foram testados os fluxos de transferência de real digital e a compra e venda de títulos públicos com o real digital. No caso da Starlight foi testada apenas a compra e venda de títulos públicos com o real digital. A Rayls é a única que terá todos os quatro fluxos implementados e testados pelos participantes. O BC ainda analisará uma solução da Microsoft chamada ZKP Nova, que não estava prevista antes e que pode ser testada pelos consórcios se for considerada viável pela equipe do BC.


RAPHAEL RIBEIRO/BCB
Fabio Araujo, coordenador do real digital, que prevê abertura para novos participantes no piloto do Drex

De acordo com Marcos Viriato, CEO da Parfin, a complexidade em se desenvolver uma solução ocorre porque uma série de variáveis precisam ser atendidas, como escalabilidade da privacidade e velocidade das transações quando elas ficam "escondidas". "O tempo de bloco da Hyperledger Besu é de cinco segundos. Se a solução puder executar várias transações perto deste tempo então está com um desempenho razoável", explica.

Rafael Bianchini Abreu, coordenador de regulação de riscos financeiros de infraestruturas de mercado financeiro no Banco Central, que também é professor da FGV, disse que o Drex "empacou" na questão do sigilo, mas que não é inviável. "É público, já foi noticiado que o que o Drex empacou na questão do sigilo. Quer dizer que é inviável? Não, é possível pensar em soluções que garantam o sigilo bancário, a questão é que elas tiram escala, velocidade, aumentam o custo ou são soluções privadas, o que pode criar problemas lá na frente", afirmou em evento promovido pela fintech Zoop.

Para a segunda fase do projeto, diversos casos de uso já estão em estudo pelas instituições participantes, como tokenização de registro de veículos, CDBs e imóveis. A privacidade também terá que ser testada para esses outros modelos de negócios. "O financiamento de um imóvel, por exemplo, não é interessante que seja público, mas há complexidades em torná-lo privado dentro de um blockchain", diz Viriato.

Os especialistas consideram que a operação padrão dos servidores do BC, que durou dez meses, também teve impacto no ritmo do piloto do Drex, contribuindo para o adiamento do cronograma. O procedimento só foi encerrado em 24 de abril, mediante reajustes prometidos pelo governo.

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 22/05/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.753,5660870	0,01	0,54	3,60
IRF-M	1+**	20.080,4766020	-0,28	0,36	0,70
IRF-M	Total	18.223,8782170	-0,19	0,42	1,56
IMA-B	5***	9.217,8592610	-0,04	0,82	2,69
IMA-B	5+****	11.255,3802840	-0,19	1,43	-3,01
IMA-B	Total	9.874,9394380	-0,12	1,13	-0,32
IMA-S	Total	6.661,0172780	0,04	0,60	4,23
IMA-Geral	Total	8.119,7839030	-0,06	0,72	2,14

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	08/05	07/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,65	33,00	32,64	32,64	29,65	35,28
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,60	23,96	24,32	24,32	25,89	29,91
Conta garantida pré - a.a.	43,18	42,67	40,86	40,86	41,26	54,01
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,96	21,80	24,12	24,12	23,81	28,95
Vendor pré - a.a.	16,28	15,93	15,47	15,47	15,69	18,73
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,21	16,62	18,21	18,21	17,62	21,17
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,75	17,50	17,70	17,70	17,18	19,61
Conta garantida pós - a.a.	25,17	24,86	26,56	26,56	23,06	26,66
ACC pós - a.a.	8,59	8,59	7,89	7,89	8,49	8,70
Factoring - a.m.	3,27	3,28	3,35	3,35	3,33	3,62

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	22/05/24	21/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3100	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3237	5,3237	5,3274	5,3300	4,9646
3 meses	-	5,3485	5,3479	5,3479	5,3479	4,8018
6 meses	-	5,3894	5,3895	5,3902	5,3902	4,5542
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9120	3,9080	3,9060	3,9100	3,1500
1 mês	-	3,9120	3,9125	3,9137	3,9131	2,9984
3 meses	-	3,9248	3,9253	3,9260	3,9256	2,7841
6 meses	-	3,9431	3,9430	3,9429	3,9431	2,3024
1 ano	-	3,8174	3,8076	3,7632	3,7433	1,1809
Euribor ***						
1 mês	-	3,785	3,830	3,873	3,819	3,135
3 meses	-	3,823	3,816	3,825	3,891	3,412
6 meses	-	3,784	3,798	3,795	3,850	3,714
1 ano	-	3,680	3,679	3,696	3,734	3,893
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,34	5,35	5,35	5,36	5,38	5,40
T-Bill (3 meses)	5,38	5,39	5,39	5,40	5,38	5,28
T-Bill (6 meses)	5,37	5,37	5,36	5,39	5,37	5,38
T-Note (2 anos)	4,88	4,83	4,72	5,04	4,97	4,32
T-Note (5 anos)	4,47	4,44	4,35	4,72	4,65	3,77
T-Note (10 anos)	4,43	4,41	4,34	4,68	4,61	3,72
T-Bond (30 anos)	4,55	4,55	4,50	4,79	4,71	3,97

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	mai/24*	abr/24	Mês mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,60	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,15	12,32
CDI	0,60	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,15	12,32
CDB (1)	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	3,79	10,52
Poupança (2)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
Poupança (3)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
IRF-M	0,42	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,48	1,56	12,20
IMA-B	1,13	-1,61	0,08	0,55	-0,45	2,75	-0,32	7,83
IMA-S	0,60	0,90	0,86	0,82	0,99	0,92	4,23	12,63
Renda Variável								
Ibovespa	-0,22	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	5,38	-6,36	20,58
Índice Small Cap	-0,31	-7,76	2,15	0,47	-6,55	7,05	-11,80	12,36
IBrX 50	-0,57	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	5,31	-5,21	22,10
ISE	0,42	-6,02	1,21	1,99	-4,96	6,04	-7,42	14,74
IMOB	1,58	-11,56	1,10	1,27	-8,46	8,69	-15,79	17,33
IDIV	1,92	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	6,90	-2,51	21,76
IFIX	0,06	-0,77	1,43	0,79	0,67	4,25	2,18	18,32
Dólar Ptax (BC)	-0,42	3,51	0,26	0,60	2,32	-1,91	6,38	3,42
Dólar Comercial (mercado)	-0,70	3,54	0,86	0,71	1,75	-1,28	6,26	4,12
Euro (BC) (4)	1,01	2,37	0,07	0,25	0,54	-0,63	4,30	0,10
Euro Comercial (mercado) (4)	0,69	2,43	0,71	0,38	-0,34	0,32	3,91	0,84
Ouro B3	-	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,16	0,83	0,42	0,56	1,80	3,69
IGP-M	-	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,59	-0,60	-3,04

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 22/mai/24. ** Até abr/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 17/05/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.481.171,13					3.485,29	61.873,60	215.557,62	164.629,81
RF Indexados (2)	150.230,68	-0,01	0,80	1,99	9,04	-100,51	-591,25	-3.544,32	-12.157,28
RF Duração Baixa Soberano (2)	693.277,38	0,04	0,44	3,72	11,29	-447,45	17.755,84	61.392,87	28.871,95
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	819.177,54	0,04	0,49	4,22	12,84	1.562,61	13.615,90	33.092,87	30.690,45
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	152.553,55	0,04	0,05	4,24	12,46	383,86	3.844,16	48.480,78	55.051,80
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.000,78	0,03	0,61	3,27	8,69	-151,01	799,27	-2.543,05	-5.973,14
RF Duração Livre Soberano (2)	228.248,41	0,02	0,52	3,29	10,60	339,63	4.227,96	3.393,70	-7.269,51
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	671.637,92	0,05	0,53	3,68	11,43	141,57	6.919,18	4.100,19	-20.664,12
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	331.175,19	0,02	0,68	3,69	12,92	109,91	5.754,08	50.720,24	106.984,05
Ações	618.448,55					-546,09	-3.055,62	-3.243,11	30.820,95
Ações Indexados (2)	11.026,99	-0,13	1,68	-4,55	16,72	-4,34	-130,44	980,59	-702,66
Ações Índice Ativo (2)	34.153,38	-0,17	1,68	-4,81	15,29	-498,40	-714,25	-2.123,39	-3.714,60
Ações Livre	222.205,69	-0,25	2,56	-2,62	17,79	-35,56	-1.845,22	-2.312,91	-10.899,23
Fechados de Ações	127.227,84	0,02	1,27	-2,17	1,54	1,81	148,18	-1.118,69	29.297,30
Multimercados	1.650.162,60					-490,64	-8.759,82	-48.011,75	-183.206,10
Multimercados Macro	156.471,09	0,03	1,11	0,69	7,16	-191,09	-3.618,34	-19.552,31	-47.357,11
Multimercados Livre	623.894,24	0,06	0,62	1,97	9,81	-786,62	1.228,01	8.234,93	-43.756,95
Multimercados Juros e Moedas	52.086,05	0,05	0,52	3,51	11,68	-60,43	-1.309,56	-5.015,72	-15.324,75
Multimercados Invest. no Exterior (2)	736.773,49	-0,05	0,33	2,57	11,12	516,76	-5.359,64	-33.171,98	-71.648,05
Cambial	6.043,80	-0,46	-1,28	7,53	9,84	-2,43	16,14	-317,30	-1.419,89
Previdência	1.417.659,86					-150,12	172,69	14.886,76	40.188,63
ETF	43.231,00					-59,40	373,07	-2.621,35	-894,01
Demais Tipos	1.989.301,91					1.517,69	9.506,98	38.175,73	41.005,15
Total Fundos de Investimentos	**7.216.716,94**					**2.236,60**	**50.620,06**	**176.250,87**	**50.119,39**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.708.136,17**					**1.174,07**	**12.277,36**	**43.537,16**	**98.901,07**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.802,00**					-	-	-	-
Total Geral	**8.972.655,12**					**3.410,68**	**62.897,42**	**219.788,03**	**149.020,46**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	22/05/24	21/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,42
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0553
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,17
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9620
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,37	10,37	10,35	10,34	10,41	13,63
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,38	10,38	10,35	10,31	10,33	13,46
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,39	10,39	10,46	10,51	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,37	10,37	10,40	10,45	13,65
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,35	10,35	10,35	10,41	13,63
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,35	10,34	10,32	10,37	13,60
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,35	10,35	10,31	10,33	13,47
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,54	10,44	10,39	10,39	10,30	12,70

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 22/05/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	99.725,52	10,401	109.104	10,398	10,406	10,400
Vencimento em jul/24	98.946,68	10,388	187.004	10,382	10,390	10,388
Vencimento em ago/24	98.062,75	10,362	14.451	10,360	10,368	10,368
Vencimento em set/24	97.220,53	10,369	25.144	10,355	10,370	10,370
Vencimento em out/24	96.422,88	10,374	348.925	10,350	10,380	10,370
Vencimento em nov/24	95.554,95	10,382	3.559	10,365	10,390	10,385
Vencimento em dez/24	94.839,97	10,395	4.707	10,365	10,400	10,385
Vencimento em jan/25	94.059,47	10,399	1.319.259	10,360	10,410	10,395
Vencimento em fev/25	93.230,91	10,432	74	10,420	10,445	10,420
Vencimento em mar/25	92.477,85	10,465	7.614	10,470	10,470	10,470
Vencimento em abr/25	91.777,90	10,477	214.822	10,420	10,495	10,475
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	5.157,79	0,77	317.235	5.136,50	5.166,00	5.154,00
Vencimento em jul/24	5.173,04	0,77	4.405	5.163,00	5.172,00	5.165,00
Vencimento em ago/24	5.190,62	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.206,84	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.221,83	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	5.583,41	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.607,25	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.635,14	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	126.231	-1,49	102.100	125.630	128.040	125.670
Vencimento em ago/24	128.224	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	130.191	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 22/05/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1496	5,1502	0,91	-0,42	6,38	3,67
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1557	5,1563	0,78	-0,70	6,26	3,75
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1687	5,3487	0,47	-0,96	5,97	3,80
Euro (BC) - (R$/€)	5,5791	5,5818	0,74	1,01	4,30	3,97
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5789	5,5796	0,46	0,69	3,91	3,85
Euro Turismo (R$/€)	5,6255	5,8055	0,23	0,36	3,54	3,77
Euro (BC) - (US$/€)	1,0834	1,0838	-0,17	1,43	-1,95	0,29
Ouro*						
B3 (R$/g)[1 2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.378,27	-1,79	3,80	15,16	20,75
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.414,25	-0,12	4,30	17,06	21,86

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	22/05/24	21/05/24	No fim de abr/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	157.514,38	160.496,73	158.178,40	173.997,89	-1,86	-0,42	-9,47
Valor-Coppead Mínima Variância	96.310,78	97.294,31	93.569,68	93.533,91	-1,01	2,93	2,97

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 22/05/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 22/05/24

Índice	22/05/24	21/05/24	Em 30/04/24	29/12/23	22/05/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,76	184,78	175,61	165,54	152,05	-0,55	4,64	11,01	20,86
S&P BNY Emergentes	351,37	352,01	327,57	312,75	281,30	-0,18	7,27	12,35	24,91
S&P BNY América Latina	208,53	212,02	210,73	225,28	189,54	-1,65	-1,04	-7,43	10,02
S&P BNY Brasil	202,53	205,85	208,55	232,95	188,64	-1,61	-2,88	-13,06	7,37
S&P BNY México	338,22	340,40	334,82	331,67	309,24	-0,64	1,01	1,98	9,37
S&P BNY Argentina	246,26	263,11	239,79	178,27	117,92	-6,40	2,70	38,14	108,84
S&P BNY Chile	150,94	152,99	141,51	162,12	172,12	-1,34	6,67	-6,89	-12,31
S&P BNY Índia	2.733,93	2.729,53	2.767,67	2.923,01	2.747,77	0,16	-1,22	-6,47	-0,50
S&P BNY Ásia	215,15	216,11	203,01	189,60	169,74	-0,44	5,98	13,48	26,75
S&P BNY China	344,61	349,83	313,42	336,11	315,79	-1,49	9,95	2,53	9,13
S&P BNY África do Sul	214,97	223,41	205,44	199,87	232,72	-3,77	4,64	7,56	-7,63
S&P BNY Turquia	31,32	31,08	27,03	22,45	17,86	0,78	15,88	39,48	75,34

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
05/05 a 05/06	0,0844	0,5848	0,5848	0,7550
06/05 a 06/06	0,1103	0,6109	0,6109	0,7910
07/05 a 07/06	0,1082	0,6087	0,6087	0,7889
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065	0,6065	0,7867
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838	0,5838	0,7540
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490	0,5490	0,7191
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344	0,5344	0,7244
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607	0,5607	0,7608
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869	0,5869	0,7971
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889	0,5889	0,7991
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149	0,6149	0,7951
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646	0,5646	0,7648
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387	0,5387	0,7288
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	0,5384	0,7285
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 22/05/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	125.650	-1,38	-0,22	-6,36	14,01
IBrX	53.013	-1,34	-0,55	-6,09	14,33
IBrX 50	21.060	-1,29	-0,57	-5,21	15,83
IEE	89.477	-1,71	4,90	-5,77	6,75
SMLL	2.075	-2,00	-0,31	-11,80	-0,23
ISE	3.485	-1,83	0,42	-7,42	4,35
IMOB	851	-2,50	1,58	-15,79	5,17
IDIV	8.846	-1,16	1,92	-2,51	20,48
IFIX	3.384	-0,09	0,06	2,18	12,76
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.397	-2,27	0,20	-11,98	9,97
IBrX	10.293	-2,23	-0,13	-11,72	10,28
IBrX 50	4.089	-2,18	-0,16	-10,89	11,73
IEE	17.374	-2,60	5,34	-11,42	2,97
SMLL	403	-2,88	0,11	-17,09	-3,76
ISE	677	-2,71	0,84	-12,97	0,66
IMOB	165	-3,38	2,01	-20,84	1,45
IDIV	1.718	-2,06	2,35	-8,36	16,22
IFIX	657	-0,99	0,48	-3,95	8,77

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 22/05/24	21/05/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	331	325	6,0	2,0	-14,0
África do Sul	332	330	2,0	-21,0	6,0
Argentina	1.394	1.294	100,0	179,0	-513,0
Brasil	214	212	2,0	4,0	19,0
Colômbia	301	294	7,0	-3,0	36,0
Filipinas	73	73	0,0	-7,0	15,0
México	167	164	3,0	-3,0	0,0
Peru	107	101	6,0	-4,0	5,0
Turquia	241	241	0,0	5,0	-35,0
Venezuela	17.505	17.303	202,0	2.478,0	-6.587,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
set/23	340.324	10/05/24	354.470
out/23	340.247	13/05/24	354.542
nov/23	348.406	14/05/24	355.014
dez/23	355.034	15/05/24	356.419
jan/24	353.563	16/05/24	356.448
fev/24	352.705	17/05/24	356.191
mar/24	355.008	20/05/24	356.017
abr/24	351.599	21/05/24	356.330

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	22/05/24	21/05/24	20/05/24	17/05/24	16/05/24	15/05/24
Índice	2.105,36	2.108,46	2.106,06	2.106,71	2.109,05	2.108,96
Var. no dia	-0,15%	0,11%	-0,03%	-0,11%	0,00%	0,07%
Var. no mês	0,41%	0,56%	0,45%	0,48%	0,59%	0,58%
Var. no ano	1,94%	2,09%	1,98%	2,01%	2,12%	2,12%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 22/05/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,4500	36,4900	0,14110	0,14130
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1496	5,1502
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4675	36,5589	0,1409000	0,1412000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7346	0,7508
Colon (Costa Rica)	510,4700	515,0000	0,009999	0,010090
Coroa (Dinamarca)	6,8859	6,8863	0,7478	0,7479
Coroa (Islândia)	138,3700	138,6600	0,03714	0,03722
Coroa (Noruega)	10,6873	10,6903	0,4817	0,4819
Coroa (Rep. Tcheca)	22,8270	22,8370	0,2255	0,2256
Coroa (Suécia)	10,7280	10,7310	0,4799	0,4801
Dinar (Argélia)	134,0833	135,0513	0,03813	0,03841
Dinar (Kuwait)	0,3068	0,3069	16,7794	16,7868
Dinar (Líbia)	4,8282	4,8505	1,0617	1,0667
Direitos Especiais de Saque ***	1,3238	1,3238	6,8170	6,8178
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6734	1,4019	1,4023
Dirham (Marrocos)	9,9124	9,9174	0,5192	0,5196
Dólar (Austrália)***	0,6632	0,6637	3,4152	3,4182
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1496	5,1502
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5328	2,5774
Dólar (Canadá)	1,3668	1,3672	3,7665	3,7681
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1672	6,2427
Dólar (Cingapura)	1,3492	1,3501	3,8142	3,8172
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1496	5,1502
Dólar (Hong Kong)	7,8064	7,8067	0,6596	0,6597
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6103	0,6107	3,1428	3,1452
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7460	6,8260	0,7544	0,7634
Euro (Comunidade Européia)***	1,0834	1,0838	5,5791	5,5818
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8295	2,8861
Franco (Suíça)	0,9138	0,9142	5,6329	5,6360
Guarani (Paraguai)	7508,6800	7518,8200	0,0006849	0,0006859
Hryvnia (Ucrânia)	39,8310	39,9000	0,1291	0,1293
Iene (Japão)	156,4900	156,5000	0,03290	0,03291
Lev (Bulgária)	1,8045	1,8054	2,8523	2,8541
Libra (Egito)	46,7400	46,8400	0,1099	0,1102
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2733	1,2738	6,5570	6,5603
Naira (Nigéria)	1439,0000	1441,0000	0,00357	0,00358
Lira (Turquia)	32,2045	32,2151	0,1599	0,1599
Novo Dólar (Taiwan)	32,2610	32,2910	0,15950	0,15960
Novo Sol (Peru)	3,7378	3,7389	1,3773	1,3779
Peso (Argentina)	889,5000	890,0000	0,00579	0,00579
Peso (Chile)	905,5000	906,1000	0,005683	0,005688
Peso (Colômbia)	3834,8800	3836,8800	0,001342	0,001343
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2146	0,2146
Peso (Filipinas)	58,0000	58,0200	0,08876	0,08880
Peso (México)	16,6202	16,6307	0,3096	0,3099
Peso (Rep. Dominicana)	58,5900	58,9800	0,08731	0,08790
Peso (Uruguai)	38,2900	38,3200	0,13440	0,13450
Rande (África do Sul)	18,2406	18,2497	0,2822	0,2823
Rial (Arábia Saudita)	3,7504	3,7506	1,3730	1,3732
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001226	0,0001226
Ringgit (Malásia)	4,6900	4,6950	1,0968	1,0981
Rublo (Rússia)	90,1205	90,1295	0,05714	0,05715
Rúpia (Índia)	83,2615	83,2775	0,06184	0,06186
Rúpia (Indonésia)	15990,0000	15995,0000	0,0003220	0,0003221
Rúpia (Paquistão)	278,2500	278,4500	0,01849	0,01851
Shekel (Israel)	3,6646	3,6846	1,3976	1,4054
Won (Coréia do Sul)	1366,1600	1366,6500	0,003768	0,003770
Yuan Renminbi (China)	7,2405	7,2410	0,7112	0,7113
Zloty (Polônia)	3,9309	3,9321	1,3096	1,3102
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2392,29	0,01300	396,1231	396,1692

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	22/05/24	21/05/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.671,04	39.872,99	-0,51	4,91	5,26	19,18	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.705,20	18.713,80	-0,05	7,25	11,17	35,06	13.604,48	18.713,80
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.801,54	16.832,62	-0,18	7,30	11,93	32,08	12.484,16	16.832,62
EUA	Nova York	S&P 500	5.307,01	5.321,41	-0,27	5,39	11,26	26,58	4.115,24	5.321,41
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.346,76	22.468,16	-0,54	2,85	6,62	9,81	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	56.432,03	56.760,72	-0,58	-0,52	-1,66	5,55	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.409,28	1.440,78	-2,19	3,83	17,91	25,39	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	65.113,60	63.537,36	2,48	3,83	12,59	103,99	31.884,43	66.016,25
Chile	Santiago	IPSA	6.737,61	Feriado	0,41	3,47	8,71	18,38	5.407,50	6.737,61
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.072,09	30.891,77	-2,65	3,04	15,84	38,89	21.161,78	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.562.849,31	1.581.107,16	-1,15	18,08	68,10	361,05	338.978,89	1.581.107,16
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.543,25	1.547,76	-0,29	2,64	10,59	11,91	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.680,20	18.726,76	-0,25	4,17	11,51	15,14	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	8.092,11	8.141,46	-0,61	1,34	7,28	8,21	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.460,52	34.603,61	-0,41	2,12	13,54	26,18	26.051,33	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.996,70	3.991,00	0,14	2,92	7,79	6,96	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.762,25	2.771,49	-0,33	3,00	20,96	28,56	1.962,58	2.771,49
Espanha	Madri	IBEX-35	11.329,00	11.334,90	-0,05	4,37	12,14	21,75	8.918,30	11.362,80
Grécia	Atenas	ASE General	1.480,09	1.496,35	-1,09	2,18	14,46	23,21	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	910,52	911,51	-0,11	3,61	15,72	18,62	714,05	914,95
Hungria	Budapeste	BUX	67.957,08	67.866,13	0,13	-0,27	12,10	45,95	46.303,67	69.201,95
Polônia	Varsóvia	WIG	88.314,37	88.739,92	-0,48	4,43	12,56	34,97	62.285,97	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.950,11	6.905,51	0,65	5,06	8,66	15,94	5.729,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.203,60	1.199,26	0,36	2,46	11,09	16,20	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.634,51	2.631,49	0,11	3,06	9,85	15,38	2.049,65	2.634,51
Suíça	Zurique	SMI	11.958,67	12.001,50	-0,36	6,20	7,37	3,51	10.323,71	12.037,99
Turquia	Istambul	BIST 100	10.899,28	10.895,25	0,04	8,50	45,90	144,04	4.424,92	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.968,35	1.975,87	-0,38	-0,12	4,94	9,23	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.492,56	79.808,06	-0,40	4,49	3,38	1,96	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.617,10	38.946,93	-0,85	0,55	15,40	24,22	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.118,30	8.120,20	-0,02	2,35	3,69	8,96	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.784,69	1.780,50	0,24	1,63	-2,89	-12,47	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.158,54	3.157,97	0,02	1,73	6,17	-4,18	2.702,19	3.296,47
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.723,46	2.724,18	-0,03	1,17	2,57	6,51	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	19.195,60	19.220,62	-0,13	8,06	12,60	-2,45	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	74.221,06	73.953,31	0,36	-0,35	2,74	19,78	61.773,78	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	7.222,38	7.186,04	0,51	-0,16	-0,69	7,32	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	Feriado	1.370,83	-	0,21	-3,18	-10,36	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.551,83	21.236,75	1,48	5,66	20,19	33,19	16.001,27	21.551,83

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares



Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 353.001.819.48

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 08/05/2024 às 9h, na sede social da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04.547-005, São Paulo/SP. **PRESENÇA:** Participação da maioria dos conselheiros efetivos, por meio de videoconferência. **MESA:** Presidente: Marco Antônio Cassou e Secretário: Marcello Guidotti. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) o pagamento de dividendos aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **DELIBERAÇÕES:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições deliberam: (i) aprovar o pagamento aos acionistas de dividendos no valor de R$ 135.271.536,39, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, ou seja, R$ 0,19446148469 por ação ordinária integrante do capital social integralizado da Companhia, exceto pelas ações em tesouraria, relativos ao exercício social de 2023, com base em Demonstrações Financeiras levantadas em 31/12/2023, auditadas e aprovados na AGO da Companhia realizada em 17/04/2024, às 14h30. Os pagamentos dos dividendos serão realizados dentro do exercício social de 2024 a partir de 29 de julho, cabendo à Companhia informar os valores e datas exatas do pagamento. Os dividendos, ora aprovados, serão pagos com base na composição acionária de 13/05/2024. As ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendos" a partir de 14/05/2024. Os Conselheiros autorizam a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalizar a deliberação acima aprovada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. São Paulo, 08/05/2024. Conselheiros: Marco Antônio Cassou, Umberto Tosoni, Alberto Gargioni, Eros Gradowski Junior, Ricardo Bisordi de Oliveira Lima, Stefano Mario Giuseppe Viviano e Sonia Aparecida Consiglio. Marcello Guidotti - Secretário. JUCESP nº 206.220/24-8 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA



AVISO DE PUBLICAÇÃO

Protocolo: **21.225.432-0**
Pregão Eletrônico nº 191/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros de Telêmaco Borba/PR.
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Sr. Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em 13 maio 24, às 14h38
Abertura: **10/06/2024 às 09h15**.
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO. (n°191/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG nº 453079 – SESP-PR (n°90191/2024)

Consórcio CEMIG-CEB

AVISO DE LICITAÇÃO
LIC nº 001-S01630 - ELETRÔNICO

Processo SEI nº 3120-000059/2024. **Objeto:** Contratação de execução de obra de reforço do maciço rochoso à jusante da laje de proteção do vertedouro da UHE Queimado. Orçamento estimado: sigiloso, conforme art. 34 da Lei nº 13.303/16. **Abertura da Sessão Pública: dia 14/06/2024, às 10h.** O Edital poderá ser adquirido no Portal de Compras da CEB (http://compras.ceb.com.br).

Brasília/DF, 22 de maio de 2024.
Naiara Fruteiro Portela
Comissão Especial Julgadora de Licitação - CEJL
Presidente, Substituta



EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 110ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua Izidoro Biazetto nº 158, Curitiba - PR. **2. DATA**: 08.05.2024. **3. MESA DIRIGENTE**: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO**: **I**. O Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras - DFs Intermediárias relativas ao 1º trimestre de 2024 da Copel Distribuição S.A e seu encaminhamento ao Conselho Fiscal para manifestação e emissão de seu Parecer e, posteriormente, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **II**. O Conselho de Administração tomou conhecimento, analisou e discutiu as informações apresentadas pela PricewaterhouseCoopers sobre as DFs do 1º trimestre de 2024. **III**. O Conselho de Administração aprovou o Formulário de Referência 2024 da Copel DIS e determinou o seu arquivamento e sua publicação nos canais pertinentes. **5. ASSINATURAS**: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; MAXIMILIANO ANDRES ORFALI; ANA LETÍCIA FELLER; LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. *A certidão ata da 110ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A., de 08.05.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20243585209, em 21.05.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022.* --

EDITORA GLOBO S.A.
CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5

Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, na sede social desta Companhia, na Rua Marques de Pombal, 25 sala 201, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), CEP: 20230-240, às 10:00h do dia 31 de maio de 2024, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar as Contas da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado; (iii) Outros assuntos de interesse da Companhia. Rio de Janeiro, 23/05/2024. Ass.: Diretor Superintendente. Esta é a íntegra da Convocação.

enel

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 26 de março de 2024, às 14h, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, nº 14401, 17º ao 23º andar, conj. 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Vila Gertrudes, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do §1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração, conforme se verifica pelas assinaturas ao final desta ata. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **Temas para aprovação:** **(i)** Contratação de garantia bancária para atender as obrigações contratuais com a VIVEST, no montante de até R$ 1.495.416.950,64 (um bilhão, quatrocentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos; e **(ii)** Eleição de Francesco Tutoli para o cargo de Diretor de Administração, Finanças e Controle e de Relações com Investidores da Companhia, em substituição a Raffaele Enrico Grandi. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **5.1.** Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 11, vii, aprovar a contratação de garantia bancária para cobertura de parcelas a pagar dos contratos de ajuste de reserva e de confissão de dívida da Companhia com a VIVEST, conforme estabelecido nos respectivos contratos, no montante total de até R$ 1.495.416.950,64 (um bilhão, quatrocentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos), seja por meio de renovação da garantia bancária atual e/ou da emissão de nova garantia bancária, nos termos e condições apresentados aos conselheiros. **5.2.** Quanto ao item **(ii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 11, iv, do estatuto social da Companhia, aprovar a eleição de **FRANCESCO TUTOLI,** italiano, casado, graduado em administração e gerenciamento de negócios, portador do documento de identidade RNM nº G185185-D, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.450.997-75, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, Conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de 1º de abril de 2024, em substituição a Raffaele Enrico Grandi, que deixa o cargo para assumir novas funções no Grupo Enel. O Diretor ora eleito tomará posse de acordo com o art. 149 da Lei 4.404/76 e terá mandato coincidente com os demais membros da Diretoria, ou seja, até 24 de fevereiro de 2025. O Diretor ora eleito declara, desde já, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária. **5.2.1.** Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foram recebidas as declarações mencionadas no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 2º do Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022. **5.2.2.** A efetiva investidura do Diretor eleito em seu cargo fica condicionada à assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, em até 30 dias contados desta data. **5.2.3.** Os Conselheiros manifestaram os votos de agradecimento pela contribuição do Sr. Raffaele Enrico Grandi durante o seu mandato como Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores e desejaram sucesso ao Sr. Francesco Tutoli. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Assinaturas: Mesa:** Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração:** Guilherme Gomes Lencastre, Britaldo Pedrosa Soares, Marcia Sandra Roque Vieira Silva, Mario Fernando de Melo Santos, Ana Claudia Gonçalves Rebello e Alexandre Meduneckas. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 26 de março de 2024. **Mesa:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **JUCESP** nº 188.834/24-2 em 24/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra IAT, autorização florestal para o corte de espécies para atendimento aos Quilombolas no município da Lapa.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Ambiental para Rede de Distribuição de energia em 13,8 kV instalada nos Quilombolas na Lapa, no Estado do PR.



EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 111ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

1. LOCAL: Rua Izidoro Biazetto nº 158, Curitiba - PR. **2. DATA**: 17.05.2024, às 17h. **3. MESA DIRIGENTE**: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. **4. DELIBERAÇÃO: I**. O Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A., deliberou: **(i)** aprovar a realização da Emissão e da Oferta a ser celebrada entre a Companhia, o agente fiduciário da Emissão, na qualidade de representante dos Debenturistas, e a COPEL; **(ii)** autorizar os membros da Diretoria da Companhia, ou seus procuradores a celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, conforme aplicável, e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a **(ii.i)** negociar e celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e demais instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, podendo, inclusive, celebrar eventuais aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição, de forma a refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding, e outros eventuais aditamentos à Escritura de Emissão e ao Contrato de Distribuição, bem como a contratação dos demais prestadores de serviço necessários à viabilização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, o Escriturador, o Banco Liquidante, a Agência de Classificação de Risco, o Agente Fiduciário da Emissão, o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário, os assessores legais, a B3, dentre outros, e **(ii.ii)** ratificar todos os atos já praticados pela Companhia, representada por seus diretores e/ou procuradores. **5. ASSINATURAS**: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO - Presidente; MAXIMILIANO ANDRES ORFALI; ANA LETÍCIA FELLER; LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA e ISABEL ZAICZUK RAGGIO - Secretária. *A certidão ata da 111ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A., de 17.05.2024, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20243585233, em 21.05.2024, e publicada na íntegra no endereço https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022.* --

enel

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 04 de abril de 2024, às 12:30 horas, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, nº 14401, 17º ao 23º andar, conj. 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Vila Gertrudes, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do §1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração, conforme se verifica pelas assinaturas ao final desta ata. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **Temas para aprovação:** **(i)** Pagamento parcial da dívida atuarial do fundo de pensão VIVEST, no montante de até R$ 1.453.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e cinquenta e três milhões de reais); **(ii)** Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") no valor de até R$ 1.453.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e cinquenta e três milhões de reais); e **(iii)** Celebração de empréstimo com a Enel Finance International - EFI e/ou outra instituição financeira (com possível contratação de derivativo), no montante total de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais). **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **5.1.** Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 11, vii, do Estatuto Social da Companhia, aprovar o pagamento parcial da dívida atuarial do fundo de pensão com a VIVEST, no montante de até R$ 1.453.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e cinquenta e três milhões de reais), e ratificar o pagamento efetuado pela Companhia, em 28/03/24, dentro do limite ora aprovado, no montante de R$ 345.000.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões de reais), nos termos e condições apresentados aos Conselheiros, pela Diretoria de Administração, Finanças e Controle e de Relações com Investidores. **5.1.1.** Os membros do Conselho de Administração consignaram que o pagamento parcial da dívida atuarial do fundo de pensão com a VIVEST representa uma redução do risco atuarial e aumenta a sustentabilidade no longo prazo do plano de previdência, beneficiando tanto os seus participantes e beneficiários como a Companhia. **5.2.** Quanto ao item **(ii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 11, vii, do Estatuto Social da Companhia, aprovar o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), pela acionista Enel Brasil S.A., no valor de até R$ 1.453.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e cinquenta e três milhões de reais) e ratificar o recebimento de AFAC pela Companhia, em 03/04/2024, dentro do limite ora aprovado, no montante de R$ 345.000.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões), nos termos apresentados aos Conselheiros, pela Diretoria de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores. **5.3.** Quanto ao item **(ii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 11, vii, do Estatuto Social da Companhia, aprovar a celebração de empréstimo com a Enel Finance International - EFI e/ou outra instituição financeira, no montante total de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), nos termos apresentados aos Conselheiros pela Área de Finanças. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Assinaturas**: **Mesa**: Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração**: Guilherme Gomes Lencastre, Britaldo Pedrosa Soares, Marcia Massotti de Carvalho, Mario Fernando de Melo Santos, Ana Claudia Gonçalves Rebello e Alexandre Meduneckas. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 04 de abril de 2024. **Mesa:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **JUCESP** nº 187.309/24-3 em 23/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

enel

ENEL BRASIL S.A.

CNPJ nº 07.523.555/0001-67 - NIRE 35300577931

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: Reunião realizada em 27 de março de 2024, às 10:00hs, na sede da Companhia, na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Presença:** Convocação regularmente efetuada, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social, estando presente a maioria dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** **Temas para aprovação:** **(i)** prestação de garantia à sua controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., no âmbito da contratação de garantia bancária para atender a obrigações contratuais com a VIVEST, no montante de até R$ 1.495.416.950,64 (um bilhão, quatrocentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos, e **(ii)** eleição do Sr. Francesco Tutoli ao cargo de Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle da Companhia, em substituição ao Sr. Raffaele Enrico Grandi, que passará a ocupar o cargo de Diretor Adjunto. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: 5.1. Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "o", do Estatuto Social da Companhia, aprovar a prestação de garantia, via *parent company guarantee*, caso seja necessária, no âmbito da contratação de garantia bancária para cobertura de parcelas a pagar dos contratos de ajuste de reserva e de confissão de dívida da sua controlada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com a VIVEST, conforme estabelecido nos respectivos contratos, no montante total de até R$ 1.495.416.950,64 (um bilhão, quatrocentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos), seja por meio de renovação da garantia bancária atual e/ou da emissão de nova garantia bancária, nos termos e condições apresentados aos Conselheiros. 5.2. Quanto ao item **(ii)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 21, "a", do Estatuto Social da Companhia, aprovar, com efeitos a partir de 1º de abril de 2024, a eleição do Sr. **Francesco Tutoli,** italiano, casado, graduado em administração e gerenciamento de negócios, portador do documento de identidade RNM nº G185185-D, expedido pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.450.997-75, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, Conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle da Companhia, em substituição ao Sr. **Raffaele Enrico Grandi,** italiano, casado, economista, portador do RNM nº V497057-D, expedido pela CGPI/DIREX/PF, inscrito no CPF/ME sob o nº 060.306.337-32, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, Conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP 04794000, que passará a ocupar o cargo de Diretor Adjunto, a partir da referida data. 5.2.1. Os Diretores ora eleitos tomarão posse de acordo com o art. 149 da Lei 4.404/76 e terão mandatos coincidentes com os demais membros da Diretoria, ou seja, até 15 de dezembro de 2024. Os Diretores ora eleitos declaram, desde já, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária. 5.2.2. Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foram recebidas as declarações mencionadas no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.2.3. A efetiva investidura dos Diretores eleitos em seus respectivos cargos fica condicionada à assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, em até 30 dias contados desta data. 5.2.4. Os Conselheiros manifestaram seu agradecimento e parabenizaram o Sr. Raffaele pelo desempenho e trabalho realizado durante o período em que ocupou o cargo de Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho. **Assinaturas:** Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração:** Guilherme Gomes Lencastre, Mario Fernando de Melo Santos, Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, Marcia Sandra Roque Vieira Silva e Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 27 de março de 2024. **Mesa**: **Guilherme Gomes Lencastre -** Presidente do Conselho e da Reunião; **Maria Eduarda Fischer Alcure** - Secretária. **JUCESP** nº 155.379/24-0 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249

Renda fixa Empresas buscam carência em pagamentos e recursos novos para equilibrar orçamento após forte aumento de custos durante a pandemia

Incorporadoras de menor porte tentam renegociar CRI para terminar obras

Rita Azevedo
De São Paulo

Incorporadoras de pequeno e médio portes têm procurado investidores de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) para renegociar termos de dívidas. A movimentação ocorre em meio ao aumento dos custos de construção e em um cenário de crédito ainda restrito. Enquanto as grandes incorporadoras conseguem injetar os recursos necessários para finalizar as obras, as médias negociam aportes novos ou a possibilidade de atrasar o pagamento da remuneração ou deixar de cumprir cláusulas restritivas.

As atas de assembleias de investidores de CRI realizadas nos últimos meses, documentos públicos enviados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registram essas negociações. Um exemplo é o da incorporadora Zarin Participações, do interior paulista, que conseguiu em abril aprovar com os "crizistas" a concessão de carência de seis meses para pagamento de amortização da dívida.

Outro exemplo é o da incorporadora Manhattan, do Ceará. Os investidores aprovaram que fossem liberados recursos do fundo de reserva "para a evolução das obras", conforme a ata da reunião realizada no dia 26 de abril.

Alguns dos casos envolvem projetos que estão em fase de conclusão, segundo Daniel Magalhães, diretor-presidente e fundador da securitizadora Virgo. "Algumas companhias precisaram renegociar porque o custo estourou. Há também exemplos em que foi levado ao investidor a possibilidade de uma tranche adicional para financiar o fim do empreendimento", afirma.

O ciclo imobiliário costuma durar de dois a cincos anos, então o que as empresas estão vivendo hoje não é reflexo dos últimos seis meses, mas de projetos que começaram em meio à pandemia e que agora estão em fase final, diz Magalhães.

De março de 2020 até o fim de 2023, a variação do Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi de 38,6%. Em abril, o índice aumentou 0,41%, em um movimento de estabilização após uma forte alta principalmente em 2021.

"O avanço do custo foi algo que atrasou bastante o cronograma das obras dos incorporadores", afirma Marcos Ribeiro do Valle, sócio e diretor da securitizadora Habitasec. "O cenário de taxas de juros elevadas também trouxe um desafio adicional na venda dos produtos."

Nos últimos anos, com o desenvolvimento de instrumentos de crédito, como os CRIs, as pequenas e médias incorporadoras passaram a buscar mais o mercado de capitais para financiar suas atividades, diz Fábio Cascione, sócio do Cascione Advogados. Como em alguns casos não há o mesmo nível de controle de processos de uma empresa grande, elas acabam sofrendo com questões como o atraso no cronograma dos empreendimentos.

"Os casos de reestruturação que temos acompanhado têm relação com atraso nas obras. Esse é um problema que afeta todas as empresas do setor, mas vejo que na pequena e na média, os investidores são mais sensíveis", explica Cascione.

No geral, fundos que investem em CRIs têm entrado nas discussões dispostos a encontrar uma solução para a conclusão das obras, relata Magalhães. "O principal interesse não é assumir um prédio inacabado, mas conseguir o retorno do investimento."

Valle, da Habitasec, diz que nas operações da securitizadora não há casos de "default" por causa da falta de acordo entre investidores e devedores. "As conversas entre tomadores de recursos e fundos têm sido tranquilas", afirma.

Emissores de papéis que ficam concentrados em fundos costumam ter uma resposta mais rápida em processos de reestruturação. "Os papéis que estão pulverizados no mercado, nas mãos de muitos investidores pessoa física, acabam demorando mais para serem negociados, para que seja realizada uma assembleia. Quando estão em fundos, o processo é mais rápido", diz Felipe Ribeiro, sócio e diretor de investimentos alternativos do Clube FII.

Apesar do aumento da necessidade de negociações, Magalhães, da Virgo, não acredita que há um risco de inadimplência relevante para os investidores de CRIs. "Não necessariamente vai aumentar a inadimplência, mas algumas variáveis dos projetos precisarão ser administradas."

No mercado de CRIs, em geral, houve um leve avanço da inadimplência nos últimos meses. O percentual de CRIs que registraram um evento de "default", ou seja, atrasaram ou deixaram de pagar o serviço da dívida em abril ficou em 14,1%, segundo levantamento do Clube FII. Em dezembro, eram 13,6%. Na mesma base de comparação, a participação de CRIs com vencimento antecipado e não repactuado teve uma variação pequena, passando de 2,46% para 2,64%.

Procuradas pela reportagem, Zarin e Manhattan não comentaram as negociações com investidores.

GABRIEL REIS/VALOR



"Algumas companhias precisaram renegociar porque o custo estourou"
Daniel Magalhães

Brainvest adquire com clientes 20% da Stoneweg

Adriana Cotias
De São Paulo

A Brainvest selou, por meio de um fundo de private equity que ajudou a levantar, a aquisição de 20% da gestora de ativos alternativos europeia Stoneweg. A transação envolve capital proprietário e de clientes da butique de investimentos, na sua maioria, que entraram com um cheque conjunto de US$ 100 milhões. Outros US$ 100 milhões vêm de escritórios de fortunas da Suíça, México, Espanha e de sócios da própria Stoneweg.

Os recursos ajudaram a Stoneweg a selar um acordo com o Cromwell Property Group para adquirir 100% da plataforma de fundos Cromwell Europe e coinvestimentos associados, com um total de € 3,9 bilhões em ativos imobiliários sob gestão. O desembolso previsto é de € 280 milhões, sujeitos a ajustes e aprovações regulatórias. O negócio inclui 27,8% do fundo imobiliário Cromwell European REIT, com um portfólio de € 2,2 bilhões, listado em Singapura, 100% da gestora na região, e 50% do Cromwell Urban Italy Logistics Fund.

Os ativos combinados sob gestão da Stoneweg chegam a € 8 bilhões, dobrando o tamanho atual. Abrangem investimentos de capital e dívida nos setores residencial, industrial, logística, hotelaria, escritórios corporativos, cultura e lazer. São 160 ativos, com 1,6 mil inquilinos, em 15 países europeus.

Foi ao buscar recursos para a aquisição que a Brainvest entrou nesse jogo — a casa já fazia investimentos conjuntamente com seus clientes em teses da Stoneweg. A operação como um todo foi avaliada em € 500 milhões, considerando-se a contribuição da parcela de ativos imobiliários da Stoneweg na sociedade. "Assim, nossos clientes serão acionistas na fusão combinada das duas instituições em 20%. É uma fatia relevante", resume Dany Roizman, sócio-fundador da Brainvest em Genebra.

A aquisição abre "uma oportunidade única para que clientes atuais e futuros tenham acesso preferencial à carteira ampliada de investimentos resultante desse movimento, aproveitando a garantia de um maior fluxo de negócios para o futuro", afirma Fernando Gelman, sócio e executivo-chefe (CEO) global da Brainvest. "Estamos falando de um 'deal' que tem como estratégia trazer os nossos clientes para investirem junto conosco, eles passarão a ser efetivamente sócios da nova gestora."

Segundo Rafael Cerezo, executivo-chefe de investimentos (CIO) da Stoneweg, o negócio com o Cromwell Property chegou pelas mãos de um dos principais acionistas da gestora, Max-Hervé George, do family office Icona Capital. Nos últimos seis meses, vinha sendo analisado por uma equipe de gestão com a qual já tinha trabalhado em outros negócios. A conclusão das partes foi que "o lugar perfeito" para a transação não seria no family office, mas na Stoneweg como grupo comprador.

O executivo conta que, desde 2021, o Cromwell manifestava publicamente que buscava um comprador. A proposta vinculante, assinada ontem, prevê a aquisição de toda a operação europeia do Cromwell, que tem ações listadas na bolsa australiana. Metade é de fundos imobiliários listados (REIT) e metade de mandatos institucionais de terceiros. A gestora administra ativos de investidores de instituições como Bain, J.P. Morgan e Goldman Sachs, lista Cerezo. "A ideia é que a combinação do negócio Stoneweg e Cromwell Europe crie um balcão único pan-europeu para os institucionais que procuram investir capital no setor imobiliário na Europa."

Cerezo afirma que a operação é complementar ao que a Stoneweg construiu, com presença em mercados onde não atua, à exceção da Itália. E foca em estratégias distintas, com investimentos voltados para geração de renda e algumas teses de desenvolvimento imobiliário, escritórios e logística. A Stoneweg tem uma atuação mais oportunista, busca operações de maior valor agregado e o desenvolvimento de fato. "Teremos a capacidade de fazer vendas cruzadas do nosso tipo de estratégia em jurisdições que não cobrimos." A casa não investe em países onde não tem times dedicados à originação e execução dos negócios.

A Stoneweg foi criada em 2015, na Suíça, por Jaume Sabater, executivo vindo do Banque Privée Edmond de Rothschild, com quem Roizman já tinha feito negócios. A Brainvest foi uma das gestoras de fortunas que deram capital inicial para as primeiras transações solo no setor imobiliário, e ao longo do tempo tem feito coinvestimentos.

Em 2019 comprou, por exemplo, junto com clientes, fatia de 25% do Ultima Collection, de propriedades de altíssimo luxo em diversas regiões. A operação, recentemente vendida, teve retorno equivalente a duas vezes o capital investido. "A gente sempre foi uma casa que apostou em alternativos como parte importante da construção do portfólio de longo prazo", diz Roizman. "O principal ponto de investir bem é ter acesso às oportunidades."

Com cerca de US$ 5 bilhões sob seu guarda-chuva, a Brainvest incorporou, desde o ano passado, a consultoria de valores mobiliários KPC, a Enso, de Campinas (SP), e fechou em março aquisição minoritária da Köli Capital, escritório ligado a uma família que é dona de uma rede de supermercados no Rio. Em 2021, a americana Merchant Investment Management adquiriu quase 20% da gestora.

GABRIEL REIS/VALOR



Gelman, da Brainvest, e Cerezo, da Stoneweg: negócio avaliado em € 500 mi para oportunidades no mercado imobiliário europeu

€ 8 bi
é o volume sob gestão da Stoneweg após selar aquisição

Estratégias de baixa volatilidade em ambiente mais incerto

Palavra do gestor

Daniel Celano e Huang Seen

Uma das consequências da maior integração dos mercados globais é a consequente maior relevância de eventos advindos dos principais centros econômicos, isto é, dos EUA, da China e da zona do euro. Acontecimentos desses mercados têm reverberado pelas demais localidades de maneira ainda mais rápida e significativa, demandando que o gestor de recursos adapte suas estratégias de acordo, buscando menores volatilidades e prezando, ao mesmo tempo, pelos objetivos de geração de retorno dos investidores.

Como exemplo talvez mais notável, a maior incerteza sobre o início do esperado ciclo de afrouxamento monetário nos EUA — expectativa esta consistentemente adiada desde o final do ano passado devido a dados de atividade e inflação mais resilientes — trouxe consigo um aumento considerável da volatilidade dos mercados globais. Se, no fim do ano passado, o índice de volatilidade VIX se encontrava em patamares historicamente baixos, em 12%, recentemente atingiu 20% antes de voltar a arrefecer, mostrando como os mercados têm alternado entre momentos de euforia e estresse.

O cenário de "higher for longer" nos juros dos EUA está ganhando força: nosso time global de investimentos aumentou a probabilidade do cenário de "no landing" em detrimento dos cenários de "soft" e "hard landing". Com isso, vimos uma alta expressiva das taxas de juros nos EUA e, por consequência, um dólar mais forte, levando o nosso Banco Central a sinalizar uma postura mais cautelosa em relação ao atual ciclo de afrouxamento monetário, e produzindo impactos significativos nos mercados locais de renda fixa, renda variável e câmbio.

Em especial, a elevação da incerteza no cenário de investimento nos últimos tempos tem trazido uma maior dificuldade para a indústria de fundos multimercados, principalmente aqueles que operam com um nível de risco mais elevado. Segundo um estudo recente realizado pelo **Valor**, apenas 12% dos fundos multimercados (de uma amostra de 65 tidos como referência do segmento) têm conseguido bater o benchmark nos últimos 12 e 24 meses, o que provavelmente está relacionado ao volume recorde de R$ 134 bilhões de resgate líquido no segmento em 2023.

De fato, as mudanças frequentes nas probabilidades implícitas dos cenários de soft, hard e no landing levaram a oscilações bruscas nos preços dos ativos, gerando por consequência "drawdowns" relevantes e até a necessidade de reduzir ou zerar posições por política de controle de risco, muitas vezes no pior momento.

Acreditamos que esse ambiente atual de maior incerteza pode ser condutivo para estratégias de baixa volatilidade, que busquem de forma similar a geração de retornos em excesso, mas com uma maior preocupação com preservação de capital e minimização de eventuais drawdowns que possam ocorrer caso o cenário de investimentos não se materialize, ou pelo menos naquele momento.

Além disso, a integração cada vez maior dos mercados demanda equipes globais de gestão cada vez mais robustas, capazes de analisar dados de diversos países e mercados e traduzir isso em estratégias de investimento mais diversas e sofisticadas. Com uma visão mais ampla, de abrangência internacional, é possível ter acesso a insights únicos para, inclusive, incrementar de forma gradual a exposição a ativos de risco internacional, como com estratégias de proteção de carteira e/ou geração de alfa descorrelacionados com os ativos locais.

Em um universo de investimentos sensível a volatilidades vindas de diversas partes do mundo, é preciso aplicar toda capacidade possível de expertise e ferramental para encontrar não somente potenciais fatores negativos a impactar as carteiras, mas também potenciais oportunidades que darão apoio para navegar melhor por diferentes cenários.

Daniel Celano é diretor-presidente da Schroders Brasil

Huang Seen é diretor de renda fixa e multimercado da Schroders Brasil
E-mail daniel.celano@schroders.com

STJ
Advogado não pode violar sigilo profissional e fazer acordo de colaboração premiada
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Lei nº 13.097: comprar imóvel ficou mais seguro?
E2

Fio da Meada
Habilitação do novo regime fiscal das subvenções de ICMS
valor.globo.com/legislacao



Legislação & Tributos SP

Trabalhista Decisão unânime foi tomada ontem pela 1ª Seção, por meio de recursos repetitivos

STJ decide que FGTS pode ser depositado na conta de empregado após acordo trabalhista

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu, por meio de recursos repetitivos, que valores referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem ser depositados diretamente na conta bancária do trabalhador após acordo na Justiça do Trabalho. A decisão, por unanimidade, foi dada em pedido da Fazenda Nacional e afasta previsão legal que exigia o depósito na conta vinculada no FGTS.

A Fazenda Nacional questionava esse depósito direto porque parte do valor devido pelo empregador é de titularidade da União e não deve ser repassado ao empregado — como multa por atraso no recolhimento do FGTS e contribuição previdenciária. Em alguns casos, o trabalhador também não teria direito ao saque, que só pode ser feito em determinadas situações, como demissão sem justa causa e compra da casa própria.

Uma das ações julgadas foi proposta pelo América Futebol Clube contra a Caixa Econômica Federal (CEF) e a União para ter a declaração de regularidade de pagamentos de FGTS realizados diretamente a seus empregados, após acordos homologados na Justiça do Trabalho.

A Fazenda Nacional alega no processo que após a alteração da legislação por meio da Lei nº 9.491, de 1997, só seria possível o depósito na conta vinculada do trabalhador no FGTS. Antes, acrescenta, havia, na Lei nº 8.036, de 1990, uma única hipótese de pagamento da verba diretamente ao empregado: dispensa sem justa causa e, mesmo nessa situação, o pagamento era limitado à verba indenizatória e ao recolhimento relativo ao mês da rescisão contratual e ao mês imediatamente anterior.


DIVULGAÇÃO/STJ

"Prática vem sendo autorizada por decisões da Justiça do Trabalho"
Teodoro S. Santos

Em sustentação oral no julgamento, o procurador Gustavo Franco Raulino, da Fazenda Nacional, afirmou que o legislador inseriu o Estado como tutor para que o FGTS tenha sua finalidade social garantida com a fiscalização do poder público. "Todo o arcabouço normativo compete para a necessidade de depósito na conta vinculada", disse.

Ainda segundo o procurador, de um lado o FGTS atua na fiscalização da cobrança de contribuição previdenciária e, de outro, por meio da Caixa Econômica Federal, garante os depósitos nas contas vinculadas e tutela os saques para ocorrerem apenas nas hipóteses previstas, como demissão sem justa causa, compra da casa própria, entre outros.

"Por toda finalidade social do FGTS é que o Estado precisa de uma forma de controle. A melhor forma é o depósito em conta vinculada. O pagamento direto torna isso impossível", afirmou o procurador, acrescentando que nem tudo que é depositado no FGTS irá diretamente para o trabalhador.

A Fazenda Nacional, destacou, já aceita, excepcionalmente, o pagamento direto, desde que algumas das hipóteses legais de saque do FGTS estejam contempladas — a maioria das demandas na Justiça do Trabalho vem de demissão sem justa causa, que é uma das motivações. Mas defendeu que decisão trabalhista não pode atingir parte da verba que não é do trabalhador, apenas o patrimônio dele.

Prevaleceu no julgamento o voto do relator, o ministro Teodoro Silva Santos. Ele afirmou que, apesar da previsão legal para a necessidade de depósitos em conta vinculada do trabalhador de todas as parcelas devidas, normalmente transações celebradas com empregadores acabam no pagamento direto ao empregado. Essa prática, acrescentou, vem sendo autorizada pela Justiça do Trabalho.

"Embora realizada em termos contrários ao que dispõe a legislação de regência, não se pode desconsiderar que o acordo foi submetido ao crivo do Judiciário", afirmou o relator em seu voto. "Não cabe à Justiça Federal ou ao STJ adentrar em sede de embargos à execução fiscal, ação anulatória ou qualquer outra via na correção do seu mérito ou desconsiderá-la para o fim de reconhecer a ineficácia do pagamento realizado em desconformidade com o previsto em lei."

O ministro considerou que são eficazes os pagamentos de FGTS realizados diretamente ao empregado após o advento da Lei nº 9.491, de 1997, em decorrência de acordo homologado na Justiça do Trabalho, assegurando-se a cobrança de todas as parcelas incorporáveis ao fundo, consistentes em multas, correção monetária, juros moratórios e contribuição social, visto que a União e a Caixa Econômica Federal não participaram da ação trabalhista e não podem ser prejudicadas.

"Estamos evitando que a União venha a sofrer prejuízo com o remanescente que não faz parte do salário do trabalhador", afirmou. Ainda segundo o relator, não seria possível o empregador fazer o pagamento ao obreiro e depois pagar novamente em ação proposta pela União. O ministro não detalhou no voto se é necessário, para o depósito direto, que tenha sido cumprida condição para saque do FGTS por parte do trabalhador (REsp 2003509, REsp 2004215 e REsp 2004806).

De acordo com Ricardo Calcini, sócio de Calcini Advogados, os juízes de primeiro grau costumam autorizar o pagamento direto para fins de viabilizar os acordos judiciais, mas o Tribunal Superior do Trabalho (TST) não. Ele lembra que as ações trabalhistas que envolvem FGTS englobam direitos não só do trabalhador, mas também do órgão gestor, relativamente à multa pelo atraso nos recolhimentos, "razão pela qual o depósito na conta vinculada deve ser observado".

Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados, entende que o pagamento feito diretamente ao trabalhador reduz o controle do Estado e o julgamento é uma vitória parcial da União. No caso, diz, o STJ preservou a possibilidade de a União cobrar as verbas acessórias (multas, correção monetária e juros). Já para o trabalhador, acrescenta, o depósito direto evita burocracia.

Para as empresas, afirma, surge uma dívida de FGTS que não se "cruza" automaticamente e tampouco se compensa automaticamente com os valores pagos diretamente ao trabalhador, gerando uma cobrança de um valor que ela, a rigor, já pagou ao empregador.

Corte começa a julgar incidência de juros sobre expurgos na poupança

Marcela Villar
De São Paulo

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar um tema que pode custar bilhões de reais às principais instituições financeiras do país. Os ministros vão decidir a partir de quando se encerra a incidência dos chamados juros remuneratórios de 0,5% ao mês nas ações judiciais sobre os expurgos que afetaram as cadernetas de poupança de milhares de brasileiros que conviveram com a inflação no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. A tese começou a ser julgada ontem, em recurso repetitivo.

O voto do relator, o ministro Raul Araújo, foi favorável aos bancos. Como houve um pedido de vista da ministra Nancy Andrighi, o julgamento foi suspenso sem data para voltar à pauta. Ainda faltam se manifestar os outros nove ministros.

Tanto o Banco do Brasil quanto o Bradesco, partes nos recursos que começaram a ser julgados, citaram as ações de indenização contra eles no balanço do primeiro trimestre, publicado no início deste mês. O Bradesco classificou a perda como provável, que são aquelas provisões com mais chance de acontecer. Mas não foi possível identificar o montante relativo à causa. Procurados, ambos não quiseram se manifestar.

Para as instituições financeiras, o marco final para a aplicação dos juros remuneratórios sobre os expurgos deve ser a data de fechamento da conta de poupança ou até a conta do poupador atingir saldo zero. Já a tese dos poupadores é de que a incidência seja aplicada até o efetivo pagamento. Segundo advogados, a depender do caso, essa diferença temporal pode provocar perda de 70% ao que seria pago às pessoas físicas.

Citando precedentes da 3ª e 4ª Turmas do STJ, o ministro Raul Araújo reformou a decisão anterior do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que havia sido favorável ao poupador, no caso do Bradesco, para determinar a incidência até o efetivo pagamento dos expurgos. Defendeu que a aplicação só pode ocorrer nos processos em que haja a condenação expressa por juros remuneratórios — que não se confundem com os juros de mora, de 1% ao mês, aplicável a toda e qualquer ação. Ele também limitou a aplicação da tese às ações coletivas e não às individuais.

Raul Araújo propôs a seguinte tese: "Desde que expressamente previstos na sentença coletiva, que determina a recomposição dos índices inflacionários expurgados, o termo final de incidência dos juros remuneratórios sobre a parcela da conta poupança resultante da recomposição do índice expurgado é a data de encerramento da conta ou aquela em que passa a ter saldo zero, o que primeiro ocorrer" (REsp 1877280 e REsp 1877300 ou Tema 1101).

O relator acatou a tese dos advogados que fizeram sustentação oral em favor dos bancos e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) durante a sessão. Eles defenderam que os juros são uma obrigação acessória, que encerra a incidência quando acaba a obrigação principal, que é o dinheiro na conta da poupança. Por isso, esse que deveria ser o marco temporal.

"Não havendo mais o contrato de depósito, não há incidência de juros remuneratórios. Com saldo zero, não há mais causa jurídica para atribuição às partes, seja depositante, seja depositário, de qualquer direito que decorra desse contrato", disse o advogado do Bradesco, Marcos Cavalcanti Oliveira, durante a sessão.

Um dos casos, envolvendo o Banco do Brasil, remonta ao ano 1989, quando vigorava o Plano Verão, implantado durante o governo do José Sarney com o objetivo de combater a inflação. Segundo o advogado Paulo Cavalcanti de Albuquerque, do Cavalcanti Albuquerque Advogados, que representa uma poupadora no julgamento, uma série de ações individuais e coletivas foram movidas naquela época, até 1991, com o Plano Collor II. Nesse processo, a ação civil pública foi movida pelo Instituto de Defesa de Consumidores (Idec).

Para Cavalcanti, os juros devem incidir até o efetivo pagamento. "É notório e evidente que se ainda tem valor a ressarcir ao poupador, não se pode considerar como marco final a conta como extinta ou zerada, porque o contrato não se encerrou. Então o banco tem o dever se pagar os juros remuneratórios de 0,5% para a recomposição do patrimônio", afirmou.

Na visão dele, a tese dos bancos, adotada pelo relator, pode implicar violação da coisa julgada. Isso porque, nos dois recursos em julgamento no STJ, assim como em outros casos, há expressamente na sentença a condenação por juros remuneratórios até o efetivo pagamento e não até o fechamento da conta poupança. "Não se pode mexer no que foi decidido e alterar a condenação."

Já na visão do advogado Renato José Cury, sócio do FCAR Advogados, o voto do relator traz segurança jurídica pois confirma precedentes anteriores do próprio STJ. "Existia uma tentativa de aproveitamento e interpretação extensiva de decisões que não contemplavam o pagamento de juros remuneratórios. O voto do ministro organiza o terreno e foi expresso de que os juros remuneratórios só valem se houver condenação em processos coletivos", afirma. Segundo ele, a incidência da correção até o efetivo pagamento desvirtua a natureza dos juros remuneratórios.


DIVULGAÇÃO

"Tese não vale para ações individuais, só para as ações coletivas"
Raul Araújo

Em nota, a Febraban, que é parte interessada na ação, afirmou entender que "após o encerramento da conta poupança, não se justifica a incidência de juros remuneratórios nas ações de planos econômicos, uma vez que nessa circunstância o poupador poderá usar seus recursos". Para a entidade, é "importante a manutenção da jurisprudência do STJ", assim como a segurança do Acordo Coletivo de Planos Econômicos, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

"Desde junho de 2018, mais de 300 mil pessoas já aderiram ao acordo referente às diferenças de correção da poupança dos planos Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2, com o pagamento de R$ 4,7 bilhões", disse. O prazo para adesão ao acordo foi prorrogado para junho de 2025.

Lei 13.097: comprar imóvel ficou mais seguro?

Opinião Jurídica

Alexis Borowik Rosa

É possível dizer que o Brasil é uma das maiores democracias diretas do mundo, visto que as leis, mesmo após passarem por todos os trâmites legislativos e terem a sanção presidencial, ainda precisam passar pelo crivo social de sua aceitação, o que gera um constante embate entre a legislação formal e sua aplicação prática. Essa dinâmica não usual deu origem à expressão popular "essa lei não pegou".

No âmbito do mercado imobiliário, um exemplo marcante desse fenômeno é o princípio da concentração dos atos na matrícula do imóvel, estabelecido expressamente pela Lei Federal nº 13.097/2015 em seu artigo 54. Em essência, esse princípio determina que todos os direitos reais sobre um determinado imóvel devem ser registrados na matrícula desse imóvel no registro competente. Ou seja, em virtude desse princípio, todos os fatos e atos relevantes referente a um determinado imóvel deveriam constar na sua matrícula, principalmente informações relevantes sobre a sua propriedade e ônus.

Desse modo, na teoria, esse princípio ofereceria uma segurança jurídica significativa aos potenciais adquirentes de imóveis, pois, ao consultar a matrícula do imóvel desejado, eles poderiam verificar se há ônus ou gravames, adquirindo-o com tranquilidade. No entanto, na prática, diversas interpretações (errôneas ao nosso ver) de dispositivos legais, como o inciso IV do artigo 792 do Código do Processo Civil, que trata da existência de eventual ação que possa levar o devedor à insolvência, e o artigo 158 do Código Civil, que trata da fraude contra credores, mantiveram necessárias auditorias minuciosas por parte dos compradores. Mesmo com a dispensa de obtenção das certidões forenses ou de distribuidores judiciais trazida pela Lei Federal nº 14.382/2022 (primeira tentativa do legislador de aperfeiçoar o princípio), a boa-fé do adquirente continuou a ser questionada em juízo.

Diante desse cenário, notando que o princípio não "havia pegado", o legislador se viu compelido a revisitar o tema. A recente aprovação da Lei Federal nº 14.825/2024, que inclui o novo inciso V ao artigo 54, representa um passo significativo nesse sentido. Agora, a ausência de averbação de constrições judiciais na matrícula do imóvel por decisão judicial torna o negócio jurídico imobiliário eficaz, conferindo maior segurança jurídica aos envolvidos.

A alteração vem com o objetivo de resguardar o terceiro de boa-fé, ou seja, a pessoa que adquire o imóvel sem o conhecimento de eventuais fatos que possam levar à ineficácia futura da transação, e estabelece limites claros à atuação do Estado nos negócios jurídicos realizados de boa-fé.

Essa alteração legislativa está em total consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em particular a Súmula nº 375, que expressamente prevê que o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente, tendo sido citada expressamente na mencionada exposição de motivos. Além disso, o julgado do Tema Repetitivo 243 fortalece essa tese ao fixar que, inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento da demanda capaz de levar o alienante à insolvência.

Ainda, essa lei vem na esteira do Marco Legal das Garantias (Lei Federal nº 14.711/2023) que visa aprimorar as regras de garantias no ordenamento jurídico nacional, sendo crucial para esse aprimoramento, a segurança jurídica que bastaria ao credor obter a matrícula do imóvel para tomar conhecimento que esse bem poderia ser dado em garantia.

Como consta na justificativa do projeto do Marco Legal das Garantias, citando dados do Banco Central, o mercado imobiliário residencial urbano seria na ordem de 8 a 10 trilhões de reais, o que representa grande potencial de crescimento de operações de crédito com recursos livres para pessoas físicas. É essencial para o aproveitamento integral desse mercado, a agilidade do processo de auditoria e a confiança na segurança jurídica dos dados constantes na matrícula do imóvel, possibilitando que tais bens imóveis possam ser dados em garantia de operações de mútuos.

Essa revisão legislativa, aliada às disposições do Marco Legal das Garantias e ao entendimento consolidado pelo STJ, reflete o compromisso do legislador em simplificar e agilizar o processo de aquisição de imóveis ou outorga desses em garantia, garantindo uma maior transparência e confiabilidade ao mercado imobiliário. Espera-se que, com essas mudanças e aprimoramentos contínuos, o princípio da concentração dos atos na matrícula do imóvel finalmente ganhe a adesão necessária para contribuir significativamente para um ambiente mais transparente, justo e eficiente para todos.

Apesar dos avanços, a lei perdeu a oportunidade de ampliar a dispensa das certidões também para as certidões fiscais, obrigando, deste modo, que o Fisco igualmente buscasse levar eventuais restrições do proprietário à matrícula do imóvel, bem como a de exigir do poder público a averbação de eventuais restrições decorrentes de tombamento, desapropriações ou dívidas perante a União (SPU). Essas alterações fortaleceriam ainda mais o princípio da concentração dos atos na matrícula, eliminando possíveis brechas.

Embora essa legislação não seja completa, resta-nos a esperança de que esse princípio, agora reforçado por medidas legislativas mais claras e eficazes, finalmente "pegue" e cumpra seu papel como uma importante ferramenta de segurança jurídica no mercado imobiliário brasileiro.

Alexis Borowik Rosa é sócio do i2a Advogados



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90043/2024,** referente ao processo nº **024.00069869/2024-77,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TERAPIA MULTIDISCIPLINAR, EM ATENDIMENTO DE DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 10/06/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 23/05/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90044/2024,** referente ao processo nº **024.00072998/2024-42,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/06/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 23/05/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico nº 001/2024. Objeto: Alienação de equipamentos e acessórios gráficos, equipamentos de manutenção mecânica e eletroeletrônica industrial, peças de manutenção mecânica e eletroeletrônica industrial, insumos gráficos, veículos, equipamentos de manutenção, equipamentos em geral, mobiliários e afins, equipamentos de climatização e exaustão e itens da sala cofre, conforme Termo de Referência - Anexo I. A sessão pública de processamento do Leilão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.euamoleilao.com.br , às 10h do dia 18/06/2024 e será conduzida pelo Leiloeiro Oficial, Sr. Ronaldo Sergio Montenegro Rodrigues Faro. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.euamoleilao.com.br, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CTC CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA

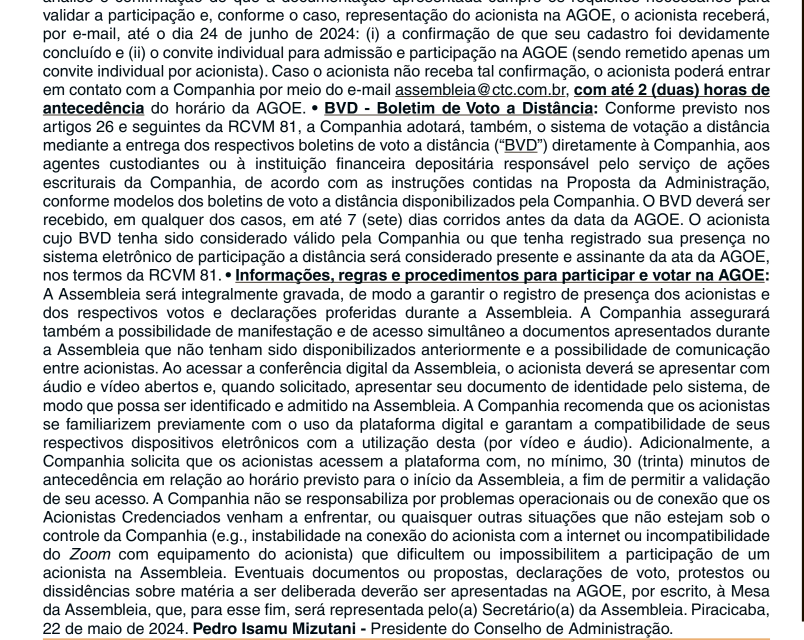
CNPJ nº 06.981.381/0001-13 - NIRE 35.300.391.144

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 25 de Junho de 2024

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam os senhores acionistas do **CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.** ("Companhia") convocados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia"), a ser realizada, havendo quórum legal, **de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* nos termos do artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e disciplinada na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), sem prejuízo da possibilidade do uso do boletim de voto a distância como meio para o exercício do direito de voto, em **25 de junho de 2024**, às **11:00 horas**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2024; **(ii)** Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme descrito na Proposta da Administração; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Examinar, discutir e votar a proposta de limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024/2025, conforme descrito na Proposta de Administração; **(ii)** Examinar, discutir e votar a proposta do novo Plano de Incentivo de Longo Prazo dos administradores contemplados, conforme descrito na Proposta da Administração, em substituição ao Plano de Incentivo de Longo Prazo vigente; e **(iii)** Examinar, discutir e votar a proposta de aumento do percentual de diluição máximo do capital social (1.23%) para contemplar o Plano de Incentivo de Longo Prazo. Para a instalação da Assembleia, é necessária a presença de pelo menos ¼ (um quarto) do total de ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A. e em conformidade com o Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. No caso de tal quórum não ser atingido, a Assembleia não será instalada e será publicado novo edital de convocação anunciando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, podendo ser instalada com qualquer número de acionistas presentes. **Informações Gerais: • Documentos disponíveis:** encontram-se à disposição dos acionistas, na sede e no site de RI da Companhia (http://ri.ctc.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital e estabelecidos em lei e na regulamentação aplicável. **• Cadastro para participação:** nos termos do artigo 6º, §3º, da RCVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão acessar o link https://qicentral.com.br/m/agoe-ctc-2024, até 2 (dois) dias antes da AGOE (*i.e.* até o dia 23 de junho de 2024), clicar no botão "Quero Participar", vinculando os seguintes documentos, conforme aplicáveis, em formato PDF:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de ações escriturais atualizado, expedido pela instituição financeira depositária das ações da Companhia, com antecedência não superior a 5 (cinco) dias contados da data da realização da Assembleia	X	X	X
Cópia digital (scanner ou foto) do documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal [1]	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista[2]	–	X	X
Regulamento consolidado do fundo[2]	–	–	X

[1] *Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.* [2] *Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.* Alternativamente, os documentos também poderão ser encaminhados às áreas de Relações com Investidores e Jurídica da Companhia, para o e-mail assembleia@ctc.com.br. Caso o acionista já tenha participado de outras assembleias gerais utilizando o envio de documentos pela plataforma Qi Central, deve utilizar as mesmas credenciais de acesso, digitando seu e-mail e senha. Caso seja a primeira vez, clique em "Inscreva-se agora", e informe seu endereço de e-mail. O sistema encaminhará um código de verificação para seu e-mail para que possa completar o seu cadastro. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para participar da AGOE e votar em seu nome, sendo que nessa hipótese o acionista deverá enviar procuração e dados do procurador pelo e-mail indicado acima, observando os termos do Art. 126 da Lei das S.A. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não tiver procuração assinada em seu próprio nome, deverá apresentar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Após a análise e confirmação de que a documentação apresentada cumpre os requisitos necessários para validar a participação e, conforme o caso, representação do acionista na AGOE, o acionista receberá, por e-mail, até o dia 24 de junho de 2024: (i) a confirmação de que seu cadastro foi devidamente concluído e (ii) o convite individual para admissão e participação na AGOE (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Caso o acionista não receba tal confirmação, o acionista poderá entrar em contato com a Companhia por meio do e-mail assembleia@ctc.com.br, **com até 2 (duas) horas de antecedência** do horário da AGOE. **• BVD - Boletim de Voto a Distância:** Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da RCVM 81, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância ("BVD") diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia. O BVD deverá ser recebido, em qualquer dos casos, em até 7 (sete) dias corridos antes da data da AGOE. O acionista cujo BVD tenha sido considerado válido pela Companhia ou que tenha registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância será considerado presente e assinante da ata da AGOE, nos termos da RCVM 81. **• Informações, regras e procedimentos para participar e votar na AGOE:** A Assembleia será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante a Assembleia. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Ao acessar a conferência digital da Assembleia, o acionista deverá se apresentar com áudio e vídeo abertos e, quando solicitado, apresentar seu documento de identidade pelo sistema, de modo que possa ser identificado e admitido na Assembleia. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a fim de permitir a validação de seu acesso. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do *Zoom* com equipamento do acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas na AGOE, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. Piracicaba, 22 de maio de 2024. **Pedro Isamu Mizutani -** Presidente do Conselho de Administração.



Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 – NIRE 35.300.047.184 | ("Sociedade")

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024

Data, Hora e Local: 30/04/2024, às 9h000, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Edital de Convocação publicado nos termos do Artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), nas páginas E2, E2 e E2, do Jornal Valor Econômico nos dias 19, 20 e 23/04/2024, respectivamente e no jornal Valor Econômico versão digital, nos dias 19, 20 e 21/04/2024. Presente a totalidade dos acionistas. **Mesa:** Sra. Angela Martins Guido Rios – Presidente; Sra. Maria da Glória Nogueira de Sá – Secretário. **Ordem do Dia: (i)** Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) Deliberar sobre a distribuição trimestral de Juros sobre Capital Próprio; (iii) deliberar sobre a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos; e (iv) Fixar a remuneração global anual da Administração e Conselho de Administração. **Deliberações da AGO:** Com abstenção dos legalmente impedidos, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: **(i)** Aprovar, integralmente, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme publicado no jornal "Valor Econômico", em suas versões digital e impressa, em sua edição de 22/03/2024. **(ii)** Aprovar, nos exatos termos da proposta apresentada pela Diretoria da Sociedade constantes na Ata de Reunião de Diretoria realizada em 07/03/2024, bem como da recomendação do Conselho de Administração, a distribuição trimestral, a partir de abril de 2024 até a AGO a ser realizada em abril de 2025, dos Juros sobre Capital Próprio, deliberando que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento desses juros sobre capital próprio. **(iii)** Aprovar, nos exatos termos da proposta apresentada pela Diretoria da Sociedade constantes na Ata de Reunião de Diretoria realizada em 11/04/2024, bem com da recomendação do Conselho de Administração constante na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 22/04/2024, a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos aos Srs Acionistas, na proporção de sua participação no capital social. **5.1.(iv)** Fixar, nos exatos termos da proposta apresentada pela Diretoria da Sociedade constantes na Ata de Reunião de Diretoria realizada em 11/04/2024, bem como da recomendação do Conselho de Administração constante na Ata de RCA realizada em 22/04/2024, como remuneração global anual da administração o montante de até R$ 6.000.000,00. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata.. Ass.: Angela Martins Guido Rios – Presidente. Maria da Glória Nogueira de Sá – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 202.255/24-4 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.



COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR COORDENADOR DIA 17/05/2024
024.00064942/2024-14
INTERESSADO: Gabinete do Secretário - Assessoria de Comunicação Social
ASSUNTO: Contratação de Empresa Especializada em Eventos
NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 05/2024

Trata o presente de solicitação realizada pelo Gabinete do Secretário - Assessoria de Comunicação Social referente Contratação de Empresa Especializada em Eventos.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0028325029, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO, a Dispensa 05/2024-** observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Referencial, a contratação da empresa **SM - PRODUÇÕES E EVENTOS, CPNJ nº: 48.830.314/0001-48**, fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Solicitação de Contratação de Empresa Especializada em Eventos, no valor total de **R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).**

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

7ª (SÉTIMA) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª E 44ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª e 44ª Séries da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à 7ª (sétima) Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("7ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **12 de junho de 2024, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação à distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 7ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 7ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 7ª AGT tem como objetivo, deliberar sobre: **(i)** A não declaração de vencimento antecipado das debêntures e, consequentemente dos CRI, nos termos da cláusula 8.1.2, item "ii" do Termo de Securitização, em razão do descumprimento da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Devedora e dos Fiadores referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras 2023), cujo prazo limite para envio se encerrou em 31 de março de 2024 conforme cláusulas 6.1, item (ix), subitem (a) e 6.2, item "i" da Escritura de Emissão de Debêntures; e **(ii)** Caso o item "i" acima seja aprovado, autorizar a concessão de prazo adicional para a Devedora e os Fiadores apresentarem suas Demonstrações Financeiras 2023, conforme definido acima, até 31 de maio de 2024; e **(iii)** aprovar a inclusão da seguinte cláusula no Termo de Securitização "Nos termos do §5º, do artigo 30, da Resolução CVM 60, os Titulares dos CRI poderão votar por meio de processo de consulta formal, desde que respeitadas as disposições aplicáveis à Assembleia dos Titulares dos CRI, previstas deste Termo de Securitização e no edital de convocação, incluindo, mas não se limitando, a observância dos quóruns previstos. É de responsabilidade de cada Titular de CRI garantir que sua manifestação por meio da consulta formal seja enviada dentro do prazo estipulado e de acordo com as instruções fornecidas no edital de convocação, sendo certo que os investidores terão o prazo mínimo de 10 (dez) dias para manifestação"; e **(iv)** a possibilidade das futuras convocações das Assembleias de Titulares de CRI serem publicadas somente no site da CVM, devido a Resolução CVM 60 não exigir publicação em jornal; Os termos iniciados por letras maiúsculas aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e demais Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 7ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. A 7ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.6 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.10 do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 22 de maio de 2024. Diretoria de Securitização

Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF 19.014.192/0001-13 - NIRE 35.300.460.804

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora, Local: 08.03.2024, às 11h, na sede, Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Rogério Monori, Presidente; Ronaldo Medrado Helpe, Secretário. **Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a distribuição de dividendos à acionista**; (ii)** deliberar sobre a redução do capital social, por se encontrar excessivo em relação ao objeto social, nos termos do art. 173 da Lei das S.A; e **(iii)** deliberar sobre a modificação do Art. 5º do Estatuto Social, caso aprovada a redução de capital. **Deliberações Aprovadas: (i)** A distribuição de dividendos extraordinários, no montante de R$8.703.471,44, sendo (a) R$1.106.636,05 referentes ao resultado do exercício de 2020; (b) R$293.612,05 referentes ao resultado do exercício de 2022 e, por fim, (c) R$7.303.223,34 provenientes da Reserva de Lucros a Realizar apurada ao término do exercício de 2022, todos os valores a serem pagos até 31.12.2024. **(ii)** A redução do capital social totalmente subscrito e integralizado, por se encontrar excessivo em relação ao objeto social, de R$6.000.000,00 para R$4.000.000,00, com o cancelamento, após o decurso do prazo legal, de 2.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a restituição em dinheiro à acionista do valor total equivalente a R$2.000.000,00. Esta redução de capital social somente se tornará efetiva e o respectivo montante de capital apenas será restituído à acionista após o decurso do prazo de 60 dias previsto no art. 174 da Lei das S.A., que terá início na data de publicação da presente ata. Transcorrido o referido prazo sem qualquer oposição de credores, será o presente instrumento levado a registro perante a JUCESP, ficando a Diretoria plenamente autorizada a praticar todos os atos necessários à formalização e execução desta deliberação; e **(iii)** Em razão da redução de capital aprovada, a modificação do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"**Artigo 5º** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$4.000.000,00, dividido em 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".* **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 08.03.2024. Acionista: BV Empreendimentos e Participações S.A., por Rogério Monori e Ronaldo Medrado Helpe.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 – Código CVM nº 23310 – Companhia Aberta

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: No 6º dia de maio de 2024, às 9 horas, em reunião realizada por meio de videoconferência, nos termos do artigo 17, § 6º, do Estatuto Social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 17, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes, portanto, os(as) Srs(as). Valdecyr Maciel Gomes (Presidente), Gustavo Baptista Paulus (Vice-Presidente), Eduardo de Britto Pereira Azevedo, Felipe Pinto Gomes, Flavio Uchoa Teles de Menezes, Mateus Affonso Bandeira e Rodrigo Silva Marvão. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Valdecyr Maciel Gomes e secretariados pela Sra. Julia Amadi Soares. **4. Ordem do Dia: (i)** Eleição dos membros da Diretoria Estatutária e **(ii)** Consignar a Renúncia do Sr. Felipe Pinto Gomes como membro do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças ("COAUD") e **(iii)** Eleição do Sr. Edson Martins do Nascimento, para ocupar o cargo vacante de membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ("COAUD"). **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, os membros do Conselho de Administração examinaram os itens constantes na Ordem do Dia e se manifestaram conforme segue: 5.1. **Aprovar,** por unanimidade a eleição dos membros da Diretoria Estatutária, os quais passam a exercer as funções apontadas a partir desta data com prazo de gestão e mandato unificado de 2 (dois) anos, até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para aprovação do resultado do exercício social de 2026, sendo permitida a reeleição: **(a) Fabio Martinelli Godinho**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 25.436.270-9, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 252.303.238-41, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para o cargo de Diretor Presidente; **(b) Felipe Pinto Gomes**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº MG 11.068.038, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.074.726-83, residente de domiciliado na cidade de São Paulo-SP, com endereço profissional na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **(c) Karin Regina da Rocha Demarques Cruz**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade RG nº 32182201-2, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 297.231.228-71, residente e domiciliada na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para o cargo de Diretora de Governança e *Compliance.* Os Diretores ora eleitos tomarão posse dos referidos cargos, dentro do prazo legal, mediante as assinaturas dos termos de posse lavrados em livro próprio da Companhia, acompanhado das respectivas declarações de desimpedimento, nos termos da regulamentação aplicável, que ficarão arquivados na sede da Companhia. 5.2. **Consignar a renúncia** do Sr. Felipe Pinto Gomes ao cargo ocupado na companhia como membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ("COAUD"), tendo em vista a sua eleição ao Cargo de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores na Companhia. 5.3. **Aprovar**, por unanimidade a eleição do Sr. **Edson Martins do Nascimento**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade RG nº 45898062, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 281.814.008-01, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para ocupar o cargo vacante de membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, exercendo as funções a partir desta data com prazo de gestão e mandato unificado de 2 (dois) anos, até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para aprovação do resultado do exercício social de 2026, sendo permitida a reeleição. O Sr. Edson (acima qualificado), tomará posse do referido cargo, dentro do prazo legal, mediante a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio da Companhia. 5.4. Fica a Diretoria Executiva autorizada a adotar todos os procedimentos necessários à sua divulgação. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos da reunião e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Conselheiros Presentes:** Valdecyr Maciel Gomes (Presidente), Gustavo Baptista Paulus (Vice-Presidente), Eduardo de Britto Pereira Azevedo, Felipe Pinto Gomes, Flavio Uchoa Teles de Menezes, Mateus Affonso Bandeira e Rodrigo Silva Marvão. **Mesa:** Valdecyr Maciel Gomes – Presidente; e Julia Amadi Soares – Secretária. *Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.* Santo André/SP, 06 de maio de 2024. **Valdecyr Maciel Gomes** – Presidente; **Julia Amadi Soares** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 204.823/24-9 em 17/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Valor ECONÔMICO
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

BVIA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.770.190/0001-05 - NIRE 35.300.385.641

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 08 de Março de 2024

Data, Hora, Local: 08.03.2024, às 14hs., na sede social, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Flávio Suchek, Presidente; Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **Deliberações Tomadas: (i)** A adoção do nome fantasia "NaPista" pela Sociedade, a ser incluído em seu Estatuto Social. **(ii)** A mudança do endereço da sede da Sociedade, atualmente localizada em São Paulo/SP, na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 18º andar, parte, Vila Gertrudes, CEP 04794-000 **para** o mesmo município, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 180, 16º andar, conjunto 161, Edifício JK 180, CEP 04543-000. **(iii)** As alterações dos Artigos 1º e 2º do Estatuto Social, contemplando as mudanças ora deliberadas, que passam a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 1º -** A BVIA Negócios e Participações S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **§ Único:** A Sociedade tem como nome fantasia a expressão "NaPista"." [...]. "**Artigo 2º -** A Sociedade tem sede e foro jurídico em São Paulo (SP), Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 180, 16º andar, conjunto 161, Edifício JK 180, CEP 04543-000, podendo, por deliberação da Diretoria e satisfeitos os requisitos legais e regulamentares, abrir, transferir e/ou encerrar agências ou escritórios de representações e nomear correspondentes em qualquer parte do território nacional ou no exterior."* **Encerramento:** Nada mais. **Acionista:** p. Banco Votorantim S.A., Flávio Suchek e Alexandre Luiz Zimath. São Paulo (SP), 08.03.2024. **Rafael Norberto Fernandes -** Secretário da Assembleia. **Arquivo na JUCESP em 27/03/2024, sob nº 129.813/24-2. Maria Cristina Frei** - **Secretária Geral**.

RCHLO **Lojas Riachuelo S/A** - CNPJ/MF nº 33.200.056/0001-49 - NIRE 35.300.040.953

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 17hs, na sede social, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, andar 15/Parte/16/17/18, Edifício Pinheiros One, São Paulo/SP. **Presenças**: única acionista. **Mesa**: Presidente: André Michel Farber; Secretária: Silvana Lavacca Arcuri. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** os Relatórios da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2023, publicados no Jornal Valor Econômico do dia 22.03.2024. **(ii)** a absorção de prejuízo do exercício findo em 31.12.2023, mediante utilização de saldo de reservas, no montante de R$121.453.182,11 e a não distribuição de dividendos em razão do prejuízo apurado no referido exercício, consoante as Demonstrações Financeiras acima mencionadas. **(iii)** a reeleição dos membros da Diretoria com mandato até a AGO de 2027, quais sejam: André Michel Farber, brasileiro, casado, engenheiro químico, RG 22.131.497, CPF/MF 163.765.938-52 como Diretor Presidente; Ana Carolina Garcia Guimarães Pedrosa, brasileira, casada, RG MG-14.777.753, CPF/MF 094.457.246-40 como Diretora Executiva; Andelaney Carvalho dos Santos, brasileiro, divorciado, RG 6085676 IFP/RJ, CPF/MF 960.933.747-34 como Diretor Executivo; Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 15337260, CPF/MF 253.515.048-47 como Diretor Executivo; Graziella Di Battista Denfeldt, brasileira, casada, administradora, RG 17271145-9, CPF/MF 218.065.498-75 como Diretora Executiva; e João Pedro Fernandes de Castro Braga, português, casado, diretor comercial, RNE V808986-S CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF 235.237.418-90 como Diretor Executivo; todos com endereço comercial em São Paulo/SP. Os Diretores ora eleitos tomarão posse de seus respectivos cargos imediatamente, mediante assinatura do termo de posse, declarando, não estando impedidas de exercerem atividades mercantis. **(iv)** a fixação da remuneração global anual da Diretoria Estatutária para o ano de 2024 no valor de até R$ 22.643.104,00, cabendo à Diretoria Estatutária deliberar sobre a distribuição da remuneração entre os administradores. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 30.04.2024. **Acionista:** Guararapes Confecções S/A neste ato representada por seus Diretores, André Michel Farber - Diretor Geral, Jairo Amorim Gomes de Araujo - Diretor. JUCESP nº 204.779/24-8 em 17.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS — MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 90001/2024

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, localizado no Parque Tecnológico da cidade de São José dos Campos/SP, lançou edital de licitação na modalidade pregão eletrônico, que visa à contratação de serviço de fornecimento de dados de descargas elétricas atmosféricas, em tempo real, sobre todo o território nacional. A publicação consta no Diário Oficial da União do dia 23/05/2024. O Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2024 pode ser retirado a partir desta data, das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, no endereço: Estrada Dr. Altino Bondesan, 500, Distrito de Eugenio de Melo - São Jose dos Campos - SP ou https://www.gov.br/compras/pt-br. O envio de propostas deverá ser feito no site https://www.gov.br/compras/pt-br, até a data de abertura das propostas, que ocorrerá no dia 10/06/2024 às 10h00 no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Mais informações: (12) 3205-0111 ou licitacao@cemaden.gov.br.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS — MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 08/2023

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, localizado no Parque Tecnológico da cidade de São José dos Campos/SP, lançou edital de licitação na modalidade pregão eletrônico, que visa à contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo e Copeiragem, com fornecimento de materiais e insumos para atender às suas necessidades, abrangendo as seguintes categorias: Copeira (02 postos), Auxiliar de Almoxarifado (02 postos), Recepcionista (01 posto), Mensageiro (01 posto), Auxiliar Administrativo (01 posto) e Supervisor Administrativo (01 posto). A publicação consta no Diário Oficial da União do dia 23/05/2024. O Edital do Pregão Eletrônico nº 08/2023 pode ser retirado a partir desta data, das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, no endereço: Estrada Dr. Altino Bondesan, 500, Distrito de Eugenio de Melo - São Jose dos Campos - SP ou https://www.gov.br/compras/pt-br. O envio de propostas deverá ser feito no site https://www.gov.br/compras/pt-br, até a data de abertura das propostas, que ocorrerá no dia 11/06/2024 às 10h00 no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Mais informações: (12) 3205-0111 ou licitacao@cemaden.gov.br.

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 NIRE: 35.300.350.430

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024 ÀS 10:00 HORAS

[illegible]

... nacional; **(ii)** alteração na Taxa DI, ou **(iv)** alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA; (p) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder para a definição, com o acompanhamento da Companhia, da Remuneração das Debêntures, observados os limites previstos na Escritura de Emissão ("**Procedimento de *Bookbuilding***"); (q) Público-alvo da Oferta: O público-alvo da Oferta é composto exclusivamente por "**Investidores Profissionais**", conforme definidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada; (r) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, não serão atualizados monetariamente. "**Saldo do Valor Nominal Unitário**" significa o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização das Debêntures (conforme abaixo definido); (s) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures: Ressalvados os pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Amortização Extraordinária Parcial (conforme abaixo definido), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido) ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), que resulte no resgate da totalidade das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, devidas no 2º (segundo), 3º (terceiro), 4º (quarto) e 5º (quinto) anos contados da Data de Emissão (inclusive), sempre no mês de maio de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em maio de 2026, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas e percentuais indicados na tabela constante na Escritura de Emissão; (t) Remuneração das Debêntures: [illegible]

[illegible] Total ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) e o 48º (quadragésimo oitavo) contados da Data de Emissão; e **(iii)** 0,30% (trinta centésimos por cento por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo Total ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures, em qualquer dos casos, multiplicado pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures, incidente sobre os itens (a) e (b) acima ("**Prêmio de Resgate**" e "**Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total**", respectivamente). O Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total será calculado de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão; (w) Amortização Extraordinária Facultativa: A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, na data a ser prevista na Escritura de Emissão, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("**Amortização Extraordinária Facultativa Parcial**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, o valor devido pela Companhia será equivalente **(a)** à parcela Valor Nominal Unitário das Debêntures (Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; acrescido **(b)** da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; **(c)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(d)** de prêmio equivalente a **(i)** 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, caso a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contados da Data de Emissão; **(ii)** 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, caso a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) e o 48º (quadragésimo oitavo) contados da Data de Emissão; e **(iii)** 0,30% (trinta centésimos por cento por cento) ao ano, caso a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) e a Data de Vencimento das Debêntures, em qualquer dos casos, multiplicado pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures ("**Prêmio de Amortização**" e "**Valor da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial**", respectivamente), incidente sobre os itens (a) e (b) acima. O Valor da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial será calculado de acordo com a fórmula constante na Escritura de Emissão; (x) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido **(a)** da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e **(b)** se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, o qual não poderá ser negativo. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total seguem descritos na Escritura de Emissão; (y) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e na regulamentação aplicável da CVM, a qualquer momento, adquirir Debêntures no mercado secundário: **(i)** por valor igual ou inferior ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou **(ii)** por valor superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures; (z) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (aa) Classificação de Risco da Emissão: Será contratada como agência de classificação de risco da Oferta, a **MOODY'S LOCAL BR AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO LTDA.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 8º andar, Conjunto 82, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05 ("**Agência de Classificação de Risco**"), que atribuirá *rating* de "AA" às Debêntures; (bb) Vencimento Antecipado das Debêntures: as Debêntures poderão ser vencidas antecipadamente na ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado a serem definidas na Escritura de Emissão; (cc) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: **(a)** os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou **(b)** os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (dd) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial **(i)** multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois por cento); e **(ii)** juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("**Encargos Moratórios**"); e (ee) Demais Condições: Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão tratadas na Escritura de Emissão. **(2)** pela aprovação para a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à implementação e à realização da Emissão, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários à Emissão, incluindo, mas não se limitando, Escritura de Emissão e o aditamento à Escritura de Emissão que ratificará o resultado do *Procedimento de Bookbuilding*; **(b)** ao Contrato de Distribuição; e **(c)** os contratos com prestadores de serviço necessários à Emissão e à Oferta, inclusive, mas não se limitando, para contratação do Agente de Liquidação, do Escriturador e da Agência de Classificação de Risco, e eventuais documentos relacionados aos contratos necessários à Emissão, incluindo aditamentos; **(3)** por autorizar a Diretoria e demais representantes legais da Companhia, inclusive procuradores, a discutir, negociar, celebrar e praticar todos os atos e adotar todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão e realização da Oferta, mediante celebração dos respectivos instrumentos e respectivos aditamentos, de acordo com os parâmetros descritos acima, incluindo, mas não se limitando, à contratação de instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e à Oferta, e à prática de todos e quaisquer atos necessários à efetivação da Emissão e realização da Oferta, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria nesse sentido, conforme aplicável. Adicionalmente e com relação aos temas aprovados pelos Conselheiros na presente reunião conforme itens acima, os membros do Conselho de Administração da Companhia também instruíram a Diretoria para que se assegurem de que contratos definitivos que tenham como objeto os temas acima reflitam os termos e condições gerais ora aprovados. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Mesa: Presidente: Daniel Faccini Castanho; Secretário: Heleno Carlos Fernandes. Membros do Conselho de Administração: Daniel Faccini Castanho (Presidente do Conselho de Administração), Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Ana Paula de Assis Bogus, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Maurício Nogueira Escobar e Paula Maria Harraca. *Certifico que a presente ata é cópia fiel do original que se encontra arquivada na sede social da Companhia.*

São Paulo, 22 de maio de 2024.

Daniel Faccini Castanho - Presidente da Mesa

Heleno Carlos Fernandes - Secretário da Mesa

CCR S.A.

CNPJ/MF Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024

[illegible]

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ 54.646.419/0001-44 - NIRE 35.300.108.311

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024

[illegible]

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40 - NIRE 35.300.525.604

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

[illegible]

BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 10.371.492/0001-85 - NIRE nº 35.300.361.997

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2024

[illegible]



INÊS 249

Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 – NIRE 35.300.329.091

Assembleia Geral Extraordinária

Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 31 de maio de 2024, às 9h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, a fim de examinar proposta da Diretoria para cisão parcial do patrimônio da Sociedade com incorporação das respectivas parcelas cindidas pela Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e Bradesco Vida e Previdência S.A. Barueri, SP, 21 de maio de 2024. **Ivan Luiz Gontijo Júnior** - Diretor-Presidente.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 221ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19H0262186) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de agosto de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 221ª Série da 1ª Emissão – (IF 19H0262186), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **21 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 282ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0798867) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 282ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 282ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 282ª Série da 1ª Emissão - (IF 20G0798867), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA **FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA**, leiloeiro oficial inscrito na **JUCESP n° 844**, com escritório à Alameda Santos, 787, Jardim Paulista, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A,** com sede administrativa na Rua Bandeira Paulista nº 600, Conjunto 44, no Bairro Itaim Bibi – São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.609.050/0001-64, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças, firmado em 31/05/2019 e Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao citado Instrumento, firmado em 18/06/2019, no quais figuram como Devedora Fiduciante **COMPANHIA BRASILEIRA DE AGROINDÚSTRIA,** sociedade por ações sem registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.316.941/0001-55, com sede na Avenida Bernardino de Campos nº 98 – 14º andar, sala 16 - Bairro Paraíso, em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **presencial** e **online** (www.megaleiloes.com.br), nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 13/06/2024, às 15:00 horas,** em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 69.896.000,00 (sessenta e nove milhões e oitocentos e noventa e seis mil reais),** o imóvel comercial situado na Rua Vergueiro, nº 2009 – Vila Mariana, em São Paulo – SP, constituído do prédio denominado "Edifício Life Center I", com área total construída de 10.507,224 m² (7.268,460 m² de área útil e área comum real de 3.238,764 m²) e respectivo terreno com área de 1.395,4796m², com a propriedade consolidada em nome da Credora Fiduciária. O Prédio possuí 3 subsolos (com 125 vagas de garagem, sendo: 87 no nível A e 38 no nível B) e 10 pavimentos, os quais encontram-se melhores descritos e caracterizados nas **Matrículas nºs 98.931 – 1º Subsolo; 98.932 – 2º Subsolo; 98.933 – 3º Subsolo; 98.934 – 1º Pavimento; 98.935 – 2º Pavimento; 98.936 – 3º Pavimento; 98.937 – 4º Pavimento; 98.938 – 5º Pavimento; 98.939 – 6º Pavimento; 98.940 – 7º Pavimento; 98.941 – 8º Pavimento; 98.942 – 9º Pavimento e 98.943 – 10º Pavimento, todas do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Obs.: (i) Imóvel encontra-se desocupado e possui fiel depositário; (ii) Imóvel possuí débitos de IPTU inscritos na Dívida Ativa referente aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, no valor aproximado de R$ 3.510.000,00 e exercício de 2024 no valor aproximado de R$ 723.000,00, totalizando o valor de aproximadamente R$ 4.233.000,00/base maio de 2024. Para os débitos inscritos na Dívida Ativa, existe o PPI (Programa de Parcelamento Incentivado) – Lei nº 18.095/24 (Arts. 16 a 26), regulamentado pelo Decreto nº 63.341/24, cujo prazo para adesão tem o término previsto para 28/06/2024. Competirá exclusivamente ao ARREMATANTE a responsabilidade pelos pagamentos, sem direito a reembolso, eximindo a VENDEDORA de qualquer responsabilidade; (iii) A VENDEDORA esclarece que a propriedade do imóvel está consolidada em seu favor conforme averbação feita em 30/04/2024 nas matrículas e nos termos descritos no acordo homologado nos autos da falência n. 1037133-31.2015.8.26.0100; (iv) A baixa da indisponibilidade constante da Av. 09 da matrícula 98.942, será providenciada pela VENDEDORA sem prazo determinado. Visitas: Deverão ser previamente agendadas com o Leiloeiro, através dos telefones (11) 3149.4600 ou (11) 96994.0770.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **20/06/2024**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 34.948.000,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e quarenta e oito mil reais).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado físico e de conservação, inclusive documental em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.megaleiloes.com.br, o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecido. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. megaleilões

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

17 DE JUNHO DE 2024, ÀS 14:30 HORAS

A **ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Enauta" ou "Companhia") convida seus acionistas para participarem da sua Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia" ou "AGE") a realizar-se em 17 de junho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, em linha com o parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76 e com a Resolução CVM nº 81/22 e com o prazo de cadastramento até às 14:30 horas do dia 15 de junho de 2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia, no contexto da já anunciada proposta de incorporação de ações de emissão da Companhia pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R" e "Incorporação de Ações", respectivamente): (i) aprovar os termos e condições do "Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de emissão da Enauta Participações S.A. pela 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.", celebrado em 16 de maio de 2024 pelas administrações da Companhia e da 3R ("Protocolo e Justificação"); (ii) aprovar a Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso), de acordo com o artigo 125 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, nos termos e condições ali descritos ("Condições Suspensivas"); (iii) retificar a remuneração global dos administradores da Companhia para refletir os efeitos da antecipação da liquidação dos atuais planos de incentivos atrelados a ações de emissão da Companhia; e (iv) autorizar que os diretores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo a confirmação dos efeitos da aprovação da Incorporação de Ações após a satisfação, ou renúncia se for o caso, das Condições Precedentes, e a subscrição das novas ações a serem emitidas pela 3R em decorrência da Incorporação de Ações em nome dos acionistas da Enauta. Os documentos e as informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGE estão à disposição dos acionistas nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.enauta.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br). Os acionistas da Companhia poderão participar da AGE, ora convocada, por si, por seus representantes legais ou por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, consoante o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representadas por procurador constituído conforme seus estatutos ou contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. Os seguintes documentos deverão ser apresentados pelos acionistas/representantes legais/procuradores: **(a) Se pessoas naturais:** cópia de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); **(b) Se pessoas jurídicas:** (i) cópia do último estatuto ou contrato social consolidado; (ii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iii) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **(c) Se fundos de investimento:** (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo; (ii) cópia do estatuto ou contrato social consolidado do seu administrador ou gestor, conforme aplicável; (iii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iv) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Deve ser apresentado ainda o comprovante da titularidade das ações de emissão da Enauta, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia. Excepcionalmente para a AGE ora convocada, a Companhia não exigirá reconhecimento de firma em procurações, desde que haja identificação clara do signatário, nem cópia autenticada de documentos, bastando que os documentos acima sejam enviados em cópia simples, responsabilizando-se o apresentante pela veracidade dos mesmos. Em caso de documento estrangeiro, desde que esteja redigido em inglês, basta que seja enviado juntamente com uma tradução livre para o português. Os acionistas que tiverem interesse em participar, pessoalmente ou através de representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos, da AGE ora convocada, que será realizada de forma exclusivamente digital, deverão seguir os seguintes passos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da AGE, ou seja, até às 14:30 horas (horário de Brasília) do dia 15 de junho de 2024, nos termos do artigo 6º, § 3º, da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada: 1. Acessar o endereço eletrônico [illegible]; 2. Preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGE, incluindo instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGE, se for o caso; 3. Em caso de pendências e ainda dentro do prazo, envio das solicitações de regularização do cadastro. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, haverá a liberação para participação digital na data e horário da AGE, utilizando-se o mesmo endereço eletrônico acima. Para mais informações sobre a participação na AGE, consulte o Manual para Participação e Regras e Procedimentos que está disponível nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.enauta.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 17 de maio de 2024. Mateus Tessler Rocha **- Presidente do Conselho de Administração.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 283ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855350) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 283ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 283ª Série da 1ª Emissão - (IF 20G0855350), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 81ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12L0023493) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 11 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 81ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 81ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de dezembro de 2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de junho de 2024, às 11:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **11 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 81ª Série da 1ª Emissão - (IF 12L0023493), a confirmação de sua participação na Assembleia, a companhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ESTADO DE MATO GROSSO

INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024/INTERMAT

PROCESSO Nº INTERMAT-PRO-2023/12786

O Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT torna público o **CANCELAMENTO** da licitação, por objeto Contratação de empresa especializada na implementação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à regularização fundiária de 4000 (quatro mil) unidades dos núcleos urbanos classificados como reurb-s (de interesse social) ou reurb-e (de interesse específico), nos municípios de Cuiabá, Paranatinga e Colniza , sob demanda, em atendimento ao disposto na lei federal nº 13.465 de 11 de julho de 2017 e o decreto federal nº 9.310 de 15 de março de 2018 e demais leis que dispõem sobre o processo de regularização fundiária urbana, objetivando atender as necessidades do Instituto de Terras de Mato Grosso, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Conforme pedido encaminhado pela Área Demandante juntamente com a autorização do Presidente.

Cuiabá – MT, maio de 2024.

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS

Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT

(Assinado Eletronicamente)

CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.

CNPJ/ME 20.512.213/0001-00 - NIRE 35.300.466.802

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO AOS DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A. PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Nos termos da Cláusula Oitava - Assembleia Geral de Debenturistas do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Chapada do Piauí I Holding S.A*", celebrado em 12 de agosto de 2015 ("Escritura de Emissão", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), ficam os titulares das Debêntures ("Debenturistas" e "Emissão", respectivamente) e a Trustee Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários LTDA ("Agente Fiduciário") convocados a participar da Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), que se realizará, em segunda convocação, no dia 29 de maio de 2024, às 15:00h horas, **exclusivamente por meio digital**, sendo aplicáveis as normas previstas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e regulamentada pela Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, nos termos deste Edital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Observado o Evento de Inadimplemento que acarreta o vencimento antecipado não automático previsto na Cláusula 5.1 (jj) da Escritura de Emissão, declarar ou não vencimento antecipado pelo não atingimento do ICSD mínimo nos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Considerando que a AGD será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do Artigo 70, inciso I da Resolução CVM nº 81/2022, a administração da Emissora encaminhará previamente ao Agente Fiduciário, para que este disponibilize aos Debenturistas, as informações contendo os procedimentos de acesso ao sistema eletrônico do fórum de deliberação seguro (link e senha de acesso), sendo permitido ao Debenturista participar e votar a distância por meio de Boletim de Voto a Distância. Por fim, os termos iniciados em letra maiúscula, não definidos neste edital de convocação, terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Observado o disposto no artigo 126 Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 72, §1º da Resolução CVM nº 81/2022, os Debenturistas deverão encaminhar, no prazo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data da Assembleia Geral, para a Emissora nos e-mails ext.paulo.chan@contourglobal.com e tesouraria@contourglobal.com, com cópia ao Agente Fiduciário para o e-mail fiduciario@trusteedtvm.com.br, cópia dos documentos comprobatórios de sua representação, bem como lista da(s) sociedade(s) e/ou fundo(s) que representam e suas respectivas quantidades. Referidos documentos deverão contemplar: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica ou veículo de investimento, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; e (iii) quando for representado por procuração, o procurador deverá ter sido constituído a menos de 1 (um) ano, com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais. Em qualquer caso, na entrega dos documentos, será verificada a titularidade do Debenturista, sem prejuízo de nova confirmação, na data de realização da AGD, da efetiva titularidade e quantidade de Debêntures detidas por cada Debenturista no dia imediatamente anterior.

São Paulo, 21 de maio de 2024.

CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 209ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19B0276807) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 209ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de fevereiro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 209ª Série da 1ª Emissão – (IF 19B0276807), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS Imobiliários DA 285ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855277) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de junho de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 285ª Série da 1ª Emissão – (IF 20G0855277), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 21 de maio de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 280 LOTES - DIA: 24.05.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 24.05.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 95PDCM61DNB004919 - 988675134HKH29262 - 9BHCN51AAMP089737 - 93YRBB001LJ004232 - 9BHCN51AAMP167547 - 9BWAA45Z4F4068499 - 9C2KC2200PR109140 - 9C2MC4400LR203738 - 9C6SG3310K0025055 - 99KPCKBCJKM100121 - 9BFZH55L7M8077915 - 9UK64ED5XE0080672 - 9BWAA45U0ET183514 - 9BHBH41DBEP218857 - 93Y5SRF84JJ155164 - 9BFZE16P858695412 - 9BGRM6940AG118186 - 9BWCA05W37T144969 - 935CHN6A49B520423 - 9BD197132D3081682 - 93HFA6670BZ101257 - 9BWDA05U99T196015 - 9BHCN51AANP324881 - 9BGJC75Z0EB221687 - 9BHBG51DBEP128904 - 3GNFLME7XAS531657 - 2FMDK48C59BA39952 - 8AFFZZFFC9J294211 - VSKCVND4070143979 - 9BHBG51CAKP037501 - 9BWCA05X64T017136 - 3D7KS267X9G504119 - 3C4PDCFG5CT228768 - 8AFDR12A58J153412 - 9UWSHX76ALN027035 - 9BHCN51AANP192002 - 93YRBB002NJ033970 - 9C2JC7000PR022220 - 9BGTR48W08B258119 - 93HGM6650FZ116139 - 9BHBG51DBEP117136 - 9BGPB69M0CB220841 - 9BD37417DK5105216 - 9BWAA45U6FP503719 - 9BD11818LD1244856 - KMHJU81BABU156262 - 9BWDA05U3BT083568 - 9BWHB09N28P001901 - 9C2MD4100NR010632 - 9BD195A9MF0652656 - 9BD195152E0567584 - 9BD11975621005389 - 9BGSA1910AB256132 - 9BD17140MA5371975 - 9BD15802774918827 - 9C2KC2500RR002339 - 9C2KC2500RR012715 - 8AP196272F4084653 - 9BGRX08X05G159035 - 9BFZH54J0J8136167 - 9BD195A4ZK0854071 - 9BWKA05Z254095714 - 9BWAG45U2HP131944 - 9BGTD75D0BC129672 - 9BGXH68609B133996 - 9BD17206G73301888 - 93YKM2M3H8J906745 - 935FCKFVY9B534426 - 8AFFZZFHA8J124437 - 9BFZE12N748552096 - 9BM9790463B334618 - 9BWKB05UXDP210686 - 9BGXM19X0CC106293 - 936CLNFN2HB023540 - 9BFZH55L2L8434447 - 93YLSR2VH8J074526 - 9BGKR48G0FG321590 - 8A1LB8E259L070246 - 9BD195102D0429571 - 9BGSA19E05B269006 - 9BGSA19908B134782 - 8AP17202LA2076682 - 9BWAB05U1CT120442 - 9BD195162D0461874 - 9BWAA05ZX94089936 - 9BFZK53A8BB282310 - 9BD25504988838562REM - 9BD17164LE5890949 - 9BD13561362009719 - 9BD25504978790544REM - 9BGRX48909G138906 - 93YJA15257J785435 - 9BR72ZEC488713381 - 9BD17308TA4278411 - 9BD19251RA3090964 - 9BD27855MD7714557 - 9BWGC05W39P083372 - 9BFZF10B458237750 - 9BGXM75G08C736670REM - 9BWDA05U4CT196723 - 9BGSA1910AB157975 - 9BD17106LA5491459 - 8A1BB8W05BL771470 - 93HEJ6640XZ304895 - 9BGXH68P0AB106070 - 99Z0G2209LR886580 - 3GNCJ8CW1GL179078 - 8A1LBM525AL223510 - 9BFZK53A9BB287032 - 9BFZF26PX68447716 - 9BWAA05U2BP036995 - 9BFZF10A188175901 - 9BWAB05Z8A4004108 - 9BRBB48E795026825 - 9BWAB09N69P033804 - 8AG116DJ07R204111 - 9BD17140LA5568438 - 9BGRZ08X05G163552 - 9BGXH68X0CC140321 - 9BWAA05U2DP064122REM - 93YLSR76HDJ484674 - 93YBSR1TH9J179531 - 9BFZF10A278008364 - 9BFZE12N048540744 - 9BGTR48W09B251157 - 9BWAA05W09T008406 - 9BGRD48X03G206271 - 9BGRJ6940AG141534 - 9BD15802AD6804219 - 9BD118121A1093719 - 9BGXH68X0CC170953 - 9BFZE55P1A8582470 - 9BFZF55AXB8067719 - 9BWKB05W49P129904 - 9BG148LP0EC410591 - 8AGCN48X0DR216748 - 93HGE68509Z121167 - 93YBSR6RHCJ212940 - 93YRHAU28NJ112270 - 9BWAB09NXAP029002 - 9362MKFWXAB040208 - WVGVF67P2ED014598 - 94DFCAP15KB110922 - 93HGH8860JZ101992 - 9BHBG51DBFP349615 - 9CDCP52AZHM100147 - 9BFZK53A7DB419563 - 9362NKFWXBB005221 - 9BD195162B0122064 - 8AGCN48X0BR248424 - 9BFZB55P5E8846496 - 93W244F14E2127371 - 3CZRE28708G500655 - 9362NKFWXBB078335 - 9BGXF80004C170808 - 9BGRJ69809G103980 - 93YBSR6RHAJ472492 - 3C4PDCFG3DT679862 - 9C2KF2210HR201107 - 95PBCK51DLB005064 - 9BFZH54S3K8258189 - 93W244F14E2129458 - 9C6SG3310L0050063 - 9BGTR69C0AB208805 - 9BGRX4810AG220891 - 95VCU0D5PPM000115 - 95VJUC402JM001202 - 93HGK5830KZ106889 - 94DFCAP15MB418921 - KMHDC51EBBU278368 - 8AD4CRFJWDG001794 - 9BGXM19808B191022 - 3G1J86CD6DS607977 - 9BD17106LA5455915 - 9BFZK53A7DB446973 - 93HFB9640EZ110336 - LJ12EKR15C4395299 - 3N1BC1CD5CK207018 - 8AFDZZFHA7J024376 - 9BWAA05W7DP037855 - 9BWCB05W68T091523 - 9BGSU19F0CC171847 - 9BGXM19P0BC121482 - 9BD135316A2127249 - 93HGD18607Z109601 - 9CDGR7MAJGM101339 - 9BGEB48H0LG175084 - 9BGRJ69809G113302 - 9BD19240T43022463 - 93YKM263HCJ117639 - 9BWDB05U4AT219461 - 9BWAA05U4AP115812 - 9BRBD3HE7K0439903 - 9BFZE55P5B8595028 - 93HFB2530EZ178904 - 8AGCN48X0DR207502 - 9BWAB45U4AT206963 - 9BWJB09N88P030384 - 96PERSD13NFS00673 - 9BFZB55S4K8747605 - 9BWAB05U6DT127596 - 9BWAA05U2CT204109 - 93HFC2630KZ208831 - 8AP359A23KU021709 - 9BRBD3HE1J0364758 - 8A1BB8215EL367009 - WV1DA22H6JA035155 - 9362NKFWXDB008009 - 9BWKB45UXJP052854 - 9BD15822AA6357984 - 9BD135326A2157501 - 9CJAFTVT1NG001713 - 95PJV81DBMB067947 - 98861112XLK311462 - 9BWAA05U5BT090234 - 9BD19821SG9037738 - KNABX514AET553318 - 9BD373121E5043928 - WV1DB42H7JA010080 - 93XXTGA2WECD00197 - 9BGKL69U0KG316057 - 9BWLB45U7DP076697 - 93YBSR76HEJ768840 - 93HGM2620BZ211089 - 94DFCUK13GB105320 - 93HFA66407Z207344 - SALWA2KF5EA362579 - 9BRK19BT5D2013069REM - 9C6RH1150P0018703 - 9C2NC6110PR013832 - 96PENCA19GFS00167 - 9BM388054VB146203 - 93XSTCY4AJCJ07459 - 9BGKL48U0LB185628 - 9BRK29BT4G0081635 - 9BWAG4124GT523673 - 9BWDB05U7AT182292 - 9C2KC1610AR021969 - 9BGRZ08F0BG193077 - 9362MKFWXCB034343 - 9BD341A7XHY457165 - YV1DZ40CDF2669562 - 93HFB9640GZ200505 - JTDKN36U6F1975272 - 9C2KC1650BR537461 - 9C6RH1150N0007496 - 93XLNKB8TECE88972 - 9BFZK53A9AB181517 - 93HGE57408Z102034 - 8AJFY29G9E8553896 - 9BGJB75Z0EB252846.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

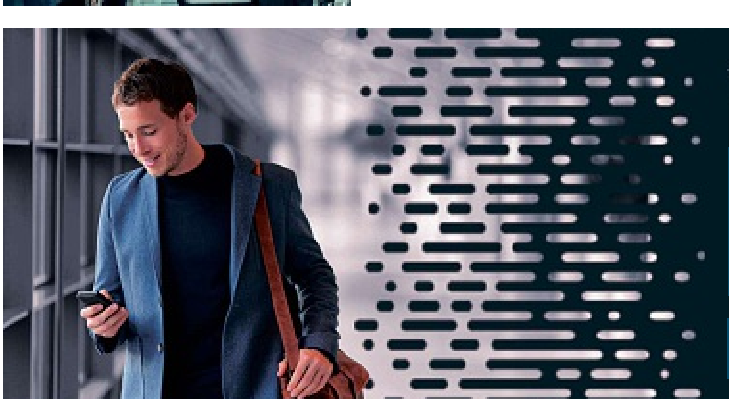
•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

megaleilões GESTOR JUDICIAL

25ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação do executado e depositário **JEAN PAUL SEELMANN**, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.345.228-94; **bem como seu cônjuge se casado for; e do interessado CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PORTO FINO. A Dra. Marcela Machado Martiniano**, MM. Juíza de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que [illegible] São Paulo, 10 de maio de 2024. Eu, diretor(a)/escrivã(o), conferi. **Dra. Marcela Machado Martiniano - Juíza de Direito.**

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br



CHEVROLET | SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ/MF 59.274.605/0001-13 - NIRE 35300017978

E-150 - 150ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas do Banco GM S.A.

Aos 10/05/2024, às 9 h., na sede, com a presença da totalidade. **Presença:** (a) General Motors Investment Participações Ltda., CNPJ/MF nº 18.956.886/0001-07, representada por Adriana Lavacca, R.G. n.º 22.161.638-X (SSP/SP), CPF/MF n.º 140.059.078-73; e (b) GM Financial Holdings LLC, CNPJ/MF nº 27.659.955/0001-01, representada por Thais Helena Annicelli, RG n.º 30.946.771-8 (SSP/SP), CPF/MF n.º 219.448.708-57; acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cujas assinaturas constam do "Livro de Presença de Acionistas". Mesa diretora: Presidente: Adriana Lavacca; Secretária: Thaís Helena Annicelli. **Ordem do dia:** (1) aprovar a 11ª emissão para distribuição pública, pela Companhia, de letras financeiras, da espécie quirografária, sem cláusula de subordinação, não conversíveis em ações da Companhia, em até 3 séries, nos termos da Lei nº 12.249/10, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007/22 ("Resolução CMN 5.007"), as quais serão objeto de oferta pública, não sujeita a registro pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), e da Resolução da CVM n° 8, de 14 de outubro de 2020, conforme alterada ("Resolução CVM 8"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Letras Financeiras", "Emissão" e "Oferta", respectivamente); (2) autorizar a Diretoria da Companhia (i) negociar e assinar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da deliberação proposta; (ii) contratar instituição(ões) financeira(s) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários para coordenar e distribuir a Oferta ("Coordenadores") e todos os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo mas não se limitando ao agente que representará a comunhão dos titulares das Letras Financeiras ("Agente" e "Titulares", respectivamente) e aos assessores legais, podendo, para tanto, negociar e celebrar os respectivos contratos; (iii) independentemente de nova deliberação societária da Companhia, em decorrência do resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), fixar a quantidade de Letras Financeiras em cada uma das séries e a sua respectiva remuneração, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida; e (iv) caso as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas, observada a Quantidade Mínima da Emissão, (a) a Companhia deverá cancelar o referido saldo e a Companhia e o Agente realizarão o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualizarão o DIE-LF para prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou (b) em caso de não integralização por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, a Companhia e o Agente poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF, sem necessidade de assembleia de titulares de Letras Financeiras ou qualquer outra aprovação societária da Companhia, para prever a emissão de nova(s) série(s) de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário; e (3) ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou de seus procuradores relacionados às deliberações acima. **Deliberações Unânimes:** (1) aprovar a Emissão, pela Companhia, das Letras Financeiras, as quais serão objeto da Oferta a ser realizada nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, com as seguintes características principais, que serão detalhadas em instrumento da Emissão ("Instrumento de Emissão") e no Documento de Informações Essenciais ("DIE-LF"): (i) Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para reforço de caixa e para a condução de suas atividades como banco múltiplo; (ii) Colocação. As Letras Financeiras serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 8 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à Oferta, com intermediação dos Coordenadores, sob o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Letras Financeiras, nos termos previstos no "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Letras Financeiras da 11ª Emissão do Banco GM S.A.", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Companhia ("Contrato de Distribuição"), tendo investidores em geral como público-alvo. Será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, observado que a Oferta somente será efetivada se houver a distribuição de, no mínimo, 6.000 Letras Financeiras, equivalente a R$300.000.000,00 na Data de Emissão (conforme abaixo definido), observada a alocação a ser definida no âmbito do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) ("Quantidade Mínima da Emissão"). Na eventualidade da Quantidade Mínima da Emissão não ser atingida, a Oferta será cancelada, sendo todas as intenções de investimento automaticamente canceladas, nos termos da Cláusula 6.1.1 do Instrumento de Emissão; (iii) Coleta de Intenções de Investimento. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação e a definição, conforme o caso, com a Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"): (a) do Valor Total da Emissão; (b) da realização da Emissão em três séries, em duas séries ou em série única; (c) se a Emissão for realizada em mais de uma série, da quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada uma delas ("Letras Financeiras da 1ª Série", "Letras Financeiras da 2ª Série" e "Letras Financeiras da 3ª Série", respectivamente), a ser definida através de sistema de vasos comunicantes, desde que seja atingida a distribuição da Quantidade Mínima da Emissão e definida a quantidade de Letras Financeiras objeto da Emissão nos termos do Instrumento de Emissão, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida; e (d) da remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série, das Letras Financeiras da 2ª Série e das Letras Financeiras da 3ª Série, conforme aplicável. O resultado do Procedimento de Bookbuilding constará do Instrumento de Emissão e do DIE-LF, independentemente de qualquer aprovação societária adicional da Companhia ou de aprovação pelos titulares das Letras Financeiras; (iv) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização. As Letras Financeiras serão subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo); (v) Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será definida no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); (vi) Depósito para distribuição, negociação e custódia eletrônica. As Letras Financeiras serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a negociação liquidada financeiramente e a custódia eletrônica das Letras Financeiras realizadas na B3; (vii) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de até R$700.000.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); (viii) Quantidade. Serão emitidas, no mínimo, Letras Financeiras correspondentes à Quantidade Mínima da Emissão e, no máximo, 14.000 Letras Financeiras, correspondentes em valor ao Valor Total da Emissão. A quantidade de Letras Financeiras a serem emitidas, bem como a quantidade alocada em cada série, serão definidas por meio da realização do Procedimento de Bookbuilding, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida, e o eventual saldo de Letras Financeiras não distribuído no âmbito da Oferta será cancelado pela Companhia, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Companhia ou de realização de assembleia de Titulares; (ix) Registro e Escrituração. O registro das Letras Financeiras será realizado pela própria Companhia, que poderá: (a) se assim desejar, contratar prestador de serviços de escrituração, devidamente autorizado nos termos da Resolução CVM nº 33/21, conforme alterada ("Escriturador"); ou (b) ser obrigada a contratar o Escriturador se assim for determinado por qualquer norma jurídica e/ou ordem de Entidades Governamentais Relevantes, conforme definido no Instrumento de Emissão, dentro do prazo a ele estipulado; (x) Valor Nominal Unitário. As Letras Financeiras terão valor nominal unitário de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (xi) Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, o vencimento (a) das Letras Financeiras da 1ª Série ocorrerá em 2 anos e 10 dias contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 1ª Série"); (b) das Letras Financeiras da 2ª Série ocorrerá em 3 anos e 1 dia, contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 2ª Série"); e (c) das Letras Financeiras da 3ª Série ocorrerá em 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 3ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série e a Data de Vencimento da 2ª Série, as "Datas de Vencimento" e, indistintamente, uma "Data de Vencimento"); (xii) Pagamento do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série, o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série e o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série serão amortizados, cada um, em 1 única parcela, na Data de Vencimento da 1ª Série, na Data de Vencimento da 2ª Série e na Data de Vencimento da 3ª Série, respectivamente; (xiii) Remuneração. A remuneração das Letras Financeiras obedecerá ao disposto nos itens "a", "b" e "c" abaixo: a. Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série. (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série não será atualizado monetariamente; e (b) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa limitada a 0,75% ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, de acordo com a fórmula descrita no Instrumento de Emissão ("Remuneração da 1ª Série"); b. Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série. (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série não será atualizado monetariamente; e (b) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa limitada a 0,85% ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, de acordo com a fórmula descrita no Instrumento de Emissão ("Remuneração da 2ª Série"); e c. Remuneração das Letras Financeiras da 3ª Série. (a) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série não será atualizado monetariamente; e (b) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa limitada a 1,00% ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, de acordo com a fórmula descrita no Instrumento de Emissão ("Remuneração da 3ª Série"e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série, "Remuneração"); (xiv) Pagamento da Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, a Remuneração da 1ª Série, a Remuneração da 2ª Série e a Remuneração da 3ª Série serão pagas integralmente nas respectivas Datas de Vencimento; (xv) Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado de qualquer das Letras Financeiras, nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 5.007, exceto para fins de imediata troca por outras letras financeiras de emissão da Companhia, nas hipóteses e condições previstas no artigo 5º da Resolução CMN 5.007; (xvi) Amortização Antecipada Facultativa. A Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada de qualquer das Letras Financeiras; (xvii) Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada; (xviii) Recompra Facultativa. A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Letras Financeiras, desde que por meio da B3, para permanência em tesouraria e venda posterior, no montante de até 5% do valor contábil das letras financeiras sem cláusula de subordinação de emissão da Companhia, conforme disposto no artigo 10º, inciso I e parágrafo primeiro, da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras adquiridas por entidades integrantes do conglomerado prudencial da Companhia e as demais entidades submetidas ao controle direto ou indireto da Companhia devem ser consideradas no cômputo do limite de que trata esta Cláusula, nos termos do artigo 10º, parágrafo segundo, da Resolução CMN 5.007; (xix) Garantias. As Letras Financeiras não contarão com garantias de nenhuma natureza e/ou qualquer preferência (dívida quirografária), como também não contarão com cláusula de subordinação; (xx) Eventos de Crédito e Vencimento Antecipado. Sujeito ao disposto no Instrumento de Emissão, depois de implementada a condição suspensiva de exigibilidade de vencimento antecipado ali prevista, serão declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Letras Financeiras, podendo os seus Titulares exigirem o pagamento, pela Companhia, dos valores devidos nos termos do Instrumento de Emissão, na ocorrência de qualquer dos eventos de crédito e conforme procedimentos a serem previstos no Instrumento de Emissão; (xxi) Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Titulares nos termos do Instrumento de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), sobre todos e quaisquer valores devidos e em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); e (ii) multa moratória não compensatória de 2% incidente sobre o valor do saldo devedor atualizado; e (xxii) Demais Condições. As demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Letras Financeiras constarão do Instrumento de Emissão e do DIE-LF. (2) Autorizar a Diretoria e os procuradores legais da Companhia, nos termos do seu Estatuto Social e da procuração legal outorgada, a (i) negociar e assinar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo o Instrumento de Emissão, o Contrato de Distribuição e seus respectivos aditamentos, e praticar todos os atos necessários à efetivação da deliberação prevista acima; (ii) contratar os Coordenadores e todos os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo mas não se limitando ao Agente, agência de rating e aos assessores legais, podendo, para tanto, negociar e celebrar os respectivos contratos; (iii) independentemente de nova deliberação societária da Companhia, em decorrência do resultado do Procedimento de Bookbuilding, fixar a quantidade de Letras Financeiras em cada uma das séries e sua respectiva Remuneração, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida; e (iv) caso as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas, observada a Quantidade Mínima da Emissão, (a) a Companhia deverá cancelar o referido saldo e a Companhia e o Agente realizarão o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF para prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou (b) em caso de não integralização por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, a Companhia e o Agente poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF, sem necessidade de assembleia de titulares de Letras Financeiras ou qualquer outra aprovação societária da Companhia, para prever a emissão de nova(s) série(s) de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário; e (3) Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou de seus procuradores relacionados às deliberações acima. Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra para quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, determinou o Sr. Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual foi lida, achada conforme e aprovada pelos presentes. São Paulo, 10/05/2024. Mesa: **Adriana Lavacca -** Presidente; **Thaís Helena Annicelli -** Secretária. Acionistas: General Motors Investment Participações Ltda. - Adriana Lavacca; GM Financial Holdings LLC. - P.p. Thaís Helena Annicelli. Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: www.valor.globo.com e https://valor.globo.com/valor-ri/ Jucesp nº 204.153/24-4 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249

PDG COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ/ME 09.538.973/0001-53 - NIRE 35.3.00490.231
Companhia Aberta – Código CVM 21.644

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 25ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA PDG COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25ª Série da 1ª Emissão ("Titulares", "CRI" e "Emissão", respectivamente) da PDG Companhia Securitizadora ("Securitizadora"), para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada de forma exclusivamente digital, coordenada pela Securitizadora, conforme informações gerais a seguir, em primeira convocação, em **17 de junho de 2024, às 14:00 horas**, para deliberar sobre: **(a)** aprovar a liberação de todos os imóveis em garantia remanescentes do Patrimônio Separado dos CRI e, consequentemente, todos e quaisquer recebíveis e despesas deles decorrentes, automática e imediatamente após a liquidação do saldo devedor, decorrente da aprovação do aumento de capital pela PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.955, 10º andar, conjunto 101, Vila Olímpia, CEP 04.548-005 ("Devedora"), nos termos do comunicado ao mercado divulgado em 24 de abril de 2024 e respectiva subscrição das ações pelos Titulares dos CRIs; **(b)** aprovar a liquidação do saldo devedor do CRI, que atualmente é extraconcursal, na forma estabelecida no processo de recuperação judicial da Devedora e da Emissora, o qual tramita nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100, na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP ("Recuperação Judicial"), considerando as negociações e interações entre a Devedora e os Titulares dos CRI; **(c)** ratificar o novo saldo devedor dos CRI a ser pago pela Devedora, nas condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial da Emissora, considerando (i) suspensão da exigibilidade de juros após o vencimento ordinário da Emissão e a amortização de parte do principal realizada com os recursos oriundos das vendas dos Imóveis que integravam a garantia fiduciária, aprovado nas Assembleias anteriores; (ii) os critérios de liquidação compatíveis com os da Sentença de Encerramento da Recuperação Judicial, proferida pelo Juiz em 14/10/2021, e (iii) interações entre a Devedora e os Titulares dos CRI; **(d)** caso aprovada a pauta dos itens (a) a (c) acima, aprovar o pagamento do novo saldo devedor do CRI, observando-se a forma estabelecida no Plano de Recuperação Judicial, compatível com a classe dos créditos quirografários, que será pago nos termos da Opção F, prevista nos termos da cláusula 4.4.1.6. do Plano da Recuperação Judicial da Emissora; **(e)** caso aprovadas as pautas dos itens (a) a (d) acima, aprovar o pagamento das despesas da emissão devidas e em aberto, desde a data de vencimento dos CRI até a presente data, atualmente devidas pelo Patrimônio Separado, e aquelas que eventualmente sejam devidas até o encerramento do Patrimônio Separado, a ser pago diretamente pela Devedora, no prazo que venha ser negociado entre a Devedora e os respectivos prestadores de serviços do Patrimônio Separado, sendo certo que tais despesas são extraconcursais e decorrentes das atuações dos prestadores de serviço do CRI. **(f)** caso aprovadas as pautas dos itens (a) a (d) acima, aprovar: (i) a suspensão do pagamento dos serviços prestados pelo Agente Fiduciário e pelo Agente Escriturador, Agente de Garantias, custodiante, assessor legal (NFA), bem como dos custos de manutenção do Patrimônio Separado; e (ii) que uma vez comprovada pela Securitizadora, por meio de relatório gerencial e de declaração subscrita por seus representantes legais, que a totalidade dos Titulares de CRI estejam devida e perfeitamente incluídos na lista de credores da Devedora e dentro do escopo de liquidação na forma do Plano de Recuperação Judicial, aprovar o Encerramento do Patrimônio Separado e o encerramento dos serviços prestados pelo Agente Fiduciário e pelo Agente Escriturador, Agente de Garantias, custodiante, assessor legal (NFA), bem como os demais que atualmente prestam serviço à presente Emissão; **(g)** Dispensar a contratação, pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário, de assessores legais para atuação em nome dos Titulares de CRI e/ou do Patrimônio Separado, tendo em vista a novação acima proposta (individualização dos créditos e inclusão no âmbito dos créditos novados pelo Plano de Recuperação Judicial), nos atos preparatórios e suficientes para liquidação dos saldos devedores do CRI, na forma estabelecida nos itens (c) e (d), observado o disposto no item (f); A Assembleia Geral Extraordinária será realizada ao vivo na modalidade digital, por meio de plataforma de comunicação "Teams", nos termos da Resolução CVM 60, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente pela Emissora. O Titular participante deverá votar na Assembleia Geral Extraordinária exclusivamente à distância, devendo observar o procedimento abaixo indicado. O Titular poderá ser representado por outro titular ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da Ordem do Dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário (securitizadora-endividamento@pdg.com.br; af.assembleias@oliveiratrust.com.br), com pelo menos, 02 (dois) dias úteis de antecedência da Assembleia Geral Extraordinária. A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 12.3.5, do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRI que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação detidos pelos presentes, conforme cláusula 12.3.2, do Termo de Securitização. Procedimento para a participação e votação à distância: (a) Link de acesso à transmissão da Assembleia Geral Extraordinária que será oportunamente enviado ao Titular (ou seu procurador) que manifestar o interesse em participar da Assembleia Geral Extraordinária; (b) Necessário copiar e colar o endereço eletrônico no navegador, para acessar a plataforma Teams. (c) A participação e a votação do Titular (ou seu procurador) ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma Teams. (d) Recomendamos que o Titular (ou seu procurador) acesse a plataforma Teams antes do horário de início da Assembleia Geral Extraordinária para eventuais ajustes em sua conexão. (e) Caberá ao Titular (ou seu procurador) providenciar sua estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. Recomenda-se o uso de internet banda larga ou similar. (f) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto à distância. (g) A Assembleia Geral Extraordinária será gravada para os devidos fins legais.

São Paulo, 21 de maio de 2024.
PDG COMPANHIA SECURITIZADORA

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ/MF: 15.578.569/0001-06 - NIRE: 35.300.438.26-4

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 26 de Abril de 2024

1 - Data Hora e Local: Dia 26 de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária" ou "Companhia"), localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100. **2 - Convocação:** Convocação realizada nos termos do Artigo 124, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas) sendo as convocações publicadas no Jornal Valor Econômico do Rio de Janeiro nos dias 23, 24, 25 (p. E5), 26 (p. E8) e 27 (p. H13) de março de 2024; no Jornal Valor Econômico do Rio de Janeiro nos dias 23, 24, 25 (p. E2), 26 (p. E2) e 27 (p. E2) de março de 2024 e no Jornal Valor Econômico Digital nos dias 23, 26 e 27 de março de 2024. **3 - Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme registros lavrados no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia, estando presentes, como convidados, a Sra. Flávia Monteiro de Barros Soto, Diretora Jurídica, o Sr. Gustavo Soares Figueiredo, Diretor Presidente, o Sr. Marcelo Vieira dos Santos, Membro do Conselho Fiscal da Concessionária, o Sr. Cleber Araujo (CRC 1SP213655/O-8), representante da empresa de auditoria independente Mazars Auditores Independentes e a Sra. Maria Carvalho Miranda, também convidada para secretariar a reunião. **4 - Mesa:** Presidente: Flávia Monteiro de Barros Soto; e Secretária: Maria Carvalho Miranda. **5 - Ordem do Dia:** (I) Em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** Tomar as contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Concessionária relativas ao exercício social de 2023; **(b)** Deliberar sobre a destinação do Resultado apurado pela Concessionária no exercício social de 2023; **(c)** Eleger os membros do Conselho Fiscal; e **(d)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(II)** Em Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** Fixar a remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal para o ano de 2024. **6 - Assuntos e Deliberações:** Os Acionistas declararam ter recebido previamente os documentos e informações de que trata a Instrução CVM nº 480/09 e o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Foram aprovadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos acionistas, bem como a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do art. 130 da lei nº 6.404/76: **(a) Tomar as contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023:** Foram aprovados pelos Acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Concessionária, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados, nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas, nos dias 23, 24 e 25 de março de 2024, no Jornal Valor Econômico de São Paulo, nas páginas E 13 a E 17, e nos dias 23, 24 e 25 de março de 2024, no Jornal Valor Econômico do Rio de Janeiro, nas páginas E05 a E09. **(b) Deliberar sobre a destinação do Resultado apurado pela Concessionária no exercício social de 2023:** Com base nas Demonstrações Financeiras os Acionistas aprovaram a destinação do prejuízo apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 193.406.668,86 (cento e noventa e três milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos), nos termos do parágrafo único do Artigo 189 da Lei nº 6.404/76, para a conta de Prejuízos Acumulados que passará a ter o valor final de R$ 5.853.024.313,54 (cinco bilhões, oitocentos e cinquenta e três milhões, vinte e quatro mil, trezentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos). **(c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal:** Nos termos do Artigo 10, inciso (iii) do Estatuto Social da Concessionária, foram eleitos pelos Acionistas, para compor o Conselho Fiscal da Concessionária, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, em 2025. (i) como membro efetivo e Presidente do Conselho Fiscal, o Sr. **Eduardo de Abreu e Lima**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 075.468 OAB/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 801.885.677-04, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 501, loja H, Centro Empresarial Mourisco, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 22.250-040, ficando vago o cargo de membro suplente; (ii) como membro efetivo do Conselho Fiscal, a Sra. **Paula Ketty Lima Villalobos**, brasileira, casada, contadora, portadora de identidade nº 34.514.404-1 e inscrita no CPF sob o nº 315.184.798-63, com endereço comercial na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - 3º andar, sala GRUPar, do edifício administrativo localizado no TPS 2 do Aeroporto - Gov. André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100, ficando vago o cargo de membro suplente. (iii) como membro efetivo do Conselho Fiscal, Sra. **Júlia Lopes da Silva Nascimento**, brasileira, divorciada, servidora pública, portadora da identidade nº 26.597.87 SSP/DF e inscrita no CPF sob o nº 020.752.491-21, com endereço na SQNW 102 BL A Apto. 405, CEP: 70683-055, Brasília/DF, ficando vago o cargo de membro suplente. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos declaram estar desimpedidos na forma da lei para o exercício dos respectivos cargos. As declarações de desimpedimento e os termos de posse encontram-se arquivados na sede da Companhia. Em razão da presente eleição, a composição atual do Conselho Fiscal passa a ser:

Membro Efetivo	Suplente	Mandato até
Eduardo de Abreu e Lima	Vago	A.G.O. 2025
Paula Kett Lima Villalobos	Vago	A.G.O. 2025
Júlia Lopes da Silva Nascimento	Vago	A.G.O. 2025

(d) Eleição dos membros do Conselho de Administração: Nos termos do Artigo 10, inciso (iii) do Estatuto Social da Concessionária, foram eleitos pelos Acionistas, para compor o Conselho de Administração da Concessionária com mandato até a data da Assembleia Geral Ordinária de 2026: (i) como membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração, o Sr. **João Pinto Rabelo Júnior**, brasileiro, casado, administrador, portador da identidade nº 863364 e inscrito no CPF sob o nº 364.347.521-72, com endereço na SGAS 607, Módulo 47, Bloco B, sala 122, Brasília/DF; (ii) como membro efetivo o Sr. **Antônio Augusto de Miranda e Souza**, brasileiro, empregado público, portador da identidade nº 35.743.878-4 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 641.734.106-20, com endereço profissional na SBS, Quadra 01, Bloco L, 14º, andar, Edifício Matriz 3 - Caixa Econômica Federal, Brasília/DF, CEP 70.927-400; (iii) como membro efetivo o Sr. **Claudio Antônio Gonçalves**, brasileiro, casado, diretor, portador da identidade nº 3126742 e inscrito no CPF sob o nº 803.360.001-20, com endereço na Rua Fonte da Saudade, 235, apto nº 502, Lagoa, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22471-210; (iv) como membro efetivo o Sr. **Danilo Ferreira da Silva**, brasileiro, casado, advogado, portador da identidade nº 34.605.096-0 e inscrito no CPF sob o nº 294.854.338-08, com endereço na Alameda Araça, nº 357, Holambra/SP, CEP 13827-120; (v) como membro efetivo o Sr. **José Ricardo Pontes Borges**, brasileiro, casado, bancário, portador da identidade nº 712850 SSP/PI e inscrito no CPF sob o nº 239.878.393-68, com endereço em SCN, Quadra 2, Bloco A. Edifício Corporate Financial Center - 13 andar - Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70712-900; (vi) como membro efetivo o Sr. **Julio Cezar Troiano Zogbi**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 28.136.550-7, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 269.270.978-05, com endereço comercial na Rua Pedroso Alvarenga nº 691, conjunto 1.305, Itaim Bibi, CEP 04531-011; (vii) como membro efetivo o Sr. **Tomé Barros Monteiro da Franca**, brasileiro, servidor público, portador da carteira de identidade nº 5.740.008, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.834.054-86, com endereço na Rua Marcos André, nº 200 - Apto. 1301 - Torres - Recife/PE. Tendo em vista a necessidade de confirmação da eleição do membro representante dos empregados, o conselheiro atual, Sr. **Peterson de Souza Jesus**, brasileiro, convivente em união estável, técnico de operações de cargas, portador da carteira de identidade RG nº 27.120.503-9, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.760.158-24, com endereço comercial na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, Guarulhos/SP, CEP 07190-100, permanecerá no cargo até a referida confirmação, nos termos do artigo 150, §4º, da Lei 6.404/1976. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram estar desimpedidos na forma da lei para o exercício dos respectivos cargos. As declarações de desimpedimento e os termos de posse encontram-se arquivados na sede da Companhia. Em razão da presente eleição, a composição atual do Conselho de Administração passa a ser:

Membro Efetivo	Mandato até
Antônio Augusto de Miranda e Souza	A.G.O 2026
Claudio A. Gonçalves	A.G.O 2026
Danilo Ferreira da Silva	A.G.O 2026
João Rabelo	A.G.O 2026
José Ricardo Pontes Borges	A.G.O 2026
Julio Cezar Troiano Zogbi	A.G.O 2026
Peterson de Souza Jesus	N/A
Tomé Barros Monteiro da Franca	A.G.O 2026

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal para o ano de 2024: Foi aprovada pela totalidade dos acionistas presentes a remuneração global anual dos administradores, no montante de até R$ 9.253.576,00 (nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais), que será paga em bases mensais, e dos membros do Conselho Fiscal, em conformidade com o art. 162, § 3º da Lei nº 6.404/76, no montante de até R$ 86.054,00 (oitenta e seis mil e cinquenta e quatro reais), valor este que será dividido em partes iguais pelo número de membros titulares, devendo ser pago em duodécimos, ao longo do 12 (doze) meses. **7 - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes. Mesa: Flávia Monteiro de Barros Soto - Presidente; e Maria Carvalho Miranda - Secretária. Acionistas: Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Guarulhos, 26 de abril de 2024. Flávia Monteiro de Barros Soto - Presidente da Reunião; Maria Carvalho Miranda - Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 203.509/24-9 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Citibank S.A.

CNPJ/MF nº 33.479.023/0001-80 - NIRE 35.300.028.716

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2024, às 08h15min, na sede social do Banco Citibank S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-920 ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Rodrigo Barone Costa; Secretário: Eduardo Miszputen. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a destituição dos Srs. **Thiago Madueno Silva** e **Eduardo Freitag de Miras**, qualificados abaixo, dos respectivos cargos de Diretores Executivos da Sociedade; e (ii) a consolidação da composição da Diretoria da Sociedade. **Deliberações Unânimes:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. (ii) Destituir do cargo de Diretores Executivos da Sociedade os Srs. **Eduardo Freitag de Miras**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.546.103 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 213.136.128-98; e **Thiago Madueno Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 29.790.566-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 261.100.288-60, ambos residentes e domiciliados no Estado de São Paulo. (iii) Consolidar a nova composição da Diretoria da Sociedade, em decorrência da deliberação precedente, com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a saber: **(A)** como Diretor Presidente: o Sr. **Marcelo Trevizani Marangon**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 11.073.350-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 136.793.918-62; e **(B)** como Diretores Executivos: os Srs. (i) **Adalberto Tripoli Barbosa**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 19.316.347-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.938.288-67; (ii) **Adriano Marques Milani**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 23.168.802-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 278.299.078-03; (iii) **Alexandre Pereira Rodrigues De Sa Castanheira**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 22.345.866-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 176.430.958-84; (iv) **Edson Gonçalves Pereira Filho**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 17.443.237-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 130.089.238-28; (v) **Eduardo Miszputen**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 9.945.524 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.400.198-27; (vi) **Luciana Marqueto Miranda,** brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 20.196.761-3 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 163.009.448-08; (vii) **Marco Antonio Pereira Dias**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 22.621.779-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 269.894.358-01; (viii) **Marco Aurélio Ponce**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 18.189.298-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 118.028.938-22; (ix) **Maria Fernanda Lara Kantor,** brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 25.293.599-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 285.685.338-25; (x) **Ricardo Meister Martins**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 43.484.212-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.048.068-07; (xi) **Roberto Paolino**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 10.202.495-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 175.035.168-44; e (xii) **Rodrigo Barone Costa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 29.207.208-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 300.563.108-70, também responsável por assuntos financeiros, todos residentes e domiciliados no Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, aprovada pelos presentes, foi por todos assinada. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. (Ass.) Presidente: Rodrigo Barone Costa. Secretário: Eduardo Miszputen. Acionistas: Citigroup Asia Pacific Holding LLC, por Rodrigo Barone Costa; e Chelsea Participações Societárias e Investimentos Ltda., por Eduardo Miszputen e Rodrigo Barone Costa. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. **Eduardo Miszputen -** Secretário. **JUCESP** nº 205.992/24-9 em 17/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 33.709.114/0001-64 - NIRE 35.300.526.023

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2024, às 08h45min, na sede social do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 14º andar-parte, Bela Vista, CEP 01311-920 ("Sociedade"). **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Rodrigo Barone Costa; Secretário: Eduardo Miszputen. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a destituição do Sr. **Eduardo Freitag de Miras**, qualificado abaixo, do cargo de Diretor da Sociedade; e (ii) a consolidação da composição da Diretoria da Sociedade. **Deliberações Unânimes:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. (ii) Destituir do cargo de Diretor da Sociedade o Sr. **Eduardo Freitag de Miras**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.546.103 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 213.136.128-98, residente e domiciliado no Estado de São Paulo. (iii) Consolidar a nova composição da Diretoria da Sociedade, em decorrência da deliberação precedente, com mandato até a data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a saber: **(A)** como Diretor Presidente: **Eduardo Bastos Gomes**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 10451719-8 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 072.742.767-94; e **(B)** como Diretores: os Srs. (i) **Adalberto Tripoli Barbosa**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 19.316.347-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.938.288-67; (ii) **Adriano Marques Milani**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 23.168.802-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 278.299.078-03; (iii) **Edson Gonçalves Pereira Filho**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade RG nº 17.443.237-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 130.089.238-28; (iv) **Eduardo Miszputen**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 9.945.524 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.400.198-27; (v) **Luciana Marqueto Miranda,** brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 20.196.761-3 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 163.009.448-08; (vi) **Marcelo Millen**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 17.695.949-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 135.190.298-98; (vii) **Marco Aurélio Ponce**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 18.189.298-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 118.028.938-22; (viii) **Ricardo Meister Martins**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 43.484.212-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.048.068-07; e (ix) **Rodrigo Barone Costa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 29.207.208-9 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 300.563.108-70, também responsável por assuntos financeiros; todos residentes e domiciliados no Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, aprovada pelos presentes, foi por todos assinada. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. (Ass.) Presidente: Rodrigo Barone Costa. Secretário: Eduardo Miszputen. Acionistas: Citigroup Financial Products Inc., por Rodrigo Barone Costa; e Chelsea Participações Societárias e Investimentos Ltda., por Eduardo Miszputen e Rodrigo Barone Costa. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. **Eduardo Miszputen -** Secretário. **JUCESP** nº 205.531/24-6 em 17/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



COMUNICADO

Acha-se aberta no Centro de Vigilância Sanitária - UASG 090107, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90011/2024,** referente ao processo nº **024.00017076/2024-72,** objetivando a **Contratação Prestação de Serviços de Agenciamento Sistematizado de Viagem Aérea Nacional** a ser realizado por intermédio do sistema "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 11/06/2024 às 10:00 horas.** Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 23/05/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

ENAUTA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 11.253.257/0001-71 - NIRE nº 33.3.00.29159-8

ARD em 10/04/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 10/04/24, às 15h, na sede social da **Cia.**. **2. Presença**: Estiveram presentes na reunião da Cia., representando a totalidade dos membros da Diretoria: **(i)** Décio Fabrício Oddone da Costa, Diretor Presidente; **(ii)** Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros, Diretor Financeiro; e **(iii)** Carlos Mastrangelo, Diretor de Operações. **3. Mesa**: Presidente, Sr. Décio Fabrício Oddone da Costa, que convidou o Sr. Fabricio Zaluski, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a inclusão de salas no endereço da sede da Cia. **5. Deliberações Aprovadas**: Dando início aos trabalhos, os Diretores examinaram o item constante da ordem do dia e decidiram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar a inclusão de novas salas no endereço da sede da Cia., em consequência da locação das salas 601 e 602 do Edifício Linneo de Paula Machado, situadas na Av. Almirante Barroso, nº 52 Centro, Rio de Janeiro/RJ, considerando que o endereço da sede da Cia. passará a ser o seguinte: Av. Almirante Barroso, nº 52/601, 602, 1101, 1102 e 1301 (parte), Centro/RJ. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião de Diretoria, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada pelos Diretores presentes, bem como pelo Presidente e pelo Secretário. RJ, 10/04/24. **Mesa: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa** - Presidente, **Sr. Fabricio Zaluski** - Secretário. **Diretores: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa** - Diretor Presidente, **Sr. Pedro R. Galvão de Medeiros** - Diretor Financeiro, **Sr. Carlos Ferraz Mastrangelo** - Diretor de Operações. JUCERJA em 19/04/24 sob o nº 6194116. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

megaleilões GESTOR JUDICIAL

3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itaquaquecetuba/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação do executado **EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 49.098.213/0001-97; **bem como da compradora AGROPETEC – AGROPECUÁRIA TECNOLÓGICA LIMITADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.997.494/0001-27. **O Dr. Rafael Meira Hamatsu Ribeiro**, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itaquaquecetuba/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Carta Precatória Cível** ajuizada por **FRANCISCO LAMELO GONZALES E OUTROS** em face de **EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA - Processo nº 0004444-33.2014.8.26.0278 – Controle nº 864/2014,** expedida nos autos da Ação de Procedimento Ordinário, processo nº 0000981-43.1980-8.26.0224, em tramite na 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 10/06/2024 às 15:30 h** e se encerrará **dia 13/06/2024 às 15:30 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 13/06/2024 às 15:31 h** e se encerrará no **dia 04/07/2024 às 15:30 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de ITR e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. Alternativamente, é possível pagar o lance de forma parcelada, sendo certo o pagamento de caução mínima de 25% (vinte e cinco por cento) no prazo de 24h (vinte e quatro horas) e o saldo remanescente em 30 (trinta) parcelas, iguais, mensais e consecutivas, corrigidas pelo índice do Tribunal de Justiça; bem como a incidência de juros de 1% do valor do saldo devedor. **DA PROPOSTA -** Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial nos autos que ficará disponível no site do Leiloeiro ou será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO** – No caso de remição do débito ou de acordo firmado entre as partes, após a publicação do edital, será devida pela parte executada o pagamento da comissão ao Leiloeiro Oficial, desde já arbitrada em 5% (cinco por cento) sobre o valor pago ou acordado, ficando estabelecido o valor mínimo da referida comissão em R$ 1.000,00 (um mil reais), independentemente do valor do débito. O pagamento dessa comissão deverá ser efetuado no prazo de 10 dias, contados da homologação do acordo e, em caso de inadimplemento, expedir-se-á certidão para fins de execução e protesto. Se vier a arrematar o bem, o exequente não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor da arrematação exceder o seu crédito, deverá depositar a diferença, dentro de 03 (três) dias, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação; neste caso, o bem será levado a nova alienação eletrônica, às expensas do credor. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DOS BENS: LOTE ÚNICO: MATRÍCULA Nº 9.215 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE POÁ/SP - IMÓVEL:** Um terreno situado no bairro do Rio Abaixo, no distrito e município de Itaquaquecetuba, desta comarca, assim descrito e caracterizado: inicia no marco 01, cravado no encontro de suas divisas com a área em comum dos demais condôminos e com as terras de Emma, Gordon Klabin e outros, seguindo em linha reta com o rumo 54º10'SE, na distância de 52,00m, fazendo divisas por uma cerca de arame farpado com a área em comum nos demais condôminos, até encontrar o marco 02, daí deflete a esquerda e toma rumo 61º15"SE, na distância de 31,80m, ainda dividindo com terras em comum dos demais condôminos até encontrar o marco 03, daí defletindo a esquerda segue rumo de 71º50'SE, na distância de 70,00m, acompanhado sempre a cerca divisória da área em comum com os demais condomínios, até encontrar o marco 04, daí defletindo a direita, segue com rumo 15º00'SW, ainda dividindo com a área em comum dos demais condôminos, na extensão de 14,30m, até encontrar o marco 4-A, defletindo a esquerda, prossegue no rumo 72º30'SE, na distância de 119,00m, dividindo ainda com a referida área em comum até alcançar o marco 15-A, deflete então a direita e segue rumo 15º00'SW, na distância de 66,70m, fazendo agora divisas com parte de terras em comum reservada à Pedro José Fernandes e sua mulher Marcolina de Almeida Fernandes até encontrar o marco 15, localizado à 3,00m, da cerda de arame do imóvel vizinho de propriedade dos ora vendedores, daí deflete a esquerda e segue rumo 75º00'SE, na distância de 168,00m, fazendo divisas com a área comum reservada à Benedito Maria, sua mulher e outros e estabelecendo, ao mesmo tempo, uma faixa de terras de 3,00m de largura em relação à cerca divisória do imóvel vizinho de propriedade do ora outorgado comprador João Passarelli, até atingir o marco 14, deflete 45º00' à esquerda e segue rumo 30º00'NE, na distância de 10,00m, até atingir o marco 13, cravado à margem direita do córrego existente nas divisas com terras de Emma Gordon Klabin e outros defletindo a direita, segue pela margem do referido córrego na direção SE (córrego abaixo), na extensão de 15,00m, até atingir o marco 6, ficando na divisa com o imóvel do ora outorgado comprador João Passarelli, daí defletindo novamente à direita segue rumo 75º00'NW, na distância de 194,00m, até encontrar o marco 07, fazendo divisas em toda essa extensão com o imóvel da ora outorgante vendedora defletindo à direita, prossegue no rumo 68º30'NW na distância de 87,50m, sempre acompanhado a cerca divisória do imóvel da ora outorgante vendedora, até atingir o marco 08, ainda confrontando com a referida vendedora, deflete a esquerda e segue rumo 73º15'NW, na extensão de 252,00m, até encontrar o marco 9, defletindo a direita segue rumo 61º45'NE, em 27,00m, fazendo divisas por uma cerca de arame com terras de Emma Gordon Klabin e outros, até atingir o marco 10, deflete ainda e segue fazendo divisas com os referidos confrontantes, rumo 79º30'NE, na extensão de 43,90m, até o marco 11, defletindo à esquerda, prossegue com rumo de 26º25'NE, em 28,00m, dividindo com os mesmos confrontantes até o marco 12, defletindo à direita, segue rumo 37º20'NE na extensão de 35,00m, segue dividindo por uma cerca de arame com os citados confrontantes, até encontrar o marco 01 ponto inicial deste perímetro, cuja descrição foi realizada no sentido horário e encerra uma área calculada de 24.200,00m2 ou 2,42 hectares. **Consta no R.06 desta matrícula** que EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA vendeu o imóvel desta matrícula a AGROPETEC – AGROPECUÁRIA TECNOLÓGICA LIMITADA. **Consta na Av.07 desta matrícula** que nos autos da Ação de Procedimento Ordinário, Processo nº 224.01.1980.000981-7, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, requerida por FRANCISCO LAMELO GONZALES E OUTROS contra EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA, foi declarada ineficaz a alienação do imóvel, registrada no nº 06. **Consta na Av.08 desta matrícula** que nos autos da Ação de Procedimento Ordinário, Processo nº 224.01.1980.000981-7, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, requerida por FRANCISCO LAMELO GONZALES E OUTROS contra EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário MAURÍCIO DO AMARAL BARCELLOS. **Consta na Av.09 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 02002005720095020315, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho da Comarca de Guarulhos/SP, foi decretada a indisponibilidade dos bens de EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA. **MATRÍCULA Nº 32.747 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE POÁ/SP - IMÓVEL:** Um terreno, situado no Bairro do Rio Abaixo, distrito e município de Itaquaquecetuba, Comarca de Póa-SP, assim descrito e caracterizado: Inicia suas divisas na estaca 13ª, em um cruzamento de cerca, daí, por cerca e depois por um Ribeirão confronta com João Passarelli, com SE01º12'x55 metros, SE48º26'x186,72 metros, SE2º39'x105,85 metros, SE46º09'x190,88 metros e SW26º15'x43,00 metros, estaca 26. Deixa o Ribeirão e confronta com Laurentino José Camargo com SE58º53'x70,00 metros chegando à margem da estrada municipal que vai para Itaquaquecetuba, vai por ela 20,27 metros; deixa-a e contorna os lotes de José Ribeiro e outros com 128,72 metros, voltando novamente à estrada, por onde segue mais 17,20 metros, estaca 5ª, torna a deixar esta estrada e por cerca, por valo (antigo leito do córrego) e pelo ribeirão confronta com Jordão Alves dos Santos, assim: NE03º53'x84,24 metros, NW42º29'54,40 metros, NW 61º29'x47,70 metros, NW45º49'x50,40 metros e NW29º56'x20,00 metros, estacada 10ª e ribeirão acima 216,70 metros estaca 15 (bambual). Deixa o ribeirão e confronta com Jorge Afonso de Almeida ou sucessores (Serraria Oriente) com NW77º58'x98,00 metros e NW75º33'x199,26 metros, fechando as divisas, encerrando uma área total de 85.694,00 metros quadrados. INCRA: 638.188.001.252-0; área total: 37,9 há; fração min. parc: 2,0ha; mód. Fiscal: 5,0; nº de mód. Fiscais: 5,38. **Consta no R.10 desta matrícula** que EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA vendeu o imóvel desta matrícula a AGROPETEC – AGROPECUÁRIA TECNOLÓGICA LIMITADA. **Consta na Av.11 desta matrícula** que nos autos da Ação de Procedimento Ordinário, Processo nº 224.01.1980.000981-7, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, requerida por FRANCISCO LAMELO GONZALES E OUTROS contra EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA, foi declarada ineficaz a alienação do imóvel, registrada no nº 06. **Consta na Av.12 desta matrícula** que nos autos da Ação de Procedimento Ordinário, Processo nº 224.01.1980.000981-7, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, requerida por FRANCISCO LAMELO GONZALES E OUTROS contra EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário MAURÍCIO DO AMARAL BARCELLOS. **Consta na Av.13 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 02002005720095020315, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho da Comarca de Guarulhos/SP, foi decretada a indisponibilidade dos bens de EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA.; **E MATRÍCULA Nº 57.118 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE POÁ/SP - IMÓVEL:** Um terreno situado na Estrada Municipal André Passarelli, no Bairro do Rio Abaixo, em perímetro urbano do Município de Itaquaquecetuba, que assim se descreve: inicia no marco F1 em cruzamento de cerca e segue com rumo 0º18'NE e distância de 46,19m até o marco 04, que dista 0,43m da cerca segue com rumo de 0º49'NE e distância de 54,33m até o marco 5 que dista 0,41m da cerca; segue com rumo 0º26'NE e distância de 48,41m até o marco 06, que dista 0,41m da cerca; segue com rumo 0º06'NE e distância de 41,29m até o marco 07, que dista 0,20m da cerca; segue com rumo 0º11'NW e distância de 61,81m até o marco 08, que dista 0,85m da cerca; segue com rumo 79º75'SE e distância de 7,75m até o marco 09, que dista 0,35m da cerca; segue com rumo 74º26'SE e distância de 35,25m até o marco B1, que dista 0,35m da cerca; segue com rumo 74º53'SE e distância de 51,53m até o marco B2, que dista 0,35m da cerca; segue com rumo 66º05'SE e distância de 24,95m até o marco B2, que dista 3,50m da cerca, segue com rumo 76º15'SE e distância de 98,27m até o marco B4, que dista 1,30m da cerca; segue com rumo 71º26'SE e distância de 32,64m até o marco B5, que dista 3,25m e 1,00m respectivamente da cerca; segue com rumo 01º12'SE e distância de 98,55m até o marco C1, que dista 0,85m da cerca; segue com rumo 48º26'SE e distância de 100,00m até o marco C6, que dista 0,45m da cerca; segue com rumo 48º26'SE e distância de 86,72m até o marco 8B; segue com rumo 12º39'SE e distância de 105,85m até o marco 8M; segue com rumo 46º09'SE e distância de 190,88m até o marco 25; segue com rumo 26º15'SE e distância de 43,00m até o marco 25; segue com rumo 64º41'NW e distância de 49,15m até o marco F7, que dista 0,97m da cerca; segue com rumo 62º16'NW e distância de 158,31m até o marco F6, que dista 0,86m da cerca; segue com rumo 59º39'NW e distância de 90,79m até o marco F5, que dista 0,97m da cerca; segue com rumo 59º06'NW e distância de 44,33m até o marco F4, que dista 1,74m da cerca; segue com rumo 51º49'NW de distância de 36,84m até o marco F3, que dista 0,51 da cerca; segue com rumo 52º44'NW e distância de 45,67m até o marco F2, que dista 0,38m da cerca; segue com rumo 50º01'NW e distância de 174,32m até o marco F1, fechando o perímetro, sendo que todos os marcos entre o marco F1 (inclusive) e o marco B4 (inclusive) se encontram pelo lado de dentro da cerca; do marco B5 (inclusive) ao marco C6 (inclusive) se encontram do lado de fora da cerca, e do marco C6 (inclusive) se encontram do lado de fora da cerca, e do marco F7 (inclusive) ao marco F2 (inclusive) se encontram também pelo lado de fora da cerca, e que entre os marcos 8B e 26 não existe cerca, tendo o imóvel objetivando as seguintes confrontações: entre o marco F1 e o marco 8 confronta com propriedade de Nelson Sampaio, entre o marco 8 e o marco 26 confronta com propriedade de Sorana Participações Ltda, entre o marco 26 e o marco F1, confronta com a Estrada Municipal André Passarelli, encerrando a área de 128.587,95m2. **Consta no R.06 desta matrícula** que EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA vendeu o imóvel desta matrícula a AGROPETEC – AGROPECUÁRIA TECNOLÓGICA LIMITADA. **Consta na Av.07 desta matrícula** que nos autos da Ação de Procedimento Ordinário, Processo nº 224.01.1980.000981-7, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, requerida por FRANCISCO LAMELO GONZALES E OUTROS contra EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA, foi declarada ineficaz a alienação do imóvel, registrada no nº 06. **Consta na Av.08 desta matrícula** que nos autos da Ação de Procedimento Ordinário, Processo nº 224.01.1980.000981-7, em trâmite na 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, requerida por FRANCISCO LAMELO GONZALES E OUTROS contra EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA, foi penhorado o imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário MAURÍCIO DO AMARAL BARCELLOS. **Consta na Av.09 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 02002005720095020315, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho da Comarca de Guarulhos/SP, foi decretada a indisponibilidade dos bens de EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REFAU LTDA. Consta as fls.417 (verso) dos autos que os terrenos são confrontantes entre si, e formam a Fazenda Passarelli, há benfeitorias. As fls. 522 (verso) que os imóveis serão vendidos juntos. **Avaliação deste lote: R$ 49.453.796,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e seis reais) para agosto de 2017, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Itaquaquecetuba, 07 de maio de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Rafael Meira Hamatsu Ribeiro - Juiz de Direito.**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br